

Angela Bernadete Lima

**“NÓS DECLARAMOS GUERRA AO LATIFÚNDIO!”:
PROPOSTAS, AÇÕES E IDEAIS DE
IMIGRAÇÃO/COLONIZAÇÃO DA SOCIEDADE CENTRAL DE
IMIGRAÇÃO (1883-1891).**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Migrações,
Construções Socioculturais e Meio
Ambiente

Orientador: Prof. Dr. João Klug
Coorientadora: Prof^a Dr^a Débora
Bendocchi Alves

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lima, Angela Bernadete

Nós declaramos guerra ao latifúndio! : Propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891) / Angela Bernadete Lima ; orientador, Prof. Dr. João Klug ; coorientadora, Profª Drª Débora Bendocchi Alves. - Florianópolis, SC, 2015.
316 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Sociedade Central de Imigração. 3. Brasil Imperial. 4. História Agrária. 5. Agricultura. I. Klug, Prof. Dr. João . II. Alves, Profª Drª Débora Bendocchi. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

“Nós declaramos guerra ao latifúndio”: propostas, ações e ideais de imigração/colonização da Sociedade Central de Imigração (1883-1891)”

Angela Bernadete Lima

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

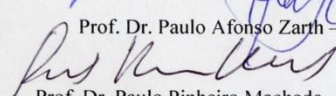
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

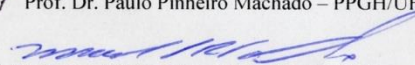
Prof. Dr. João Klug (Orientador) – PPGH/UFSC
Profª. Dra. Débora Bendocchi Alves (Coorientadora) – Universität zu Köln

Banca Examinadora

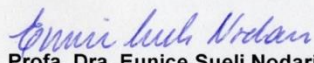

Prof. Dr. João Klug (Presidente e Orientador) – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth – UNIJUÍ


Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos – CA/UFSC

Prof. Dr. Marcos Gerhardt (suplente externo) – PPGHST/UPF


Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 20 de fevereiro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Após um longo percurso de estudos e pesquisas para a elaboração de uma dissertação, recordar de todos aqueles que contribuíram, independente da intensidade, para que esta se concretizasse não configura-se como tarefa fácil. Façamos, pois, um esforço.

Em primeiríssimo lugar agradeço ao meu querido orientador Professor João Klug, pessoa incrível, sempre com uma boa história para contar (e com uma forma única de narrar), sempre atencioso e paciente. Agradeço a ele o despertar do interesse pelo tema aqui desenvolvido, pelas valiosas indicações de documentos e leituras, pela acolhida em Berlin e pelo auxílio nas pesquisas no *Ibero-Amerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz*. Preciso ainda registrar que ele é um excelente guia turístico.

Agradeço imensamente a minha família, Dona Maria, minha carinhosa e incansável mãe, e aos numerosos irmãos e irmãs, que sempre fizeram e fazem a minha vida mais alegre, especialmente quando estamos todos juntos. Aos sobrinhos e sobrinhas, sempre tão dispostos a rir e brincar. Estar com eles faz a vida valer a pena. Agradeço o carinho transmitido à distância quando de minha ausência.

Uma significativa parte de tudo que realizei somente foi possível com a ajuda de meu companheiro Lincon Bruno. Obrigada Lincon, pelo amor e por acreditar em mim mais do que eu mesma. Com você a caminhada tem mais significado e leveza.

Na vivência acadêmica felizmente sempre pude conviver com pessoas incríveis e que me inspiraram, além de terem se tornado tão especiais em minha vida. Assim, agradeço muito especialmente as amigas de curso, de escolhas, e de alegrias: Maysa, Esther, Jeniffer, Luana, Ana Carolina e Samira. A Maysa Espíndola - menina mais inteligente que conheço - agradeço o compartilhar de angústias, de planos, de risadas e o companheirismo de sempre. A Esther Rossi – minha amiga mais bonita – agradeço por ser tão especial, alegre e brilhante. Espero ir muitas vezes a Roma com você! A Jeniffer Silva – a mais organizada - agradeço pela alegria espontânea, pelo compartilhar de tantas coisas boas nos caminhos que percorremos. A Luana Máyra – a mais glamourosa – agradeço pelas boas aventuras, pela doçura e por partilhar seus gostos gastronômicos

comigo. A querida e linda, Ana Carolina Schweitzer – minha amiga de angústia no aprendizado da língua germânica – agradeço pelo compartilhar de boas histórias e pelo carinho. A Samira Moretto – minha amiga doutora – agradeço a disponibilidade incansável e toda a alegria sempre compartilhada.

Aos queridos amigos do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), agradeço por tudo que aprendi com a sempre feliz convivência. Certamente muito do que sou devo a este convívio com vocês. Dessa forma, agradeço muito especialmente a Márcio José Werle, sempre atencioso e brilhante. A Marcos Gerhardt, pela incansável disponibilidade em ajudar. A André Martinello, pelas sempre ricas observações, pela poesia e pelo amizade. A Gil Ferri, pelo companheirismo e pela alegria que ultrapassaram fronteiras. A Alfredo Ricardo, pelas conversas descontraídas.

Aos queridíssimos Aline Klauck e Luís Guilherme Fagundes, por serem sempre tão amigos, tão aplicados em seus afazeres acadêmicos e por sempre partilharem boas histórias – vocês são uma inspiração para mim!

As lindas, Eveli D'Ávila e Giovana Callado, pela força, pelas boas energias e pela inspiração.

O ingresso no mestrado trouxe de presente amigos de outras terras. Por isso, agradeço muito carinhosamente a José Nilo, sempre tão divertido e cheio de histórias. A Antonio José, meu tradutor de francês, mais que brilhante, sempre com uma boa conversa e sorriso no olhar. A Leandro, que chegou depois, mas que igualmente contagia com seus olhos que sorriem.

Expresso aqui minha gratidão a Professora Eunice Nodari, pessoa especial com quem muito aprendi nos últimos meses, e que mostra-se sempre disposta a ajudar e fazer com que a trajetória na pós graduação seja proveitosa.

Sou igualmente grata a *Universität zu Köln*, que por meio do *Albertus Magnus Programm*, concedeu-me a oportunidade de estudar e pesquisar na Alemanha por dois semestres. Do mesmo modo agradeço aos que lá tão carinhosamente me receberam, auxiliando em minhas angústias iniciais, fazendo com que minha vivência por lá fosse tranquila

e proveitosa. Um agradecimento especial ao pessoal do *Akademisches Auslandsamt Universität Köln*: Andrea Biesler, Farshad Safavi, Jens Madariaga, Abi, Renata Buriti e Karl-Heinz Korn, que foram imensamente gentis e prestativos. A todos os amigos que fiz por lá, especialmente a querida Zariá Casillas, grande companheira de aventuras, de angústias, mas também de alegrias e de experiências gastronômicas. Querida Zariá, nossos bons momentos ficarão guardados para sempre!

Sou muito grata a querida Professora Débora Bendocchi Alves, que tão carinhosamente me recebeu em Köln, e sempre esteve disposta a ajudar. Agradeço pelas boas aulas e por tão gentilmente ter aceito ser minha coorientadora nesta pesquisa. Do mesmo modo refiro-me a Professora Barbara Potthast, diretora do *Iberische und Lateinamerikanische Institut*, que foi muito gentil e prestativa durante minha estadia naquela universidade.

Igualmente registro minha gratidão a Professora Andrea Delgado, sempre tão amiga e confiante em meus planos.

Deixo aqui registrado o meu muito obrigada a minha *Liebe Lehrerin* Dirlei Thiel, por toda a ajuda e paciência no ensino da língua alemã. E ao querido *Lehrer* Michael Brown, que me ensinou a língua na Alemanha.

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa. De igual modo ao Programa de Pós Graduação em História da UFSC.

Aos queridos professores Paulo Pinheiro Machado e Manoel Teixeira dos Santos, pelas preciosas sugestões quando do exame de qualificação. De igual modo, novamente a Paulo Pinheiro Machado e Paulo Afonso Zarth e Manoel Teixeira dos Santos, que tão gentilmente aceitaram serem os avaliadores do resultado final.

Por fim, agradeço a todos aqueles com quem convivi nestes anos de universidade. Aos funcionários da Pós Graduação, Eliane, Thiago e Bruna pela paciência e gentileza. Aos companheiros de aulas, de conversas, de risadas soltas pelos corredores, de expectativas de futuro e de partilhar de experiências.

“O tempo é um rato roedor das coisas, que as diminui ou altera no sentido de lhes dar outro aspecto.”

(Machado de Assis)

RESUMO

Composta de homens de grande importância política, intelectual e social ligados ao regime e pouco propensos a métodos revolucionários, a Sociedade Central de Imigração, fundada no Rio de Janeiro em 1883, notabilizou-se por apresentar um amplo programa reformista, que incluía mudanças como a abolição da escravidão, a extensão dos direitos civis e a disseminação da pequena propriedade rural. Críticos ferrenhos da escravidão – que deveria ser extinta sem indenização – seus membros buscavam universalizar a cidadania civil, criticando o latifúndio improdutivo e valorizando experiências de colonização como as verificadas províncias do Sul do país. Por meio de seu jornal mensal *A Imigração* o grupo buscou defender a intensificação da imigração de europeus, que acreditavam ser os únicos capazes de modernizar as técnicas agrícolas. A elaboração e discussão de projetos para estabelecer leis que garantissem a democratização das terras cultiváveis igualmente fez parte dos trabalhos. Além disso, entre suas análises e propostas de melhoria na agricultura nacional, podemos observar preocupações de cunho ambiental, o que levou a uma maior defesa da pequena propriedade rural policultora, de modo a tornar o país uma sociedade de pequenos produtores, descendentes de europeus educados, gerando uma classe média brasileira. A reforma agrária, assim, constava do plano do grupo.

Palavras chave: Sociedade Central de Imigração, pequena propriedade e agricultura.

ZUSAMMENFASSUNG

Bestehend aus Männern von großer politischer Bedeutung, intellektuellen und sozialen Brasilianische Monarchie verbunden und wenig anfällig für revolutionäre Methoden, die Zentrale Einwanderungsgesellschaft, gegründet in Rio De Janeiro im Jahre 1883 wurde die neue liberale Fraktion berühmt für präsentiert eine umfassende Reformprogramm, das Änderungen wie die Abschaffung der Sklaverei, die bürgerlichen Rechte Erweiterung und Verbreitung von kleinen landwirtschaftliches Eigentum enthalten. Überzeugter Kritiker der Sklaverei – die ohne Entschädigung abgeschafft werden sollte, versuchten sie, die zivile Staatsbürgerschaft, kritisieren die unproduktive Folwark universalisieren und Bewertung der Erfahrungen der Kolonisation gescannt als die südlichen Provinzen des Landes. Durch seine Monatszeitung A Imigração, die Gruppe gesucht, die Intensivierung der Einwanderung der Europäer zu verteidigen, der glaubte, die einzigen, die Modernisierung der landwirtschaftliche Techniken fähig sein. Die Erarbeitung und Diskussion von Projekten, die Gesetze zu schaffen, die die Demokratisierung der landwirtschaftlichen Flächen zu gewährleisten auch Teil der Arbeit. Darüber hinaus können wir zwischen seiner Analysen und Vorschläge für Verbesserungen in der Landwirtschaft, nationale Anliegen der Umwelt Natur, beobachten, führte zu höheren Schutz der kleinen Mischkultur Landsitz, um dem Land zu einer Gesellschaft der Kleinerzeuger, Nachfahren der Europäer erzogen, Generieren einer brasilianischen Mittelschicht machen. Die Agrarreform Bestand somit aus Gruppe plan.

Schlüsselwörter: Zentrale Einwanderungsgesellschaft, kleines Vermögen und Landwirtschaft.

ABSTRACT

Composed of men of great political, social and intellectual linked to the regime and little prone to revolutionary methods, the Central Society of Immigration, founded in Rio de Janeiro in 1883 group of young liberals became famous for presenting a comprehensive reform program, which included changes such as the abolition of slavery, the extension of civil rights and the spread of small farms. Stauncest critics of slavery - which should be extinguished without compensation - they sought universal civil citizenship, criticizing the unproductive large estate and enhancing colonization experiments verified as the southern provinces of the country. Through its monthly newspaper “A Imigração” the group sought to defend the increased immigration of Europeans, believed to be the only ones able to modernize agricultural techniques. The preparation and discussion of proposals to establish laws that guarantee the democratization of arable land also was part of the work. Moreover, between their analysis and proposals for improvement in domestic agriculture, we can observe environment-related concerns, which led to greater defense of small farms with variety of crops in order to make the country a society of small producers, educated European descent generating a Brazilian middle class. The agrarian reform thus appeared in the group plan.

Keywords: Central Society of Immigration, small property and agriculture

|

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Chineses no cultivo do chá.....	55
Figura 2. “Os chins como transição” / Revista Illustrada nº120, 1878....	67
Figura 3. Lista dos sócios da SCI publicada em A Imigração.....	103
Figura 4. Lista dos sócios da SCI em 1887	104
Figura 5. Continuação da lista de 1887.....	105
Figura 6. Karl von Koseritz.....	122
Figura 7. Hermann Bruno Otto Blumenau.....	123
Figura 8. Alfredo d’Escagnolle Taunay.....	126
Figura 9. Henrique Beaupaire Rohan.....	130
Figura 10. André Pinto Rebouças.....	134
Figura 11. Capa do boletim nº1 de A Imigração.....	147
Figura 12. Mapa da distribuição das Sociedades Filiais.....	202
Figura 13. Quadro de núcleos de imigrantes.....	213
Figura 14. O Congresso Agrícola/Revista Illustrada, nº118, 1878.....	236
Figura 15. Recorte do Boletim nº69 de A Imigração, 1890.....	261
Figura 16. Sequência do recorte do Boletim nº69	262

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IIFA – Imperial Instituto Fluminense de Agricultura

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional

SCI – Sociedade Central de Imigração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO I – A IMIGRAÇÃO PARA O IMPÉRIO DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	38
1.1. APONTAMENTOS SOBRE A NECESSIDADE DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA.....	45
1.2. A BUSCA POR BRAÇOS PARA LEVOURA – O CHINÊS COMO OPÇÃO.....	53
1.3. DISCURSOS E DEBATES ACERCA DO IMIGRANTE IDEAL	68
CAPÍTULO II – A SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO – (1883-1891)	85
2.1. IDEALIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO	87
2.2. ORGANIZAÇÃO, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO.....	101
2.3. OS PRINCIPAIS MENBROS DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO – ALGUMAS IDEIAS E ESCRITOS.....	114
2.3.1. Karl von Koseritz.....	119
2.3.2. Hermann Bruno Otto Blumenau	122
2.3.3. Alfredo d’Escragnolle Taunay	124
2.3.4. Henrique de Beaurepaire Rohan	126
2.3.5. André Pinto Rebouças	131
CAPÍTULO III – A EXPANSÃO DAS PROPOSTAS E DAS AÇÕES DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO	136
3.1. A IMPRENSA NO SÉCULO XIX E O JORNAL A IMMIGRAÇÃO ..	137
3.2. OS LIVROS DE PROPAGANDA: TEMAS E PROPOSTAS	153
3.2.1. Livro I - Casamento Civil (1886), de Alfredo d’Escragnolle Taunay.....	155
3.2.2. Livro II – A nacionalização ou grande nacionalização e naturalização tácita (1886) por Alfredo d’Escragnolle Taunay.....	164
3.2.3. Livro III - Pequena propriedade e imigração europeia (1883-1884) por Louis Couty	179

3.2.4. Livro IV - O Ensino Technico no Brasil (1887) por Tarquínio de Souza Filho	186
3.3. AS SOCIEDADES FILIAIS PELO IMPERIO	196
3.3.1. Da distribuição geográfica das Sociedades Filiais	201
CAPÍTULO IV- “NÓS DECLARAMOS GUERRA AO LATIFÚNDIO!”: A SITUAÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL E A DEMOCRACIA RURAL	227
4.1. OS CONGRESSOS AGRÍCOLAS DE 1878 E OS DEBATES SOBRE A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA NO FINAL DO XIX.....	228
4.2. AS IDEIAS DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO PARA MUDANÇAS NA AGRICULTURA E ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	248
4.3. A PEQUENA PROPRIEDADE E A DEMOCRACIA RURAL – IDEIAS SOBRE A CONCESSÃO DE TERRAS AOS IMIGRANTES E NACIONAIS	264
4.3.1. Sobre localização dos imigrantes e dimensão dos lotes.....	271
4.3.2. As ideias agrárias da SCI através de André Rebouças.....	274
4.3.3. Henrique de Beaurepaire Rohan e a ideia de divisão das grandes propriedades rurais.....	283
4.3.3.1. A herança da Condessa: uma colônia de libertos como exemplo da possibilidade de divisão da grande propriedade	288
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	307

INTRODUÇÃO

Para alguns autores a imigração foi a causa do abolicionismo, enquanto outros argumentam o contrário, ou seja, que o abolicionismo estimulou a imigração. Por A história da imigração no Brasil independente, que teve seus primeiros impulsos com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, intensificou-se com o término do tráfico de escravos e, após 1870, adquiriu caráter massivo, que foi aprofundado na virada do Novecentos. Para essa expansão concorreu a necessidade da mão de obra, tanto no campo quanto na cidade, tendo por base de sustentação propostas de modernização que defendiam sobretudo a importação de trabalhadores europeus como caminho para o progresso e a chegada da civilização no país.

Ao longo das últimas duas décadas da Monarquia, quando o processo de desagregação da escravidão intensificou-se, paralelamente ao progressivo declínio do regime monárquico, uma série de questões são retomadas com mais intensidade, como a da substituição da mão de obra escrava pelo braço livre, o aproveitamento ou não da mão de obra nacional e a imigração e questão fundiária. Dentre os indivíduos que pensaram alternativas para os problemas do Brasil, alguns incluíram em suas propostas a ideia de reforma agrária e implantação da pequena propriedade rural. Esta última foi também expressada por alguns indivíduos do governo, através, por exemplo, da sugestão de se criar um Imposto Territorial ou, ainda, a de se instituir colônias agrícolas à margem de rios e de estradas, que beneficiariam os imigrantes, os nacionais e os libertos. As medidas propostas, em seu todo, incentivariam a formação de uma classe média rural. Dentre os que buscaram tal intento, destacamos a Sociedade Central de Imigração.

Idealizada e fundada no final do século XIX, a Sociedade Central de Imigração (SCI) trazia como objetivo principal organizar e promover o aumento da imigração de europeus para desenvolver atividades agrícolas, ao mesmo tempo garantindo-lhes boas condições de deslocamento da Europa para o Brasil, sua instalação nos núcleos e trabalho. Contudo, embora a ênfase no trabalho fosse sempre importante, a intenção não era apenas angariar mão de obra qualificada, mas incentivar uma mudança na forma de ocupação das terras no Brasil. Suas propostas direcionavam-se para a alteração de algumas estruturas que podem ser consideradas como componentes de um projeto modernizador e reformador da sociedade brasileira.

A SCI, durante quase uma década de existência, buscou elaborar estratégias para atrair imigrantes através de uma intensa propaganda em duas frentes: uma interna, visando convencer os nacionais sobre as vantagens da imigração, e externa, direcionando propagandas aos governos e populações dos países alvos. As propagandas aconteciam por meio de discursos, artigos, periódicos, cartas etc. Todo este material foi publicado no jornal mensal do grupo *A Imigração*, que circulou de dezembro de 1883 a abril de 1891.

A coleção de exemplares do jornal *A Imigração* configura-se como uma das principais fontes desta pesquisa, uma vez que possibilita o estudo das formas e modos pelos quais seus membros concebiam as questões relacionadas à imigração, escravidão, agricultura, preservação de recursos naturais, propriedades de terra e a legislação em vigor acerca destes assuntos. Neste jornal, do mesmo modo, podemos perceber de que maneira eram vistos os nacionais (mestiços e negros oriundos da escravidão), geralmente concebidos como inferiores na justificativa da necessidade de intensificar a importação de trabalhadores europeus. O grupo buscava promover a imigração para todo o Império, embora afirmasse que nem todas as províncias apresentavam características de atração devido a condições não tão favoráveis.

A SCI localizava-se na Corte, no Rio de Janeiro, no entanto estimulou a fundação de filiais em diversas províncias do Brasil. As *Sociedades Filiais* apresentavam autonomia de ação, mas na maior parte dos casos compartilhavam dos mesmos pensamentos e ideais da Central. Através do número de sociedades filiais que foram fundadas nas províncias do Império, é possível apreender que as ideias da SCI tiveram aceitação ou influência em outros grupos.

O objetivo fundamental desta pesquisa situa-se em historicizar como ocorreu o surgimento da Sociedade Central de Imigração, buscando entre suas ideias quais eram suas propostas para incentivar a imigração de europeus para o Império do Brasil e, ao lado disso, promover a mudança na estrutura agrária fundamentada no latifúndio, como nos dizeres de Karl von Koseritz: “Nós declaramos guerra ao latifúndio e tentamos levar à vitória o sistema de pequena propriedade, com a introdução de colonos agrícolas”¹. Partimos da premissa de que ao detalharmos suas principais ideias, principalmente aquelas que eram difundidas através do jornal *A Imigração* e outros escritos, poderemos conhecer melhor suas propostas para a melhoria da agricultura nacional e para a transformação legislativa que favorecesse o que André Rebouças chamou de democracia rural. Do

¹ KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980. p. 215.

mesmo modo, acreditamos que é possível relacionar as atividades deste grupo com o próprio processo de mudanças que foram operadas nos fins do século XIX.

Entender a situação política e social do Brasil nos anos finais do século XIX não se configura como tarefa fácil, embora a historiografia deste período esteja continuamente sendo enriquecida com novas pesquisas e perspectivas de análise, alguns aspectos ainda exibem lacunas difíceis de preencher. Contudo, ao nos inserirmos em tal tentativa, podemos fazer uso de informações recorrentes quando se trata do assunto e, a partir delas, buscar compreender os caminhos percorridos por aqueles que tentaram transformar a lógica que estava posta naquele momento. Certamente estamos falando daqueles indivíduos que ficaram registrados como os responsáveis por algumas das mudanças operadas em certas estruturas e que são amplamente designados pela historiografia como “elite política e intelectual”.

Buscando compreender aspectos pontuais do final do século XIX, o historiador Michael Hall redigiu um pequeno artigo que fora publicado na *Revista de História* da Universidade de São Paulo, no ano de 1976. Neste pequeno estudo, Hall apresenta de maneira breve a Sociedade Central de Imigração, e a classifica como uma entidade que objetivava “reformular” o Brasil. O próprio título deixa bem claro a linha interpretativa adotada por Hall: *Reformadores da Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração*.

Conforme Hall, tratava-se de um grupo formado por indivíduos pertencentes à classe média e com interesses comuns e que desenvolveram “uma crítica razoavelmente coerente da sociedade brasileira e um conjunto de noções sobre a maneira de como produzir mudanças na estrutura do país.” Os nomes vinculados ao grupo compõem a principal forma do autor apresentar a Sociedade Central, e nesse sentido Hall realiza uma pequena biografia daqueles que julgou serem os mais importantes. É através de nomes como os de Alfredo d’Escagnolle Taunay, Henrique de Beaupaire Rohan e André Rebouças que o autor vai fazendo o histórico da Sociedade Central. Um caminho que, de certa forma, também adotaremos.

O chamado “treinamento científico” que a maior parte dos membros da SCI havia recebido em seus estudos na Europa configurava-se, segundo Hall, como fator determinante para que fossem “uma nova força na vida brasileira” e, por isso, caracterizavam-se como “um grupo de classe média consciente de seus interesses próprios e donos de uma crítica coerente e cabal da sociedade brasileira” nas últimas décadas do século XIX.

As ações da SCI e os seus discursos serviram igualmente de tema principal para o desenvolvimento da tese de doutorado de Irina Vassilieff. O trabalho foi defendido no ano de 1987 sob o título: *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural*, na Universidade de São Paulo. Por se tratar de uma tese de doutorado desenvolvido há mais de vinte anos, alguns de seus apontamentos receberão novos olhares. Não se trata de desconsiderá-lo da análise atual, mas inevitavelmente algumas de suas apreciações merecem uma revisão e, quando necessário, algumas críticas.

Tendo isto em vista, podemos iniciar, assim como fizemos ao refletir sobre o breve trabalho de Michael Hall, pensando no título desta tese. Em sua pesquisa, Vassilieff propõe-se a analisar a SCI pelo viés da democracia rural, termo cunhado por André Rebouças e discutido com maior profundidade em sua obra *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. A autora afirma, logo nas primeiras linhas de seu trabalho, que a “Sociedade Central de Imigração foi a manifestação mais expressiva do processo de organização e promoção da imigração estrangeira no século XIX a nível nacional”. Com objetivo de enquadrar o grupo em uma denominação, a autora parte do princípio de que o conjunto de membros da SCI apresentava uma postura de ação “modernizadora”, por cogitarem “uma ampla e progressiva reforma das estruturas tradicionais do país”, o que, em sua opinião, afetaria as formas de dominação da classe dirigente que monopolizava a terra, a riqueza e o poder. Tal posicionamento nos permite afirmar que, internamente o grupo da SCI seria contrário às ideias conservadoras, pois estava inserida num movimento modernizador geral que vinha sendo operado em várias nações naquele momento. Nesse sentido, Vassilieff afirma que as ideias modernizadoras do grupo encontraram amplo respaldo entre a sociedade e setores políticos do Império.

O zelo por um programa modernizador por parte da SCI parece não ganhar apoio na análise de Hall. Apesar de concordar que a SCI “parece ter estado igualmente inquieta com a tradicional elite brasileira”, Hall prefere usar a denominação de “reformadores” para referir-se ao grupo, ao invés do termo “modernizadores”. Além disso, Hall aponta algumas contradições internas, embora não as aprofunde, baseadas na oposição à industrialização e no fato de alguns de seus membros serem homens profundamente conservadores que “estavam imensamente desconcertados com as mudanças sociais que acompanhavam o colapso da escravidão, e com a emergência do proletariado urbano.”

O alcance das propostas da SCI é colocado em dúvida por Hall pois, segundo o autor, mesmo “em face a argumentos dos mais brilhantes” o destino da Sociedade tornou-se o de “um grupo meio isolado de reformadores europeizados, vocalizante, mas ineficaz.” E segue, dizendo que um funcionário do consulado italiano não estava equivocado quando descreveu a SCI como “uma academia retórica composta de pessoas cheias de boas intenções, mas de poucos meios, ao invés de um centro de ação de gente efetiva e poderosa”. Hall acredita que tal imagem do grupo tenha resultado ao fato de serem opositores da industrialização e por enfatizarem a vinda dos imigrantes para o trabalho na terra, da qual, sendo proprietários, permaneceriam no país e assim promoveriam o melhoramento geral da população.

Os argumentos colocados anteriormente, na medida do possível e conforme as fontes nos permitirem, serão melhor discutidos ao longo desta pesquisa. O que podemos deixar estabelecido desde já é a proposta de, ao historicizar o surgimento e projetos pensados pela SCI, verificar se houve realmente um alcance de suas ideias – que a princípio acreditamos – e se suas propostas favoreceram mudanças inegavelmente operadas no âmbito sociopolítico no que diz respeito à imigração e a pequena propriedade rural, e demais assuntos, nos anos finais do século XIX.

Com base na investigação sobre a atuação do Sociedade Central de Imigração e as ideias e propostas ali levados a efeito entre 1883 e 1891, compactuo com a vertente historiográfica que sustenta que a segunda metade do século XIX, no Brasil, deve ser analisada como um período em que o Governo Imperial, com apoio da maioria das elites, buscava alinhar o país às ‘nações civilizadas’. Para tanto, projetava banir os ‘atrasos’ da sociedade por meio da educação, do aprimoramento das técnicas agrícolas e da substituição da mão de obra escrava pela do imigrante.²

Outra questão que permeia nosso estudo diz respeito a modernização conservadora, bem desenvolvida por pesquisadores como José Murilo de Carvalho³ e Angela Alonso⁴. Conforme estes autores, o termo refere-se ao processo – ou pelo menos a tentativa – de modernização socioeconômica do país sob a manutenção do regime imperial e das bases de dominação social, longe de ameaçar seriamente a estrutura social vigente. Em análise focando as discussões parlamentares

² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.

³ *Idem*.

⁴ ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

relacionadas à adoção de uma lei agrária na década de 1840, por exemplo, José Murilo de Carvalho estimou que houve uma autêntica tentativa de modernização conservadora.⁵ Por outro lado, na análise de Angela Alonso o conceito foi empregado para descrever a tentativa operada pelo Estado Imperial de “produzir e controlar a expansão da ordem social competitiva, para modernizar o país sob tutela estatal”, mantendo-se ao mesmo tempo as estruturas de poder vigentes.⁶

Os últimos anos do Império constituem um momento privilegiado também para o estudo do imaginário sobre a população nacional brasileira, por ter sido um período em que aparecem diversas tentativas de compreensão da sua cultura e de sua história, no âmbito mais amplo da cultura ocidental, de maneira a colocar como ponto central a questão da identidade: da nação e do povo. O fio condutor dessas análises pautavam-se por uma concepção evolucionista, tendo o progresso como ideia central e uma angústia quanto a possibilidade de sua realização em um país visto pela sua elite intelectual e política como “atrasado” frente ao mundo “civilizado”. Nesse sentido, os trabalhos de Rogério Dezem, *Matizes do Amarelo*, de Jair de Souza Ramos, *O Poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*, e de Petrônio Domingues, *Um história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*, nos permitem refletir acerca dos diferentes discursos e políticas que atentavam para a necessidade de se formar um povo no Brasil.

A historiadora Celia Maria Marinho de Azevedo trata das questões relativas à mão de obra evidenciando as preocupações das elites do Império em constituir um povo à sua imagem e semelhança, nos moldes e padrões europeus, considerados os representantes da civilização. Muito em voga no final do século XIX, o evolucionismo social – que tinha em Herbert Spencer uma de suas referências centrais – acreditava numa igualdade humana, em termos biológicos, mas, ao mesmo tempo, haveria uma escala evolutiva, em que se distinguiriam povos evoluídos e outros mais atrasados. Os povos evoluídos, no caso, seriam os povos europeus, estando as diversas nações – como as tribos africanas – em nítido atraso.

7

⁵ CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 310.

⁶ ALONSO, *Op. Cit.*, p.78.

⁷ O filósofo inglês Herbert Spencer explicitou estas concepções em várias obras, dentre as quais: *Princípios de sociologia* (1879) e *Lei e causa do progresso* (1889).

Desta forma, seria a imigração o viés civilizador da sociedade brasileira. A transformação da sociedade brasileira, de inerte, ociosa, para uma sociedade engenhosa e progressiva se daria com o branqueamento da população via imigração. “(...) Esta busca de um povo foi expressa repetidamente por diversos reformadores ao longo de todo o século XIX. (...)”⁸

Quando buscamos perceber as ações realizadas por indivíduos ou entidades de qualquer configuração, é preciso considerar que estes estão envoltos por ideias e concepções, inseridos em um contexto determinado. Além disso, mesmo que estes apresentem ideias e planos convergentes de modo geral, sempre é possível perceber pontos de divergência que nos permitem realizar diferentes análises.

A propósito das influências que delinearam sua ideia de Brasil buscar-se-á compreender como essas ideias chegaram aos membros que formaram a Sociedade Central. Como observou Jean-François Sirinelli a respeito do uso dos intelectuais, ou do pensamento destes, como objeto de pesquisa,

(...) é verdade que a história das ideias políticas se havia durante muito tempo acantonado mais no estudo dos grandes compositores que na história das orquestras e da recepção do público. Em outras palavras, alguns problemas foram demasiadamente deixados na penumbra: como as ideias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia torna-se dominante no meio intelectual numa data dada? Tanto quanto a própria partitura, seu eco é objeto da história.⁹

Embora alguns dos intelectuais do século XIX concebessem a apropriação de ideias segundo a interpretação metafórica de Silvio Romero, que classificou ação dos intelectuais dizendo trataram-se apenas de “pássaros em revoada”, pois imitavam as teorias externas, concordamos com a historiadora Angela Alonso¹⁰ quando afirma não

⁸ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Editora Annablume. 3ª edição. São Paulo. 2008. p. 29-30.

⁹ SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. (org.) *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2ª edição. Tradução Dora Rocha. 2003. p. 236.

¹⁰ ALONSO, Angela. A apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.) *O Brasil Imperial – Vol. III (1879- 1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

serem estas ideias deslocadas. O comportamento da elite política seria resultado de uma mobilização coletiva de pessoas que estavam inseridas em conflitos sociopolíticos e faziam uso de seu conhecimento para promover mudanças.

No que refere-se as questões de como as elites do século XIX estavam pensando a agricultura e sua modernização estabeleço diálogo com o trabalho de Begonha Eliza Bediaga. Em sua pesquisa resultado de sua tese de doutorado na Unicamp, a autora desenvolve interessante estudo intitulado *Marcado pela própria natureza: O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*, instituição que tinha como objetivo o melhoramento da agricultura no Brasil, com propostas de mudanças na rotina da lavoura, de incorporação de princípios científicos e de introdução de máquinas e instrumentos agrícolas nas atividades rurais. Os homens das ciências vinculados ao Instituto buscavam o ‘ideal de progresso de país civilizado’ e empenhavam-se na ‘missão’ de convencer o lavrador a adotar uma agricultura baseada em princípios das ciências. Por este motivo, e também por ser o Imperial Instituto contemporâneo das atividades da SCI, este estudo possui importantes contribuições para nossa pesquisa.

Perante as discussões sobre agricultura, especialmente em nossa atual conjuntura, necessitamos incluir nos debates e estudos os aspectos ambientais. A consciência crítica diante da destruição da floresta é geralmente reconhecida como um fenômeno atual inspirado em movimentos norte-americanos e europeus. No entanto, é possível observarmos através de depoimentos e outros escritos a existência de uma preocupação ambiental no século XIX. Acerca deste aspecto, a obra de José Augusto de Pádua, “*Um sopro de Destruição – Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*” nos apresenta uma série de análises e discursos políticos dedicados à crítica ambiental da destruição florestal ocorrida no Brasil durante os séculos XVIII e XIX, escritos por brasileiros como José Bonifácio e Joaquim Nabuco. As reflexões de Pádua nos auxiliam a observar a natureza do século XIX pelos olhos de alguns seus contemporâneos.

Observar tantas questões relacionadas em um contexto, questões estas que eram debatidas no cotidiano, nos faz lembrar que é preciso refletir sobre a representação que os jornais impressos possuem dentro do campo historiográfico. Sua utilização como fonte histórica é relativamente recente, data do século XX, e teve na *Escola dos Annales*¹¹

¹¹ Marc Bloch inaugurou a noção de ‘história como problema’, apoiando-se nas ideias de Simiand e Durkheim contra uma historiografia positiva e

e em todo o contexto nela inserido de renovação de objetos, problemas e abordagens, a sua valorização. Antes disso, no século XIX, a tradição positivista, restrita a descoberta da verdade, impedia a utilização dos jornais e periódicos na escrita historiográfica. O conteúdo dos jornais eram concebidos como subjetivos e, portanto, falsificadores da realidade, que provocavam uma distorção do passado. Acreditava-se que para que os historiadores pudessem restituir os tempos passados, necessitariam fundamentalmente manter distanciamento do objeto, tanto temporal como imparcial, sendo esta uma prerrogativa essencial para se atingir um conhecimento objetivo e verdadeiro.

O modelo histórico científico, proposto por Leopold von Ranke, onde a função do historiador seria “a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e, a partir dela fazer a narrativa histórica”¹² não admitia a leitura e utilização de outras tipologias documentais além das fontes escritas oficiais. Tal ideia, de que os historiadores precisariam apresentar uma visão objetiva dos acontecimentos, resultou na negação de determinadas fontes, como a imprensa, que não poderia servir de fonte à História por possuir uma alta carga de subjetividade na forma como narra os acontecimentos.

A pesquisa histórica que tem como fonte o jornal deve igualmente levar em conta que a renovação no campo da historiografia e das abordagens que tratam de contextos políticos redimensionou a importância da imprensa escrita, que assume o papel de fonte documental na medida em que enuncia discursos e expressões. Implica-se, portanto, verificar de que maneira os jornais interagem na complexidade de um determinado contexto. Em nosso caso, tendo um jornal como fonte, consideramos ser este tipo de aporte informativo como portador de informações que muitas vezes não nos é possível localizar na bibliografia ou mesmo em documentos oficiais. Nesta conjuntura concebemos que os

evenementielle, que se baseava em fatos, grandes homens e heróis. Para ele, os temas do presente condicionavam e delimitavam as perguntas e indagações dos historiadores. As perguntas dos historiadores seriam motivadas por inquietações do presente, por problemas cotidianos que atrapalhavam ou prejudicavam suas vidas. Foi juntamente com Lucien Febvre que fundou em 1929 a Revista dos Annales, combatendo a história narrativa e do acontecimento, política e militar, propondo o diálogo interdisciplinar, exaltando uma ‘historiografia do problema’ e uma necessidade da prática histórica analisar questões mais amplas, relacionadas à longa duração.

¹² ALVES, Fábio Lopes. GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: Diálogos contemporâneos. In: *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília: Vol. I, nº 2, pp. 30-53, ago/nov. 2007. p. 36.

impressos são validados no campo de análise do historiador. O discurso contido no jornal *A Imigração*, assim como a sua linguagem, não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, são capazes de desvelar o nível básico das relações e disputas que compunham aquele contexto de final de século XIX.

Expressaram-se, portanto, através do jornal, as forças políticas e as ideias do grupo que formava a Sociedade Central de Imigração, produzindo e publicizando discursos de acordo com as suas convicções e dos lugares ocupados pelos seus membros. Neste sentido, tomavam forma nas páginas do jornal apenas os assuntos que lhes conviesse e que, de uma forma ou de outra, atendessem seus objetivos.

O suporte empírico desta dissertação é formado de significativa diversidade de fontes e documentos. Embora nos lançando na tentativa de contribuir com a historiografia da imigração e da história agrária, esta pesquisa não descarta a análise de fontes tradicionalmente utilizadas. Deste modo, acreditamos de pesquisas em documentos oficiais podem resultar interessantes contribuições quando investigados através de um olhar diferenciado sobre as mesmas informações. Portanto, além do jornal e dos livros de propaganda, podemos contar com a contribuição das informações contidas em relatórios e outros opúsculos que foram produzidos nas diversas esferas de poder. Assim, cartas, livretos, notícias de jornais, guias, discursos, diários pessoais e outros fazem parte de nosso corpo documental. Alguns documentos foram pouco utilizados em pesquisas historiográficas, especialmente algumas publicações em língua estrangeira.

A reunião das fontes e documentos configurou-se como um grande desafio, pois, embora grande parte destes sejam publicações da *Typographia Nacional* do Império, muitos não foram localizados em nossos arquivos do Brasil. Deste modo, uma parte significativa das fontes utilizadas nesta pesquisa foram obtidas somente em arquivos da Alemanha, como o *Ibero-Amerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz* em Berlin, a *Universitäts- und Stadtbibliothek zu Köln* em Colônia. Nestes arquivos foi possível ter acesso aos *Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração*, que são importantes fontes acerca dos projetos do grupo. Estes livros não encontravam-se, até a conclusão deste trabalho, disponíveis para pesquisa em arquivos brasileiros. A pesquisa e coleta de fontes nestes espaços foi possível por conta do período de estudos desenvolvido na *Universität zu Köln* entre 2012 e 2013.

As fontes relativas as questões agrícolas foram obtidas, em sua maioria, no arquivo do *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, que abriga

grande parte das publicações do século XIX direcionadas ao assunto, bem como toda a coleção de publicações do *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Também foi possível obter documentos, alguns já em formato digitalizado, na *Biblioteca do Ministério da Agricultura e Biblioteca do Senado Federal*. A coleção completa do jornal *A Imigração* encontra-se exclusivamente na *Fundação Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro.

Estruturalmente esta pesquisa está dividida em 4 capítulos. No capítulo 1, *A imigração para o Império do Brasil no final do século XIX*, será feito um breve panorama histórico da imigração para o Brasil, buscando perceber as formas de organização interna, legislação e interesses econômicos. Ao lado disso, serão enumerados e discutidos alguns problemas que impediam o aumento do fluxo imigratório e como os entraves do sistema escravista colaboravam para o agravamento do problema. Isso pois a historiografia brasileira relativa às últimas décadas da escravidão conferiu destaque para as relações entre abolicionismo e imigração.

Para alguns autores a imigração foi a causa do abolicionismo, enquanto outros argumentam o contrário, ou seja, que o abolicionismo estimulou a imigração. Por conta disto, utilizaremos obras que discutem tais perspectivas. Além disso, serão analisadas as algumas visões de imigração do período final do século XIX, buscando perceber quais discursos estavam em sintonia às pretensões da SCI. Nos subcapítulos vamos abordar alguns discursos da SCI acerca da política imigracionista/imigrantista e de suas concepções a respeito do imigrante ideal, da pequena propriedade da terra e de uma ideia de colonização com seleção étnica, que reforçaria um melhor modelo econômico do período.

No segundo capítulo, *A Sociedade Central de Imigração (1883-1891)*, trataremos de sua idealização e fundação, buscando evidenciar seus objetivos quanto a melhoria geral da imigração. Para tanto, perceber de que maneira traçaram suas estratégias e objetivos iniciais torna-se fundamental na medida em que foi a partir disso que atraíram um significativo número de adeptos. Também neste capítulo falaremos um pouco mais de quem eram seus principais membros e quais eram suas ideias dentro do grupo e da sociedade imperial.

O terceiro capítulo, *A expansão das propostas e das ações da Sociedade Central*, tem como objetivo mostrar quais eram os meios pelos quais o grupo buscava publicizar suas ideias. Optando por uma forte propaganda por meio da imprensa, a SCI acreditava criar uma consciência nacional para a questão imigratória em todos os seus aspectos. Neste

capítulo trazemos uma breve discussão do papel da imprensa naquele momento, bem como aspectos estruturais do jornal *A Imigração*.

Além do jornal, o grupo da SCI publicou alguns opúsculos que traziam ao debate uma série de questões que há muito vinham sendo colocadas como primordiais para o aumento da imigração e transformações da agricultura e da estrutura fundiária. Assim, por meio de seus “Livros de Propaganda”, a SCI retomava temas que já haviam sido colocados em pauta décadas antes, como o da naturalização, do casamento civil, da necessidade de ensino técnico agrícola e das vantagens da pequena propriedade rural.

Ao lado das estratégias de expansão que faziam parte dos escritos, a SCI adquiriu adeptos em outras províncias do Império e buscou incentivar a fundação de *Sociedades Filiais* que tornaram-se de grande importância para as ações de fiscalização da vinda e instalação de imigrantes nos núcleos coloniais. Neste capítulo trataremos de mapear e observar como estas operavam em conjunto com a Central.

No quarto e último capítulo, “*Nós declaramos guerra ao latifúndio!*”: *agricultura nacional e democracia rural*, passamos a verificar a situação da agricultura nacional e quais eram as propostas da SCI para sua melhoria. Atentando para as discussões ocorridas nos *Congressos Agrícolas* que tiveram lugar no ano de 1878 e que ecoaram pelas décadas seguintes. Observamos como tais discursos ganham força nas publicações do grupo, que inserem entre seus argumentos a necessidade de preservação dos recursos naturais. Este aspecto, ainda não observado pelos poucos escritos existentes sobre o grupo, congregava uma minoria consciente das limitações da natureza frente ao incentivo de mecanização da lavoura e mesmo da ocupação urbana

Neste capítulo nos ocuparemos ainda com o exame da concepção de reforma agrária da SCI, especialmente destacando as concepções de André Rebouças e Beaupaire Rohan, dois dos principais membros do grupo e abolicionistas e monarquistas convictos. Com base em textos / livros escritos por eles, em diários de Rebouças e na bibliografia, traçaremos as principais características de seus projetos e procuraremos saber se eles poderiam ser definidos prioritariamente como uma “democracia rural” ou se estariam comprometidos, sobretudo, com uma modernização conservadora.

CAPÍTULO I – A IMIGRAÇÃO PARA O IMPÉRIO DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX

E muito tempo assim foi, servindo as somas de dinheiro, gastos sem plano, sem systema, nem compreensão de utilidade e, portanto, mal gastas, de provas contra a immigração.

Caminhava, porém, lateral, mas não paralelamente, outra grave questão – a da abolição – e o instante chegou em que as duas tiveram que se encontrar, impondo-se uma delas como único salvaterio ás consequências da outra.

(Jornal A Immigração, nº12, agosto de 1885, p. 1)

Na segunda metade do século XIX a escravidão e o modelo de colonização das terras do Brasil configuravam-se como um grande entrave para as intenções migratórias. Ao lado disso havia uma ampla discussão acerca da criação de um mercado de trabalho livre e fazia-se necessário estimular a própria criação, ou recuperação, da ideia de trabalho. Inseridos num mesmo contexto, o trabalho escravo e o trabalho livre chamam a atenção do historiador para os problemas decorrentes da lógica econômica operante naquele momento, a do latifúndio. Estas grandes propriedades de terra, neste final de século XIX, estavam sendo ameaçadas pela eminência do fim do trabalho em regime escravo e dependiam cada vez mais da vinda de trabalhadores estrangeiros para realizar as atividades na lavoura.

Temos, portanto, mais um dos momentos onde surgiram amplas discussões acerca dos pilares que sustentavam a economia do país e mudanças que necessitavam ser operadas. Muitos dos indivíduos da elite social e política defendiam a vinda de estrangeiros para dar fim ao malogro da escravidão, ao atraso técnico na produção agrícola e ao latifúndio. Ao estudar aspectos agrários do Rio Grande do Sul no século XIX, o historiador Paulo Zarth destaca que:

O latifúndio foi, também, um dos traços mais importantes do Brasil desde os tempos coloniais e cujos reflexos ainda hoje são notados com bastante intensidade. Como se sabe, extensões de terra exageradíssimas foram apropriadas por senhores influentes em todos os campos do país. Este

fenômeno gerou sérios conflitos sociais em torno da posse da terra, numa curiosa situação de baixíssima densidade demográfica e abundância de terras incultas.¹³

Todos os fatores conexos ao chamado “atraso” do Brasil com relação às nações europeias serviram de pano de fundo para as discussões colocadas pelos indivíduos envolvidos neste contexto no final do século XIX. Os discursos, permeados de interesses, enfatizavam a necessidade de criação de uma nação moderna, livre do trabalho escravo e com uma nova estrutura agrária. Sabemos que muitos são os estudos que buscam esclarecer as questões postas no final do século XIX, especialmente no que refere-se a abolição do trabalho escravo e da forma como a política foi conduzida para que fosse possível a proclamação do regime republicano, assim como os estudos sobre as ideias e indivíduos neles envolvidos.

Logicamente, não cabe discutir todos estes aspectos neste trabalho. Assim sendo, interessa-nos mais diretamente perceber de que forma uma parte destas pessoas, que muitos historiadores denominam de elite social e política, buscou implantar mudanças na estrutura fundiária do Brasil e como consequência sugerir quem deveria trabalhar as terras daí provenientes. É importante lembrar que muitos dos que faziam parte deste grupo eram abolicionistas e que traçaram objetivos para a eliminação dos mecanismos legais que sustentavam a escravidão, uma reforma social que eliminasse a supremacia do latifúndio e da monocultura.¹⁴

Uma das soluções apontada como ideal para o caso brasileiro de abastecimento de trabalhadores para a lavoura foi a imigração estrangeira: imigrantes de outros países seriam trazidos para empregar-se como trabalhadores livres nas atividades das fazendas. Neste processo, a Lei de Terras de 1850 possuía papel fundamental, uma vez que visava regular o acesso à terra e, desta maneira, impedir os futuros imigrantes de tornarem-se proprietários ao invés de empregar-se nas fazendas como trabalhadores. Por meio da referida lei, portanto, evitava-se o aumento excessivo dos salários (uma vez que somente altos salários poderiam fazer com que imigrantes trabalhassem em lavouras que não fossem de sua propriedade) e uma possível concorrência de futuros produtos rurais. Em

¹³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. p. 20.

¹⁴ JUCÁ, Joselice. Estudo Introdutório. In: REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988. p. 7.

outras palavras, fazia-se urgente criar mecanismos que impedissem aos setores pobres da população – não restringindo-se apenas aos imigrantes, mas do mesmo modo aos nacionais e libertos – o acesso às propriedades de terras e, conseqüentemente, o abandono do serviço nas fazendas.

Portanto, os discursos partiam da premissa de que uma nova configuração social baseada no trabalho livre deveria ser formada, preferencialmente com trabalhadores estrangeiros. Mas na opinião dos latifundiários esta transição, caso viesse mesmo a se concretizar, deveria ocorrer sem que fossem postas em prática alterações na estrutura agrária e na produção. Almejava-se, segundo estes indivíduos, uma modernização que não alterasse a correlação de forças, onde a elite proprietária permaneceria intocada, assim como as suas propriedades.¹⁵ Portanto, podemos perceber que eram muitos os atores envolvidos neste contexto: os latifundiários, que buscam manter sua hegemonia de poder; os escravos e libertos, na luta por liberdade, sobrevivência e direitos; e os imigrantes e colonos buscando refazer sua vida.

Discutia-se, igualmente, a questão dos direitos e de cidadania, sendo este um aspecto bastante abordado pelos autores contemporâneos, e que ganhava importância especialmente nos escritos dos abolicionistas, como foi o caso de André Rebouças e Joaquin Nabuco. Em seus textos averigua-se a amplitude que tal conceito possuía. Tratava-se, pois, da universalização de direitos civis e sociais a todos – brancos, imigrantes, indígenas ou libertos. Alguns defenderam fortemente a extensão do voto, as clássicas liberdades políticas e o acesso à propriedade da terra – a base da própria liberdade, de acordo com André Rebouças.

A resolução de todas estas questões não seria simples, ao contrário, resultaria de todo um processo bastante complexo e que parecia não definir-se em que direção deveria ser seguida. Mas, enfim houve consenso, estimular a vinda do imigrante europeu. Entretanto, as primeiras experiências realizadas com imigrantes na primeira metade do século XIX, no sistema de parceria estabelecidos principalmente nas fazendas de café paulistas e fluminenses, não apresentaram os resultados esperados, e isto significa dizer que a escolha pelo imigrante igualmente tinha seus entraves.

A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola já vinha sendo discutida e algumas tentativas de colocá-la em prática datam do início do século XIX. Nesse momento, onde a estrutura social correspondia economicamente a monocultura da cana de açúcar, alguns

¹⁵ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 2002. p.52.

homens da política advertiam da necessidade em se formar uma camada média, especialmente com o início da era imperial com a produção agrícola cada vez mais baseada no café.

Algumas colocações davam conta de que, do mesmo modo como a questão do trabalho na lavoura apresentava problemas, o atraso técnico da agricultura nacional naquele momento, como veremos mais detalhadamente no quarto capítulo deste trabalho, suscitaram uma amplitude das discussões acerca de mudanças nas lavouras. Dentre tantos temas, a incondicional defesa do europeu, preferencialmente provenientes do norte da Europa, como melhor solução para as questões de braços ao trabalho agrícola trazia consigo ainda a expectativa de progresso em termos sociais, étnicos, das técnicas empregadas na lavoura e também na diversificação do cultivo.

Por conta das atividades agrícolas da época, a questão do trabalho na lavoura ganha destaque e torna-se uma das principais temáticas debatidas no Parlamento Brasileiro. Segundo Octavio Ianni, “o estancamento do tráfico de africanos, a taxa negativa de crescimento vegetativo da população escrava e o desenvolvimento econômico traduzem-se numa efetiva fome de braços”.¹⁶ A situação ganha mais relevância no âmbito das lavouras cafeeiras, onde torna-se cada vez mais inegável a necessidade de homens para realizar o trabalho, que configurava-se cada vez mais complexo pois inserido na lógica capitalista e apresentando características de empresa.¹⁷ Ianni completa a reflexão afirmando que, nesse contexto, “ao mesmo tempo que o empresário procura retardar a abolição (ou deixa que ela se verifique por etapas, como de fato ocorreu) formula toda a política de mão de obra.” A necessidade de trabalhadores conduziu à política de trabalhadores para a lavoura.¹⁸

Ricardo Salles, ao refletir acerca da crise da escravidão acrescenta que escassez de mão de obra escrava reduziu as margens de solidariedade escravista, enrijeceu as divisões sociais, pressionou a redução de alforrias. E, ao mesmo tempo em que isso estava ocorrendo, o Estado imperial observando o quadro internacional de crescente política de desfavorecimento do sistema escravista, viu-se cada vez mais obrigado a

¹⁶ IANNI, Octavio. O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre. In: *História Geral da Civilização Brasileira – II O Brasil Monárquico – Reações e Transações*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976. p. 306.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 307.

levar adiante à abolição, segundo Salles também com vistas a preencher as fileiras do exército no Paraguai.¹⁹

A própria resistência dos escravos e atos de rebeldia mostravam que a situação não poderia sustentar-se por muito mais tempo. Além disso, a opinião de um grupo de brasileiros e estrangeiros que por aqui viviam, davam conta de que era necessário estender os direitos sociais e políticos a todos, e nesse sentido algumas crenças políticas, filosóficas e religiosas condenavam moralmente a escravidão. Tornava-se cada vez mais evidente que a escravidão “era fato condenado pelo avanço do capitalismo e pelo predomínio crescente dos países centrais do quadro internacional”, ao lado disso tudo era “vivido como uma condenação da escravidão produzida pelo avanço da civilização”.²⁰ A base do trabalho agrícola assentava-se no trabalho escravo, a escravidão, a partir de 1850, estava materialmente condenada, e a parte mais interessada na aquisição de braços, mostrava-se preocupada quanto ao desfecho da mesma, buscava-se uma fórmula para substituir o trabalho servil, pois acreditava-se não poder sustentar-se com a mão de obra nacional.

Entretanto, entendemos que a questão de atrair imigrantes não se resumiu apenas na falta de braços para suprir as necessidades da expansão da lavoura cafeeira. Do mesmo modo envolveu outras questões, como a ideia de povo amparada nos ideais elitistas tributários do modelo europeu de sociedade. Além disso, segundo Paulo Pinheiro Machado, na segunda metade do século XIX o Império vinha apresentando uma conjuntura favorável ao crescimento do setor de exportação agrícola, que favorecia por outro lado investimentos por parte do governo visto que “as principais receitas do Império eram os impostos” destas atividades.

O autor também destaca que esta fase de crescimento “exigia decisões das elites sobre importantes pontos de estrangulamento”, que, caso não fossem solucionados, poderiam resultar no colapso o “domínio e a riqueza da grande lavoura”.²¹ O problema não centrava-se unicamente na questão do trabalho escravo, mas envolvia do mesmo modo a necessidade de uma política de terras, um plano de investimento interno para setores de infraestrutura como portos, linhas férreas e urbanização e, principalmente, uma política imigrantista que atendesse as necessidades

¹⁹ SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: Crise da Escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 61.

²⁰ *Idem*.

²¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. p.64.

da grande lavoura e a ocupação das terras, bem como favorecesse uma diversificação do mercado interno nacional.²²

Assim sendo, embora houvessem outras questões à espera de equacionamento, garantir homens para o trabalho agrícola prevaleceu e tomou grande parte das inquietações. Sobre este aspecto José Murilo de Carvalho menciona que “o problema da mão de obra era preocupação constante no Império como o indica o fato de ter sido o que mais vezes apareceu nas *Falas do Trono*: em 56 falas, 34 o mencionaram”.²³

A importância destes temas nos ajuda a compreender o surgimento de diversas entidades empenhadas em transformar a lógica que estava colocada. Embora, com objetivos e atividades diferenciadas, essas entidades imprimiram importância no contexto político e social do século XIX ao discutirem, geralmente nas páginas de suas publicações, os problemas relativos aos temas candentes. Empenhadas em divulgar o que vinha sendo discutido nos círculos europeus e estadunidenses, algumas entidades como *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), criada em 1831 e o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* (IIFA) surgem com a marca do espírito iluminista presente em instituições semelhantes que brotaram no continente europeu durante os séculos XVII e XVIII, e que se propunham a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros.

Ao lado disso, é preciso destacar que falar do contexto brasileiro do século XIX, implica em tecermos alguns comentários a respeito do liberalismo que tomou lugar por aqui. Este foi objeto de intensos debates, havendo autores que assinalaram sua superficialidade, dada a realidade escravocrata do país, enquanto alguns chamaram a atenção para outros aspectos. No primeiro caso, encontra-se Robert Schwartz, para quem “as ideias estavam fora do lugar”²⁴, portanto acreditava ser difícil falar de liberalismo no Brasil Imperial, uma vez que o sistema monárquico era marcado pela existência da escravidão, pelo predomínio do latifúndio e pela exclusão da grande maioria da população da vida política. A realidade nacional, portanto, inviabilizaria claramente o estabelecimento de uma sociedade liberal, na qual os direitos civis são respeitados e tem-se a participação cívica do conjunto da população na política.

²² *Idem*.

²³ CARVALHO, José Murilo. “Modernização Frustrada: A Política de Terras no Império”. In. *Revista Brasileira de História*, março 1981, p. 51.

²⁴ Conforme discutido por: PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005. p. 86.

Alguns historiadores, ao estudarem o liberalismo imperial, não raro enfatizam seu conteúdo conservador, inclusive ao se referir aos liberais abolicionistas. Em conjunto com tais análises, observamos também historiadores que ao tratarem do movimento abolicionista, trazem à tona tanto seus traços conservadores como as medidas progressistas defendidas por seus integrantes, como a instituição de uma “lei agrária” para promover a “democratização do solo”.²⁵

Assim, cremos ser possível uma leitura do liberalismo do período imperial que mostre seu amoldamento aos preceitos liberais, pensando que o liberalismo deve ser entendido como uma cultura, e não como uma doutrina. Conforme Pierre Rosanvallon, um aspecto fundamental da cultura liberal é a recusa de “um certo modo de instituição da autoridade sobre os indivíduos”.²⁶ Deste modo, ao refletirmos nesta direção, podemos ponderar o liberalismo que fora praticado no Brasil Monárquico como uma recusa dos proprietários rurais em se subordinarem a um governo absolutista e na defesa destes proprietários do direito à propriedade, não apenas no que diz respeito a propriedade de terra, bem como sobre os seres humanos que eram escravizados.

Congregando indivíduos ligados ao regime e pouco propensos a métodos revolucionários, um grupo que congregava novos liberais notabilizou-se por apresentar um amplo programa reformista, que incluía mudanças como a abolição da escravidão, a extensão dos direitos civis e a disseminação da pequena propriedade rural, este grupo foi a Sociedade Central de Imigração. Críticos ferrenhos da escravidão – que deveria ser extinta sem indenização -, eles buscavam universalizar a cidadania civil, criticando o latifúndio improdutivo e valorizando experiências de colonização verificadas nas províncias do Sul do país.²⁷ Nos dizeres de Angela Alonso, o objetivo dos novos liberais – defensores do trabalho do imigrante, bem como do liberto - era a “formação de uma nacionalidade americana”, com a generalização da pequena propriedade, de modo a tornar o país uma “sociedade de pequenos produtores, descendentes de europeus educados, gerando cidades médias”.²⁸

Portanto, a Sociedade Central de Imigração surge alinhada a estes propósitos, sobretudo o de ser uma ferramenta para o aumento da vinda

²⁵ Para maiores informações ver: NEDER, Gizlene. *O liberalismo conservador brasileiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

²⁶ ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Tradução Antônio Penalves Rocha. SP: EDUSC, 2002. p. 13.

²⁷ ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p.204.

²⁸ *Idem*.

de imigrantes para colonização. Em sua opinião, a forma como vinha sendo conduzida a imigração até aquele momento não poderia continuar, visto que resultava em exploração dos imigrantes e no fortalecimento do latifúndio monocultor. Falaremos mais detalhadamente da SCI no segundo capítulo deste trabalho. Por hora cabe-nos entender um pouco quais fatores fizeram com que a situação imigratória fosse concebida como uma grande questão a ser revista e modificada.

1.1. APONTAMENTOS SOBRE A NECESSIDADE DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

Como já pudemos perceber, ao longo das duas últimas décadas da monarquia brasileira, ao mesmo tempo em que temas e questões relacionados à escravidão passaram à ordem dia, igualmente ampliaram-se os discursos e propostas de aumento da imigração e do que poderíamos chamar atualmente de “reforma agrária”. A reorganização do trabalho na lavoura necessitava de “novos braços”. Nesse sentido, a ampliação da discussão acerca de uma maior inserção de imigrantes no Brasil passou a ocupar a agenda do governo, dos intelectuais envolvidos na causa e, de modo mais intenso, dos proprietários de terra.

Assim, o tema tomou conta dos jornais, das produções intelectuais, dos discursos proferidos no parlamento, nas *Falas do Trono* e em vários espaços de discussão política e social do Império. A preocupação estava em propor soluções para subtrair o Império da dependência do tráfico e da escravidão, e concordavam que neste processo de transição a imigração estrangeira poderia representar um importante papel.²⁹ Contudo, as opiniões expressas divergiam amplamente.

O fato é que, com a ameaça do fim da escravidão, os fazendeiros paulistas passaram a incentivar a entrada maciça de imigrantes europeus. Por muito tempo, a historiografia brasileira, de um modo geral, aceitou esse argumento sem fazer maiores questionamentos. Contudo, segundo o historiador Petrônio Domingues, não havia escassez de mão de obra na província de São Paulo de finais do século XIX. Domingues calculou que havia no Brasil, naquela época, cerca de 4 milhões de brasileiros ociosos,

²⁹ SILVA, Lúcia Osório. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. In: *História econômica e História das empresas*. São Paulo: Hucitec, 1998. p.3.

entre negros e não negros.³⁰ Entre 1851 e 1900, entraram no Brasil 2 milhões de imigrantes, ou seja, metade do total de nacionais fora do mercado de trabalho. Não existia, portanto, uma real necessidade de atrair esse contingente de imigrantes para o país, pois os próprios brasileiros poderiam ter suprido a demanda.³¹

De fato é uma discussão a luz das pesquisas atuais em história, com base em uma renovação historiográfica do tema. Contudo, antes faz-se interessante observar como tais questões vinham sendo pensadas pelos seus contemporâneos, e com que argumentos. Assim, a entrada de imigrantes no Império e a necessidade de colonização em algumas regiões, foi tema de diversos livros e livretos publicados na segunda metade do século XIX. Neste conjunto, alguns trabalhos merecem destaque por apresentarem uma visão de como tais assuntos estavam sendo pensados na época. Alguns textos, como os redigidos pelo deputado Aureliano Tavares Bastos (1839-1875), o relatório do conselheiro João Cardoso de Meneses e Souza (Barão de Paranapiacaba), a proposta enviada pelo engenheiro Paulo José Pereira ao Imperador, ou ainda nos diversos artigos em favor da ampliação da imigração e que servem como auxiliares no entendimento de como vinha sendo organizada a política imigratória no Brasil nas últimas décadas do Oitocentos.

De tal modo, em relatório apresentado ao *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* em 1875, o Barão de Paranapiacaba apontava os problemas enfrentados e propunha soluções. Esta obra, denominada *Theses sobre a Colonização do Brasil*, era um projeto referente à colonização do país que, na opinião do Barão, precisava se espelhar no exemplo dos países que souberam conduzir a imigração. Para tanto, Meneses e Souza utiliza o exemplo dos Estados Unidos com vistas a mostrar como a corrente de imigrantes que chegavam até lá foram fundamentais para o progresso da república do norte. Este país recebeu uma enorme corrente de imigrantes da Europa, sobretudo de anglosaxões, a partir de 1790. Em sua opinião, com o aumento substancial de pessoas a cada dia neste país, quantidades incalculáveis de riqueza material e intelectual eram despejadas a todo o momento.

Portanto, seguindo a receita de progresso por meio da imigração, o Brasil precisava atrair essa corrente para seu território. A imigração para o Brasil, comparada aos números estadunidenses, era pífia, e ainda menor

³⁰ DOMINGUES, Petrônio. *Uma História Não Contada - Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição*. Editoria SENAC, 2003. p.27.

³¹ *Idem*.

do que aquela que se dirigia à República da Argentina. O número de imigrantes que chegaram ao porto do Rio de Janeiro entre 1855 e 1863, já subtraindo aqueles que deixaram o país também por este porto, era de aproximadamente 46 mil. Ao passo que somente em 1872 na Argentina chegaram cerca de 32 mil imigrantes. Com base nesses dados é que Meneses e Souza aponta no relatório, com vistas a mostrar e ao mesmo tempo questionar ao Ministério da Agricultura, qual a explicação de tão acentuada diferença entre a imigração para o Brasil e as Repúblicas do Prata e Estados Unidos: “Por que motivo a emigração europeia converge em tão grande escala para os Estados Unidos, e, passando pela barra do Rio de Janeiro, leva o rumo em direção às Repúblicas do Prata?”³²

Pela distância, segundo nosso autor, não se explicava, apesar da Europa estar mais perto dos Estados Unidos do que do Brasil, o Rio de Janeiro está ainda mais perto da Europa do que Buenos Aires. Quanto ao clima, nos diz que o Brasil é melhor que a república do norte e tão bom quanto a região do Prata. As doenças nos Estados Unidos assolavam com muito mais rigor os estrangeiros recém chegados. Enquanto em algumas regiões chovem torrencialmente provocando inúmeras calamidades, outras ardem na seca do deserto, passando por grandes períodos de estiagem. O clima é muito frio em algumas regiões, há frequentes geadas que destroem as plantações. No entanto, os viris emigrantes que ai se estabeleciam, venciam as adversidades da natureza e construíam uma das mais florescentes nações do planeta.³³ A insalubridade por si só, para Meneses e Souza, não é um obstáculo sério ao povoamento de uma localidade.

Outros aspectos que Meneses e Souza enfatiza como fator de afastamento da imigração, eram a falta de segurança, a dissensão e a guerra dentro de um país. Para o autor era imprescindível manter a paz interna. Sobre isso, dizia que apesar das repúblicas do Prata não oferecerem um estado de ordem perfeito, elas recebiam mais imigrantes que o Brasil, pois lá, se tinha uma das constituições mais liberais, onde o estrangeiro era protegido, tendo os mesmos direitos que o cidadão nativo. Além disso, a Argentina organizava propaganda de seu país na Europa, nessas eram inseridas informações quanto à geografia, as condições do solo, a oferta de emprego, os salários, as comunicações e etc. Mas, para o autor esses ainda não configuravam-se como fatores suficientes para explicar o maior fluxo de imigrantes para a bacia do Prata e Estados

³² MENESES E SOUZA, João Cardoso de. *Theses sobre a Colonização do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1875. p.21.

³³ *Ibidem*, p. 23.

Unidos. Sua opinião era de que “só quem for tomado de estranha cegueira poderá colocar o Brasil em pé de inferioridade aos Estados do Prata, quer em relação à sua constituição e ao modo que é aplicada e executada, quer em relação aos melhoramentos materiais.”³⁴

Para grande parte dos envolvidos nas discussões sobre imigração, incluindo a SCI, ao lado dos aspectos mencionados por Meneses e Souza, haviam outros que afastavam a imigração do Brasil, assim pontuava-se como sendo os principais: a falta de tolerância religiosa; o diminuto número de instituições de crédito, especialmente de bancos destinados a auxiliar a pequena lavoura e indústria; as restrições e estorvos, que a Legislação e a Pública Administração do Império colocavam a liberdade de indústria, em vez de desenvolver a iniciativa individual; os defeitos das leis de locação de serviços e contratos de parceria com estrangeiros; a inexecução da lei de terras públicas e a não existência do imposto territorial sobre os terrenos baldios e sem edificação; a falta de transportes entre interior e litoral; a falta de providências para a recepção dos imigrantes e colonos nos portos do Império; e a falta de propaganda do Brasil no exterior e, logicamente a escravidão.³⁵

Na década de 1880, iniciou-se o sistema de imigração subvencionada ou subsidiada. Os fazendeiros paulistas organizaram, em 1886, a *Sociedade Promotora de Imigração* que, entre outras atividades, passou a administrar a Hospedaria dos Imigrantes, construída no mesmo ano em São Paulo, e que se tornaria um verdadeiro mercado de trabalho onde se firmavam contratos entre imigrantes e fazendeiros. Na imigração subvencionada, diferente do que ocorria no sistema de parceria³⁶, o

³⁴ *Ibidem*, p. 31

³⁵ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 1 ao 4, Anno I, dez. 1883 a ago.1884, p. 3.

³⁶ De acordo com o contrato de parceria, os colonos tinham todas as despesas de viagem pagas e transporte até a fazenda. Os gastos com manutenção e instalação da família, efetuados logo após a chegada dos mesmos corriam também por conta do fazendeiro. Essa gratuidade era, na verdade, apenas um adiantamento: logo que o colono iniciasse a produção deveria começar a pagar o fazendeiro com juros de 6% ao ano e, mais tarde, juros de até 12% ao ano. A cada família de colonos imigrantes era atribuído um certo número de pés de café para cultivar, colher e secar, além de um pedaço de terra para plantar gêneros de subsistência. Do lucro obtido com o café colhido, o colono deveria receber a metade, descontando-se, porém, todos os gastos com a secagem no terreiro, limpeza, beneficiamento, transportes e impostos. O fazendeiro ficaria também com a metade do lucro dos alimentos vendidos pelos colonos. Ver: PETRONE, Teresa Schorer. Imigração assalariada. In: *O Brasil monárquico*. Tomo III. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1976. pp. 274-296.

governo brasileiro assumia a responsabilidade de arcar com as despesas de viagem dos trabalhadores imigrantes e de suas famílias e os fazendeiros arcavam com os gastos do colono durante o seu primeiro ano de vida no país. Além disso, os colonos receberiam um salário fixo anual e mais um salário de acordo com o volume da colheita, fixado por alqueire de café produzido.

Sobre as características gerais da imigração para o Brasil, observamos que houve uma maciça preocupação em trazer imigrantes para o trabalho agrícola, para colonização de áreas de fronteira ou ainda para as pretensões de formação populacional e de modernização, como veremos mais adiante neste trabalho. Contudo, pouco tem sido mencionado na historiografia sobre preocupação com a imigração para áreas e atividades urbanas, como foi o caso da imigração síriolibanesa que ocorreu praticamente em áreas urbanas. Embora não existam muitos dados referentes a população imigrante que se fixou no centros urbanos no século XIX, podemos supor que muitos dos que chegavam em nossos portos decidiram tentar a vida nestes espaços.

Estudando imigrantes italianos no início do período republicano, Melina Rovina assinala que os estrangeiros que se fixaram nos centros urbanos encontraram um ambiente bem mais hostil do que aqueles que rumaram para as zonas rurais. Enquanto as regiões agrícolas eram enormes e era fácil encontrar emprego, nos centros urbanos a competição no mercado de trabalho se mostrava mais acirrada. Como consequência, os imigrantes eram vistos pelos brasileiros como concorrentes no mercado de trabalho e eram repetidamente vítimas de agressividade e xenofobia por parte destes, como foi o caso dos portugueses no Rio de Janeiro e dos italianos em São Paulo.³⁷

Refletindo sobre a situação dos imigrantes italianos que vinham para as fazendas de café de São Paulo, Angelo Trento destaca que na medida que os imigrantes percebiam que nas fazendas a exploração do trabalho e os pequenos salários não eram interessantes, cada vez mais pessoas rumavam para os centros urbanos.³⁸ Chegando em um momento em que havia a transição do trabalho escravo para o assalariado, os imigrantes conseguiram monopolizar amplos setores produtivos no tecido urbano de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras capitais menores. De

³⁷ ROVINA, Melina Roberto. *Fogo cruzado: os imigrantes italianos entre o barrete frígido e o saco de coar café*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

³⁸ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1989. p. 67.

acordo com Maria Aparecida Macedo Pascal, muitos começavam como mascates e, reunindo algum pecúlio, abriam sua própria loja. A presença de imigrantes entre o proletariado era maciça nos dois principais centros urbanos brasileiros. Neste aspecto, é importante lembrar que na década de 1890 teve início no Brasil um processo de industrialização em que muitos imigrantes, em grande parte mulheres e crianças, foram empregados nas fábricas nascentes.³⁹

Com isso, percebemos que durante o século XIX houve diferentes tentativas de inserção de imigrantes no Brasil, ocorridas ora de forma sucessiva e ora de maneira concomitante. Assim, ao longo século é possível observar tanto a imigração direcionada as fazendas, em sistema de contrato de locação de serviços, bem como para fins de colonização em pequenas propriedades rurais. De acordo com Paulo Pinheiro Machado nos anos 1850 e 1860 as mais destacadas iniciativas do Governo Imperial, com vistas a incentivar a imigração e a colonização, seguiram a concepção liberal que acreditava na responsabilidade de o Estado oferecer meios e recursos para que a iniciativa privada levasse a frente tal projeto.⁴⁰

No ano de 1834 as atividades de imigração e colonização de estrangeiros foram delegadas as províncias, que deveriam arcar com os custos do processo. Em seguida algumas províncias elaboraram sua própria legislação para este fim, como foi o caso da província de Santa Catarina, permitindo a atuação de companhias colonizadoras ou de empresas particulares, nacionais ou estrangeiras na inserção de imigrantes direcionados a ocupar e desenvolver atividades agrícolas em sua própria terra.⁴¹ Analisando o modelo do Sul do Brasil, João Klug destaca que nesta região a imigração gerou um modelo de colonização diferenciado do que teve lugar no período colonial, “inserindo uma nova ordem na qual as teorias raciais ganhavam espaço e consistência”, e que do mesmo modo contribuíram para inserir “o regime de escravidão, no mínimo, sob um holofote interrogativo”.⁴²

O modelo de imigração que se dirigiu às províncias do Sul do Brasil era almejado por aqueles que defendiam a vinda de estrangeiros

³⁹ PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Imigrantes portugueses: anarquistas e comunistas sob o olhar do DEOPS. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, setembro de 2008. p. 6.

⁴⁰ MACHADO, *Op. Cit.*, p.67.

⁴¹ KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira. p.204.

⁴² *Ibidem*, p. 207.

para colonizar outras províncias do Império. No entanto, “nos decênios de 1860-1870, os colonizadores que se ocupavam com a instalação de alemães no Sul do Brasil tiveram que lidar de forma intensa com o *Reescrito Von der Heydt*, de 1859, promulgado no reino da Prússia”⁴³, que em teoria impunha-se como empecilho à vinda de alemães para o Império do Brasil. Tal decreto surgiu por conta das denúncias de maus tratos sofridos por estes nas colônias de parceria de São Paulo. Nas palavras de Klug “o documento revogava as licenças concedidas que dispunham sobre o transporte de emigrantes para o Brasil, assim como suspendia a outorga de novas licenças.”⁴⁴

Sobre este assunto, é bastante correto notarmos alguns historiadores alegarem que esta portaria teria prejudicado o fluxo imigratório de alemães, contudo Klug ressalva que acerca disso:

(...) é necessário examinar as fontes com mais atenção, procurando avaliar o real alcance de tal medida. Concretamente, não proibiu a emigração para o Brasil como se lê com frequência, mas pretendia proteger os súditos prussianos frente aos agentes inescrupulosos. (...) A constatação é de que a referida portaria foi praticamente sem efeito, segundo estatísticas brasileiras. (...) Entre 1860-1895 (portanto em plena vigência da portaria), esse número foi de 63.500 alemães, ou 1.800 pessoas/ano. Concretamente, a imigração alemã tomou maior impulso depois de 1859. Para Blumenau (colônia), por exemplo, entre 1850-1859, vieram em média 93 imigrantes/ano. Após o *Reescrito Von der Heydt*, entre 1860-1881, vieram em média 330 imigrantes/ano, o que aponta para a ineficácia da medida.⁴⁵

De acordo com a boa parte dos autores do tema, o incentivo à imigração europeia se deu por razões estritamente econômicas. O excesso na oferta de trabalhadores estrangeiros para a lavoura teria permitido aos empregadores manter os salários em níveis baixos, favorecendo a dominação da classe subalterna pela elite e ainda minando a organização política dos trabalhadores. Petrônio Domingues discorda dessa opinião pois, pautado somente no critério custo/benefício, teria sido mais

⁴³ *Ibidem*, p.211.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Idem*.

vantajoso aos fazendeiros paulistas, por exemplo, ter contratado trabalhadores vindos do Nordeste do Brasil que, quando requisitados, migraram em massa para trabalhar nos seringais da Amazônia entre 1876 e 1914. Neste caso, não haveria necessidade de uma imigração em massa de europeus para São Paulo e sim de um deslocamento de migrantes brasileiros vindos de regiões de economia estagnada. Outra questão levantada por Domingues é o fato de que a classe dominante paulista, uma vez optando pela imigração estrangeira, incentivou a vinda de europeus e rechaçou a de africanos.

Em torno dos debates sobre o fim da escravidão e incentivo a imigração, tomaram lugar no final do século XIX a disseminação no Brasil de conceitos de superioridade racial, que tinham se desenvolvido e adquirido grande prestígio no exterior. O pensamento científico brasileiro da época, que era fortemente marcado pelo positivismo, adotou "teses científicas" de darwinismo social e eugenia racial para defender o branqueamento da população como fator necessário para o desenvolvimento do Brasil.

De modo geral, a elite social e política brasileira, que era majoritariamente branca, passou a considerar como certo que o país não se desenvolvia porque sua população era, em sua grande maioria, composta por negros e mestiços. Assim sendo, a imigração não era considerada somente um meio de suprir a mão de obra necessária na lavoura, ou de colonizar o território nacional coberto por matas virgens, mas também com meio de "melhorar" a população brasileira pelo aumento da quantidade de europeus.⁴⁶

A proposta de "branqueamento" da população brasileira com imigrantes europeus sempre foi apresentada como se fosse ciência comprovada. Entre seus defensores destacaram-se principalmente os médicos, como Sílvio Romero em Pernambuco, Nina Rodrigues na Bahia e João Francisco Lacerda no Rio de Janeiro⁴⁷, além do sociólogo Francisco José de Oliveira Viana, autor do livro clássico *"Populações Meridionais do Brasil"*, publicado em 1918. Nina Rodrigues, considerado o criador da Medicina Legal brasileira, escreveu nesta época que: "a civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria da

⁴⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 152.

⁴⁷ ENNES, Marcelo Alario. "Imigração e Direitos na Região Noroeste Paulista". In: *Estudos de Sociologia*, Recife: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, vol. 12, n. 1, pp.58-59.

raça branca a quem ficou o encargo de defende-la (...) (dos) atos anti-sociais das raças inferiores...".

O modelo de imigração almejado, portanto, abarcava inúmeras questões e neste aspecto a questão étnica despontava nos argumentos daqueles imbuídos de cientificidade para buscar soluções. Por conta disso, analisaremos a seguir dois aspectos pautados nestas premissas: a introdução de chineses (como opção barata e rápida ao problema) e dos ideais constituídos em torno do desejo de se formar uma população que livrasse o país do atraso.

1.2. A BUSCA POR BRAÇOS PARA LEVOURA – O CHINÊS COMO OPÇÃO

Com a crescente necessidade de substituição do trabalho escravo a inserção de trabalhadores asiáticos tornou-se uma opção defendida por alguns membros da política do Império e vista como caminho para solução dos problemas por muitos fazendeiros. Contudo, a inserção de trabalhadores de origem asiática, especialmente de chineses, gerava grandes controvérsias, especialmente no que se tratava de pensar os rumos que uma grande introdução dessas poderia acarretar para a formação da nação brasileira. Nesse sentido, a documentação aponta para criação de discursos antagônicos que baseavam-se tanto em estudos de cunho racial, quanto em exemplos considerados bem sucedidos em outros países.

Quando buscamos compreender todo este universo de debates e opiniões que cercam a questão da imigração chinesa para o Brasil no século XIX, não raro, nos deparamos com importantes pesquisas que foram desenvolvidas a partir desta temática. A grande maioria destes trabalhos destaca o fato da criação de um discurso antiasiático no século XIX e, do mesmo modo, a não existência de uma unanimidade de opinião quanto a conveniência ou não da entrada de asiáticos no país.⁴⁸ De tal modo, segundo Rogério Dezem, o elemento de tensão que animava a

⁴⁸ Dentre os trabalhos que tratam a temática destacamos; *A China no Brasil: influencias, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e nas artes brasileiras*, de José Roberto Teixeira Leite; também *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, de Jeffrey Lesser; e uma análise mais completa de imigrantes de origem asiática (chineses e japoneses) pode ser encontrada em *Companhias Interessadas na Introdução de Asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da Republica*, de Arlinda Rocha Nogueira.

polêmica entre imigrantistas e abolicionistas em torno da “questão chinesa” oscilava entre um ou outro tipo de mão de obra vista como ideal, tanto do ponto de vista técnico como também do racial e político. Múltiplos discursos sustentaram-se pelas teorias racialistas que, importadas da Europa, inspiravam paradigmas de civilização.⁴⁹

As primeiras experiências de introdução de chineses no Brasil datam do início do século XIX, e estão relacionados com a tentativa de introdução da cultura do chá no Rio de Janeiro. Sobre isso, Rogério Dezem destaca que, na Europa de fins do século XVIII, especialmente na Inglaterra, o hábito de tomar chá estava em voga, não apenas por ser considerado uma especiaria com propriedades medicinais e de paladar diferenciado, mas pelo fato de que a sua comercialização era quase que totalmente monopólio dos ingleses.⁵⁰ Numa tentativa de participar desse mercado lucrativo, Dom João VI procurou incentivar o desenvolvimento da cultura de chá em espaços experimentais como o Jardim Botânico, a Ilha do Governador e a Fazenda Imperial de Santa Cruz, onde o solo e o clima pareciam ser mais favorável para tal empreitada. No ano de 1814 chegaram os primeiros imigrantes chineses vindos da colônia portuguesa de Macau.⁵¹ A estes caberia o trabalho de organizar o plantio, a colheita, a seleção e o preparo das folhas. Na Fazenda Imperial de Santa Cruz, por exemplo, foram plantados cerca de 60 mil pés de chá.⁵²

Portanto, tratava-se de um projeto econômico estratégico, levado a cabo pelo governo de Dom João VI, com amplo estímulo do então Ministro do Reino, Conde de Linhares - nesse período, o posto era representado por Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa (1790-1857), - e ainda contava com a proteção do Ministro de Guerra e dos Estrangeiros, Conde da Barca - António de Araújo e Azevedo (1754-1817).

O plano foi organizado em 1810 e, dois anos depois, desembarcaram no Rio de Janeiro cerca de 300 chineses, além de mudas e sementes de chá vindas de Macau no navio *Vulcano*. Tratava-se de

⁴⁹ DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientas no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. p.48.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Segundo Rogério Dezem, *Op. Cit.*, os números referentes aos chineses que vieram para o Brasil em 1814 são inexatos, girando em torno de 200 a 500 imigrantes.

⁵² LEITE, José R. Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileira*. Campinas: Unicamp, 1999. p.98.

experientes plantadores de ervas da província de Hubei, local famoso pelo chá verde. Estes indivíduos foram colocados para trabalhar na Fazenda Imperial, que mais tarde veio a ser o Jardim Botânico Real. Em 10 de setembro de 1814, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro outros quatro chineses, estes considerados cultos por serem mestres do processamento de chá.⁵³ O pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), durante sua primeira viagem ao Brasil, que durou de 1821 a 1825, registrou a plantação chinesa de chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, publicando a gravura em seu livro *Malerische Reise in Brasilien*, publicado em 1835 (traduzido em português como: *Viagem pitoresca através do Brasil*) cujo texto do mesmo modo faz referência a uma colônia de 300 chineses na cidade.

Figura 1 – Chineses (e negros!) trabalhando no cultivo de chá no Rio de Janeiro



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie, 1835.

No entanto, essa experiência não alcançou sucesso, sendo o fracasso atribuído em grande medida ao fato de estes imigrantes chineses não serem agricultores, e sim carregadores que trabalhavam nos portos da China. Esses imigrantes, segundo estudos apontam, nem sequer possuíam conhecimentos para o plantio de chá e, ao lado disso, as condições

⁵³ CHANG-SHENG, Shu. Imigrantes e Imigração Chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990). In: *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, Ano 4, Nº07, Rio de Janeiro, 2009.

climáticas e do solo das áreas escolhidas para o cultivo não se mostraram satisfatórias, gerando um produto de péssima qualidade para o consumo. Além disso, “os maus tratos sofridos pelos trabalhadores nas plantações do Jardim Botânico contribuíram para a fuga de vários deles”.⁵⁴

Ao que parece, num primeiro momento a iniciativa não motivou debates em torno da introdução de um maior número de trabalhadores chineses, uma vez que naquela ocasião o tráfico de escravos não passava por uma iminência de interrupção. Os que se dedicam a pesquisa histórica da imigração chinesa, como Rogério Dezem e José Teixeira Leite, acreditam que outro fator teria sido a própria característica do projeto, que estava ligado exclusivamente à cultura do chá, sendo portanto este argumento bastante utilizado para a pouca importância atribuída a esta primeira imigração de chineses e suas consequências.

A vinda de imigrantes chineses para o Brasil começou igualmente a gerar repulsa de alguns setores em meados do século XIX, onde se construiu todo um discurso negativo com relação aos trabalhadores chineses, seus hábitos e mesmo o seu fenótipo. Nesse sentido, Rogério Dezem afirma que:

(...) o “olhar europeu” é que teria suscitado interesse e curiosidade em meados do século XIX pela presença chinesa em terras brasileiras. Viajantes europeus de passagem pela cidade do Rio de Janeiro, como Rugendas, Eberle, Mawe, Maria Graham, Maximiliano e outros, registraram as primeiras referências sobre a “imagem” do chinês no Brasil. Foram as impressões gravadas por esses “artistas/naturalistas”, baseadas no *etnos* europeu, com relação aos pioneiros chineses que colaboraram para a construção do imaginário em relação não só aos chineses, mas também aos demais imigrantes de origem amarela.⁵⁵ (grifo do original)

Em conjunto com esta visão, tantas outras se somaram para depreciar os imigrantes chineses. Sempre acompanhados do fala de que, se o Império do Brasil pretendia formar um verdadeiro povo, precisaria voltar-se para a grande contribuição que somente a Europa poderia prover. Muitos compartilhavam do discurso desenvolvido pelo escritor e

⁵⁴ DEZEM, *Op. Cit.*, p.49.

⁵⁵ *Ibidem*, p.50.

diplomata francês Arthur de Gobineau, que redigiu o livro intitulado *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1853 e mais tarde largamente vulgarizado entre os intelectuais brasileiros como um dos cânones referentes à questão degenerativa da miscigenação das etnias.

Após a primeira tentativa de introdução dos chineses, denominados como *coolies*⁵⁶, direcionados ao cultivo do chá, teve lugar no ano de 1854 uma nova investida. Na ocasião, um investidor chamado Manoel de Almeida Cardoso, apresentou ao governo imperial uma proposta de organização para uma empresa de navegação que fizesse a ligação entre Brasil e China, com vistas a trazer imigrantes dessa nacionalidade. Contudo, tal proposta não foi aceita. O investidor, entretanto, financiou a vinda de 303 *chins*⁵⁷ vindos de Singapura, para o Rio de Janeiro.⁵⁸ A vinda desses imigrantes fazia parte de acordos que foram firmados diretamente com fazendeiros interessados neste tipo de mão de obra. Assim, em fevereiro de 1855, esses imigrantes desembarcaram na ilha de Sapucaia com o compromisso de permanecerem no trabalho durante dois anos, quanto então receberiam suas passagens de retorno sem custos.

Entretanto, como Maria J. Elias destacou, o governo brasileiro vinha sendo alertado pelo governo britânico quanto a forma como vinha sendo operado o recrutamento de chineses para imigração. Este trabalho, que vinha sendo exercido por companhias particulares e logo se tornaria oficial, foi assunto de um relatório elaborado em 1855 por uma representação do governo britânico - por solicitação do governo do Brasil. Neste documento são detalhadas as dificuldades e os limites de imigração de chineses. Apontava-se que, além dos costumes peculiares, era preciso estar atento ao modo como estes imigrantes eram recrutados, ou seja, se de forma espontânea com uso da força.⁵⁹

Ao que parece, os britânicos temiam a substituição dos negros pelos chineses no trabalho da lavoura e outras serviços no Brasil. Por conta disso empenharam-se em alertar o governo sobre a vinda dos

⁵⁶ Segundo Alexander Chung Yuan Yang, a denominação de *coolie* aparece como *coles* nos escritos portugueses quinhentistas. A palavra origina-se do hindu *kuli*. Evoluindo a seguir para *coly* – *kouly* e finalmente ao francês *coulie*. Em inglês passou a ser *coolie*, massa móvel de trabalhadores assalariados, quer indianos, quer chineses, que se irradiaram pelo ocidente servindo a várias sociedades.

⁵⁷ Termo amplamente utilizado nos escritos da época para designar *chinês* e outros indivíduos de origem asiática.

⁵⁸ ELIAS, Maria J. Introdução ao estudo da imigração chinesa. In: *Anais do Museu Paulista*, vol.24. São Paulo, 1970. p. 61-62.

⁵⁹ *Idem*, p. 62.

chineses. Talvez o alerta tenha surtido algum efeito, pois as tentativas de inserção de chineses são quase nulas e, conforme Dezem, houve apenas um contrato entre fazendeiros brasileiros e uma companhia de Boston para a introdução de 2 mil chineses num período de 18 meses. Desse número, vieram apenas 368 que foram distribuídos entre alguns fazendeiros da região Sudeste, que continuaram entusiasmados com a possibilidade da vinda de um número maior.⁶⁰

A partir destas tentativas principiam os mais variados discursos relativos aos trabalhadores chineses, veiculados na imprensa, em discursos nas sessões do Parlamento e da Câmara, e também em publicações avulsas que visavam tanto evidenciar suas vantagens como alertar para os problemas que poderiam ser carretados com a sua inserção na sociedade nacional. Ao nos lançarmos na leitura e análise de tais documentos, percebemos como tratava-se de um assunto bastante relevante naquele momento, o que nos leva a crer que a questão da imigração chinesa ocupou a agenda de muitos indivíduos a partir de meados do século XIX.

O que ocorreu de fato foi que, em consequência do sucesso da introdução de chineses em países como Estados Unidos, Cuba e Peru, os discursos proferidos em defesa da vinda em massa de chineses para o Brasil ganharam fôlego. Por outro lado, algumas vozes levantam-se no sentido de apontar os problemas que poderiam surgir com o uso de imigrantes chineses em nossas lavouras. O caso é que ambos os lados apresentaram seus argumentos no sentido de buscar uma solução para a substituição de mão de obra, e os resultados disso compõem uma série de escritos acerca do assunto.

Todavia, a vinda de chineses como consequência de acordos realizados diretamente com fazendeiros logo apresentou problemas. Do mesmo modo como os colonos europeus que vieram para trabalhar nas colônias de parceria, pouco tempo depois da chegada, tomaram lugar desavenças e conflitos entre os chineses e os fazendeiros. Acusados pelos fazendeiros de morosidade e indisposição para o trabalho, alguns se rebelaram e outros foram inclusive castigados fisicamente.⁶¹ Seus

⁶⁰ DEZEM, *Op. Cit.*, p.56. Não foi explicado ao longo do trabalho de Rogério Dezem o motivo da atuação de uma companhia de Boston para introdução de chineses no Brasil. Especula-se que o crescente uso da mão de obra chinesa em terras estadunidenses tenha propiciado o desenvolvimento de companhias que atuavam no traslado destes trabalhadores para outros países do continente americano.

⁶¹ *Idem.*

contratos teriam sido reincididos por serem os chineses, conforme atestaram os fazendeiros, indolentes, indisciplinados, inúteis e um tanto prejudiciais.⁶²

Com isso, os elementos formuladores de um discurso antichinês adquirem forma, e da euforia logo passou-se aos discursos de desgosto e decepção com relação aos trabalhos chineses. No jornal *A Imigração*, publicado em 1883, Alfredo Taunay chama a atenção dos nacionais para a necessidade de ampliação de uma enérgica propaganda em favor da imigração europeia com vistas a impedir a entrada de trabalhadores chineses, pois que aqueles países que apostaram todas as suas esperanças em seu trabalho estavam agora enfrentando problemas. Neste aspecto, notícias vindas dos Estados Unidos, Peru e Cuba davam conta de revoltas sangrentas envolvendo os chineses. Nesse sentido, Taunay busca chamar a atenção dos fazendeiros para o “perigo” de se investir na vinda de chineses, e destaca que não se devem envolver-se pelos sedutores discursos que apontam para as vantagens econômicas desse projeto:

É impossível que a nação se sujeite aos cálculos e esperanças de algumas dezenas ou centenas de pessoas, que ou pensam mal ou não se importam com os terríveis males que se originem das más resoluções e projectos. Reflectam bem os fazendeiros, aos quaes ascena com um trabalho baratissimo e capaz de lhes dar lucros fabulosos; reflectam bem, antes de aceitarem o insidioso presente: lembrem-se das horrorosas scenas de sangue do Peru e de Cuba, onde os crimes se multiplicam; não cuidem só do interesse transitório, ainda quando apareça ele; mas atendem para o paiz todo.⁶³

O senador Taunay procurou atrair a atenção para a necessidade de se pensar uma solução definitiva para a questão da mão de obra, e não a simples substituição. O parlamentar baseia sua fala na mentalidade de alguns fazendeiros, calcadas em uma relação arcaica “senhor/objeto de trabalho” que colocava o trabalhador chinês na qualidade de “novo escravo”. Segundo Taunay, se já estavam patentes os inconvenientes do trabalho escravo, esses se avultariam ainda mais com o trabalho chinês, pois já ficara provado que não se tratava se indivíduos dóceis a ponto de

⁶² ELIAS, *Op. Cit.*, p.67.

⁶³ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 1, out. de 1883. p.3.

aturar, sem reagir, a castigos corporais. Além disso, alerta que “basta, com efeito, o simples anúncio de que os chins vão ser importados para o Brasil, para que a Europa cesse qualquer movimento emigratório.”⁶⁴

Deste modo, podemos compreender que as discussões acerca da introdução de trabalhadores chineses, que no ano de 1879 recebeu a definição de “*Questão Chinesa*”, fizeram com que ficassem concentrados num mesmo debate elementos de cunho racial, político e econômico. Contudo, percebemos que o interesse pela vinda destes trabalhadores não foi abandonado, sendo em alguns momentos retomada com amplo vigor. Constituindo este um período de grande efervescência de ideias racialistas, a consistência dos debates sobre a possibilidade de substituição da mão de obra escrava via no “elemento amarelo” uma espécie de “intermediário” entre as raças branca e negra, de acordo com teorias desenvolvidas a partir do final do século XVIII e início do XIX.⁶⁵

O temor relativo ao uma possível imigração em massa de chineses fomentou o aparecimento de inimigos declarados que apontavam que tal prática resultaria tão somente em um modelo de servidão disfarçada. Segundo Célia Marinho Azevedo, os inimigos declarados da imigração chinesa, bem como de qualquer modelo que apresentasse características de semiservidão, se encontravam principalmente na *Sociedade Brasileira de Imigração*, na *Sociedade Central de Imigração* e nos jornais *O Paiz*, comandado por Joaquin Nabuco, na *Gazeta de Notícias*, de José do Patrocínio, ambos fundados com intuito de combater a escravidão e promover a imigração de europeus.⁶⁶

Além destes “inimigos declarados”, registros da mentalidade daqueles que mostravam-se plenamente favoráveis à imigração chinesa podem ser encontrados nas muitas declarações públicas, como a de Irineu Evangelista de Souza, então Visconde de Mauá, que sugeriu que viessem para o Brasil cem mil chineses por ano, ainda que o governo tivesse que arcar com as despesas das passagens de retorno daqueles que não atendessem as expectativas de trabalho. Contudo, o Visconde deixa claro que essa mão de obra deveria seguir, na realidade, um regime de trabalho de semiescravidão, sendo somente uma solução temporária, uma vez que jamais havia planejado colonizar o Brasil com essa raça, porém, sim, com essas braços uma crise que preocupa há muito anos, e com mais força

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ DEZEM, *Op. Cit.*, p.61-62.

⁶⁶ AZEVEDO, Célia Marinho. *Op. Cit.*, p. 147.

após a votação da Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), poderia ser solucionada.⁶⁷

De acordo com Maria José Elias, os *coolies* que viessem para o Brasil seriam encarregados de serviços aos quais acreditava-se que os colonos europeus não se adaptavam, ou melhor, que não queriam realizar, como a limpeza de pastos e terrenos, derrubada das matas, construção de açudes, eliminar insetos, secar e beneficiar o café e salvá-lo de intempéries.⁶⁸ Portanto, os interesses ligados à grande lavoura escravista não viam como o trabalho livre do imigrante europeu pudesse substituir o do escravo e nada mais justo, desse ponto de vista, que se buscasse uma solução seguindo os exemplos das experiências feitas com chineses em outros países.

Mostrando-se um grande partidário de tal discurso, Quintino Bocayuva, atuante jornalista e político, publicou em 1868 uma espécie de relatório intitulado *A Crise da Lavoura*. Neste escrito, Quintino Bocayuva deixava claro que não concebia outro caminho para a lavoura onerada de compromissos, falida, necessitada de créditos e de braços para o trabalho do que a inserção do trabalhador chinês. Em sua opinião, a “imposição do destino” que trazia consigo o regime trabalho assalariado, deveria ser resolvida com os chineses, os quais dizia serem superiores aos europeus.⁶⁹

Entretanto, embora favorável, Bocayuva não deixou de destacar os defeitos “desta gente”, mencionando o fato de os chineses serem exigentes quanto aos salários, serem praticantes de jogos, um tanto renitentes à disciplina que os impedisse de jogar, e também apresentavam uma natureza moral pervertida.⁷⁰ Características que poderiam ser contornadas e relevadas pelo lucro extraordinário que estes trabalhadores proporcionariam, quando comparados aos europeus. Em prol deste aspecto, Quintino então recomendava que se fundasse uma companhia comercial para promover a vinda dos chineses, e ao concluir seu opúsculo reiterava as vantagens de vinda dos trabalhadores chineses para as lavouras do Império:

Em minha opinião só por tal meio se poderá promover o desenvolvimento da propriedade rural entre nós, sem alterar-lhe a forma e a essência. A subdivisão das grandes propriedades é, sem dúvida,

⁶⁷ ELIAS, Maria J., *Op. Cit.*, p. 73-74.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ BOCAYUVA, Quintino. *A Crise da Lavoura – Succinta Exposição*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança 1868. p. 9.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 43.

salutar e há de chegar a sua época mais cedo ou mais tarde. Porém, é convicção minha que, por muito tempo, ainda será impossível modificar o regime de trabalho agrícola no Brazil, fazendo desaparecer as grandes lavouras. O café, principal producto da cultura nacional. É talvez de todos os productos do solo o que menos se presta à subdivisão absoluta. Além disso, aqui como em Cuba, sobretudo a princípio, será difícil aos fazendeiros suprimir de chofre todo o trabalho escravo. E em tal caso, que gênero de colonização se prestará ao trabalho promíscuo em que duas forças se equilibram?⁷¹

Os que defendiam a imigração chinesa procuraram de todo modo evitar que as críticas e comentários acerca da experiência do trabalhador chinês em outros lugares, publicando em contraponto vários comentários apontando a positividade de sua vinda. De modo geral, é possível observar que o tema da imigração chinesa passou a inserir-se nos debates que tratavam de apontar soluções imediatas para a crise da lavoura. Um destes foi o engenheiro paulista José Custódio Alves de Lima, que após uma viagem aos Estados Unidos publicou um estudo detalhado da experiência com chineses naquele país. Assim, em *“Estados Unidos e os norte-americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a Imigração Chinesa no Império do Brazil”*, publicado em 1886, Alves de Lima atribui os problemas com a mão de obra ao fato de o Brasil não ser o melhor destino aos imigrantes que se dirigem a América Meridional, por isso não conseguiria atrair um “maior influxo de imigração inteligente.”⁷²

Contudo, torna-se interessante observar que, mesmo os discursos em defesa do imigrante chinês não abstêm-se de apontar os elementos que causam estranheza, como o fez Alves de Lima ao registrar que estes “typos exquisitos, invariavelmente trajados á moda oriental, côr de cobre, olhos parecidos com almondega e rasgados para dentro, tendo por companheiro inseparável o rabicho, como symbolo de fidelidade á mãipatria”⁷³, são realmente dignos de estudo e observação. Segundo o

⁷¹ *Ibidem*, p. 30.

⁷² ALVES DE LIMA, José Custódio. *Estados Unidos e norte-americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Império do Brazil*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1886. p.144.

⁷³ *Ibidem*, p.151.

engenheiro, bastava estudá-los em todas as suas formas para aferir o seu grau de utilidade para todos os misteres da vida.⁷⁴ O grande apego a tradição em seus usos e hábitos também são destacados no estudo de Alves de Lima, afirmou que apesar de não serem facilmente assimilados, há de se reconhecer a sua resistência no campo dos costumes.

Outros aspectos são considerados relevantes por Alves de Lima na defesa de um amplo investimento na imigração chinesa, dizia que embora fossem um tanto “traíçoeiros e mentirosos” nas questões comerciais, aqueles que trabalhavam em serviços pesados e difíceis apresentavam grande aptidão. Apesar de aparentarem um físico pequeno, não apresentavam fraqueza para o serviço da mineração e de estradas de ferro, conforme observou em visita aos Estados Unidos. Somado a este fator, destacou ainda a sua timidez como sendo um fator positivo, tal característica garante que não se rebelariam contra os brancos, visto que seu principal objetivo era “ganhar dinheiro com mansidão, voltar para sua terra e mais tarde empurrarem os parentes para também ganharem dinheiro”.⁷⁵ Este costume de retorno e estímulo da vinda de outros trabalhadores garantiria, na crença de seus defensores, a continuidade do trabalho chinês.

Com estudos como este de Alves de Lima, resultado da observação do sucesso da imigração chinesa em algumas localidades dos Estados Unidos, estimulou-se mais debates em defesa das vantagens do trabalho chinês. Embora considerados como não assimiláveis, eles eram o que convinham como sustentáculo da grande lavoura. Os cafeicultores, abismados com o desvio do fluxo migratório para os Estados Unidos e para países do Prata, ante a inevitável abolição do trabalho escravo, passam a depositar suas esperanças nos asiáticos. Somado a isso, a questão da não assimilação por parte dos chineses era, em diversas ocasiões, apontada como fator positivo diante do temor de uma colonização chinesa. O temor de uma “mistura de raças” também ganhou espaço nos discursos e, por conta disso, era preciso deixar os termos de política de incentivo da imigração chinesa mais claros.

Setores do governo imperial igualmente apontaram a imigração chinesa como caminho a crise que se pronunciava, como os relatórios apresentados pelo Ministro da Agricultura nos anos de 1869 e 1870 onde esta sugestão aparece. No ano de 1870 o governo decide abrir concorrência para a organização da imigração chinesa e, por decreto de 9 de julho, concede a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antônio

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ *Ibidem*, p. 160-161.

de Miranda e Silva, ou à companhia que organizassem, a autorização para iniciarem os trabalhos. Estavam portanto autorizados a importar trabalhadores asiáticos destinados ao serviço da lavoura, mediante cláusulas que se baixavam juntamente com o mesmo decreto.⁷⁶ O prazo de concessão era de 10 anos a partir do primeiro desembarque de chineses em portos brasileiros. Na vigência deste prazo nenhuma outra companhia poderia trazer trabalhadores da mesma procedência e para o mesmo fim. O decreto teve prorrogação de mais dois anos em 2 de outubro de 1874. Sobre a mentalidade que permeou a sua elaboração, é bem clara a preocupação de conter despesas com a mão de obra e orientá-la para a grande propriedade, seguindo as condições que atendessem uma economia de exportação de gêneros.

Com vistas a perceber tais intenções, podemos simplesmente observar os itens 4º e 8º do artigo 3º, que revelam bem o caráter escravista desse contrato:

(...) 4º - A suspensão do salário nos casos de interromper-se o serviço por motivo independente da vontade do patrão e;

(...) 8º - A renúncia por parte do trabalhador do direito de reclamar contra o salário estipulado, ainda que seja menor do que o de outros jornaleiros livres ou escravos do Brasil.⁷⁷

As dificuldades seguiram a companhia, que foi nomeada de *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos*, desde sua fundação, encontrando os seus patronos sérios problemas para a efetivação do projeto. As contensões internacionais vieram por parte da Inglaterra e de Portugal, que chegaram a proibir o engajamento, sob tal regime, de trabalhadores chineses nos portos de Hong Kong e Macau. A questão ganharia ainda espaço de discussão no *Congresso Agrícola*, ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1878.

Ainda em 1877 a *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos* publicou a obra *Demonstração das conveniências e vantagens à lavoura no Brasil pela introdução de trabalhadores asiáticos*, que no ano seguinte, durante os debates do Congresso Agrícola, acabou tornando-se a principal referência do assunto por compilar artigos

⁷⁶ COLEÇÃO LEIS DO BRASIL. Tomo XXX. Parte I. Decreto nº 4547 de 9 de julho de 1870.

⁷⁷ *Ibidem*, Tomo XXV. Parte II. Decreto nº 5099 de 2 de outubro de 1872 e Tomo II. Parte II. Decreto nº 5791 de 11 de novembro de 1874.

publicados em diversos jornais desde 1850 e alguns outros discursos proferidos em palestras e encontros.⁷⁸ Os jornais realçavam o tom de defesa a favor dos *chins*, reiterando a necessidade econômica precisava estar acima de qualquer preconceito étnico. O congresso serviu também, em última instância, para apurar as questões de etnia provocadas pelas teorias racistas em evidência no final do século XIX.

Portanto, foi com o objetivo de discutir possíveis soluções para os problemas da lavoura, sobretudo cafeeira, que João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, então Ministro da Agricultura e Obras Públicas e presidente do Conselho dos Ministros, convocou em 1878 os representantes das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo para participar do Congresso Agrícola. Trataremos mais detalhadamente sobre este encontro no capítulo 4 desta dissertação. Por hora, é importante destacar que, na amplitude dos problemas colocados na pauta, a questão chinesa ganhou destaque.

Acerca dos aspectos gerais relacionados à imigração faz-se importante lembrar da existência da Lei de Locação de Serviços de 1879, que regulamentava os contratos efetivados especificamente na agricultura com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros. No entanto, segundo Maria Lúcia Lamounier, no final dos anos 1870, ainda se aventava entre os fazendeiros, nos debates e propostas parlamentares, a possibilidade de a imigração chinesa ser levada a cabo em moldes mais “livres” do que a europeia.⁷⁹ Ou seja, o rigor da lei seria quebrado conforme os interesses.

Em setembro do mesmo ano da aprovação da referida lei, a Câmara aprovava, logicamente em meio a grandes controvérsias, um crédito para uma missão especial à China, com o intuito de estabelecer relações diplomáticas com o chamado “Celeste Império” e promover a imigração de chineses para o Brasil. Tal projeto foi idealizado pelo Ministro Sinimbu, cujas simpatias pela introdução de trabalhadores asiáticos ficaram amplamente conhecidas. O referido ministro colaborara do mesmo modo com a própria elaboração da Lei de Locação de Serviços. Contudo, como destaca Lamounier, a lei “não trazia em seus termos nenhuma referência aos contratos com trabalhadores chineses: os “estrangeiros” de que tratava, não há dúvida, incluíam apenas os europeus”.⁸⁰

⁷⁸ DEZEM, *Op. Cit.*, p. 65.

⁷⁹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. O Trabalho sob Contrato: a Lei de 1879. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol.6, nº 12, pp.101-124, mar/ago. 1986. p. 104.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 113.

Embora houvessem divergências quanto a interpretação da Lei de 1879 no que tange a imigração de chineses, o fato é que seus conteúdos revelam as consonâncias dos planos que se delineavam como alternativas ao regime de trabalho escravo. O fato de estarem ao mesmo tempo condicionando os temas das discussões da “crise”, não configura coincidência, e tampouco trata-se de algo inédito. Estas questões já haviam sido sugeridas em outros momentos em que o trabalho escravo esteve sob ameaça. Sobre isso, Lamounier nos lembra que em meados na década de 1850, e depois em 70 e 80, muitas propostas defenderiam a opinião de que, no quadro de trabalhadores estrangeiros, os chineses e os indianos seriam os únicos que se submeteriam às condições de trabalho exigidas na transição do trabalho escravo para o trabalho livre.⁸¹

Na ocasião do Congresso Agrícola de 1878 ocorrido no Rio de Janeiro, as simpatias de Sinimbu pelos asiáticos já eram amplamente conhecida pelos participantes, tendo sido as vantagens e desvantagens de seu engajamento novamente exaustivamente ponderadas durante o encontro. Além de tudo que já fora exposto até aqui, o congresso foi palco da inevitável discussão em torno da inserção de chineses como população nacional. Sobre este aspecto, de acordo com Dezem, o governo e uma comissão formada por lavradores vindos de São Paulo eram também favoráveis à introdução do chinês exclusivamente como elemento transitório no processo de preparação do país para receber o trabalhador livre europeu.⁸²

No entretanto, a ideia que prevaleceu foi a de que o governo imperial deveria optar por uma política imigratória que propiciasse uma colonização de etnias “mais aperfeiçoadas”, ou seja, de indivíduos brancos e livres. Acerca de tal proposta, logo após o encerramento do Congresso Agrícola, a *Revista Illustrada* publicou passagens e caricaturas acerca das discussões que tomaram lugar no evento. Algumas de suas imagens são interessantes para observarmos, mesmo que sempre em tom satírico, as diferenças étnicas, de profissão e lugar social dos trabalhadores da terra. Logicamente o lugar ocupado pelo trabalhador chinês representa, com sutil ironia, umas das intenções dos idealizadores do Congresso Agrícola e do próprio Império: de descartar não apenas o trabalho negro, bem como seu elemento étnico (considerado negativo) na composição do povo nacional.

⁸¹ *Ibidem*, p.114.

⁸² DEZEM, *Op. Cit.*, p. 73.

Figura 2: “Os chins como transição”



Fonte: *Revista Ilustrada*, nº 120, 1878, p. 8.

De acordo com Dezem, esta é uma gravura bastante instigante, quando a observamos podemos identificar um interessante cruzamento de olhares entre o elemento branco (que podemos dizer se tratar de um fazendeiro) segurando uma picareta em forma de âncora, e o escravo negro que, retratado com características típicas de sua figura, encontra-se desprovido de sapatos e apoiado em uma enxada. Compondo a gravura, a ideia de que o *chim*, figura que personifica a “raça amarela”, seria responsável por atenuar a interferência negativa do negro, facilitando o “branqueamento” da população brasileira. Finalizando o quadro, temos a figura simbólica do mulato que, representado à parte do trio, teria “direito de protestar” como expressão da mestiçagem sendo a solução para o atraso causado pela escravidão.⁸³

A necessidade de combate a uma possível corrente imigratória chinesa foi amplamente alertada e mesmo executada pela SCI por meio de suas propostas, escritos e de seu jornal *A Imigração*. Na publicação de seu primeiro boletim mensal o grupo já deixava expressa sua opinião com relação ao assunto, alegando que a de tal medida resultariam tão somente danos, tanto sociais quanto econômicos e, ao lado disso:

⁸³ *Idem*.

O Brasil deve querer irmão de trabalho e não machinas vivas de trabalho, que significa a exploração dos outros, idéa só possível no tempo em que não haviam feito caminho as generosas ideias do abolicionismo.

O *chim* para não poucos é uma escravidão disfarçada, e essa possibilidade lhes sorri ao espirito e aos péssimos hábitos contrahidos desde a infância. Na obra de regeneração nacional o *chim* é um mal, um grande mal, pois continua uma viciosíssima disposição que cumpre combater a todo o transe.⁸⁴

Esta opinião, expressa logo na sessão inaugural dos trabalhos da SCI, revela que na opinião do grupo a imigração chinesa deveria ser de todos os modos combatida, não sendo cogitada nem mesmo como uma solução temporária ou transitória. Também na sessão inaugural alguns dos presentes propuseram a coleta de assinaturas em um protesto que seria encaminhado ao governo imperial. Ações como essa permearam muitas e muitas discussões nos anos finais do século XIX, pois, como consta da ata da reunião da SCI, estavam convencidos de que “o elemento chinês é uma barreira á immigração que queremos unicamente – a européa.”⁸⁵

1.3. DISCURSOS E DEBATES ACERCA DO IMIGRANTE IDEAL

Como vimos, com o fim do tráfico de escravos passaram a ocupar a agenda dos políticos e intelectuais, engajados em garantir a produção econômica agrícola do Brasil, os mais variados projetos de intensificação da imigração estrangeira. Segundo Jair de Souza Ramos “alguns projetos consistiam em desatrelar imigração e colonização, trazendo imigrantes para substituir os trabalhadores escravos nas fazendas”.⁸⁶ É nesse período que as fazendas de café em São Paulo passam a ganhar relevância na economia nacional e com o fim da escravidão, torna-se urgente a necessidade de substituição de mão de obra. Ao lado disso, se intensifica

⁸⁴ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 1 a 4, 1883, p. 4.

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ RAMOS, Jair de Souza. *O Poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói-RJ :Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.p.71.

a relação do fim da escravidão com a construção de um projeto de nação para o Brasil, baseado na aposta da vocação civilizadora do branco europeu, principalmente em contraposição à marginalização do trabalhador nativo, fruto do esquema escravista implantado no Brasil.

Nesta perspectiva, com a tese de que o imigrante branco europeu civilizador iria misturar-se e modernizar a nação brasileira, a questão da etnicidade se estabelece como um dos pilares da política imigratória, nas palavras de Ramos: “preocupados com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de ‘civilização’, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país.”⁸⁷ Ao analisarmos brevemente alguns dos guias, panfletos e livretos de incentivo à imigração podemos perceber que, desde meados do século XIX, a diplomacia brasileira se esforçara por desenhar, do Império do Brasil, o retrato de um lugar privilegiado pela ausência de preconceito racial e de conflitos entre sua população.

Ao longo da temporalidade que se abriu a partir de 1850, com maior impacto a partir de 1870, foram produzidos e veiculados discursos centrados na defesa e no incentivo à imigração como caminho necessário para o ingresso do país nas trilhas do progresso e da civilização.⁸⁸ Nesse caso, o imigrante ideal era europeu e “morigerado”, tinha cor branca e seria a mão de obra capaz de assegurar a superação do “atraso” e do “imobilismo”, em uma cenografia na qual caía um enorme silêncio sobre o ex escravo e as populações indígenas – e a toda população livre pobre – como ilustram as palavras do Ministro Rodrigo Augusto da Silva, do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, no ano de 1887:

Cumprе considerar a imigração por aspectos menos restritos ou mais amplos, frisando-a pelo que realmente vale como fator ativo que poderá tornar-se, do povoamento do nosso vastíssimo território, da constituição da pequena propriedade, do desenvolvimento das indústrias de toda a natureza,

⁸⁷ *Ibidem*, p.72.

⁸⁸ Para aprofundamento do tema consultar: MENEZES, Lena M. de. “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX” In: ANCINO, Hugo; DE LA MORA, Rogelio (coord.), *Ideas, intelectuales y paradigmas en América Latina (1850-2000)*, VeraCruz/México, Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007, pp. 396-414.

como agente eficaz, enfim, do progresso social em todas as suas esferas.⁸⁹

Discursos como este traziam as marcas de uma visão de presente e de futuro na qual estava ausente a possibilidade do negro liberto, e demais pobres livres nacionais, transformar-se em trabalhador livre, capaz de arrancar o Brasil das amarras do passado, a partir de enquadramentos que opunham habilidades, características e moralidade entre as “raças”, segundo os parâmetros evolucionistas e racistas que marcaram a segunda metade do século XIX. Tal maneira de conceber a imigração não apresentou alterações até o final do Império e persistiu com o advento da República, mesmo que discursos voltados para uma melhor regulamentação e controle sobre o processo passassem a ter maior visibilidade. O fato é que as preferências étnicas ganharam forças nos discursos, sendo sempre exaltadas as qualidades e vantagens da introdução desta ou daquela nacionalidade.

Foi portanto, como outras relacionadas, questão amplamente colocada na década de 1880 e retomava temas já discutidos em décadas anteriores, tratando da vinda de indivíduos aptos para a almejada modernização agrícola e também para a “melhoria” populacional do país. Deste modo, a organização de meios para promover o aumento da correte imigratória precisaria, necessariamente, atentar para certos fatores tidos como fundamentais para o progresso nacional como um todo. Acreditava-se que com a vinda da etnia certa, seria possível igualar-se, em certa medida, as nações mais avançadas no mundo.

Nesse sentido, décadas antes, discursos como os de Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, João Cardoso de Meneses e Souza, entre outros, buscaram colocar a imigração como questão de primeira ordem, porém que necessitava de resoluções organizativas que garantissem a entrada de imigrantes que viessem a preencher as expectativas produtivas e a contribuir positivamente nos costumes nacionais. Neste aspecto, como vimos, os chineses lideravam a lista dos indesejáveis.

A imigração como “solução para a lavoura” e para o branqueamento populacional fortaleceu os discursos de representação pejorativa do negro. Portanto, a quase totalidade dos planos de intensificação imigratória para o trabalho nas fazendas e de “construção de núcleos coloniais para povoar o Brasil rechaçaram o homem negro,

⁸⁹ BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas* de 1887.

liberto ou escravo.”⁹⁰ Tais posições acerca da preferência pelo imigrante europeu em detrimento do trabalho dos negros (escravos ou libertos) pode ser observado em alguns dos escritos dos políticos e intelectuais que serviram de porta vozes dos interesses da classe dominante, são obras que revelam em muito o sentido norteador da política imigrantista do século XIX.

Inserida neste grupo de escritos está a obra *Reflexões sobre a Colonização no Brasil*, escrita por Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho e publicada em 1878. O autor era médico mas teve atuação política no Império. Este livro resultou de sua tese, que fora aprovada pela *Academia de Medicina da Corte* e publicada em Paris em 1878. Em suas reflexões e pesquisas médicas, Jaguaribe Filho assinala que dentro da política do governo para a imigração e formação de colônias agrícolas:

(...) não é só o progresso material que almejamos, é também o moral e o intelectual; torna-se pois necessário ver qual o povo que melhor nos convém (...). Deveríamos logo excluir as raças africanas e asiáticas, que, decrépitas no espírito e disformes no corpo, estão condenadas a desaparecer da terra como a lia da humanidade.⁹¹

Assim, fazia-se imperativo dispender extremo cuidado com a escolha dos povos que imigrariam pois, segundo Jaguaribe Filho, as etnias acima citadas certamente propagariam “o mau carácter, bem como os vícios orgânicos e morais” no local que as acolhessem. Tais males seriam praticamente insolúveis, uma vez que a ciência, conforme o autor, já havia comprovado a sua inferioridade biológica, moral e intelectual.⁹² De acordo com essa visão, a “infortunada raça africana” era extremamente inconveniente para “preencher a lacuna da falta de braços em um paiz como o nosso”.⁹³

Nesse sentido, o relatório de Cardoso de Meneses, anteriormente citado, revelava, assim como outros tantos, o desejo de parte da elite social e política em encontrar a maneira mais eficiente de promover o

⁹⁰DOMINGUES, Petrônio. *Um história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac, 2003.p.45.

⁹¹JAGUARIBE FILHO, Domingos José Nogueira. *Reflexões sobre a colonização no Brasil*. São Paulo: A.L. Garraux e Cia, 1878. p. 278.

⁹² *Ibidem*, p. 296.

⁹³ *Ibidem*, p. 295.

branqueamento da população. De acordo com o conselheiro Cardoso de Meneses, o caminho seria a inserção em massa de “arianos”. Aliás, segundo Petrônio Domingues, até a década final da escravidão, os “arianos”, enfim, “os imigrantes de nacionalidade alemã, ocupavam a preferência dos intelectuais e políticos para empreender a tarefa dupla da imigração: atender às necessidades de trabalho na lavoura e de ocupação dos vazios demográficos.”⁹⁴

Em contraste com o negro, os “arianos” eram considerados, tanto no imaginário social como nas teorias científicas, como a expressão do que havia de mais desenvolvido em termos de civilização e cultura, além de se acreditar que a sua suposta pureza sanguínea seria capaz de regenerar etnicamente o Brasil. A partir de tais perspectivas pulularam os mais diversos discursos e escritos em defesa da entrada de alemães no Império.

Na década de 1860, um professor de história alemão, ao debruçar-se sobre estas questões no contexto do Brasil e outros países da América Latina, elaborou um discurso de exaltação de seus compatriotas como alternativa a imigração/colonização. Estamos falando de Gottfried Heinrich Handelmann, que publicou em Berlim a obra *Geschichte von Brasilien* (História do Brasil), obra que ganhou notoriedade e serviu de referência para intelectuais e foi considerada por muitos como “a melhor história do Brasil até então escrita”. Na parte final desta obra - que somente fora traduzida no Brasil em 1918 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – intitulada *Brasilien und die Einwanderung* (O Brasil e a imigração), Handelmann igualmente enfatiza a inferioridade do negro e do indígena, consideradas por ele como desprovidos de energia vital e incapazes de atender à crescente necessidade de modernização do país. Embora nunca tenha estado no Brasil, suas observações foram bem recebidas, tanto na Alemanha como no Brasil.

Portanto, assim como tantos outros, Handelmann encontrava na imigração europeia o recurso recomendável, apesar de conceber o homem livre nacional como uma alternativa razoável, o autor destaca que “o brasileiro livre prefere viver em estado de penúria e independente, e mesmo prefere tal vida à riqueza, se, para alcançá-la, tiver que trabalhar”.⁹⁵ Contudo, dizia que se o Brasil desejasse receber de fato uma imigração alemã, deveria criar mecanismos de tratamento privilegiado, pois assim os alemães se sentiriam motivados a contribuir para o

⁹⁴ DOMINGUES, *Op. Cit.*, p.49.

⁹⁵ HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *Geschichte von Brasilien*. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1860. s. 934. (Tradução livre da autora)

desenvolvimento do país através de sua maior capacidade de produção, empreendimento, criatividade e superioridade moral, intelectual, cultural e étnica.

Como vimos até aqui, a questão de escolha de uma etnia ideal para povoar, e em certa medida modernizar país, caminhava em conjunto com a ideia de imigração para substituição de mão de obra na grande lavoura e demais serviços executados até então pelos escravos. As duas perspectivas angariaram adeptos ferrenhos e munidos de elaborados aportes teóricos de defesa. No entanto, no caso específico da SCI, a questão repousava em atrair espontaneamente e criar mecanismos que proporcionassem aos imigrantes uma vida plena de direitos e oportunidades.

A fixação de imigrantes, nesse contexto, condicionava-se à necessidade imediata da grande lavoura, desvinculada de um projeto colonizador para o território. Na gênese da introdução do trabalho livre na cafeicultura, a mentalidade escravocrata do fazendeiro entendia que a organização dos núcleos populacionais, sobretudo na fronteira ocidental da zona cafeeira, deveria disponibilizar a mão de obra conforme os seus interesses. Afinal, era no interior dos vastos latifúndios que acontecia o povoamento efetivo da terra. Assinale-se que, nos anos anteriores à implementação do sistema de parceria⁹⁶ no Brasil, o avanço das zonas agrícolas, em São Paulo e Minas Gerais, contou com um afluxo sem precedentes de escravos para aquelas províncias.

Apesar disso, mesmo dentro de tal perspectiva, havia uma complexa discussão que dizia respeito a qual a melhor forma de estabelecer núcleos coloniais e quais seriam os melhores indivíduos para

⁹⁶ Em 1840, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro trouxe 90 lavradores da região do Minho, Norte de Portugal, para trabalhar como parceiros em sua Fazenda Ibicaba, que localizava-se próxima à cidade de Limeira, na província de São Paulo. O contrato de parceria, firmado antes do embarque para o Brasil, estipulava que cada agricultor e sua família deveriam cultivar certa extensão de pés de café na fazenda que os acolhesse, recebendo em pagamento uma porcentagem do lucro líquido anual da venda do produto por eles gerado. A parceria empenhava daquele modo, por antecipação, o resultado do trabalho futuro do imigrante, com o qual ele deveria saldar os gastos feitos em seu benefício, desde a viagem marítima até os adiantamentos para compra de alimentos e subsistência. Cf. MENDES, José Sanchetta R. *Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império*. In: *Caderno Centro de Recursos Humanos*. Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, vol.22 no.55 Salvador jan./abr. 2009.p. 2.

desenvolvê-los. Tal aspecto já vinha sendo discutido na primeira metade do século XIX e seguiu pela década de 1860 e 1870, ganhando vulto nos escritos desenvolvidos pelo deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos. A questão da imigração, a seu ver, deveria ser planejada e executada com base em um acompanhamento que aconteceria já no “recrutamento” dos interessados em tentar a vida no Brasil. Portanto, segundo Tavares Bastos, a imigração não deveria ser vista apenas como um fator de reposição de mão de obra, mas antes como representação da renovação do Brasil, uma vez que os imigrantes, quando bem escolhidos, poderiam significar progresso ao país. De acordo com seu pensamento, apenas a imigração espontânea mereceria créditos; contudo, para que obtivesse sucesso fazia-se necessário que o governo reconhecesse a grande necessidade de reformas políticas, econômicas e sociais urgentes, pois seria este o único meio de aumentar as correntes imigratórias para o Brasil.⁹⁷

Tavares Bastos defendia que o país não deveria investir na atração de quaisquer imigrantes, ele desejava sobretudo os imigrantes oriundos do norte europeu (suíços, alemães, belgas, irlandeses, ingleses, franceses – lamentava que as duas últimas nacionalidades não buscassem o Brasil) e estadunidenses. Os povos latinos não despertavam seu interesse, embora não os excluísse em sua totalidade, pois, em sua opinião, suas instituições políticas e sociais não haviam avançado; eram povos presos ao pensamento retrógrado do catolicismo e do absolutismo – bem diferentes dos povos nórdicos que haviam desenvolvido instituições liberais e avançavam nos padrões do progresso. Tavares Bastos construíra assim sua tese imigratória muito em virtude de um racismo histórico baseado em um discurso que dividia os povos⁹⁸ entre os que foram capazes de construir grandes civilizações e os que se mantiveram no atraso.

Para além da ênfase na superioridade dos alemães e da intenção de fazer uso de sua mão de obra na grande lavoura, buscava-se atrair imigrantes com certas características – sobretudo agricultores e com algum capital para compra de terras - concebidas como ideais para muitos grupos como a SCI. Hermann Blumenau, fundador da colônia que leva seu nome no Estado de Santa Catarina, foi um destes incentivadores da imigração europeia para o Brasil. Hermann Blumenau escreveu, em 1851,

⁹⁷ MORAES FILHO, Evaristo. *As ideias fundamentais de Tavares Bastos*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 240.

⁹⁸ Teoria que pregava a diferença entre os povos buscando medir o avanço e a complexidade das sociedades desenvolvidas entre os vários povos. Ver: TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

o seu *Guia para os Imigrantes da Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, onde os que pretendiam imigrar poderiam encontrar as mais variadas informações sobre a viagem e a vida no Brasil.

De acordo com sua opinião, algumas classes tinham maior chance de sucesso no empreendimento imigratório, acreditava que a classe mais favorecida com a imigração seria certamente a dos agricultores que, através do trabalho em uma propriedade estável da terra, conseguiriam o que na Europa parecia mais difícil de realizar-se: sair do estado precário em que viviam. Enfatizava também que, mesmo que venham em grande número, podem ter certeza de que poderão adquirir terras apropriadas às suas atividades e conhecimentos.

A respeito do imigrante “ideal”, Hermann Blumenau deixou bastante evidente que havia diferenciação em relação às condições dos agricultores interessados em emigrar, com isso os apresenta divididos em três categorias:

(...) aqueles que não possuem os meios deverão trabalhar como empregados, a fim de juntar o dinheiro necessário para poderem instalar-se por conta própria; aqueles cujos recursos são suficientes para estabelecer-se, mas apenas contam com a força de seus braços (devem lembrar-se que além da passagem, precisarão de 250 a 500 mil réis para o sustento da família); e, finalmente, os mais abastados, que desejem investir o capital e aplicar seus conhecimentos, mas devido ao fato de não pretenderem realizar trabalhos braçais, tornam-se dependentes da mão de obra assalariada. (...)

Dentre os agricultores que emigram, os mais independentes são os da segunda categoria, ou seja, aqueles que têm alguns recursos e contam apenas com a força de seus braços. Estes, provavelmente, são os mais satisfeitos, pois conhecem o valor do dinheiro e sabem o quanto é difícil consegui-lo. Zelam pelo que possuem e não deixam levar-se por esperanças vãs, como acontece com as duas outras classes.⁹⁹

⁹⁹ BLUMENAU, Hermann. Guia de Instruções aos Imigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Organização de Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry. Tradução de Curt

A preocupação em selecionar um “imigrante ideal” para o Brasil, em grande medida, acompanha as ideias e propostas agrícolas que a SCI buscava implantar no país. Assim, através de guias como erigido por Blumenau, os possíveis imigrantes poderiam encontrar informações importantes para o início da vida em pequenas propriedades rurais. Estas informações são das mais variadas categorias e levantam os mais variados aspectos que vão desde como preparar a terra, quais as culturas mais favoráveis ao lucro, criação de animais e até as ferramentas necessárias para iniciar tal empreendimento.

No entanto, se a imigração europeia era considerada ideal, nem todos os europeus, porém, eram vistos sob as mesmas luzes. No contexto do evolucionismo que marcava a época e que forjava uma “geografia” altamente discriminadora e “imaginativa”, uma Europa ativa e, portanto, industrializada (a ser tomada como modelo) contrapunha-se e uma “Europa passiva”, agrícola e “atrasada”, com os povos da Europa mediterrânica caracterizando esse atraso e essa passividade; justamente aqueles que constituíam as maiores colônias estrangeiras no país. Frente ao negro liberto, entretanto, o trabalhador europeu - sem maiores distinções - acabava sendo idealizado como pertencente às “raças superiores”. Evolucionismo e racismo jogavam, assim, uma dialética ímpar, no sentido da defesa da imigração europeia como opção de futuro.

Além disso, a ideia de constituição de um povo, de modo que, para uma análise da relação entre imigrantes e sociedade brasileira é necessário explicitar, primeiramente, as ideias em torno da construção do Estado nação, porque, ainda que não seja o foco deste estudo, falar de sociedade é falar de pertencimento e de elaboração de vínculos produzidos, elaborados e constantemente renovados através de meios que não só mantém a unidade presente, mas também projeta o futuro de determinada sociedade.¹⁰⁰

A ideia de Estado nação remete ao sentimento de pertencimento ao conjunto de uma série de elementos que dão identidade a uma determinada nacionalidade; elementos estes que compõem a base material e histórica de uma determinada nação para consolidar uma identidade cidadã. Nessa perspectiva, ser cidadão de uma determinada nação significaria pertencer a uma comunidade específica, construída por

Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.p. 191.

¹⁰⁰ Para uma discussão a respeito ver HOBBSAWM, Eric. Etnia e nacionalismo na Europa. In: *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.271-282.

pessoas que têm em comum uma cultura, um idioma, uma fronteira geográfica, um conjunto de fatos históricos e de características singulares que os legitimam como tal, ou seja, elementos de identificação que na prática evidenciam uma diferença – o “nós” e os “eles”; a “identidade e a alteridade”; a “homogeneidade e a heterogeneidade”.¹⁰¹

Na ideia das elites sociais e políticas do século XIX, segundo Hobsbawm, existem três critérios para um povo tornar-se uma nação, o primeiro afirma que o povo tinha de possuir alguma relação histórica com um Estado já consolidado; o segundo critério discorre sobre a necessidade de um povo ter a capacidade de conquistar outros; o terceiro é “dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”.¹⁰²

Deste modo, a ideia de nação brasileira propagada pelos intelectuais e estudiosos da realidade brasileira do século XIX, forjou uma nacionalidade, sobretudo com a ideologia de que era necessário entender e construir o Brasil a partir da concepção europeia, ou seja, era necessário construir um sentimento de nacionalidade ligada a imitação de experiências da Europa. Os intelectuais da literatura entenderam o Brasil numa perspectiva determinista, ou seja, o Estado através da exaltação do indígena, das belezas naturais, e de heróis formava um imaginário de que tudo no Brasil teria surgido de forma natural, buscando a partir deste imaginário a construção de um país pelo nacionalismo, ou seja, a nação brasileira não foi criada naturalmente, mas forjada pela classe dominante, onde era necessário um sentimento nacionalista que ideologicamente uniria a população em massa na busca da materialização de um interesse do bem comum.

Portanto, na concepção da elite, que acreditava-se executora e responsável pelas mudanças necessárias que colocariam o Brasil no “rumo certo”, aliar a população adequada as novas perspectivas econômicas, onde o imigrante estrangeiro, acreditava-se, daria o tom da modernização e livraria o país das marcas deixadas pelo regime escravista. Em suas opiniões estão fortemente explícitas a preocupação em superar a “crise” que acreditavam existir no sistema econômico, e que ao mesmo tempo não comprometesse a sua produtividade agrícola.

Na busca pelo elemento étnico afinado com os ares modernizantes e que ao mesmo tempo promovesse uma “arrancada” para livrar o país do atraso, Louis Couty afirmava que a mão de obra nacional há muito tempo

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3ª Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002. p.49.

apresentava-se como um problema a ser equacionado, mas que pouca atenção fora direcionada de fato a este assunto, e somente a proximidade da emancipação exigia uma solução prioritária. Para ele:

As causas da situação financeira devem ser procuradas na própria formação do povo e na arregimentação de suas forças produtivas. Enquanto elas permanecessem as mesmas ou continuarem a diminuir pela supressão progressiva da escravidão, as dificuldades financeiras continuarão também a se agravar.¹⁰³

Apontava que a preocupação com a formação de um povo deveria sobrepor as preocupações em implantar tecnologias:

Há quinze anos o país vem sendo realizando consideráveis progressos em sua tecnologia nacional; construiu quase mil quilômetros de estradas de ferro; garantiu a construção de várias outras linhas importantes, que estão atualmente sendo executadas.

(...) A conclusão de todos esses fatos é, entretanto, bem simples: as máquinas e as estradas de ferro não valem nada por si sós; elas não criam a produção apenas a melhoram. Atrás e adiante delas devem estar presentes braços e inteligências; e um *povoamento adequado* deve preceder ou ao menos acompanhar o aperfeiçoamento da tecnologia.

Em todos os países novos o Estado ocupou-se primeiro do povoamento e só mais tarde da tecnologia. No Brasil fez-se o inverso; deram garantias aos engenhos sem assegurar a matéria prima e construíram estradas de ferro que não tem nenhum tráfego.¹⁰⁴ (grifo meu)

Nota-se, mais uma vez, a preferência pelas etnias europeias para cumprir tal função. Contudo, no conjunto daqueles que imigravam, entretanto, muitos se afastavam da definição de “ordeiros” ou

¹⁰³ COUTY, Louis. *Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília: FCRB/Senado Federal, 1984. p.35

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 26-28.

“morigerados”, afastando-se do modelo do imigrante ideal. Ou seja, do trabalhador ‘superior’ desejado pelas elites. Entre o ideal e o real havia, assim, um fosso de significativa importância, explicado por múltiplos fatores. Esses incluíam desde as formas de arregimentação a problemas do mercado de trabalho. O distanciamento existente entre o ideal e o real propiciou, assim, a emergência de um discurso altamente agressivo contrário à imigração ou, pelo menos, dirigido aos seus bastidores.¹⁰⁵

O discurso de combate ao estrangeiro cobrava soluções urgentes destinadas a colocar um fim ao crescimento da vadiagem, da criminalidade e da prostituição, imputando à imigração a responsabilidade pelas “doenças sociais” que afligiam o país, com maior ênfase nas áreas urbanas e para as cidades portuárias. O destaque dado à participação dos estrangeiros no mundo do crime passou a ter presença recorrente nos relatórios dos chefes de polícia desde o final do Império: Muitos deles denunciavam, por exemplo, que “(...) a quase totalidade dos crimes contra a pessoa eram perpetrados por indivíduos da ínfima classe da sociedade – escravos, estrangeiros, proletários e desordeiros, vulgarmente conhecidos como capoeiras.”¹⁰⁶

Na defesa de uma solução para o problema, o chefe de polícia reportava-se a experiências de sucesso adotadas em outros países, conclamando as autoridades a tomarem medidas urgentes para coibir a ação dos estrangeiros “perigosos”:

Os legisladores portugueses e franceses cogitaram, acertadamente, acerca dos estrangeiros proletários e, por isso, aquele, no art. 259, e este, no art. 212, dos respectivos códigos penais, instituíram que o estrangeiro legalmente declarado vadio e vagabundo seja posto à disposição do governo para fazê-lo sair do território do Estado.

Urge que alguma medida ordinária ou extraordinária se tome a respeito dos vadios e vagabundos, que são uma das pragas da sociedade e, permita-me dizer, o embrião de crimes contra a segurança individual e de propriedade.¹⁰⁷

¹⁰⁵ BRASIL. *Relatório do Chefe de Polícia da Côrte*, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça de 1870.

¹⁰⁶ *Idem*.

¹⁰⁷ BRASIL. *Relatório do Chefe de Polícia da Corte*, anexo ao Relatório do MJ de 1870: 20 e 23, apresentado pelo ministro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

Os discursos que circulavam nos meios policiais tinham por justificativas estatísticas que demonstravam que os estrangeiros tinham participação majoritária em determinados tipos de crime, com destaque para os crimes contra a propriedade.¹⁰⁸ É importante destacar que, ao final do século XIX, tornaram-se comuns, por todo o mundo, análises que vinculavam determinados crimes a determinadas nacionalidades, encaminhando a conclusão de que as nações mais desenvolvidas haviam evoluído dos crimes violentos para crimes nos quais a argúcia dava o tom, caso da vigarice.

Nesse contexto, pode ser considerada emblemática a análise feita por Elysio de Carvalho, professor da Escola de Polícia, com relação ao crescimento do crime na capital brasileira já nos primeiros anos do século XX:

A criminalidade carioca é gravíssima: aqui todas as formas de delinquência aumentam consideravelmente (...) Nestes seis últimos anos, de 1907 a 1913, foram praticados no Rio 17.702 crimes, tendo por autores, provados e conhecidos 18 359 indivíduos. Ora, enquanto se acometeram no período mencionado 3 186 delitos contra a propriedade, verificaram-se 11.550 contra a pessoa, o que é deveras de aterrorizar os mais destemidos (...) Aqui observa-se a inversão da lei que preside o desenvolvimento a criminalidade nos países de civilização superior, a qual, segundo ela, se transforma de violenta em fraudulenta e, sendo assim, não sei como conciliar este fato com a afirmação dos cronistas elegantes de que o Rio se civiliza.¹⁰⁹

Prosseguindo em sua análise, Carvalho apontava a participação estrangeira como uma das razões desse quadro, dando destaque “à má qualidade das correntes migratórias” que se orientavam para o Brasil.

¹⁰⁸ Sobre crime e contravenção no Rio de Janeiro, no que diz respeito tanto aos delitos em si quanto às teorias explicativas circulantes, ver MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Pathologia Social, vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

¹⁰⁹ CARVALHO, Elysio de. *A luta técnica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Biblioteca do Boletim Policial, XXXII, 1914, p. 14.

Ao nosso orgulho nativo, ao nosso sensualismo mórbido (...) e a essa vadiagem de fraque insolente e debochada (...), e mais a situação política do país, a densidade da população, a má qualidade das correntes imigratórias, provenientes de países como a Itália, Espanha e Portugal, que ocupam na Geografia geral dos homicídios os três primeiros lugares, ao alcoolismo e, finalmente, à fraqueza da repressão e à insuficiência da polícia devemos 90% do sangue derramado a cada ano no Rio de Janeiro.¹¹⁰

Com vistas a “atenuar” o impacto destas “más correntes migratórias”, o ministro Antônio Gonçalves de Faria, em seu relatório referente ao ano de 1891, propunha providências “no sentido de introduzir imigrantes moralizados e afeitos ao trabalho: estes, mais facilmente, se tornarão proprietários em São Paulo ou em outro Estado, dando lugar nas fazendas aos que forem chegando”.¹¹¹

No entanto, se o desejo era transformar o sistema de atração ou aliciamento de imigrantes europeus, algo precisava ser feito urgentemente. O modo como vinha acontecendo este aliciamento apresentava problemas, o que tornava o combate aos estrangeiros considerados “indesejáveis” ainda mais complicado. Isso pelo fato de que tal medida necessária não estava restrita apenas as ações que se operavam no exterior. A expulsão dos estrangeiros que pudessem ser considerados nocivos ou perigosos começou a tomar vulto nas décadas finais do século XIX, para surgir como prática corrente com o advento da República.

No entanto, alguns documentos nos dão conta de que os “maus hábitos” apresentados por alguns dos estrangeiros não estava apenas relacionados à questões de cunho étnico. Nesse sentido, a análise dos processos de expulsão estabelecidos a partir do início do regime republicano evidencia que muitos indivíduos que chegaram ao Brasil não se enquadravam na categoria de “indesejáveis”, considerando-se, por exemplo, que vários haviam imigrado quando ainda eram crianças pequenas ou adolescentes, com cerca de 12 anos. Assim, a razão para muitos desvios comportamentais deveriam ser entendidos como resultado

¹¹⁰ *Ibidem*, p.15.

¹¹¹ BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de 1891*, apresentado pelo ministro Antônio Gonçalves de Faria em maio de 1892. p.27.

da vivência no Brasil, não sendo uma transposição de “desvios” ocorridos em seus países de origem.

Considerada a expansão da contravenção e do crime na virada dos séculos XIX para o XX, inúmeras evidências pareciam demonstrar às autoridades que uma atenção especial devia ser dada à imigração. Registre-se que essa “necessidade” tornou-se imperiosa quando o anarquismo ganhou visibilidade no país. Foi a ação dos anarquistas no movimento operário das grandes cidades brasileiras que tornou a questão imigratória pauta obrigatória nas agendas política e policial no alvorecer do século XX.¹¹² Acerca disso, nas palavras de um chefe de polícia do período, fazia-se necessário atentar para o fato de que:

A imigração que nos tem procurado, com as vantagens verdadeiramente notáveis, nos tem trazido também, em grande quantidade, o estrangeiro estragado por todos os vícios, o criminoso perseguido pela justiça do seu país, o aventureiro capaz de todas as audácias. Além disso, o movimento que agora agita as nações europeias, formulando como bandeira de combate a guerra contra o capital, contra os elementos conservadores da sociedade, já nos envia também os seus propagandistas, que se encarregam de acumular o combustível entre as classes menos abastadas para fazer as suas explosões.¹¹³

As palavras do chefe de polícia acima transcritas fazem parte de relatório encaminhado ao *Ministério da Justiça e Negócios Interiores* no ano de 1891, relativo às ocorrências registradas no ano anterior. Com poucas mudanças, suas observações seriam reproduzidas por seus sucessores, que utilizavam exemplos dados por países como a Inglaterra, Bélgica, França, Espanha, Dinamarca e Itália nas políticas de repressão ao estrangeiro “nocivo”, para defender a necessidade de lei que autorizasse o governo a expulsar estrangeiros, conforme impunha o Direito Internacional.

Como podemos perceber, aqueles que defendiam a imigração como única forma de civilizar o Brasil não se ativeram a estes aspectos

¹¹² Para um estudo mais aprofundado consultar ver: MENEZES, Lená M. de. *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

¹¹³ *Ibidem*, p.65.

que acabamos de destacar. Além disso, não localizamos na documentação da SCI qualquer menção a nocividade de alguns imigrantes. Pelo contrário, em várias oportunidades a SCI exaltava o sucesso dos europeus, contrapondo-os com exemplos negativos de nacionais.

Por fim, embora o trabalhador nacional tenha ganho conotações um tanto negativas nos discursos de defesa da imigração, é importante destacar que estes também contaram com algumas vozes defensoras naquele momento. Em relatório erigido em 1873, o ministro José Fernandes, aludindo ao momento de transição pelo qual passava a agricultura brasileira rumo ao fim da escravidão, expôs a necessidade de se tomar medidas para assegurar o seu desenvolvimento. Sugeriu o ministro que se aproveitasse a mão de obra nacional, fazendo referência às “forças produtivas que se perdem no interior do país” e defendendo que as aproximasse do mercado. Para ele, não era somente a imigração e a colonização estrangeira que deveriam receber apoio, a colonização nacional também deveria ser objeto de tal ajuda.¹¹⁴

Na opinião do ministro a população nacional pobre, se amparada pelo governo, poderia trazer benefícios a si e a sociedade como um todo. Registrou em seu relatório que:

Sem facilidade e muitas vezes sem meios de transporte, sem capitais para adquirir instrumentos agrários, esta população, que continua quase inútil a si e a sociedade, em breve aumentaria as suas colheitas, se, auxiliada pelo Governo, pudesse remover-se para districtos mais favoráveis, e aí obter as terras necessárias.¹¹⁵

Esta opinião também era compartilhada por José Fernando da Costa Pereira Junior, que foi presidente da província do Espírito Santo entre 1861 e 1863. Segundo ele, era preciso associar a ajuda ao trabalhador nacional à questão da imigração, lembrando que tal questão ganhava cada vez mais destaque nos debates acerca do problema da mão de obra. Por isso, longe de dissociar nacionais de estrangeiros, destacou a necessidade de os lavradores brasileiros receberem as mesmas atenções dispensadas aos imigrantes. Além disso, com vistas a ver concretizada tal ideia, formulou uma espécie de integração entre ambos, onde os brasileiros e os imigrantes se ajudariam reciprocamente. Assim, os

¹¹⁴ RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, 1872, p. 06.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 08.

lavradores brasileiros auxiliariam os imigrantes com informações sobre o país de acolhimento e ainda sobre métodos agrícolas, enquanto aos estrangeiros caberia o ensino de novas técnicas agrícolas.¹¹⁶

Portanto, em meio a esta discussão de construção de uma imagem de imigrante idealizada, é preciso destacar que houve um importante papel econômico desempenhado pelo pequeno camponês nacional na passagem do trabalho escravo para o braço livre e que foi observado por diversos historiadores, dentre os quais destacamos o estudo de Paulo Zarth. O autor tratou da importância do trabalho livre na província do Rio Grande do Sul e a maneira como os nacionais executaram trabalhos de abertura de caminhos e outros serviços que favoreceram a instalação dos imigrantes. De acordo com o autor, “quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitas colônias o caboclo era contratado para a demarcação dos lotes, a abertura das estradas”.¹¹⁷

No entanto, a política fundiária seguida pelo governo, foi desfavorável ao nacional, tendo a política de fixação do agricultor em terras para o cultivo privilegiado o elemento estrangeiro em detrimento dos caboclos (ou lavradores nacionais) e dos grupos indígenas. O estrangeiro, como vimos, ganhou predileção e foi a base de uma mobilização significativa observada entre alguns grupos no final do século XIX. De fato, muitos grupos já haviam buscado organizar-se em décadas anteriores com vistas a proporcionar mudanças. Sempre que nos for conveniente e permitido falaremos deles. Contudo, nosso intuito aqui é perceber como a Sociedade Central de Imigração surge neste contexto e de que forma buscou operacionalizar todas estas teorias que tratamos até para de fato declarar guerra ao latifúndio e levar a cabo o ideal da pequena propriedade rural com imigrantes europeus. Vejamos.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 09.

¹¹⁷ ZARTH, Paulo. *Op. Cit.*, p. 174.

CAPÍTULO II – A SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO – (1883-1891)

O conjunto de propostas sugeridas pela SCI na década de 1880 serve de apoio para conhecermos de que maneira aquele momento e seu contexto estavam sendo lidos por seus idealizadores. De fato, muitos são os aspectos que podem fornecer informações a este respeito, seja o conjunto de propostas, sejam os projetos que foram desenvolvidos individualmente por alguns de seus principais membros, ou ainda uma leitura mais detida e minuciosa das publicações feitas através de obras e do periódico do grupo, o jornal *A Imigração*.

A primeira vista, o que nos fica claro, como os autores mencionados anteriormente igualmente enfatizam, trata-se de uma visão contextual de indivíduos pertencentes à elite social e política do Império. Neste caso, a visão compartilhada por muitos dos que escreveram sobre o Brasil naquele final de século davam conta de que o então Império era lugar rústico, incivilizado, pouco conhecedor do que havia de mais moderno em todas as áreas, fossem intelectual, científica, tecnológica, legislativa, etc.

A ideia de atraso foi discutida em diversas oportunidades pelo grupo e sob a ótica de diferentes temas. No periódico da SCI, anteriormente citado, não são raras as menções aos elementos de atraso e, soma-se a isso, a constante comparação com nações que definiam como mais avançadas e civilizadas, como os Estados Unidos, a França, Alemanha e outras. Desde as primeiras discussões sobre as propostas de mudanças para o cenário sociopolítico do Império, os membros da SCI direcionam críticas à escravidão, ao latifúndio, ao atraso técnico da agricultura e mais veementemente a ausência de interesse da maioria dos representantes políticos em aumentar o fluxo imigratório de europeus para o Brasil.

Sobre as questões relacionadas à terra, foram constantes os comentários publicados em periódicos da Corte e no próprio jornal *A Imigração*. Na passagem a seguir temos exemplificada a forma como observavam a questão do latifúndio e sua manutenção baseada no trabalho escravo:

Milhões e milhões de metros quadrados de excelente terra abandonada, sem cultivo, sem aproveitamento, e a um canto de imensa fazenda, como symbolo do atrazo e da inércia, uma velha

casa já quase em ruínas rodeadas de senzalas, onde a noite se recolhem, fechados à chave, centenas de negros captivos (...)¹¹⁸

A palavra “atraso” parece ser uma das definições mais amplamente utilizadas pela SCI para caracterizar o período. As críticas direcionam-se a muitos setores da vida pública e social do Império. Neste sentido, as teorias que estavam em voga na Europa parecem servir de base para o pensamento dos indivíduos envolvidos com as tensões existentes no Brasil. Ao que parece grande parte das transformações ocorridas no século XIX podem ser consideradas reflexos da expansão do modelo capitalista europeu e das teorias que vinham adquirindo espaço neste cenário.

Compreender de que maneira os indivíduos dos anos finais do século XIX estavam fazendo uso da inegável influência de ideias europeias configurou-se como desafio para muitos estudos direcionados. Alguns teóricos concebem que a utilização de ideias europeias serviu tão somente para a construção de teorias abstratas e deslocadas. Nesse sentido, Robert Schwarz afirmou que as ideias, sobretudo o liberalismo, no Brasil do século XIX e pelo menos até 1930, estariam fora do lugar. Ao caracterizá-lo como um produto ideológico do capitalismo triunfante, as ideias liberais quando inseridas num contexto onde ainda predominava o modo de produção escravista deixava de ser uma ideologia ocultadora da exploração do trabalho, como era na Europa. Em nosso caso, segundo o autor, passou a ser um divertimento das elites vazio de sentido e reduzido a um verbalismo ornamental.¹¹⁹ Opondo-se a esta perspectiva, Maria Sylvia de Carvalho Franco coloca que embora o Brasil fosse escravista estava inserido no sistema capitalista mundial e que, portanto, não havia distinção entre os sistemas praticados aqui e na Europa, visto estarem ambos voltados ao lucro. Nesse sentido, as ideias importadas estariam, portanto, em seus lugares.¹²⁰

Ao refletir sobre a ação e todo o conjunto de discursos e propostas levados a cabo pela SCI, concordamos com a opinião de Angela Alonso quando refere-se a apropriação de ideias e teorias europeias pelos intelectuais que estavam analisando o Brasil nas décadas finais do século XIX. Para Alonso, o movimento de apropriação de ideias e teorias, que

¹¹⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 13, anno II, set. 1885, p.1.

¹¹⁹ SCHWARZ, Robert. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

¹²⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: *Cadernos de Debate*, nº 1, 1976, pp.61-64.

estava em efervescência desde 1870, “passa longe do quadro de importação aleatória de ideias”.¹²¹ Voltaremos a esta discussão ao tratar mais detalhadamente das ideias e escritos dos membros da Sociedade Central.

Um dos desafios que pode caracterizar-se como bastante interessante ao historiador é o de analisar o período estudado sob a ótica de suas fontes e, por consequência, daqueles que a produziram. Tal aspecto será evidenciado aliando a produção de documentos e alguns aspectos da biografia de determinados indivíduos que engajaram-se nas causas defendidas pela SCI. Com o objetivo de compensar as lacunas das fontes de pesquisa, optamos por analisar os perfis biográficos dos personagens mais atuantes da Sociedade Central, buscando intersecções no que concerne, sobretudo, às trajetórias políticas e acadêmico-científicas, que pudessem revelar algo sobre a rede de relacionamentos desses indivíduos e, por extensão, sobre a vida societária da instituição. Para Mary Del Priore, o uso das biografias “caem como uma luva para resolver alguns problemas práticos dos historiadores”.¹²² Nesse sentido, a autora esclarece que, ao realizarmos biografias, não se trata de fazer a história de grandes nomes, abordando-os como exemplos, mas antes de “examinar os atores célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época”.¹²³

2.1. IDEALIZAÇÃO E FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO

Em meio às propostas que tomaram o lugar no período, encontramos projetos das variadas vertentes, contudo a maior parte apresentava em comum a ideia de mudanças na estrutura da propriedade de terras e de sua produção vigentes até então. Todavia para outra parte dos clamores que se ergueram para debater o assunto, no entanto, o problema deveria exclusivamente sanar a necessidade de braços para a lavoura, sem promover reformas de cunho mais profundo. Assim, as

¹²¹ ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.113.

¹²² DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 2009, p.7-16.

¹²³ *Ibidem*, p.9.

propostas reformistas que surgem nesse momento eram um tanto conservadoras, tendo em mente exclusivamente a subdivisão apenas parcial dos latifúndios. E, conquanto o resultado disso fosse o aparecimento de uma classe rural pequeno proprietária, esta conviveria com a grande propriedade.

Como já foi dito, existiam divergências quanto ao futuro da grande lavoura, a busca pelas soluções ao problema do trabalho agrícola permaneceu no horizonte durante um bom tempo. Em um primeiro momento, ao que parece, o intuito era resolver as dificuldades pelas quais passavam a produção agrícola. Ao lado disso, primava-se pela sobrevivência das grandes propriedades depois de extinto o trabalho escravo, mesmo com algumas transformações. As transformações aceitas circunscreviam-se em duas frentes: uma na cedência de terras dentro das propriedades para serem cultivadas pelos trabalhadores livres, e outra no favorecimento da pequena propriedade como resultado do fracionamento dos latifúndios.

Muitos são os relatos, no entanto, que acreditam que um país baseado na pequena propriedade trabalhada por homens livres, preferencialmente europeus, era a solução após a abolição. Com isso, surgem os mais acalorados discursos em defesa da efetivação e aumento da imigração para as províncias do Império do Brasil e, concomitantemente, uma revisão da política agrária para que se facilitasse o acesso à terra aos imigrantes. Tal configuração de acesso deve-se a Lei de Terras de 1850 que teve como principal objetivo controlar o acesso a terra, já que não poderiam ser adquiridas terras devolutas por outro meio senão através da compra.¹²⁴ Apesar deste instrumento de controle, algumas províncias buscavam criar seus próprios mecanismos de acesso à terra como forma de atrair e manter os imigrantes. Conforme Zarth, o governo do Rio Grande do Sul criava condições favoráveis para que os colonos adquirissem a sua propriedade, com o intuito de criar pequenas propriedades na província. Para exemplificar tal fato, Zarth cita o relato de um oficial alemão que “escrevendo na década de 1850, argumentava, em favor da imigração, que era injusta a acusação contra o governo brasileiro de querer apenas substituir os escravos”.¹²⁵

Acontecimentos como este, que denotam possibilidades, favoreceram a argumentação colocada pela SCI décadas mais tarde na luta por uma organização agrária fortemente baseada na pequena propriedade, pois acreditavam na possibilidade de atrair trabalhadores

¹²⁴ ZARTH, *Op. Cit.*, p. 76.

¹²⁵ *Idem.*

rurais qualificados, os quais ajudariam nos projetos de modernização do país.¹²⁶ Até então, a grande preocupação relativa ao problema imigratório concentrava-se nos aspectos organizacionais. No entanto, embora algumas entidades e indivíduos tivessem lançado esforços no sentido de intensificar a imigração estrangeira para o Império do Brasil, tornava-se urgente, pois, o surgimento de uma instituição centralizadora que assumisse o papel de gerência nacional das questões de imigração, colonização e democratização do espaço rural.

Na tentativa de traçar soluções para estes problemas, Koseritz registrou, em seus escritos, que ele e seus companheiros de opinião estariam à disposição para ajudar e apoiar os esforços exercidos pelo Comitê Central na Alemanha, e que para isso fundariam uma grande “Sociedade de Imigração” no Rio de Janeiro, que seria responsável por divulgar e propagandear a imigração no Brasil.¹²⁷ Assim sendo, emerge tal tentativa ao criar-se um centro nacional com competência de coordenar e combinar esforços convergentes para procurar resoluções as dificuldades concernentes a imigração e demais assuntos à ela relacionados. Esse papel seria assumido pela Sociedade Central de Imigração.

Existem dificuldades de cunho documental as quais nos impedem de precisar onde e quando apareceram as primeiras ideias de fundação da Sociedade Central de Imigração, uma vez que não há muitos registros diretos sobre esta sociedade além de alguns relatos pessoais dos indivíduos que dela faziam parte. Contudo, conforme registraram alguns de seus membros, as ideias de formação parecem ter surgido de conversas em encontros descompromissados de um pequeno grupo de imigrantes de origem germânica, grupo este formado por Karl von Koseritz, jornalista e deputado pela província do Rio Grande do Sul, Hermann Blumenau, químico e fundador da colônia de mesmo nome na província de Santa Catarina, e Hugo Grüber, proprietário do jornal *Allgemeine Deutsche Zeitung*, no qual a sede recebeu os encontros do grupo inicial, na província do Rio de Janeiro.¹²⁸

¹²⁶ No que refere-se a legislação agrária, faz-se importante lembrar que mecanismos que facilitassem o acesso são observados em casos regionais, como foi o caso da província do Rio Grande do Sul. Para mais detalhes consultar o trabalho de Paulo Zarth, *Op. Cit.*

¹²⁷ KOSERITZ, Karl von. *Op. Cit.*, p. 207.

¹²⁸ HALL, Michel. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. In: *Revista de História*. Universidade de São Paulo: nº 107, p.148.

Para realizar um histórico da fundação e do funcionamento da SCI, são de fundamental importância os escritos de alguns de seus membros. Muitos destes, publicados entre os anos de funcionamento da SCI, configuram-se como significativas fontes para apreender não unicamente de que forma a ideia de fundação surgiu, mas principalmente como todo o grupo procurava promover mudanças nas estruturas que criticavam. Entre outras coisas, conforme registros escritos de alguns daqueles que fizeram parte do grupo de membros pertencentes à SCI, há muito se levantava a necessidade de criação de um órgão com tal intento. O próprio Karl von Koseritz havia tocado no assunto em seu livro *Imagens do Brasil*, publicado em 1883, enfatizando que:

(...) a fundação de uma sociedade de imigração no Rio de Janeiro seria de grande utilidade, desde de que ela fosse dirigida sensatamente e só através da propaganda se pode dar ao povo brasileiro uma ideia exata da contribuição da imigração alemã e da sua influência sobre o futuro destino do país.¹²⁹

Algumas informações sobre a fundação da SCI podem ser igualmente localizadas no *Diário e Notas Autobiográficas* do engenheiro e abolicionista André Rebouças. Neste escrito, a SCI aparece pela primeira vez citada nos compromissos do engenheiro que tiveram lugar no dia 26 de setembro de 1883, ocasião em que este dialogou com Karl von Koseritz, em um hotel localizado em Santa Tereza no Rio de Janeiro. Rebouças, citando este encontro, registra que nesta ocasião a conversa tratou sobre a necessidade de organização daqueles que comungavam das mesmas ideias com vistas a promover a resolução dos impasses que se colocavam à política imigratória.¹³⁰ A ideia geral das primeiras conversas, conforme Michael Hall, era de que os que faziam as políticas no Brasil naquele momento não possuíam um conhecimento adequado das vantagens que a imigração mais intensa poderiam acarretar para o Império. Foi justamente por conta dessa opinião recorrente entre os idealizadores da SCI, que foi planejado um encontro inicial com outros indivíduos de variados setores; estadistas, jornalistas, capitalistas, profissionais liberais, políticos, literatos entre outros, a fim de deliberarem sobre o assunto.¹³¹

¹²⁹ KOSERITZ, *Op. Cit.*, p. 210.

¹³⁰ REBOUÇAS, André. *Diário de Notas Autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p.231.

¹³¹ HALL, *Op.Cit.*, p.148.

As primeiras medidas, posteriores a uma série de encontros e discussões de um grupo inicial, culminaram com a publicação de uma circular, com data do dia 05 de outubro de 1883, assinada por Karl von Koseritz, e com os nomes de Hermann Blumenau e Hugo Grüber. Esta circular fora enviada aos ministros de Estado, senadores, funcionários das repartições públicas de todas as classes, nomes da indústria, do comércio, das letras e das artes, da política, de associações ligadas a imigração e a abolição do regime escravista. Nesta circular faziam destacar as ideias que seriam posteriormente discutidas e organizadas. No conteúdo da circular, constante da ata da primeira reunião da SCI, fica bastante claro a posição ideológica do grupo, pois logo nos primeiros parágrafos colocam como uma “incontestável verdade que a grande lavoura deve ir cedendo lugar à pequena propriedade rural, que, generalizando a produção, aproveitará todos os tesouros ocultos no nosso fértil solo”¹³², sendo este o fator de maior atração para os pretendentes à imigração.

Conforme a circular, depois do poder legislativo equiparar em direitos políticos o cidadão naturalizado e de confissão religiosa diferente da católica com os nascidos no Brasil, a SCI buscava a grande naturalização e a instituição do casamento civil, entre outras prerrogativas, visto que tratavam-se de condições fundamentais para que se pudesse formar uma intensa corrente de imigração espontânea de europeus para o Brasil.¹³³

Com isso, percebemos que, além de uma ação no campo legislativo, acreditavam em uma propaganda, tanto na Europa como dentro do Brasil, como elemento importante para atração do imigrante. Alguns membros do grupo, como Koseritz, mantinham, inclusive, correspondências com entidades europeias interessadas em destinar imigrantes para o Brasil. Dentre as que encontramos referenciadas nos escritos do grupo estão a Sociedade Central de Geografia Comercial de Lisboa e a Sociedade Central de Geografia de Berlim. No que diz respeito a esta relação chamo-nos a atenção o interesse de sociedades alemãs com relação a imigração de seus cidadãos para o Brasil e, sobretudo dos interesses de cunho imperialistas que estariam por detrás da propaganda desenvolvida na Alemanha por algumas delas.

Sobre este assunto debruçaram-se muitos historiadores, entre eles destacamos a tese de doutorado defendida em 1966 na Universidade de

¹³² A IMMIGRAÇÃO. *Acta da 1ª Sessão Preparatória*. Boletim nº 1 a 4, anno I, dez. 1883 a ago. 1884, p.2.

¹³³ *Idem*.

Rostock, na então República Democrática Alemã, intitulada *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilens in ein Überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*, (A política do Império Alemão com vistas à transformação do Sul do Brasil em uma Nova Alemanha Ultramarina (1890-1914)). Neste estudo Hell aponta que, entre outras questões, havia um significativo número de sociedades ou associações com atividades direcionadas à incentivar, através da propaganda, a vinda de colonos alemães ao Brasil desde a primeira metade do século XIX. A pretensão em formar uma “nova Alemanha” teria sido assumida por algumas destas associações. Sobre a questão afirma Hell:

A ideia de uma “*Neue Deutschland*” na América do Sul remonta a um memorando escrito (...) em 1826, e ela experimentou, na primeira metade do século (XIX), formas das mais diversas, dentro do contexto de uma emigração em massa. Sua execução foi assumida, depois da criação do Império (Alemão), pelos porta vozes da indústria de exportação e pelos ‘entusiastas colonialistas’ provenientes dos setores sociais médios, os quais, entre outros, criaram o *Zentralverein für Handelsgeographie und Förderung Deutscher Interessen im Ausland* (Sociedade Central de Geografia Comercial e Fomento dos Interesses Alemães no Exterior), a *Kolonialverein* (Sociedade Colonial, criada 1884) e a *Alldeutscher Verband* (Liga Pangermânica, desde 1891), a *Allgemeiner Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Ausland* (Sociedade Educacional para a Preservação da Germanidade no Exterior, criada 1903), orientando suas atividades para o Sul do Brasil. Mesmo antes da África surgir como foco de interesses colonialistas, esses grupos concentram sua ação no sentido de transformar o Sul do Brasil em um ‘território alemão’, em uma ‘Nova Alemanha Brasileira’. ¹³⁴ (Tradução livre e grifos meus)

¹³⁴ HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilens in ein Überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Doctorarbeit: Universität Rostock, ,1966.

No entanto, o intuito não seria posto em prática através de um golpe repentino e violento, mas sim através de uma colonização planejada, num longo prazo, com emigrantes alemães, em conjunto de uma política cultural nacionalista, assim deveria ocorrer a pretensa anexação.¹³⁵ Posteriormente, estas colocações de Hell¹³⁶ foram contestadas através de vários argumentos. Não nos cabe aqui discutir se tal projeto era verdadeiro ou não, o que nos interessa é o fato de surgirem muitas associações alemãs com real interesse em intensificar a imigração para o Brasil.¹³⁷ Estes órgãos atuavam, sobretudo, no sentido de divulgar esta possibilidade e por conta disso poderiam ser ótimas aliadas para as pretensões da SCI que estava iniciando as suas atividades.

Os membros que estavam à frente da SCI em seus primeiros passos, acreditavam que a propaganda mostrar-se-ia muito mais eficaz se fosse realizada igualmente por particulares e pela própria Corte, onde estava concentrada a vida oficial do país. Através do conteúdo da circular, percebe-se que os membros da SCI acreditavam em uma intensificação de suas propostas com as publicações feitas na imprensa da Alemanha, que há muito já se mostrava a favor do Brasil, especialmente por conta do sucesso obtido pelos imigrantes que se dirigiram para as províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. O progresso do modelo de colonização realizado nestas províncias seria igualmente, e amplamente, colocado como exemplo na propaganda que pretendiam fazer.

Para tanto, o grupo inicial desejava que se reunissem todos os brasileiros e demais simpatizantes da causa imigratória com o intuito de discutirem e tomarem resoluções em função da ideia da criação de uma sociedade de imigração e demais decisões que fossem concebidas como convenientes na reunião para dar início as atividades. Foi assim que, o grupo inicial solicitou aos convidados a presença em reunião marcada

¹³⁵ HELL, *Op. Cit.* p. 67.

¹³⁶ Uma interessante síntese acerca das produções historiográficas de Jürgen Hell podem ser encontradas em artigo publicado por Débora Bendocchi Alves: Jürgen Hell e a produção historiográfica sobre o Brasil na ex-República Democrática Alemã. *Revista de História Locis*. Juiz de Fora, vol.12, nº 1, pp.161-179, 2006.

¹³⁷ A tese de Jürgen Hell foi contestada por Gerhard Brunn na obra *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*, tese de doutorado que foi publicada como livro em 1971. Neste trabalho Brunn acusa Hell de realizar uma análise superficial baseado num receituário imperialista clássico e que a política alemã em relação ao Brasil naquele contexto mostrava-se claudicante e sem uma concepção clara.

para o domingo, dia 14 de outubro de 1883, às 11 horas, na sala Affonso Celso do *Imperial Liceu de Artes e Ofícios* do Rio de Janeiro.¹³⁸

A circular foi enviada no dia 05 de outubro de 1883, e trazia em seu conteúdo a apresentação dos problemas pelo qual o Império vinha passando naquele final de século XIX. Muitos daqueles que já vinham chamando a atenção do governo imperial e dos políticos atuantes para os problemas colocados atenderam de pronto a esta convocação. A reação de Alfredo d'Escagnolle Taunay diante da circular foi descrita por Koseritz na obra *Alfredo d'Escagnolle Taunay - esboço característico*. Taunay aceitou imediatamente o convite:

Logo, no dia imediato à distribuição da circular, quando muitos, falsamente interessados, inventaram subterfúgios com o fito de desviarem da verdadeira senda a nossa tentativa, foi Taunay procurar-me, no meu ponto de parada na casa Caítau, à Rua do Ouvidor: disse-me que pertencia de corpo e alma à ideia, e primeiro que todos compareceu à reunião. Demais, era quem me animava com os seus apoiados durante o meu discurso, do qual dependia totalmente a sorte da fundação daquela nossa Sociedade.¹³⁹

As primeiras atividades de organização da SCI foram do mesmo modo registradas no *Diário e Notas Autobiográficas* de André Rebouças. Neste diário está mencionada a sessão do dia 14 de outubro de 1883, como sendo a reunião preparatória para a fundação da SCI e ainda está registrado o protesto que tomou lugar nesta ocasião contra a introdução de *chins* no Brasil, ideia que os três, André Rebouças, Alfredo Taunay e o publicista Koseritz não admitiam.¹⁴⁰

Portanto, enviados os convites e organizada a reunião preparatória de dia 14 de outubro de 1883, a expectativa agora girava em torno do alcance da tentativa inicial e como ocorreria a adesão de mais indivíduos às causas da imigração. No dia e local combinados compareceram à primeira reunião pessoas de grande importância social e

¹³⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Acta da 1ª Sessão Preparatória*. Boletim nº 1 a 4, Anno I, dez. 1883 a ago. 1884, p.2. Ver Koseritz, Karl von. *Op. Cit.* p.214/215.

¹³⁹ KOSERITZ, Karl von. *Alfredo d'Escagnolle Taunay - esboço característico*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1886. p. 18.

¹⁴⁰ KOSERITZ, Karl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1988.p.221.

política no Império como representantes das províncias, homens dos ministérios, do Senado, da Câmara, literatos, jornalistas, latifundiários, representantes das ciências, comerciantes, entre outros.

A primeira reunião organizatória da SCI atraiu um número bastante expressivo de pessoas, fato que deixou surpresos os organizadores. Conforme relata Karl von Koseritz na obra *Imagens do Brasil*, entre os nomes de vulto que compareceram na assembléia de fundação da SCI estavam: Visconde de Barbacena, o senador e ex-ministro João Veloso, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Nicolau Vergueiro, André Rebouças, uma comissão da Sociedade Geográfica de Lisboa, Dr. Ennes de Sousa, Barão de Tautphaeus, entre outros.

Nesta ocasião muitos foram os que solicitaram a fala para defender as ideias levantadas acerca da pequena propriedade, advogar em favor de inúmeras medidas destinadas a tornar o Império do Brasil um local mais atraente para os imigrantes, e um dos participantes – conforme ata publicada no Jornal *A Imigração* – discutiu até mesmo a necessidade de um imposto de terras.¹⁴¹ A reunião inicial foi presidida por Koseritz, oportunidade em que, através de um longo discurso, explicou a razão da iniciativa, dentre as quais destacava:

1ª. As vantagens da imigração europeia mostradas pelo que haviam realizado os imigrantes no Rio Grande do Sul e na região platina;

2ª. A desvantagem da introdução de trabalhadores chineses;

3ª. A necessidade de organização de uma propaganda ativa, incessante e bem orientada, simpática a todos os homens de boa vontade.

4ª. O Parlamento e o Governo deveriam colaborar.

142

Depois de expor os motivos da iniciativa para a fundação da Sociedade Central de Imigração, o orador Koseritz conclui sua exposição enfatizando a necessidade da formação de uma diretoria definitiva para tomar frente das atividades futuras da Sociedade Central. Traçar estratégias de organização e atuação configurava-se como urgente na opinião dos seus idealizadores. Para este fim, assumiu a frente o Visconde de Barbacena, sendo secretariado por Alfredo Taunay, o Visconde de Taunay. Nesta ocasião foram, do mesmo modo, discutidas

¹⁴¹ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 01 a 04, p.2.

¹⁴² *Idem*.

as inúmeras posições dos presentes com relação à imigração, além do destaque dado para o fato de o Império do Brasil estar atrasado nas questões de imigração em relação às repúblicas platinas. Koseritz destacou tal questão quando fez uso da palavra nesta reunião, relatando os progressos feitos neste sentido pelas nações vizinhas e acentuou a necessidade que o Brasil possuía em acompanhá-las neste terreno, “afim de não perder o proeminente lugar que lhe compete no continente sul-americano”.¹⁴³

Alguns nomes de vulto político e social que apoiaram a iniciativa já desde o envio da circular não puderam estar presentes na sessão preparatória. No entanto, buscaram marcar presença enviando por escrito declarações de entusiasmo e propondo questões a serem desenvolvidas pelo grupo. Os organizadores recebem então por escrito as saudações do comendador Malvino Reis que, em proposta ao presidente da reunião, sugeria a fundação imediata deste órgão com o nome de Sociedade Brasileira de Imigração.¹⁴⁴ Tal proposta foi então unanimemente aprovada, decidindo-se, assim, nesse momento, a criação oficial com a nomenclatura Sociedade Central de Imigração.

Decidida pela fundação da SCI, fazia-se necessário, pois, estabelecer como suas ações e propostas seriam conduzidas e as formas de ação possíveis. Assim, passou a ser imprescindível o estabelecimento dos estatutos e a divisão de tarefas. Após algumas explicações e colocações feitas pelo presidente da sessão, os presentes votaram e escolheram a comissão que seria encarregada dessa tarefa, indicada por André Rebouças. A comissão para elaboração dos Estatutos foi composta pelos seguintes membros: Visconde de Barbacena, Alfredo d’Escagnolle Taunay, Karl von Koseritz, Hermann Blumenau e Hugo Grüber. Da mesma forma, ficou definida a data para a próxima reunião, na qual se daria a escolha dos nomes que comporiam a diretoria.

Em uma então terceira sessão, que foi realizada no domingo, dia 28 de outubro de 1883, previamente marcada para este fim, foi eleita a Diretoria efetiva da Sociedade Central de Imigração, constituída pelos seguintes sócios: Presidente, o Geral Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan; o Vice Presidente, o Deputado Alfredo d’Escagnolle Taunay; 1º Secretário, André Rebouças; 2º Secretário, Ennes de Sousa; Tesoureiro, Ferdinand Schmidt; Diretores, Barão de Irapuã, Barão de

¹⁴³ A IMMIGRAÇÃO. *Op. Cit.* p. 3.

¹⁴⁴ KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil*, *Op. Cit.* p. 233. O Comendador Malvino Reis sugeriu o nome de Sociedade Brasileira de Imigração e assim aparece no artigo 16 dos Estatutos da Sociedade Central.

Tefé, Barão de Tautphaeus, Hugo Grüber, Malvino Reis, Nicolau Moreira, Gustavo Trinks e João Clapp.¹⁴⁵

O intuito de regulamentar a sua fundação, e sua futura atuação em nível nacional, levou os membros da Sociedade Central a redigirem suas diretrizes. A preparação dos *Estatutos* ficou por conta do próprio Koseritz, que redigiu a sua estrutura principal. O esboço dos *Estatutos*, colocado em debate e discutido no escritório do Visconde de Barbacena, foi aceito pelos outros membros da comissão e aprovado em uma reunião geral ocorrida em 18 de novembro de 1883.¹⁴⁶ A versão final, que foi publicada logo no primeiro número do periódico do grupo *A Imigração*, possui 6 pequenos capítulos que totalizam 16 artigos que trazem expressas a organização interna da Sociedade, a saber: capítulo I – Da Sociedade, capítulo II – Dos Sócios, capítulo III – Da Assembléia Geral, capítulo IV – Da Diretoria, capítulo V – Das Sociedades Filiaes e, por fim, o capítulo VI onde fica expresso apenas que “A Sociedade Central de Imigração durará enquanto contar com sócios, salvo se fôr dissolvida por deliberação da assembléia geral.”¹⁴⁷ Sobre o jornal do grupo, trataremos com maiores detalhes no capítulo 3.

Posteriormente à reunião onde se estabeleceram definitivamente os *Estatutos*, foi realizado outro encontro no dia 28 de outubro de 1883, onde, além da eleição da diretoria efetiva da SCI, foram aclamados Karl von Koseritz e Hermann Blumenau e Hugo Grüber como fundadores da SCI, e Alfredo Taunay sugeriu a inclusão, na ata da reunião, de um voto especial de agradecimento aos fundadores.¹⁴⁸

As atividades da SCI praticamente começaram a partir de 28 de outubro de 1883, e, no dia 12 de dezembro de 1883, publicou seu primeiro manifesto: “em linguagem cuja virilidade desagradou aos medrosos e fez crer a quem ignora as coisas brasileiras que não se tratava de imigração, porém sim de uma junta central de salvação pública”¹⁴⁹ Finalmente, no dia 17 de novembro de 1883, deu-se a sessão de inauguração da SCI, que contou com a ilustre presença do Imperador Dom Pedro II que, consagrando a ideia patriótica da sua fundação se apressou em considerar

¹⁴⁵ KOSERITZ, *Esboço característico*, Op. Cit. p. 24.

¹⁴⁶ A IMMIGRAÇÃO, Op. Cit. p.2.

¹⁴⁷ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 1, 1884, p. 2.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 240.

¹⁴⁹ Artigo de fundo assinado com as iniciais de A. F., In Brésil, citado no jornal A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 12, Anno II, julho e agosto de 1885, p.02-03.

cometimento de utilidade pública, determinando que a correspondência da Sociedade circulasse livre e gratuitamente dentro e fora do Império.¹⁵⁰

É importante avultarmos o apoio e mesmo a presença de D. Pedro II nas discussões da SCI. Tal fato não foi destacado por aqueles que buscaram evidenciar a existência da SCI, como Hall e Vassilieff. Para ambos, a presença do Imperador nas reuniões era apenas uma suposição. Contudo, como amigo pessoal de André Rebouças, o monarca, segundo autoras como Joselice Jucá e Maria Alice Rezende de Carvalho, manteve com ele uma relação bastante próxima nos últimos anos do regime imperial, frequentando o mesmo círculo de amizades e participando, de fato, de reuniões com membros da SCI.¹⁵¹ Nessas reuniões, D. Pedro II, de acordo com Jucá, participou inclusive de debates referentes as diversas questões, como a do casamento civil, a naturalização dos imigrantes e a do incentivo à pequena propriedade. Para Jucá, o monarca esteve de fato imbuído de ideias progressistas, conforme podemos perceber no trecho que segue:

A correspondência pessoal de Rebouças mostra que Dom Pedro II se mostrava muito mais do que um mero simpatizante da Abolição. Ele acompanhou com interesse a campanha em defesa das reformas sociais, contribuiu com sugestões pessoais durante reuniões informais realizadas pelo grupo de reformadores e com frequência expressava seu entusiasmo pelas novas ideias, além de estimular Rebouças e seu grupo da Sociedade Central de Imigração. Frequentemente, o imperador discutia questões básicas, como a da abolição da pobreza, o fim do monopólio da terra e a possibilidade de adotar-se medidas específicas, como a do Cadastro, Triangulação e Imposto Territorial. Essa participação, no entanto, ocorreu de uma maneira discreta e pode ser atribuída, sobretudo, ao componente intelectual e humano da personalidade de Pedro II, do que nas suas posturas como imperador.¹⁵²

¹⁵⁰ A IMMIGRAÇÃO. Boletim nº 12, Anno II, julho e agosto de 1885, p. 03.

¹⁵¹ JUCÁ, Joselice. *André Rebouças - Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a Terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001. p. 137.

¹⁵² JUCÁ, Op. Cit., p.173-174.

De certa maneira, a imagem de D. Pedro II como uma pessoa interessada nas grandes questões do momento, como a agrária imigratória, contrasta um pouco com a imagem de um imperador velho e apático nos anos finais do regime, como é corriqueiro encontrarmos em muitos escritos. Além disso, este pequeno trecho de Joselice Jucá evidencia que as convicções progressistas do monarca não encontravam um amplo desdobramento em suas atitudes concretas como Imperador.

Outros elementos acerca da posição do soberano com relação as questões que vinham sendo colocadas podem ser encontrados através da leitura das *Falas do Trono*¹⁵³. Estas falas, formalmente, expressavam a política do gabinete, contudo, como já foi evidenciado pela historiografia, o parlamentarismo brasileiro funcionava de maneira “às avessas”, onde o monarca, através do Poder Moderador, mantinha um papel fundamental para o funcionamento das instituições. Atentar para estes fatores nos permite, em certa medida, entender a atitude de D. Pedro II diante das eventuais transformações que vinham sendo propostas.

Analisando as falas temos, por exemplo, que na sessão de abertura do ano de 1886, D. Pedro II aludiu à política de incentivo à imigração e pregou a necessidade de se proporcionar, aos imigrantes, “meios de empregarem-se como pequenos proprietários do solo, ou como trabalhadores agrícolas”¹⁵⁴. Para tanto, o monarca defendeu a necessidade de uma revisão da Lei de Terras. Nos anos de 1888 e 1889, no contexto da extinção da escravidão, novas demonstrações de apoio a medidas reformistas foram encontradas.

Por meio desses documentos, e considerando os comentários de Rebouças sobre suas conversas com o Imperador, expostos em seus diários dos anos de 1888 e 1889, acreditamos ser possível afirmar que D. Pedro II possuía uma simpatia pelos projetos de expansão da pequena propriedade no país. Tal afirmativa encontra respaldo nas anotações pessoais de Rebouças, visto que, entre os assuntos abordados nas conversas entre ambos, destacaram-se a proposta de criação do Imposto Territorial, o cadastro das terras, a imigração e a colonização nacional. Em seu registro diário do dia 4 de março de 1889, Rebouças assinalou a conversa tida com o monarca, tendo apontado entre as questões

¹⁵³ As *Falas do Trono* eram pronunciamentos que abriam e fechavam anualmente as sessões parlamentares, no mês de maio e setembro ou outubro, dependendo do ano.

¹⁵⁴ FALA DO TRONO, 1886, p.49. In: FALAS DO TRONO: desde os anos de 1823 até o ano de 1889, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados; prefácio de Pedro Calmon. Brasília; Instituto Nacional do Livro, 1977.

mencionadas, a do Imposto Territorial e a “abolição do latifúndio”; D. Pedro teria então lembrando-lhe os trabalhos de Bernardo Pereira de Vasconcellos no Senado e no Conselho de Estado, quando das discussões referentes à instituição da Lei de Terras.¹⁵⁵

Retomaremos outras falas do Imperador nesta pesquisa. No entanto, observarmos esta proximidade do monarca com a SCI nos permite perceber, de certa forma, o alcance e a aceitação de suas propostas. Ao menos por haver conseguido congregar os indivíduos mais importantes do contexto social e político em prol de objetivos que eram caros à todos. Mas era preciso mais, fazia-se importante atrair outros interessados em lutar pelas mudanças no campo das leis e até das mentalidades, por isso a aposta do grupo em intensa propaganda.

Portanto, para realizar suas propostas a SCI buscou atrair sócios, e estes eram divididos em categorias conforme função desempenhada e envolvimento com as causas defendidas. Conforme artigo publicado no periódico do grupo, o jornal *A Imigração*, seriam considerados sócios todos os indivíduos que se inscrevessem em suas listas, e pagassem uma contribuição anual no valor de 10\$000. Havia também a possibilidade de tornar-se sócio remido ou sócio benemérito, bastava contribuir com a soma de 100\$ no caso dos primeiros e de 1000\$ ou mais, para os segundos. Aqueles que participaram das reuniões e dos trabalhos de organização inicial da SCI e aqueles que declararam sua adesão as propostas desta logo da idealização de sua fundação foram contemplados com o título de sócios fundadores.¹⁵⁶ Decidiu-se igualmente que haveria uma assembleia geral a ser realizada semestralmente com o número de sócios que possuísse. De acordo com a ata da primeira reunião de trabalho cada diretoria eleita teria duração de um ano e seria composta por; presidente e vice presidente, um tesoureiro, 1º e 2º secretários e doze diretores. Portanto, logo no final do ano de 1883 a SCI já realizava reuniões regulares onde ficaram definidas algumas estratégias de ação e colocados em pauta os assuntos dos manifestos a serem publicados em diferentes jornais e enviados ao governo. Além dos manifestos, sempre redigidos em tom bastante agressivo, o grupo bombardeava o governo e os jornais com cartas e petições.

¹⁵⁵ REBOUÇAS, André. *Diários e notas autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938. p. 330.

¹⁵⁶ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 1, Anno I, dez. a ago. de 1884, p. 1.

2.2. ORGANIZAÇÃO, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Logo após a reunião que declarou oficializada a instalação da SCI, começaram a ser pensadas as estratégias de ação e a agenda de atividades que levariam a concretização das propostas do grupo. Nesse sentido, fora publicado no dia 25 de novembro de 1883 o primeiro *Manifesto* da SCI, que teve como relator Alfredo Taunay e foi assinado por outros nomes como de Henrique de Beaurepaire Rohan, Hugo Grüber e Ennes de Souza. Neste documento o grupo buscou enumerar os motivos de fundação e como pretendia atuar a SCI, apontando ainda quais seriam os meios utilizados para isso.

De início, em tom bastante animado e esperançoso, o *Manifesto* dá conta de que a SCI pretende, antes de tudo, angariar um bom número de sócios e contribuintes com o intuito de dar impulso aos trabalhos. Estimava-se que alguma coisa realmente significativa, ao menos no terreno da propaganda, poderia ser feita quando o número de sócios atingisse um total de 2000 inscritos.¹⁵⁷

Os apelos de associação também eram direcionados aos diferentes órgãos de imprensa existentes na corte. Conforme descrito no *Manifesto*, adquirir espaços de publicações em jornais e revistas seria de fundamental importância para que se criasse uma opinião geral a favor dos assuntos da imigração. Além disso, listas de assinaturas, para os que desejassem tornarem-se sócios, acompanhadas de cópias dos *Estatutos da Sociedade Central Imigração* foram disponibilizados nas redações de jornais e na praça do comércio da corte.¹⁵⁸

Os vínculos estabelecidos entre os sócios e a Sociedade Central obedeciam, como é de praxe jurídica nas entidades, critérios de classificação. Além dos *sócios fundadores*, aqueles que participaram das sessões preparatórias, a Sociedade contava também com os *sócios honorários*, estes prestavam-lhes serviços extraordinários. Aqueles que contribuíam de uma só vez, com uma soma em dinheiro no valor de cem mil réis, eram denominados *sócios remidos*. Os que oferecessem uma colaboração de um conto de réis ou mais se tornavam sócios beneméritos. Os indivíduos interessados nas atividades e que se inscreviam nas listas da Sociedade Central eram chamados de *sócios contribuintes*, pois na inscrição realizavam um pagamento adiantado no valor de 10 mil réis.¹⁵⁹

¹⁵⁷ A IMMIGRAÇÃO. *Manifesto de 25 de novembro de 1883*. Boletim nº 01 a 04, Anno I, dezembro de 1883 a agosto de 1884, p. 3.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ *Ibidem*, *Estatutos da Sociedade Central de Imigração*. 1883, p. 04-05.

A lista completa dos sócios, pertencentes as quatro categorias, era esporadicamente publicada no jornal *A Imigração*. Ao analisar os nomes que tomavam parte destas listagens, podemos sublinhar que, na prática, eram os sócios beneméritos, os remidos e os contribuintes que atuavam nas atividades cotidianas da SCI. Em termos quantitativos, no final do seu primeiro ano de existência, 1883, a Sociedade Central contava com a adesão de 258 sócios, distribuídos em suas categorias formavam o seguinte quadro: 07 sócios beneméritos, 56 sócios remidos e 195 sócios contribuintes.¹⁶⁰ Da mesma forma fora publicada no ano de 1887, três anos após a fundação da SCI, uma lista dos sócios onde podemos notar um sensível crescimento. O quadro em 1887 era o seguinte: 08 sócios beneméritos, sócios remidos totalizavam 101 e o número de contribuintes subiu para 273 membros, totalizando 382 sócios.¹⁶¹

¹⁶⁰ A IMMIGRAÇÃO. *Lista dos Sócios da Sociedade Central de Imigração em 20 de setembro de 1884*. Boletim nº 06, Anno I, out. 1884, p. 08.

¹⁶¹ *Ibidem*, *Lista dos Sócios da Sociedade Central de Imigração em 15 de janeiro de 1887*. Boletim nº 28, p. 08 e 09.

Figura 3: Lista de sócios publicadas pelo jornal *A Imigração* em 1884

8

A IMMIGRAÇÃO

Nono Distrito, Franca, S. Paulo.
Norista, Silveira, S. Paulo.
Papeira, Macaé, Alagoas.
Proença de Tatuhy, S. Paulo.
Provinciano, Paralyha do Sal, Rio de Janeiro.
Provincia de Espírito Santo, Victoria.
Provincia do S. Paulo.
Rodemopio, S. Luis do Parahytinga, S. Paulo.
Reformador, Córta.
Revista de Engenharia, Córta.
Revista do Espectro Brasileiro, Córta.
Revue de France et du Brésil, Córta.
Roues Sud Americaine, Paris, França.
Semana Industrial, Lige, Balcia.
Sociedade, S. Fidéla, Rio do Janeiro.
The Rio Naves, Córta.
Triduna, Rio, Pernambuco.
Triduna, Magdalen, Rio de Janeiro.
União, Bataias, S. Paulo.
Vassourense, Vassoura, Rio do Janeiro.
Voz do Povo, Córta.
Vela do Jangadeiro, Ouro Preto, Minas.
Weggers, Usteria, Minas.

Lista dos socios da Sociedade Central de Imigração

Em 20 de Setembro de 1884

Socios beneméritos

1 Companhia de Navegação do Amazonas.
 2 Edward de Moray.
 3 Fernando Augusto da Rocha.
 4 João Baptista da Fonseca, Commandador.
 5 José Ferreira de Souza Araújo, (director), Dr.
 6 J. G. Ruppel.
 7 Leopoldo Teixeira Leite, Dr.

Socios remidos

8 Adolpho de Barros, Conselheiro.
 9 Adolpho Paulo Oliveira Lisboa, (director), Commandador.
 10 Alfredo da Escagnollo Tannay, (vice-presidente), Dr.
 11 Alfredo Teixeira Leite, Major.
 12 André Rabouças, (director, 1º secretario), Dr.
 13 Antonio de Costa Pinto e Silva, Conselheiro.
 14 Augusto Cesar de Paula Flory, Dr.
 15 Augusto Mathiasen, (director).
 16 A. H. Glazier, Dr.
 17 A. Bianchi.
 18 Barão de Bengueta.
 19 Barão de Guahy.
 20 Barão Hosen de Mello, Conselheiro.
 21 Barão de Itapari, (director).
 22 Barão de Laguna, Senador, Almirante.
 23 Barão de Toffi, (director), Chefe do Distrito.
 24 Barão de Vasconcelos (alleio).
 25 Charles Linklater.
 26 Costa Braga Iraldo & C.
 27 Carl Kern.
 28 Desampio José Nogueira Jaguaribe, Senador.
 29 Euzio José Antonio, Dr.
 30 Eugenio Teixeira Leite, Dr.
 31 Fernando Braga & C.
 32 Frankel.
 33 Francisco Belarrio Soares da Souza, Dr.
 34 Friedrich Uetli.
 35 Galindo José de Hessa.
 36 Gustavo Trinks, (director).
 37 Henrique de Baurapure Rohan, (presidente), Tenente General, Conselheiro.
 38 H. Juppert, Commandador.
 39 Henrique Gache Ribeiro Lisboa.
 40 Henrique Cesar Ribeiro Lisboa.
 41 João Fernandes Chaves, (director).
 42 João Loureiro.
 43 João da Mata Macha, Conselheiro, Dr.
 44 Joaquim O. de Oliveira, (director), Dr.
 45 Joemon N. de Vincenzi, (director).
 46 José Americo dos Santos, (director), Dr.
 47 José Carlos Rodrigues, Dr.
 48 José Joaquim do Carvalho Bastos.
 49 José Verquipo, Commandador.
 50 J. Roth, Dr.
 51 Lopo Diaz Cordeiro, Dr.
 52 Luis Rodrigues de Oliveira d'Assis, Commandador.
 53 Manoel de Oliveira Fausto, Conselheiro.
 54 Manoel Rodrigues Falcão, Dr.
 55 Manoel Viciente Lisboa.
 56 Malvino da Silva Reis, (director), Commandador.
 57 Miguel Antonio Dias.
 58 M. A. Pimenta Bueno, Commandador.
 59 Paulo Freitas de Sá, Dr.
 60 Simão da Porciannella.
 61 Thomas Linklater.
 62 Visconde de Barbacena.
 63 Visconde de Nioze.
 64 Visconde de Souza Guimarães, (thesouriro).

Socios contribuintes annuaes

04 Adolpho Hirlmann.
 05 Adolfo Tremal.
 06 Adriano Xavier da Oliveira Pimental, Dr.
 07 Augusto J. Rodrigues Torres.
 08 Alberto Wellisch.
 09 Alerte Rodrigues de S.
 10 Albino Augusto Salati.
 11 Alfredo Luiz de Mello.
 12 Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Dr.
 13 Alvaro Cunha Tavares da Silva, Dr.
 14 Alves & C.
 15 A. Millier Rilio.
 16 Antonio d'Alcaxtra, Fonseca Guimarães.
 17 Antonio Borges Sampaio, Tenente-coronel.
 18 Antonio Cernado da Rocha, Conselheiro, Dr.
 19 Antonio Pires Pereira do Lago.
 20 Antonio Gonçalves Pereira, Dr.
 21 Antonio José Corréa Lima.
 22 Antonio José de Sampaio, Dr.
 23 Antonio Machado do Araújo.
 24 Antonio Mariza Lima, Dr.
 25 Antonio Rodrigues Lima, Dr.
 26 Antonio da Silva Neto, Dr.
 27 Antonio Teixeira da Cunha.
 28 Antonio Winter.
 29 Anuro Leivas.
 30 Anuro Teixeira Guimarães.
 31 A. P. Carneiro P. da Cunha.
 32 Aristides de Souza Spindola, Dr.
 33 Arthur Amorim Brandes (alleio).
 34 Asario de Castro Jobim, Dr.
 35 Augusto Alves de Azevedo.
 36 Augusto Carlos da Silva Telles, Dr.
 37 Augusto Leuba & C., Santos.
 38 Augusto José Vinken, Tenente d'Armada.
 39 Aureliano Mourão, Dr.
 40 A. Werglin.
 41 A. von Galla.
 42 Barão de Raccagnollo.
 43 B. Goldschmidt.
 44 Castello Galfr.
 45 Cándido Luiz Maria da Oliveira, Conselheiro.
 46 Carl Berg.
 47 Cesar Augusto Ribeiro.
 48 Cesar Giorelli.
 49 Cesar Octaviano.
 50 Christiano Hockshar.
 51 Ch. A. Rayner.
 52 Claudio E. de Vincenzi.
 53 Comrado Jacob Niemeyer.
 54 Custodio Gonçalves Helchier.
 55 C. J. Alvares Vianna & C.
 56 Custodio Martins de Souza.
 57 Carl Hohl.
 58 C. W. Crow, Consul Geral.
 59 Eduardo Klinghoffer.
 60 Edmundo Maria Conde.
 61 Eduardo P. Gaiolo.
 62 Emanuel Costa.
 63 Ennes de Souza, Dr. (Director, 2º Secretario).
 64 Erico A. Pans.
 65 Ernesto Lanza, Dr.
 66 Euzio José Antonio, Commandador.
 67 Faustino Alves Vianna.
 68 F. A. Pereira de Mello.
 69 Fernando Mendes de Almeida, Dr.
 70 F. H. Lips.
 71 Francisco Antonio Gonçalves.
 72 Francisco Balhazar da Silveira, Conselheiro, Dum.
 73 Francisco do Carvalho Soares Brandão, Senador, Conselheiro.
 74 Francisco de Paula Gonçalves Moreira.
 75 Francisco Pereira Satriano Braga.
 76 Francisco Idelfonso Ribeiro de Menezes.
 77 Francisco José Thomaz.
 78 Francisco da Paula Myrtil.
 79 Francisco Pires R. do Brito.
 80 P. Schmidt & C.
 81 Frans Altonser.
 82 Gabriel Pinto da Motta.
 83 G. J. Juppert & C.
 84 Geminiano Brasil de Oliveira Góes, Dr.
 85 Goffredo de Raccagnollo Tannay.
 86 Gustavo Buchsbaum.
 87 Gustavo Hermann Koster.
 88 H. Blumman, Dr.
 89 H. Blumman & C.
 90 Hector A. Pereira.
 91 Henning, Dr.
 92 Henrique Laves Lepert.
 93 Henrique J. Moura.
 94 Henrique Marques Cavalcanti Albuquerque.
 95 Hern. Petersen & C.
 96 Hermann Stolz.
 97 H. Laumann & C.
 98 Hermann Wellisch.
 99 Hohenholz, Von, Dr.

102 H. Salzbach & Costa.
 103 Herculanio J. Lassus.
 104 Ignacio Antonio de Assis Martins, Senador.
 105 J. J. de Freitas Ribeiro de Almeida.
 106 James Sobell.
 107 Jeronymo José Teixeira Junior, Senador.
 108 Jovanyne R. de Moraes Jardim, Tenente Coronel.
 109 J. Lindsay.
 110 João Alfredo Corrêa de Oliveira, Senador Conselheiro, Dr.
 111 João Baptista de Castro, Dr.
 112 João Baptista Mascarenhas.
 113 João Baptista Ortiz Monteiro, Dr.
 114 João E. Viana.
 115 João Ferreira de Araújo Pinho, Dr.
 116 João M. de Almeida Portigal.
 117 João Nepomuceno Baptista, Dr.
 118 João Soares Nova, Tenente Coronel.
 119 João Viciente Lúcio de Castro, Major.
 120 Joaquim Adolfo Pius Paes.
 121 Joaquim Candido Guimarães Junior.
 122 Joaquim Carneiro da Mendonça Junior.
 123 Joaquim Felício Cavalcanti.
 124 Joaquim Moreira da Silva.
 125 Joaquim Tavares de Mello Barreto, Dr.
 126 José Bontê da Cunha Figueiredo, Senador.
 127 José Blum.
 128 José Gonçalo Teixeira, Dr.
 129 José Ivarista da Cruz Góes, Dr.
 130 José Francisco Pina, Dr.
 131 José Gomes Ribeiro de Avelar.
 132 José Gonçalves Chaves.
 133 José Gorman Araújo.
 134 José Ferreira Castro, Dr.
 135 José Ignacio Silveira da Motta, Senador.
 136 José Leopoldo de Bulhões Jardim, Dr.
 137 José Lourenço Bellini, Tenente Coronel.
 138 José Maria da Albuquerque Bloom, Tenente.
 139 José Mariano Campos da Cunha, Dr.
 140 José Marellino da Silva Ritoncourt, Conselheiro.
 141 José Raimundo Rodrigues Vasconcellos.
 142 Joseph Fray A.C.
 143 Joseph Wolf Senior.
 144 J. G. Uebcker, Professor.
 145 J. P. de S. Marilisa.
 146 Jorge Franco.
 147 Jorge da Druina.
 148 Julio Aarão de Souza Bastos.
 149 Julius Niche.
 150 Karl Valis & C.
 151 Karl Walter Klein.
 152 Kern, Hayn & C.
 153 Laffayete da Silva Maia.
 154 Laurindo Abaricio de Brito, Conselheiro.
 155 Leandro Chaves Mello Raulson, Dr.
 156 Leopoldo A. D. de Mello Cunha, Dr.
 157 L. Laurey Junior.
 158 Lourenço Winter.
 159 Ludwig Rie.
 160 Luis Augusto da Miranda Valle.
 161 Luis Malafian.
 162 Luis M. de Simoni.
 163 Luis Sobrinho.
 164 Manoel Gomes Pinto.
 165 Manoel da Trindade Peretti, Dr.
 166 Manoel T. Thomas Henriques, Desembargador.
 167 Manoel Timotheo da Costa, Dr.
 168 Mariano Alves de Vasconcelos, Dr.
 169 Max Krug & C.
 170 Nicolau Malburg.
 171 Nicolau Moreira, (director), Conselheiro, Dr.
 172 Olympio O. da Vilhena Vallado, Dr.
 173 Otto Simon.
 174 Otto Haussling.
 175 Paiva Baracha, Dr.
 176 Paulino José Soares de Souza, Conselheiro.
 177 Paulino Tinoco.
 178 Pedro Gracia.
 179 Pires de Carvalho o Aragão.
 180 P. M. Salairol.
 181 R. Hehl.
 182 Ricardo Mathes.
 183 Richard Riemer.
 184 Richard Riemer & C.
 185 Rodolfo E. de Souza Dantas, Conselheiro, Dr.
 186 Satriano Cândido Gomes, (director).
 187 Satriano P. de Freitas Villaba.
 188 Silviano Brandes, Dr.
 189 Severino Conrado de Almeida.
 190 Severino Ribeiro C. Monteiro, Dr.
 191 Stolz, Roth & C.
 192 Thomaz Alves Junior, Conselheiro, Dr.
 193 Theodoro Dierker.
 194 Vicente Alves de Paula Pomes, Senador.
 195 Vicente da Souza, (director), Dr.
 196 Visconde de Embury.
 197 Waltheus & C.
 198 Zellig & C.

Rio de Janeiro. — Typographia Nacional. — 1884

Fonte: A IMMIGRAÇÃO. *Lista dos Sócios da Sociedade Central de Imigração* em 20 de setembro de 1884. Boletim nº 06, Anno I, out. 1884, p. 08.

Figura 4 – Lista dos sócios da SCI em 1887

SÓCIOS DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMMIGRAÇÃO EM 15 DE JANEIRO DE 1887			
Sócios benemeritos			
1 Companhia de Navegação do Amazonas.	40 Fernandes Braga & C. ^a	90 Numa do Rego Macedo.	
2 Edward Mornay.	41 Firme de Albuquerque Diniz, Dr.		
3 Fernando Augusto da Rocha.	42 Franckel.		
4 João Baptista da Fonseca, Commendador.			
5 José Ferreira de Souza Araújo (director), Dr.			
6 J. Georg Repsold.			
7 Leopoldo Teixeira Leite, Dr.			
8 Saturnino Cândido Gomes.			
Sócios remidos			
A			
1 A. Doreux.			
2 Adolpho de Barros, Dr.			
3 Paula de Oliveira Lisboa, Commendador.			
4 A. Rosa Celso de Assis Figueiredo, Conselheiro.			
5 Alfredo Camillo Valdetaro, Dr.			
6 Teixeira Leite, Major.			
7 Ambrásio Filho, Dr.			
8 André Augusto Paulo de Frontin, Dr.			
9 Rebouças, Dr.			
10 Angelo Eloy da Câmara, Conselheiro.			
11 Antonio da Costa Chaves Faria, Commendador.			
12 Antonio da Costa Pinto e Silva, Conselheiro.			
13 Januzzi.			
14 Joaquim Gomes de Amaral, Senador.			
15 Mendes Campos.			
16 dos Passos Miranda, Dr.			
17 Paulo de Mello Barreto, Dr.			
18 da Silva Prado, Conselheiro.			
19 Augusto Cesar de Padua Fleury, Dr.			
B			
20 Baach (Herm).			
21 Barão de Bemposta.			
22 de Gualy.			
23 de Ubra-Mirim.			
24 de Irapuá.			
25 do Rio Bonito.			
26 de S. Geraldo.			
27 de Tello.			
28 Beaupaire Rohan, (Tenente-General Henrique de).			
29 Belisário Augusto Soares de Souza, Dr.			
C			
30 Candido Gaffré.			
31 Carlos Alberto Morsing.			
32 Gianelli.			
33 Cassiano Eugenio de Amoroso Lima, Dr.			
34 Charles Robillard de Morigny.			
35 Costa Braga, Irmãos & C. ^a			
D			
36 Domingos José Nogueira Jaguaribe, Senador.			
E			
37 Eduardo P. Guinle.			
38 Eschagnolle Taunay, (Senador Alfredo de)			
39 Eugenio Teixeira Leite, Dr.			
F			
40 Fernandes Braga & C. ^a			
41 Firme de Albuquerque Diniz, Dr.			
42 Franckel.			
G			
43 Galdino José de Bessa.			
44 Glazon (Dr. A. H.)			
45 Glette, (Friedrich.)			
H			
46 Henrique Carlos Ribeiro Lisboa.			
47 David.			
48 Irina de Souza.			
49 Homem de Mello, Conselheiro.			
J			
50 J. F. Russel, Coronel.			
51 Jacomo N. de Vincenzi.			
52 Januario C. de Oliveira, Dr.			
53 João Antonio Mendes Totta, Commendador.			
54 Baptista Ferreira da Costa.			
55 Carlos de Souza Ferreira.			
56 E. Viana.			
57 Edmundo Leuzinger.			
58 Fernandes Clapp.			
59 Gomes Ribeiro d'Avellar, Dr.			
60 Loureiro.			
61 da Matta Machado.			
62 Joppert, (Commendador H.)			
63 José Americo dos Santos, Dr.			
64 Carlos do Patrocínio.			
65 Rodrigues, Dr.			
66 J. de Franci Junior.			
67 Joaquim de Carvalho Bastos.			
68 Pinto de Oliveira, Commendador.			
69 da Silva Costa, Dr.			
70 Vergueiro, Commendador.			
71 Julio Roberto Dunlop.			
K			
72 Karl Vahis.			
73 Kerr, (Carl.)			
74 Roth, (Dr. J.)			
L			
75 Linklater (Charles.)			
76 Thomas.			
77 Lopo Diniz Cordeiro, Dr.			
78 Luiz Augusto de Magalhães.			
79 Felipe Alves da Nobrega, Dr.			
80 Rodrigues de Oliveira, Commendador.			
M			
81 Malvino da Silva Reis, Commendador.			
82 Manoel José de Amoroso Lima Junior.			
83 de Oliveira Paes, Dr.			
84 Rodrigues Peiroto, Dr.			
85 Vicente Lisboa.			
86 Mathiesen, (Augusto.)			
87 Miguel Antonio Lins.			
88 del Vecchio.			
89 Minch (H.)			
N			
90 Numa do Rego Macedo.			
O			
91 Othon Leonardo.			
P			
92 Paulo Freitas de Si. Dr.			
93 Pimenta Bueno, Conselheiro (M. A.)			
S			
94 Simão de Porciuncula.			
T			
95 Trinks (Gustavo)			
V-W			
96 Visconde de Amoroso Lima.			
97 de Barbaena.			
98 de Muih.			
99 de Niac.			
100 de S. Salvador.			
101 Wenceslau de Souza Guimarães.			
Contribuintes			
A			
1 A. Ilha Moreira, 1. ^o Tenente.			
2 A. P. Carneiro P. da Cunha.			
3 Adolpho Simoesen.			
4 Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, Dr.			
5 Agostinho José Rodrigues Torres.			
6 Alberto Rodrigues de Sa			
7 Albino Augusto Bellini.			
8 Alfredo Lopes.			
9 Luiz de Mello.			
10 Rodrigues Fernandes Chaves, Conselheiro.			
11 Alfasser (Franz.)			
12 Alvaro Caminha Tavares da Silva, Dr.			
13 Alves & C. ^a			
14 Amarilio Olinda de Vasconcellos, Dr.			
15 Antero Teixeira Guimarães.			
16 Antonio de Alcantara Fousem Guimarães.			
17 Alves do Banho.			
18 Aurelio Alves da Silva.			
19 Borges Sampaio, Tenente Coronel.			
20 Carneiro da Rocha, Conselheiro.			
21 Florencio Pereira do Lago, Coronel.			
22 Gonçalves Ferreira, Dr.			
23 da Graça Araújo Bastos.			
24 José Barros Tinoco.			
25 Correia Coima.			
26 Gomes Brandão.			
27 de Sampaio, Dr.			
28 Leite Monteiro de Barros.			
29 Machado de Araújo.			
30 Martins Pinheiro, Dr.			
31 Pinto Moreira.			
32 Rodrigues Lima, Dr.			
33 da Silva Lisboa.			
34 da Silva Netto, Dr.			
35 Teixeira da Cunha.			
36 Aristides de Souza Espindola			

Fonte: A IMMIGRAÇÃO. *Lista dos Sócios da Sociedade Central de Imigração em 15 de janeiro de 1887.* Boletim nº 28, p. 08.

Configura-se interessante perceber que houve um aumento do número de sócios ao confrontarmos as duas listas e levando em consideração que, após quase três anos, houve um crescimento numérico das sociedades filiais que foram sendo estabelecidas em algumas províncias do Império, como São Paulo, Paraná, Espírito Santo e até na Bahia. Este aumento quantitativo de membros também coincide com a ampliação das discussões na Câmara e no Senado em defesa das propostas que visavam melhorias nas questões imigratórias e em favor da abolição.

O jornal *A Imigração*, em diferentes passagens, informa que a SCI atraiu não exclusivamente os sócios individuais e particulares, mas do mesmo modo várias instituições, associações e mesmo empresas que desejavam contribuir com a política imigratória, quer no plano financeiro, quer no plano de prestígio de apoio público. Concebemos não ser necessário enumerar e detalhar todas as entidades associadas aqui, mas algumas questões podem servir de reflexão. Um ponto interessante a se ressaltar é que algumas destas entidades tinham, em maior ou menor escala, relações com atividades imigratórias e de colonização. Outras, que não atuavam neste campo, não deixam claros seus objetivos com a adesão. O que nos permite pensar que o faziam, do mesmo modo, com intenções predominantemente comerciais.

Em um levantamento breve, destacamos que, com relação às empresas e companhias associadas à SCI, observa-se que estavam ligadas principalmente as atividades de comércio e à navegação. Ao mesmo tempo, pode-se ter em consideração que muitos dos que estavam nos seus comandos eram interessados nas mudanças que a Sociedade Central desejava empreender no Brasil.

Em termos de ação, conforme as primeiras publicações, a SCI foi pensada e criada para aprimorar o atendimento aos imigrantes e para responder às necessidades surgidas por ocasião de sua vinda, da implantação e do desenvolvimento das colônias. Conforme seus *Estatutos*, competia aos diretores, dentro de um rodízio mensal, exercer uma tarefa de fiscalização que, no fundo, estava concentrada em torno do seguinte programa: “todas as reformas necessárias para que o estrangeiro encontre uma verdadeira pátria no Brasil.”¹⁶² Além disso, o controle e a avaliação do andamento das atividades societárias estavam confiados à

¹⁶²Artigo 2º, inciso 2º do capítulo I dos *Estatutos da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Typographia de Machado & C., 1884, p. 03. Também publicado em *A IMMIGRAÇÃO*, “*Estatutos da Sociedade*”. Boletim nº 01 a 04, Anno I, dezembro de 1883 a agosto de 1884, p. 1.

Assembléia Geral, esta realizava reuniões ordinárias uma vez por semestre e extraordinariamente quando se fazia necessário.

Na prática, o funcionamento da SCI dependia, no seu ritmo cotidiano, de um gerente estipendiado que, além de dirigir o escritório, era também o braço direito dos outros membros da diretoria nos diversos serviços requeridos e em várias situações.¹⁶³ Podemos dizer que a SCI compusera, através da experiência de muitos de seus sócios, um roteiro em certa medida seguro e claro dos objetivos e das diretrizes de ação que haveria de facilitar a expansão de suas ideias e estimular a criação e o desenvolvimento das sociedades filiais. A intenção era expandir as suas atividades e garantir a fiscalização e o acompanhamento dos núcleos onde os imigrantes fossem se estabelecendo.

Algumas atividades aliadas a este aspecto, de fiscalização e acompanhamento, podem ser observadas no próprio jornal *A Imigração*. Caracterizava-se como bastante comum a publicação de atividades e trabalhos realizados por seus sócios dentro dos processos e etapas da imigração. Um destes relatos nos dá conta de que o diretor da Sociedade Central, senhor Saturnino Gomes, em várias oportunidades era responsável por fiscalizar as condições em que se encontravam os imigrantes nos vapores vindos da Europa que desembarcavam no porto de Santos:

(...) a cada vapor que chega trazendo imigrantes, seja em que numero for, grande ou pequeno, um dedicado diretor, o Sr. Saturnino Gomes, auxiliado pelos Srs. Guarda mor e ajudantes de guardamoria da alfândega, se dirige a bordo, examina tudo, relata imediatamente á diretoria da sociedade a sua impressão boa ou má e propõe as medidas a serem tomadas pelo governo nacional ou pelas autoridades estrangeiras á cuja nacionalidade pertence o navio, aos quaes então se dirige a diretoria com conhecimento real de causa, ou louvando e apoiando, ou censurando o procedimento das companhias e seus agentes.¹⁶⁴

¹⁶³ A IMMIGRAÇÃO. Artigo 14, inciso 1º do capítulo IV dos *Estatutos da Sociedade Central de Imigração*, p. 07. Boletim nº 01 a 04, Anno I, dezembro de 1883 a agosto de 1884, p. 1.

¹⁶⁴ A IMMIGRAÇÃO. *Relatório sobre a comissão do Sr. Director Dr. Ennes de Souza na província de São Paulo*. Boletim nº 09, Anno II, fev. e mar. de 1885. p.2

Através das atas das reuniões da Diretoria podemos ver claramente a assiduidade dos membros. Os números de ausências eram diminutos e geralmente justificados ou por doenças ou por necessidades extremas, como viagens de trabalho surgidas na última hora. Observando as informações contidas no *Diário e Notas Autobiográficas* de André Rebouças, percebe-se que este registrava suas atividades e compromissos, anotando os horários, dias e as idas para as reuniões da SCI. Estes compromissos eram freqüentes, e tais informações coincidem com as das atas publicadas pelo grupo.

Mesmo se tratando de um trabalho não remunerado, percebe-se que o empenho dos sócios era bastante grande. No diário de André Rebouças, observa-se que, além das reuniões oficiais, alguns desses sócios reuniam-se particularmente com frequência, tentando encontrar soluções aos problemas imigrantistas e muitas vezes também para discutir, elaborar artigos e manifestos.

Desde as primeiras reuniões preparatórias começam a ser delineados os objetivos primordiais da SCI em promover uma reforma grandiosa onde seriam profundas as mudanças na estrutura agrária. Estando claros os objetivos, a continuidade de seu trabalho baseia-se, portanto, na divulgação dos discursos e propostas que foram elaborados para promover essa “grande reforma”. A maneira inicialmente estabelecida para gerar mudanças foi a conscientização, ou usando a expressão amplamente colocada pelo grupo, a “criação de uma opinião” favorável as suas propostas. Tal medida tem como ponto de partida a publicação de manifestos, elaboração de projetos enviados ao Senado, publicação de livros de propaganda com temas relacionados e o periódico mensal intitulado de *A Imigração*.

Por meio dos artigos, atas e livros que foram publicados pela SCI ficam claros os interesses primordiais da mesma por tudo que se relacionava à imigração. Toda a dinâmica de sua missão e de suas atividades estava polarizada em esquemas de ação e de influência sobre instituições e costumes da sociedade brasileira, de tal sorte que direcionava os acontecimentos, as formas de organização social e administrativa, procuraram influir na política global do Império de tal maneira que pudesse oferecer todas as garantias morais e sociais aos imigrantes, no mesmo nível, guardadas as proporções, em que eram viáveis para os habitantes naturais do Brasil.

Havia uma preocupação em deixar sempre muito clara a proposta da SCI que, desde sua fundação, se configuraria em uma associação com finalidades beneficentes, sem qualquer objetivo de lucros, como uma corporação de propaganda e vigilância, e não uma empresa comercial.

Este ponto, ao que parece, foi levado a sério pela entidade, que sempre ficou alheia a toda negociação de caráter puramente mercantil, coisa que os diretores consideravam importantíssima. Com relação a isso, Liberato de Castro Carreira, na sua obra *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*, concebia a SCI com as seguintes características:

A Sociedade Central de Imigração não é uma associação comercial, que se ocupe da introdução de colonos, é uma Corporação fundada por distintos e respeitáveis cavalheiros, que, tomando a si a propaganda da colonização, se tem ocupado das mais importantes e momentosas questões, a que se ligam os direitos e vantagens daqueles que deixando a pátria, devem encontrar na adotiva, senão maiores, ao menos iguais direitos.¹⁶⁵

Como uma entidade de imigração, a natureza das atividades da SCI ficaram definidas em um artigo sem identificação de autoria, na *Revue Sud-Américaine*, e transcrito no Jornal *A Imigração*, onde afirma que assumiria o “papel de iniciadora na propaganda, de intermediária entre os governos, as associações e os particulares e de protetora dos direitos e interesses legítimos dos imigrantes e colonos.”¹⁶⁶

As estratégias de ação estipuladas pelo grupo foram registradas nos seus *Estatutos*, publicados em novembro de 1883. Como já dissemos, trata-se da regulamentação da forma de promover a imigração e as demais questões que estavam atreladas a este propósito inicial. O ponto de partida seria a fundação de um escritório de informações aos imigrantes, no Rio de Janeiro. A ideia consistia em aconselhar e auxiliar na escolha do local de fixação, esclarecendo suas dúvidas quanto às possibilidades oferecidas pelas províncias. Ao lado disso, estava prevista a fiscalização do tratamento que fora recebido a bordo dos navios que os conduziram dos portos europeus para o Brasil, posteriormente a sua acomodação e tratamento recebido também na hospedaria oficial da Corte.¹⁶⁷

Os objetivos gerais da SCI desenvolveram-se, portanto, em dois aspectos: motivar a vinda do imigrante e preparar-lhe uma boa acolhida e, posteriormente, fixar, da melhor maneira possível, o imigrante à terra

¹⁶⁵ CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980. Vol. II. p. 703.

¹⁶⁶ A IMMIGRAÇÃO. *Revue Sud-Américaine*. Boletim nº 05, ano I, setembro de 1884, p. 06.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 2.

levando em conta as exigências do processo econômico, atribuindo um “sentido de colonização”.

Tais premissas acompanhariam e orientariam, nos *Estatutos*, um certo número de objetivos particulares que, dando base jurídica às tarefas da entidade, configuraram-se como um esquema operacional. O próprio texto dos Estatutos, em sua sobriedade, estabelece claramente alguns objetivos particulares da SCI. Eis o artigo e os parágrafos a respeito: Art. 1º - À medida que os seus meios o permitirem, encarregar-se-á a Sociedade Central:

§ 1º - De fundar e manter nesta corte um escritório de informações aos imigrantes, que os aconselhará e guiará na escolha do seu destino, fornecendo-lhes todos os esclarecimentos necessários e fiscalizando também por parte da Sociedade o tratamento que os colonos recebem a bordo dos navios que os conduzem ao país, a sua acomodação e tratamento na hospedaria oficial desta corte, seu transporte para as províncias, colocações e etc.

§ 2º - De influir, quer pelo uso direto do direito de petição; quer pela imprensa, quer finalmente pelas relações e posições dos seus membros, a fim de serem decretadas todas as reformas necessárias para que o estrangeiro ache uma verdadeira pátria no Brasil, sendo tomadas todas as medidas precisas para a recepção e colocação de imigrantes, medindo-se terras em extensão suficiente e etc.

§ 3º - De manter correspondência permanente com as Sociedades estrangeiras que advogam a imigração para o Brasil, a fim de com elas combinar os melhores meios de ação.

§ 4º - De criar, logo que for possível, um grande órgão de propaganda nesta corte, para formar a opinião no país e exercer conveniente influência sobre a marcha das coisas públicas em relação à imigração européia.

§ 5º - De, finalmente, quando houver meios para isso, promover a propaganda direta nos países da Europa, que melhores imigrantes forneçam.¹⁶⁸

¹⁶⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Estatutos da Sociedade Central de Imigração*, Boletim nº 01 a 04, Anno I, dez. de 1883 a ago. de 1884. p.03.

Acerca de suas diretrizes de ação, conforme o primeiro número do Boletim *A Imigração*, a SCI lançava um manifesto datado de 25 de novembro de 1883 onde, sob pretexto de angariar o maior número de sócios, foram resumidos nas diretrizes de ação alguns aspectos que, conforme seus autores constituiriam um programa provisório.¹⁶⁹

Dentre as várias linhas de ação que o programa comportava, algumas se relacionavam com os núcleos coloniais, outras com questões informativas e outras ainda diziam respeito aos poderes públicos. Portanto, é dentro dessa perspectiva que podemos perceber o esforço na utilização da imprensa com objetivos de se ampliar a discussão dos problemas colocados acerca da imigração europeia, indicando os meios mais oportunos para vencer os obstáculos e dificuldades que se apresentavam. Ao lado disso, o programa de ação tendia a examinar as condições concretas e o progresso dos núcleos coloniais existente no Brasil, encampando os seus interesses e ajudando o seu engrandecimento. Para isso a SCI, e como veremos, as suas filiais, recebem as queixas e reclamações dos habitantes destes núcleos. Depois de analisá-las, apresentam-nas ao governo insistindo por sua solução.

Dentro do mesmo propósito de colaboração, nomeavam em cada núcleo um responsável para enviar informações das mais diversas acerca do progresso deste. Concomitantemente, escolhem comissões de pessoas ativas e bem colocadas na sociedade europeia, sejam brasileiras ou estrangeiras, que, por desejo de servir ao Brasil, se prestem a fornecer informações amplas de caráter positivo acerca do país e na imprensa buscam responder logo as acusações que lhes forem feitas, contestando sem demora e com energia as notícias infundadas que acaso se difundirem sobre o Império do Brasil.

A par da preocupação com os núcleos coloniais e com o pessoal responsável, a SCI objetiva um programa de relacionamento com os poderes constituídos. Em primeiro lugar agindo juntamente com as Assembléias Provinciais no sentido de conseguir subsídios financeiros que, conforme a sua importância, serviriam para manter na Europa um agente encarregado de promover a imigração parcial ou simplesmente com vistas a publicar informações e brochuras acerca das diversas províncias.¹⁷⁰

Da mesma forma, submetendo à consideração dos poderes públicos um sistema de medidas metódicas e bem articuladas e tendentes a provocar a atrair a imigração, sistema este que permitisse perseverar e

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.02.

¹⁷⁰ A IMMIGRAÇÃO, *Op. Cit.*, p.2.

ser de utilidade durante certo número de anos, a SCI pretendia ainda utilizar:

1º - A imprensa; já lançando mão dos meios que obsequiosa e desinteressadamente nos foram oferecidos pelas *Gazetas de Notícia* e da *Tarde*, *Revue Commerciale et Financière* e *Courrier Internationnal*, já fundando um órgão especial, em forma de boletim ou revista.

2º - O escriptorio central de informações na còrte, com filiaes naquellas provincias que decretarem algum subsidio em favor da immigração.

3º - A petição aos poderes publicos e autoridades provinciaes e locaes, enviando ao parlamento e ao governo representações àcerca das medidas legislativas ou administrativas, indispensaveis para a consecução dos nossos grandes fins.¹⁷¹ (grifos meus)

Em conjunto com estes itens relativos a um conjunto de funções, que a SCI necessariamente deve exercer para realização de suas propostas, existem, no citado manifesto, certo número de tarefas que estão todas elas polarizadas em torno de um problema capital na política da Sociedade Central, o problema da terra.

Ao citarmos textualmente estes diversos itens, já é possível perceber a preocupação maior que a questão fundiária provoca, desde o início, no espírito dos membros da SCI:

- Pedir ao Governo e às presidências das províncias do Império, especialmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, informações sobre os terrenos devolutos que nelas existem.

- Buscar conhecer, mais ou menos aproximadamente, o valor da terra em cada uma das províncias.

- Estabelecer logo que haja dados para isto, um registro de terrenos devolutos ou de mais fácil aquisição, comunicando às sociedades europeias tudo quanto for relativo a este assunto.

¹⁷¹ A IMMIGRAÇÃO. *Manifesto do dia 25 de novembro*. Boletim nº 1 a 4, Anno I, dez. 1883 a ago. 1884. p.2.

- Apresentar um plano para facilitar aos recém - chegados à obtenção de terras devolutas ou não, sendo simplificados os óbices a ela atualmente inerentes e ainda confirmados e agravados, em agosto do corrente ano, por aviso do ministério da agricultura.

- Pedir ao governo a distribuição por compra ou desapropriação de terras na linha dos caminhos de ferro, conciliando-se todos os interesses a bem conseguimento de proveitosas zonas, que sejam logo divididas em lotes destinadas à pronta localização dos imigrantes.

- Entender-se com as diretorias das estradas de ferro, a fim de serem aproveitadas as regiões servidas por essas viações, e sobre o transporte dos recém - chegados com abatimento nos preços de passagem.¹⁷²

Em alguns dos tópicos das diretrizes de ação evidenciam-se a postura da Sociedade face às forças modernizadoras e às inovações propugnando pela utilização das técnicas, por uma legislação mais própria à imigração e pela política da democracia rural. Assim sendo, a estrutura da SCI fora elaborada dentro de dispositivos simples e flexíveis que ajudavam o seu desenvolvimento interno, ao mesmo tempo em que tornavam fáceis as relações com as sociedades filiais que pretendiam incentivar o surgimento, respeitando a autonomia e o planejamento de cada uma delas.

Por outro lado, analisando em conjunto o quadro dos objetivos gerais e dos objetivos particulares, é possível inferir que a SCI trazia consciência dos problemas presentes e futuros das colônias que estavam em fase de implantação ou de desenvolvimento. No entanto, era comum que surgissem em algumas colônias conflitos de natureza diversa. Nestes casos, normalmente, a SCI propunha-se a atuar como intermediária entre as partes, buscando uma solução justa e que não prejudicasse o imigrante.

A sistematização das publicações do grupo obedecia a lógica, como já dissemos, de formar opinião. Para isso, o tom utilizado nos escritos muitas das vezes parecia bastante dramático, fazendo usos de notícias nacionais e internacionais sobre imigração, escravidão, progresso e democracia rural. O uso de exemplos positivos de nações como os Estados Unidos e Argentina eram recorrentes e sempre chamando a

¹⁷² *Ibidem*, p. 01-02.

atenção para o fato de o Império do Brasil não se deixar ultrapassar em termos de progresso pelas demais nações sulamericanas.

De modo geral, percebe-se que a SCI sempre buscou seguir os objetivos gerais estabelecidos desde a sua fundação. A criação de todo mecanismo de ação e de expansão de atividades, sempre esteve atrelado a meta estabelecida em seus Estatutos, ou seja, criar as condições necessárias para o aumento da imigração direcionada as pequenas propriedades rurais e sua continuidade como modelo econômico.

Sobre a sua formação, especula-se que houvesse alguma influência da maçonaria na SCI. Como bem lembrou Célia Marinho de Azevedo, durante todo o século XIX são inúmeras as referências à atuação da maçonaria no Brasil. A julgar pelos testemunhos históricos de contemporâneos e pelas narrativas deixadas pelos primeiros historiadores do Brasil seria difícil encontrar um político do primeiro e do segundo Reinado, ou mesmo dos anos iniciais da República, que não tivesse em algum momento de sua vida se filiado a uma loja maçônica.¹⁷³ O que nos leva a considerar tal vinculação é o compartilhar de objetivos, nota-se em ambas (SCI e a maçonaria conservadora) um interesse em “lutar pelo progresso do Brasil por meio do desenvolvimento da educação leiga, da expansão do conhecimento científico e técnico e da importação de imigrantes “progressistas” e tecnicamente educados dos Estados Germânicos”.¹⁷⁴ Contudo, além da certeza de que muitos de seus sócios eram maçons, nenhum registro concreto de tal relação foi encontrado. No entanto podemos considerar que a influência ocorreu certamente de forma indireta, através dos seus sócios maçons imbuídos dos ideais da Maçonaria.

2.3. OS PRINCIPAIS MENBROS DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO – ALGUMAS IDEIAS E ESCRITOS

Ao tratarmos historicamente do período final do século XIX e de todas as questões que estavam nele colocadas, não podemos fazê-lo sem pensar na ação da elite intelectual. E por elite intelectual entendemos aqui os indivíduos de certa condição material, intelectual ou aqueles

¹⁷³ AZEVEDO, Célia Marinho de. Maçonaria: História e Historiografia. In: *Revista U S P*, nº 32, pp.179-189. São Paulo, 1996/1997. p.180.

¹⁷⁴ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980. p.46.

envolvidos com as esferas de poder público. De modo geral estes faziam parte do cenário público em diferentes posições: políticos, estudiosos, jornalistas, engenheiros, advogados, militares, escritores, entre outras. Assim, tanto no aparato político administrativo das primeiras décadas do século XIX, como em sua ação posterior com o intuito de implantar medidas que permitissem a consolidação das práticas políticas e administrativas, tais tarefas dependeram de indivíduos que trabalhavam em prol do Império, ou seja, os homens do Imperador.

Ao lado disso, ao abordarmos historicamente o século XIX é preciso destacar o papel exercido pelo Romantismo na emergência de uma imensa geração de “publicistas”: indivíduos cultos que se dedicaram à política, às artes, à literatura, nem sempre se especializando em algo específico, mas que esperavam escrever uma grande obra ou mesmo influir decisivamente no curso político do país. Estes indivíduos deixaram visões detalhadas da vida nacional, constituindo-se em fonte vastíssima para o estudo deste período.

Fator amplamente estudado por José Murilo de Carvalho foi o da possível relativa homogeneidade da elite imperial proporcionada pela educação e, principalmente, pela ocupação – alguns indivíduos tinham suas vidas desde muito cedo estreitamente ligadas ao e até determinadas pelo Estado, que delas se apropriava, nomeando-os para tantos postos quanto fossem adequados às necessidades do país e ao perfil geral de cada um deles – eram os “homens do imperador”.¹⁷⁵ Muitos dos membros da SCI encaixam-se nesta perspectiva.

Não se configura como novidade que nesse momento foram estes indivíduos que conduziram boa parte das discussões políticas na tentativa de, especialmente por meio de discursos e escritos, chamar a atenção da sociedade do período para os problemas que o Brasil estava enfrentando. Entre as questões que suscitavam as mais elevadas discussões figuravam os problemas que o regime escravista vinha apresentando, a necessidade de braços para trabalhar as imensas terras pertencentes ao latifúndio, o atraso nas técnicas de cultivo, o discurso em prol da divisão de terras em pequenas propriedades e a imigração. O intuito primordial estava, em um primeiro momento, chamar a atenção para os entraves que uma nação que encontrava-se em progresso, caso do Brasil segundo estes indivíduos, deveria resolver caso desejasse entrar para o rol das nações civilizadas e desenvolvidas.

¹⁷⁵ Para um aprofundamento do assunto ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial / Teatro de Sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996.

Nesse sentido, não configura novidade – e também não são poucos os trabalhos que apontam para o fato de – que os membros da elite realizavam seus estudos na Europa e retornavam repletos de ideias e teorias para resolver os problemas internos do Império. No cenário histórico do século XIX nos é permitido observar, pois, que em muitos momentos as noções de cultura e de progresso caminham juntas. Esta análise é feita por Nicolau Sevcenko, quando observa que foi no século XIX que a elite intelectual percebe-se como “mosqueteiro” do desenvolvimento. É nesta conjuntura é que o seu exercício intelectual evidencia-se e acaba por confundir-se com suas atitudes políticas.¹⁷⁶

Dentre os problemas enumerados para resolução naquele momento temos a situação da produção agrícola – e isso obviamente envolvia a escravidão – e a inserção de estrangeiros que vieram com a finalidade de atender a alguma das duas tendências conflitantes da política imigratória brasileira da época (povoamento e colonização *versus* suprimento de mão de obra para as grandes lavouras). A agricultura vinha passando por muitos impasses, sendo esse também um tema amplamente discutido pela elite e pelas publicações do período.¹⁷⁷ Entre os temas relacionados veiculados nas páginas de algumas publicações especializadas no assunto estavam: os impasses da imigração, as dificuldades de implantação de núcleos coloniais pelo governo e por particulares; o êxodo dos colonos; as dificuldades relacionadas à mecanização da lavoura e demais formas de modernização da época.

Quando tratamos deste cenário histórico e, ao lado disso, buscamos observar como estavam sendo colocadas propostas de transformação social, econômica e agrária, não podemos deixar de observar a importância que a SCI desempenhou. Este grupo, apesar da nomenclatura, não estava envolvido exclusivamente com a vinda de estrangeiros para o Império. Para além das atividades de estímulo da imigração, a SCI buscou, em sua efêmera existência, promover mudanças mais amplas envolvendo outros setores.

Quando se trata de analisar as diferentes ações realizadas por uma entidade, associação ou ainda, de uma sociedade no caso aqui, necessitamos ter sempre no horizonte que trata-se pois de um grupo de pessoas e, de suas ideias, inseridos em um tempo e espaço que devem ser

¹⁷⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 78-188.

¹⁷⁷ Entre as publicações que tratavam diretamente dos assuntos relacionados com agricultura destacamos: *A Lavoura*, *Revista Agrícola* e *Revista do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*.

considerados. Tais ideias, embora sejam convergentes de modo geral, sempre podem conter pontos de divergência que nos permitem enriquecer as análises. Nesse sentido, acreditamos que através dos registros escritos podemos, entre outros aspectos, perceber alguns princípios e fundamentos dos projetos sociopolíticos da elite brasileira no final do século XIX.

Alguns inflamados discursos davam conta de que a ordem identificada com o progresso era o cerne das propostas colocadas por diferentes setores. Acerca disso, Margarida de Souza Neves afirma que os indivíduos que imprimiam direção ao Estado Imperial, naquele fim de século, concebiam o Brasil como realidade inserida em uma temporalidade governada por uma noção de história contínua e linear, que pressupunha¹⁷⁸ que os povos de todas as partes do mundo deveriam seguir os passos das nações “civilizadas e progressistas”, saindo do atraso e identificando-se cada vez mais com as “luzes da ciência”. O que parece certo é que, muitos acreditavam que seria apenas de uma questão de tempo.

Escrevendo sobre a apropriação de ideias no século XIX, Angela Alonso chama a atenção para algumas interpretações que o movimento de ideias recebeu em diferentes momentos. Ao que parece, a noção inicial poderia ser descrita conforme a interpretação metafórica de Silvio Romero, que analisa a situação já na década de 1878, onde classifica a “situação caótica na qual pretensos intelectuais tupiniquins imitam pobremente os desenvolvimentos teóricos estabelecidos na Europa”, dizendo tratar-se de pássaros em revoadas.¹⁷⁹

Os nomes que aderiram à proposta de fundação da SCI possuíam muitos pontos convergentes no que se refere a mudanças julgavam serem necessárias ao Brasil. Trata-se de um conjunto de pessoas que buscavam formas de pensar e agir, simultaneamente nascidas em meio a conflitos sociopolíticos. As ideias de progresso estavam sendo postas naquele momento, e a mobilização coletiva parece surgir como resposta às mudanças estruturais que acarretam crises no arranjo político entre as elites.¹⁸⁰

¹⁷⁸ NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.127.

¹⁷⁹ ALONSO, Angela. A apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.85.

¹⁸⁰ Charles Tilly argumenta que razões estruturais para a mobilização coletiva sempre existem, a questão chave está em entender quais particularidades de uma

Descontentes com a situação nacional, os que aderiram a SCI estavam dispostos a publicizar suas teorias e experiências concretas da vida pública. Alguns teóricos enquadram movimentos como este de comunidade de experiência, ou seja, os contemporâneos que vivenciam concretamente os mesmos processos estruturais desenvolvem laços efetivos entre si e sentimentos e ideias aparentados.¹⁸¹

Embora muitas das ideias defendidas pelo grupo da SCI estivessem sendo sistematicamente publicadas no jornal *A Imigração*, muitos de seus membros publicaram várias obras individuais que discutem com minúcia e dados os caminhos que a política imperial necessitava seguir. Para aprofundar um pouco esse sentido de convergência de ideias e interesses, nos lançaremos à tentativa de comparar as ideias publicadas no jornal *A Imigração* com outros discursos de alguns de seus membros, consultando para isso outros escritos produzidos visando evidenciar as aproximações e possíveis diferenças nos objetivos do que fora publicado no jornal da instituição.

Apesar da ideia de fundar uma sociedade de imigração ter iniciado com conversas entre “ilustres” imigrantes alemães, logo depois da primeira reunião tanto Koseritz, como Hermann Blumenau retiram-se da capital do Império por motivos profissionais. De maneira que a SCI acabou “perdendo rapidamente qualquer identificação germânica que tivesse apresentado inicialmente.”¹⁸² A condução das atividades ficou à cargo de seus novos líderes brasileiros. A Diretoria composta por Henrique de Beaurepaire Rohan, Alfredo d’Escagnolle Taunay, André Rebouças, Ennes de Souza, Fernando Schmidt, José Luís Cardoso de Salles (Barão de Irapuá), Antônio Luís von Hoonholtz (Barão de Teffé), Joseph Hermann (Barão de Tautphoeus), Gustavo Trincks, Hugo Grüber e dos comendadores Oliveira Lisboa e Malvino Reis, Nicolau Moreira, João Clapp, Vicente de Souza, Ferreira de Araújo e Major Leite Castro,

dada conjuntura levam a ação coletiva à efetividade. De modo geral, tais movimentos surgem como resposta a mudanças estruturais que geram crises nos arranjos políticos entre elites. Nesse sentido, as fissuras geradas pelas mudanças possibilitam novas linhas de ação no ambiente político, incentivando mobilizações coletivas. TILLY, Charles. From Mobilization to Revolution. *Apud* ALONSO, Angela. A apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.88.

¹⁸¹ Para mais informações sobre o assunto podem ser encontradas no artigo de Richard Morse, *São Paulo: raízes oitocentistas da metrópole*. Anais do Museu Paulista, tomo 14, 1950, pp.455-487.

¹⁸² HALL, *Op. Cit.*, p. 149.

assumiu as primeiras atividades de divulgação dos *Estatutos* da Sociedade.

Antes de tratarmos mais diretamente das ideias e assuntos que estavam sendo desenvolvidas no conjunto dos nomes da SCI, pensamos ser importante observar a origem e a trajetória de alguns de seus principais membros. A definição que tomamos para estabelecer os nomes principais vinculados a SCI não obedece à critérios bem definidos, apenas tomamos a liberdade de considerar assim aqueles indivíduos que envolveram-se mais diretamente com a sua idealização e, posteriormente a isto, com os trabalhos e deram prosseguimento as propostas iniciais de ação. A frequência com que encontramos citados estes nomes nas fontes que utilizamos neste estudo também serviram como critério de escolha. Alguns nomes, como é o caso de Hugo Grüber, não nos permitiram a localização de maiores informações, portanto destacamos aqui aqueles em que, conforme já especificado acima, possuem informações publicadas ou registradas nos documentos relacionados a SCI. Por conta de tal aspecto as breves bibliografias aqui apresentadas apresentam desproporção no tamanho de seus conteúdos.

2.3.1. Karl von Koseritz

Filho de um barão, nasceu no ducado de Anhalt, na Alemanha em 1830. Alguns de seus biógrafos parecem em acordo ao destacar que possuiu uma formação militar na Alemanha. Anteriormente a sua chegada ao Brasil, engajado em uma missão militar, Koseritz participou nas revoluções liberais de 1848, o que evidencia seu envolvimento político de inclinação liberal. Chegou ao Brasil em 1851 e logo encaminha-se para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul como integrante da tropa de mercenários pertencente a Legião Alemã que fora contratada pelo Império brasileiro para combater as tropas do General Juan Manoel Rosas na Argentina.¹⁸³ Como um autêntico *Brummer*¹⁸⁴, Koseritz decide viver em Pelotas e dá início as atividades que desenvolveria até sua morte em 1890. Residindo em diversas cidades da região, Koseritz se consagrou um

¹⁸³ CARNEIRO, José Fernando. *Karl Von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto do Livro, 1959. p.12.

¹⁸⁴ *Brummer* é a designação dada aos soldados mercenários que foram contratados pelo Império do Brasil para lutar na Guerra contra Oribe e Rosas. Após a Guerra alguns destes soldados permaneceram na província do Rio Grande do Sul exercendo, em grande medida, influência sobre os colonos da região.

ativo partícipe dos negócios envolvendo a comunidade teutobrasileira no Sul do Brasil.

No que se refere a influência política, Koseritz participava como porta voz das reivindicações da colônia perante a província e o governo imperial. Tal liderança se confirmaria ao ser eleito como deputado provincial entre os anos de 1883 e 1889, motivo que o levava a viajar com frequência ao Rio de Janeiro. Atuou como jornalista e escritor, foi proprietário do jornal *Deutsche Zeitung* e publicou obras de ficção, poesia e manuais práticos sobre agronomia e horticultura. Koseritz ainda interessava-se em estudar o povo brasileiro, o que se manifestava em seus escritos de etnologia aliados ao ideário do evolucionismo darwinista.¹⁸⁵

Além disso, Koseritz ainda atuou no contexto político, social e cultural do século XIX por meio de suas atividades político partidárias. Foi membro do Partido Conservador e do Partido Liberal. Como representante da região colonial rio-grandense, integrou a Assembleia Provincial de 1883 a 1889. Além disso, esteve ligado à maçonaria – À Grande Loja Provincial São Pedro do Rio Grande do Sul. As atividades de Koseritz ainda abarcam outras áreas. A partir de 1865, desempenhou a função de ajudante e agente tradutor do inspetor geral do Serviço de Povoamento do Solo. Organizou a Exposição Alemã-Brasileira, em Porto Alegre, realizada entre 1881 e 1882, com o objetivo de demonstrar as vantagens de um comércio maior entre o Brasil e a Alemanha. Foi além disso representante local da *Central Verein für Handelsgeographie* (Sociedade Central Geográfica Comercial), de Berlim, e presidente da *Deutscher Rechtsschutzverein* (Associação Alemã de Proteção Jurídica), em Porto Alegre, na qual atuava como advogado, mesmo sem ter formação acadêmica para tanto.

Em sua opinião a imprensa configurava-se num espaço público interessante para os embates do período. Koseritz expõe o seu posicionamento na obra *Koseritz Kalender* publicada em 1881: “sempre tive em vista, em todas as lutas partidárias, tão somente os interesses do elemento teuto-brasileiro. Sempre tenho porfiado, reivindicado àquele elemento, a situação que lhe compete (...).”¹⁸⁶ Nesse sentido, Koseritz acreditava que os imigrantes alemães, ou os teutobrasileiros, estavam incumbidos de disseminar a cultura alemã no Brasil, que julgava ser superior. Tal posicionamento, de integrar os teutobrasileiros no Império

¹⁸⁵ Esta posição de Koseritz pode ser observada em várias passagens de sua obra *Imagens do Brasil*.

¹⁸⁶ KOSERITZ, Karl von. *Koseritz Kalender*. 1881. Apud: OBERACKER, Carlos H. *Carlos von Koseritz*. São Paulo, 1961, p.58.

do Brasil, não caracterizava-se como um consenso entre os seus, especialmente após o recém fundado Estado Alemão, e todo o discurso pangermanista que vinha ganhando espaço nas últimas décadas no século XIX. Por seu posicionamento e opinião, Koseritz foi um grande entusiasta e incentivador da vinda de imigrantes alemães para o Brasil.

Entusiasmado com a boa recepção destas ideias nos debates na SCI, Koseritz expressou seu contentamento em sua fala na primeira reunião do grupo:

É igualmente agradável para mim o fato do sucesso da imigração alemã ser aqui reconhecida cabalmente. Nunca se tinha falado no Rio de Janeiro de maneira tão clara sobre as grandes vantagens da imigração alemã como eu o fiz nesta oportunidade, sem receber nenhum protesto; e o fato de, ao contrário, ter as minhas palavras aplaudidas continuamente é uma prova de que também aqui no Rio de Janeiro se chegou à convicção de que o Brasil somente com uma forte imigração de origem germânica (entre a qual também coloco os tirolezes e os lombardos) pode esperar salvação.¹⁸⁷

No final do século XIX, muitos políticos e intelectuais do Império defendiam a imigração de europeus impregnados pelas ideias vinculadas ao darwinismo social, que propunha a tese de branqueamento gradual da população por meio da mestiçagem étnica. Refletindo sobre estas questões, Lilian Moritz Schwarcz afirma ser este período um momento em que o tema do cruzamento de “raças” torna-se “uma questão central para a compreensão dos destinos da nação”.¹⁸⁸ Certamente alguns membros da Sociedade Central comungavam desta ideologia, outros faziam vista grossa par tal posição. O que parece certo é que muitas divergências ideológicas tinham lugar no grupo.

¹⁸⁷ KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980. p. 227.

¹⁸⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.13.

Figura 6: Karl von Koseritz



Fonte: Jornal *Deutsche Zeitung* (RS)

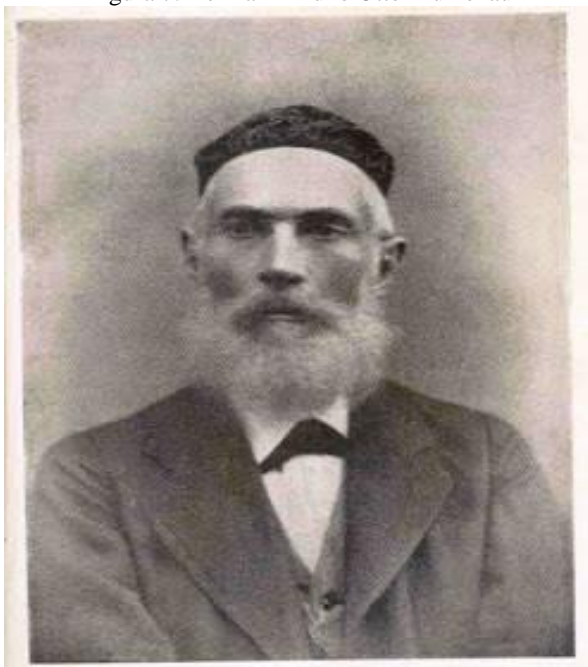
2.3.2. Hermann Bruno Otto Blumenau

O grupo inicial da SCI contou também com a participação efêmera de Hermann Blumenau, fundador da colônia de mesmo nome na província de Santa Catarina em 1850. Nasceu em 26 de dezembro de 1819 em Hasselfelde, Braunschweig, Alemanha. Blumenau demonstrava interesse pelas ciências naturais e a curiosidade por países distantes. Por recomendação de Alexander von Humbolt entrou em contato com a Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil (*Gesellschaft zum Schutz der deutschen Auswanderer in Südbrasilien*).¹⁸⁹ Em 30 de março de 1846 embarcou em Hamburgo com destino ao Brasil. Conheceu algumas colônias alemãs no Rio Grande do Sul, dirigindo-se então ao estado de Santa Catarina, onde comprou terras no vale do rio Itajaí. Retornou à Alemanha em 1849 e no ano seguinte conseguiu trazer

¹⁸⁹ ROLOFF, Ernst August. *Hermann Blumenau – Ein deutscher Koloniegründer*. Osnabrück: Verlag Fromm, 1941. p.11. (Tradução livre da autora)

os primeiros 17 colonos para a nova colônia que chegaram no dia 2 de setembro de 1850.¹⁹⁰

Figura 7: Hermann Bruno Otto Blumenau



Fonte: *Revista Blumenau em Cadernos*

Após a experiência de fundação da colônia, Hermann Blumenau escreveu, em 1851, o seu *Guia para os Imigrantes da Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, publicado originalmente em língua alemã, neste guia, aqueles que pretendessem imigrar poderiam encontrar informações sobre a viagem e a vida no Brasil. Hermann Blumenau, assim como outros membros da SCI, era da opinião que a vinda de imigrantes deveria ser direcionada para as pequenas propriedades.

Ao que parece, Hermann Blumenau não foi muito atuante nas atividades da SCI. Embora seja considerado um de seus idealizadores, e nomeado sócio fundador, não encontramos seu nome associado com as propostas e com as publicações que o grupo realizou. No próprio jornal *A Imigração*, o nome de Hermann Blumenau somente aparece nos relatos

¹⁹⁰ *Idem.*

registrados sobre as sessões preparatórias e na ata de fundação da Sociedade. Tal ausência talvez se deva ao fato de ter retornado definitivamente para a Alemanha em 1884.¹⁹¹ Podemos também supor que tenha exercido atividades de contato em nome da SCI no sentido de divulgar a imigração para o Brasil na Europa. Contudo, nada a respeito foi localizado nas fontes utilizadas na pesquisa.

2.3.3. Alfredo d'Escagnolle Taunay

Dentre os membros eleitos para a primeira diretoria o mais ativo, segundo Michael Hall, foi Alfredo d'Escagnolle Taunay, eleito como vice presidente, era uma das figuras mais destacadas do período, tanto na literatura como na política onde foi um dos mais veementes defensores das premissas da SCI. Taunay pertencia a uma família francesa de grande importância dentro do quadro de personalidades do Império. Seu avô paterno fez parte da missão artística francesa convidada por Dom João VI a vir para o Rio de Janeiro em 1816. Seu pai foi diretor da Academia de Belas Artes e um dos tutores de Dom Pedro II. Embora fosse de origem aristocrática, segundo Michael Hall sua família havia se tornado “eminentemente de classe média à época de seu nascimento em 1843, com isso os primeiros passos de sua carreira são bastante semelhantes aos dos filhos de outras famílias das camadas médias e altas da burocracia imperial.”¹⁹²

Como muitos intelectuais do período, Alfredo Taunay recebeu uma educação técnica e científica, preparatória para seguir carreira militar. Como político foi eleito presidente das províncias do Paraná, onde foi responsável pela fundação de várias das Sociedades Filiais da SCI, e de Santa Catarina. Ingressou no Senado no ano de 1886, sendo na ocasião o seu membro mais jovem. Pertencia ao partido conservador, onde foi de maneira geral uma figura considerada excêntrica e com limitada influência.¹⁹³ As suas inovadoras ideias acerca da imigração e das demandas relacionadas a situação agrária do Brasil, assim como seu apoio a várias reformas liberais não eram bem vistas pelos seus companheiros de partido.

¹⁹¹ HALL, *Op. Cit.*, p.148.

¹⁹² *Ibidem*, p.149.

¹⁹³ Taunay discute a questão em sua obra póstuma: *Homens e Causas do Império*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1924. pp. 156-164.

Dissolvido o gabinete em 1884, é convocada uma nova eleição para 1º de março de 1885. Candidatando-se novamente pelo 1º Distrito de Desterro, perde a eleição para o Dr. Eduardo Paranhos Schutel. Mais tarde, no mesmo ano, é convidado pelo gabinete do Barão de Cotegipe, para Presidente da Província do Paraná, onde permaneceu até maio de 1886. Durante o curto período de oito meses que ocupou o cargo, a ele se devem muitas das medidas para estimular a imigração europeia, que era o ponto central de sua administração. Devem ser creditadas também à sua administração, a fundação da Biblioteca e do Museu Paranaense, e a Reforma da Instrução Primária da Província.

Em seu largo envolvimento na defesa da imigração europeia, Taunay foi muitas vezes alvo de severas críticas por parte de parlamentares e da imprensa, que não suportavam os ataques que praticava, em muitos momentos um tanto explícitos, ao Brasil tradicional em seus escritos, discursos e nas propagandas da SCI. Nas falas de Taunay fica muito clara sua preferência pelos imigrantes europeus, e em muitas ocasiões usava os termos Europa e civilização como sinônimos. Taunay jamais conseguiu “persuadir totalmente os seus pares de que sua predileção não era levemente suspeita, por essa razão foi molestado durante toda sua carreira política.”¹⁹⁴

Entre as suas contribuições para com o avanço da imigração para o Brasil as mais lembradas são a naturalização e o casamento civil. Entre os *Livros de Propaganda*¹⁹⁵ publicados pela SCI, dois são de autoria de Taunay: *A nacionalização ou a grande naturalização e naturalização tácita* e *Casamento Civil*, ambos publicados em 1886. Defendendo tais propostas em muitas oportunidades, Taunay ataca abertamente o nativismo e advoga pela igualdade civil dos não católicos. Acrescenta-se a isso que estas questões sendo resolvidas e colocadas em prática, consequentemente o Império do Brasil se tornaria mais atrativo aos imigrantes. Koseritz, escrevendo sobre o amigo Taunay, dizia ter sido ele o primeiro e o mais eminente representante das ideias que levariam o Brasil a um futuro novo e brilhante.¹⁹⁶

¹⁹⁴ HALL, *Op.Cit.* p. 151.

¹⁹⁵ A Sociedade Central de Imigração publicou, ao todo, quatro livros de propaganda: *Casamento Civil*; e *A nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita*, de Alfredo Taunay; *Pequena Propriedade e Imigração europeia*, de Louis Couty; e *O Ensino Technico*, de Tarquínio de Souza. Trataremos mais detalhadamente destas obras no capítulo III.

¹⁹⁶ KOSERITZ, Karl von. *Alfredo d'Escragnolle Taunay – Esboço característico*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1886. p.8.

Figura 8: Alfredo d'Escagnolle Taunay



Fonte: academiagoianadeletras.org

2.3.4. Henrique de Beaurepaire Rohan

O primeiro presidente da SCI, eleito na sessão do dia 28 de outubro de 1883, foi o General Henrique de Beaurepaire Rohan. Embora não tenha sido tão atuante na SCI como seu primo Taunay, Beaurepaire Rohan marcou seu discurso com enfáticas críticas aos grandes proprietários e também em defesa da imigração direcionada as pequenas propriedades. Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan nasceu no dia 12 de maio de 1812, em Niterói, antiga capital da província do Rio de Janeiro, num sítio adquirido pelos seus pais no ano anterior. Era filho do marechal de campo reformado e veterano da Independência Jacques Antonio Mans, Conde de Beaurepaire e de Dona Maria Margarida Skeys de Rohan, Condessa do mesmo título, senhora de descendência irlandesa.

Beaurepaire Rohan foi deputado, presidente de província e ministro de estado, sendo eleito no ano de 1891 como presidente honorário dos Comícios Agrícolas do Distrito Federal, onde presidiu a primeira Exposição Rural realizada na Intendência Municipal em 13 de maio de 1892.¹⁹⁷ Beaurepaire Rohan atuou em vários órgãos relacionados a agricultura, e em outros setores ligados à obras públicas e urbanização.

Rohan é amplamente citado na historiografia por ter sido membro de várias grupos, pela diversidade de postos que ocupou, tendo sido chamado para estes tanto por gabinetes liberais, quanto conservadores. Participou de momentos marcantes da história nacional. Por conta de sua ampla circulação dentro dos círculos, gozava de grande respeito, além de possuir uma relação próxima com o Imperador D. Pedro II, com o qual trocou cartas mesmo depois do exílio deste. A partir de 1856, ocupa as presidências das Províncias do Paraná, Pará e Paraíba. Ao ascender a postos mais elevados no Exército, foi nomeado Ministro da Guerra em 1864, tendo sido responsável pela organização das forças de defesa nacional, inclusive mandando cumprir o decreto chamando os *Voluntários da Pátria*.¹⁹⁸

Como “homem das armas” percorreu desde os 12 anos várias províncias ao lado de seu pai, que em 1827 havia sido nomeado Comandante das Armas da Província do Piauí, acompanhou-o, na qualidade, inicialmente, de membro do Corpo de Artilharia, passando, em 1828, a Cadete, a Secretário do Comando das Armas da mesma província. A partir deste momento Beaurepaire Rohan inicia sua vida profissional, ocupando diferentes postos nas forças armadas e deslocando-se por diferentes regiões do Brasil, o que lhe permitiu formar um amplo conhecimento geográfico e espacial do Império. Nas visitas de inspeção que fazia, o Conde tinha um hábito, que transmitiu ao filho – a coleta de todas as informações que podia obter sobre a geografia e a história das diversas localidades que visitava e que pudesse interessar à economia do país. Ao falecer, teria deixado aos filhos um manuscrito com a relação de suas viagens pelo Brasil, além de um dicionário de termos técnicos.¹⁹⁹

Além disso, tendo concluído o curso de engenharia em 1837 com grande êxito, seguiu para a província do Rio de Janeiro. Foi ao entrar para

¹⁹⁷ A LAVOURA – Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira. Anno I, nº 1, 1897, p. 10.

¹⁹⁸ GILLIES, Ana Maria Rufino. *Políticas públicas e utensilagem mental: uma análise das reformas propostas por Henrique de Beaurepaire Rohan em 1856 e 1878*. Universidade Federal do Paraná, Dissertação de Mestrado. 2002. p.31.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 33.

o *Imperial Corpo de Engenheiros* que, segundo Visconde de Taunay, teria prestado os melhores serviços, aceitando, apesar de sua frágil saúde, as mais penosas comissões para pontos distantes da capital do Império. Desse modo percorreu, e, para assim dizer, palmilhou todas as províncias centrais e do sul; Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Paraíba, Bahia.

Como administrador público, Beaurepaire iniciou sua atuação em 1842, quando foi nomeado Diretor de Obras Públicas do Rio de Janeiro, tendo, ao final de sua administração apresentado um relatório considerado valioso para os estudos sobre a intervenção do governo na ordenação do espaço urbano, por “preconizar uma concepção cientificista expressa no rigoroso formalismo, na racionalidade do traçado e na cientificação das técnicas construtivas.”²⁰⁰ Ainda na primeira metade do século XIX propôs a “ampliação da área da cidade; o alargamento e novo traçado de ruas; o nivelamento para o conveniente escoamento das águas tudo, enfim, que mais diretamente se prendia à salubridade pública, mereceu a mais solícita atenção do ilustrado engenheiro.”²⁰¹

Aqueles que biografaram a trajetória Beaurepaire Rohan o classificam como um liberal moderado. Tem-se então em Beaurepaire um liberal que, ao mesmo tempo em que propõe medidas reformadoras e modernizantes, como a abolição da escravidão com reforma agrária, mostrava-se preocupado com a manutenção da ordem. Monarquista e também conservador, nessa reforma agrária propõe apenas a concessão útil da terra, com a finalidade de manter a mão de obra necessária adstrita à terra, e de não perderem, a elite agrária, essa mesma mão de obra de onde extraíam sua riqueza e seu poder.

Em estudo sobre a figura de Beaurepaire Rohan, a historiadora Ana Maria Rufino Gillies destaca o fato dele ter pertencido a muitas sociedades literárias e científicas, tanto nacionais quanto estrangeiras. Ocupou cargos de diretoria e presidência em institutos, clubes, associações e sociedades culturais, bem como outras que trabalhavam em prol de alguma causa nacional, entre as quais se destacam - além da SCI da qual foi presidente até 1891- a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, fundadora do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, fundada em 1880 por Joaquim

²⁰⁰ SANCHES, M.G. O poder e a organização do espaço: A corte imperial do Rio de Janeiro. *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 15, p. 29-35, 1998.

²⁰¹ MELLO, Barão Homem de. Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan. In: *Revista do IHGEB*, Vol LXII, 1900. p. 206.

Nabuco, André Rebouças e outros, para a qual foi aclamado presidente honorário ao lado de Muniz Barreto e Saldanha Marinho.²⁰²

No que tange à educação, Beaurepaire preocupou-se com a alfabetização, mas colocava peso maior no ensino profissionalizante e técnico, voltado para o atendimento às necessidades que o país tinha de mão de obra mais bem preparada para a atividade agrícola e para outras atividades que pudessem ser desenvolvidas de acordo com as especificidades locais. Essa educação visava à formação de habilidades que contribuíssem com a promoção do progresso regional e nacional, mas também pretendia preservar a mão de obra existente no meio rural, tanto a escrava quanto a livre, sendo que esta última, vista como ociosa, precisava ser educada para ser inserida, voluntariamente, no mundo do trabalho.

Nesse sentido, Beaurepaire dava maior importância ao ensino de matérias ligadas às ciências exatas e naturais, por causa da utilidade que podiam ter, que àquelas de teor humanístico as quais, na opinião dele, só serviam para a formação de uma classe inoportuna de aspirantes a empregos públicos. Acreditava que, se fosse feito um levantamento das aptidões, muito maior seria o número de indivíduos com vocações industriais do que daqueles com vocações literárias.²⁰³

Assim como seus companheiros de SCI, também produziu escritos que refletiam e apontavam caminhos para os problemas nacionais. Na memória apresentada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Beaurepaire Rohan defende que os ingênuos, os filhos de escravos originariamente livres, deveriam ser tratados como um elemento de trabalho, que se fossem convenientemente educados tornar-se-iam produtivos para a sociedade. Considera a educação como aquela que salvo o indispensável estudo das primeiras letras, tem por fim iniciar e acostumar os alunos ao trabalho produtivo.

Neste sentido não posso senão applaudir a idéia da escola agrícola do Jardim Botânico, debaixo das vistas do Sr. Visconde do Bom-Retiro, assim como da colônia orphanologica creada na Villa da Estrela pelo Sr. Dr. Gonçalo do Faro, e outras mais que, apesar de não se occuparem do ensino agrícola, nem por isso deixam de ser uteis no sentido de

²⁰² GILLIES, *Op. Cit.*, p.34.

²⁰³ *Ibidem*, p.37.

promover a educação industrial das crianças desvalidas.²⁰⁴

Em 1891 foi eleito presidente honorário dos *Comícios Agrícolas do Districto Federal*, e presidiu a primeira Exposição Rural realizada na Intendência Municipal a 13 de Maio do seguinte ano.²⁰⁵ Era figura sempre presente nos eventos agrícolas pelo país e, nestes espaços de debate, sempre buscou ressaltar os benefícios que a pequena propriedade traria ao país. Voltaremos a falar das ideias agrárias de Beaurepaire Rohan no capítulo IV.

Figura 9: Henrique de Beaurepaire Rohan



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

²⁰⁴ CONGRESSO AGRÍCOLA. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. p.249.

²⁰⁵ A LAVOURA. *Bolletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira*. Nº 1, Rio de Janeiro: Julho de 1897. p. 10.

2.3.5. André Pinto Rebouças

Primeiro secretário da SCI e destacada figura do Império, definido por Joaquim Nabuco o definiu como “o único homem universal pelo espírito e pelo coração” que conhecera. Rebouças nasceu na Bahia, em 13 de janeiro de 1838, foi um abolicionista ferrenho e um dos engenheiros mais expoentes do período. Era mulato, contudo sua família possuía uma posição respeitável na pequena burguesia brasileira. Tinha uma formação semelhante à dos demais líderes do grupo, com período de estudos na Europa onde entrou em contato com sua cultura e passou a admirar a seu progresso naquele momento.

A atuação de André Rebouças foi analisada por diferentes autores, seja no quadro de um estudo sobre o movimento liberal e abolicionista, seja na caracterização do abolicionismo como um todo ou de uma pesquisa voltada especificamente para sua trajetória. Neste último caso, assinalamos os nomes de Joselice Jucá, Maria Alice Rezende de Carvalho, Sidney dos Santos e Andréa Pessanha, que desenvolveram estudos densos sobre Rebouças.

No que tange um aspecto pouco evidenciado na trajetória de Rebouças, qual seja sua visão ecológica, destacamos os estudos de José Augusto Pádua, que buscou apreender as ideias do engenheiro dentro de uma pesquisa focando a crítica ambiental sob o regime escravista. O perfil que traçaram do engenheiro é, de um modo geral, o de um reformador social, com ideias avançadas, indo muito além da simples abolição da escravatura.

Rebouças criticava amplamente a forma como, ao mesmo tempo em que se concedida uma série de direitos aos trabalhadores estrangeiros, desprezava-se o trabalhador nacional. Esse tornou-se um elemento importante em seus escritos, uma vez que seus projetos de reforma agrária incluíram tanto trabalhadores europeus quanto brasileiros. Por outro lado, já naquele período, Rebouças, pregava uma associação entre o povoamento e a propriedade privada; valorizava a importância do imigrante proprietário como agente de defesa, além de gerador de prosperidade para o país, como examinaremos no capítulo IV.

Na visão de Rebouças, a superação do atraso do país não se daria com a mera modificação de vínculos jurídicos, antes era necessário mais: democracia rural; fim dos latifúndios; criação do imposto territorial, parcelamento da terra; loteamento das terras devolutas e colonização nos eixos ferroviários. Além disso, sua proposta previa a implantação de centrais agrícolas, fazendas ou fábricas que receberiam a produção das pequenas propriedades fornecedoras de matéria prima. Também seriam

criados, sob forma cooperativa, “bancos territoriais”, com debentures lançadas no mercado financeiro e lucros destinados ao crédito comercial para financiar a produção e implantar as técnicas mais modernas de cultivo, colheita e processamento.²⁰⁶

André Rebouças era bastante empolgado com a ideia de progresso, com o mesmo vigor que defendia a implantação de projetos de educação, higiene e saneamento como necessários para o país. Para além das questões sociais, empenhou-se pessoalmente na implantação de obras e serviços de infraestrutura, principalmente nas áreas de portos e de transporte. Na década de 1870, percebe-se que o engenheiro estava mais ligado às atividades empreendedoras, que ajudariam a moldar a sua visão social, defensora do modelo do *self made man*, proveniente dos Estados Unidos, país que visitou em 1873, em seguida à Europa.²⁰⁷ Também nos anos 70 o engenheiro passou a escrever artigos em jornais. No final da década, com a irrupção do movimento abolicionista, Rebouças passaria a desempenhar um papel chave, assumindo função de destaque enquanto propagandista da causa. Em 1880, o engenheiro – nomeado naquele ano Professor da Escola Normal – participou da fundação, junto com Joaquim Nabuco, da *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*.

Rebouças atuou como militar na Guerra do Paraguai, tendo trabalhado posteriormente como engenheiro em diversos projetos governamentais e privados. Foi professor da *Escola Politécnica*, antiga Escola Militar, onde estudou e desenvolveu a atividade de escritor divulgando em jornais os seus escritos sobre economia, colonização, abolição e outros aspectos sociais. Por ser militante do movimento abolicionista, em muitos momentos enfrentou dificuldades profissionais. Preocupava-se com abolição, com a grande propriedade e mais diretamente com o progresso que a resolução destes problemas poderia possibilitar ao Império do Brasil. Dentre os membros da SCI, Rebouças revela aspectos distintos, assim como expressiva antecipação em relação ao movimento abolicionista. As suas ideias relativas a imigração são reflexo de sua oposição à escravidão e, inseridas em uma análise mais ampla da questão, pressupõem evitar a reescravização do imigrante pelos donos da terra.

Como abolicionista ferrenho, Rebouças pugnou não apenas pelo fim da escravidão, mas alertava que a libertação pura e simples da

²⁰⁶ JUCÁ, Joselice. Estudo Introdutório. In: REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

²⁰⁷ JUCÁ, *Op. Cit.*, 1988. p. 31.

população cativa, sem que tivessem acesso a terra, a oportunidades reais de trabalho e a educação, resultaria em uma simples substituição do cativeiro pela miséria e a marginalidade. Assim, no auge de sua luta abolicionista Rebouças reagiu com grande veemência à pretensão de indenizar os proprietários de escravos no caso de libertação. Seus escritos também nos permitem perceber que acreditava num progresso técnico onde a preparação do trabalhador era condição fundamental para a melhoria dos métodos agrícolas. Por conta desta visão, as suas propostas eram diferenciadas das demais, uma vez que se preocupava com o progresso e a moralização do trabalho. Acreditava que com a abolição e a conseqüente desorganização do trabalho naquele contexto, se favoreceria a extinção das grandes propriedades e isso aumentaria a necessidade de um progresso técnico e da racionalização da produção. O resultado direto de tal prerrogativa seria o surgimento de uma classe média no campo. E, sobre a moralização do trabalho, direcionava intensas críticas às elites afirmando que o “parasitismo superior cria o parasitismo inferior”.²⁰⁸

Após a abolição da escravatura, a preocupação e a luta de Rebouças continuaram sendo favoráveis à educação, à fragmentação do latifúndio, à imigração europeia e à valorização do trabalho. Acrescentou às suas argumentações o tema da extinção da miséria – num contexto após a Lei Áurea – que, como já explicitado, deveria atingir majoritariamente a população negra. A presença de Rebouças nos jornais, após o fim da escravidão, defendendo a continuidade de seu projeto para o Brasil, indica que as reformas sociais, para segmentos que participaram da campanha abolicionista, não deveriam parar com o 13 de maio.

André Rebouças acompanhara o imperador no exílio e estava firmemente convencido de que a República havia sido um golpe produzido pelos ressentimentos das antigas oligarquias escravocratas, especialmente por seu temor de verem implementadas reformas que levassem à “democracia rural”, que – do seu ponto de vista – deveria golpear o latifúndio e complementar a obra da abolição. Não há dúvidas da depressão que o acompanhou em seus últimos anos de vida. A forma como foi vivida, porém - como aguda consciência de suas origens africanas -, ilumina muito além das dificuldades pessoais por ele enfrentadas. Após sua mudança para o exterior, ainda publicou alguns

²⁰⁸ REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988. p.13.

artigos na imprensa do Rio de Janeiro. Permaneceu um tempo em Portugal e depois passou a residir em Funchal, na Ilha da Madeira, onde veio a falecer, em 1898. Sua morte causou grande comoção entre seus parceiros de luta.

Figura 10: André Rebouças



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

As propostas que foram sistematicamente sendo colocadas em discussão pelos membros da SCI traziam novos elementos para as mudanças na lógica social e econômica. Uma delas foi a defesa da educação e instrução agrícola como questões fundamentais para o avanço das demais demandas. Tratava-se de preparar as “classes inferiores” para a nova configuração que o Império assumiria com a extinção do trabalho escravo. As propostas reformistas visavam obter soluções de médio e longo prazo para atender a esta nova configuração. Ao propor o favorecimento da formação de uma classe média rural e a democratização das terras com o intuito de melhorar o seu aproveitamento econômico, pensava-se, inicialmente, que essa nova ordem resultaria em estabilidade

política. Nesse sentido, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre não traria a tão temida desorganização social.

As ideias e propostas dos membros da Sociedade Central não se encerram aqui. Um número maior de questões deve ser analisado e debatido para auxiliar na compreensão dos problemas e entraves que estavam colocados no final do século XIX. Contudo, acreditamos ser mais interessante e, que igualmente ficará melhor localizado, se inserirmos estes debates nos próximos capítulos da dissertação para não correr o risco de fazer com que a escrita se torne repetitiva. Soma-se a isso o fato de que, em se tratando de nomes como André Rebouças, Louis Couty, Tarquínio de Souza, entre outros, se tornará mais enriquecedor estabelecer um debate sobre as suas teorias acerca da pequena propriedade rural, da agricultura aliados à imigração.

CAPÍTULO III – A EXPANSÃO DAS PROPOSTAS E DAS AÇÕES DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO

A partir da tentativa de apoiar e intensificar o fluxo imigratório para o Brasil e da mesma forma fornecer a ajuda necessária quando da chegada dos imigrantes, a SCI buscou expandir sua área de ação. Com matriz no Rio de Janeiro, necessitava ampliar o alcance de suas propostas e levar suas ações para as províncias que estavam recebendo imigrantes naquele período, e do mesmo modo promover a divulgação de seus projetos e ações nos países onde desejavam atrair imigrantes. Para tanto, desde seu início a SCI utiliza como estratégia a propaganda, interna e externa, tratando dos diferentes assuntos referentes à imigração. Para tanto, como já foi possível esboçar até aqui, os escritos tornaram-se aliados importantes. No conjunto de publicações do grupo o jornal *A Imigração* e os *Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração* são os mais destacados.

A principal fonte utilizada nesta pesquisa é portanto o conjunto composto por 88 exemplares, do jornal *A Imigração*, produzido mensalmente pela SCI durante todo o seu período de funcionamento, de 1883 a 1891. Este material foi localizado no arquivo de obras raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Trata-se de um importante material para obter-se informações sobre a SCI, além de configurar-se como uma fonte histórica pouquíssimo utilizada em pesquisas. Partimos da concepção de que o jornal ao ser vendido ou distribuído, e também circulando em maior escala que os livros, tinha como um dos seus objetivos adentrar e enraizar na vida cotidiana das pessoas através de seus conteúdos. Assim, torna-se extremamente importante estudar como buscava projetar a sua propaganda ou ideologia.

A própria estrutura do jornal revela-se bastante interessante, pois, além de trazer informações das suas sociedades filiadas, dados estatísticos, informações de correspondentes que atuavam na Europa, também publica notícias relacionadas às suas propostas em francês, inglês e alemão. Isso nos permitirá considerar que talvez *A Imigração* configurava-se como um jornal que circulava em diversos espaços. Neste capítulo iremos analisar historicamente tensões sociopolíticas decorrentes dos ideais e discursos da SCI, dando visibilidade para as publicações feitas no jornal do grupo, buscando apontar e abordar preconceitos e preferências étnicas demonstradas por algumas figuras dessa instituição.

Do mesmo modo, buscaremos também neste capítulo levantar questões a partir dos livros que o grupo intitulou de *Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração*, que totalizam quatro trabalhos:

Casamento civil; *A nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita*, de Alfredo Taunay; *Pequena Propriedade e Imigração europeia*, de Louis Couty; e *O Ensino Técnico*, de Tarquínio de Souza. A partir deste conjunto de escritos, buscaremos conhecer com mais detalhes o conteúdo das propostas do grupo e os meios que sugerem para que estas se concretizem. Além disso, os numerosos relatórios, elaborados e apresentados em cada exercício, são fontes importantes para formar uma ideia mais detalhada da problemática imigratória.

Concebemos igualmente ser importante tratar da expansão da SCI através das suas *Sociedades Filiais*, fundadas em diversas províncias do Império. As filiais desempenharam importante papel no que se refere às atividades de auxílio aos imigrantes, bem como, no fornecimento de dados e informações que permitiam a SCI ter melhor conhecimento dos problemas práticos a serem solucionados. A SCI chegou a contar com 23 associações filiais que se estenderam desde o Pará até o Rio Grande do Sul.

3.1. A IMPRENSA NO SÉCULO XIX E O JORNAL A IMMIGRAÇÃO

No final do século XIX as vozes que defendiam a introdução de mudanças em diferentes setores do Império do Brasil ganharam espaço na imprensa. A imprensa enquanto ferramenta de divulgação, favorecendo a ampliação dos debates latentes naquele momento, começava a adquirir prestígio e importância, e, obviamente os jornais favoreciam a evidência daqueles que nela publicavam. E, ao que nos parece, a imprensa servia como um medidor do grau de desenvolvimento existente do país, pois em suas folhas ficavam diariamente registradas as lutas e as ações das distintas classes para obter um ambiente democrático de se viver e atuar.

Igualmente, nas páginas da imprensa, podemos encontrar publicadas as diferentes contribuições dos homens de elite, ou homens de letras, e esta é uma marca indissociável da História do Brasil oitocentista. Tais contribuições poderiam ser desde um simples artigo, até mesmo denúncias de problemas sociais e ainda a publicação de elaborados projetos políticos que visavam melhorar a vida social como um todo.

Desde a primeira metade do século XIX, a imprensa passou a ser concebida como importante espaço de atuação política para aqueles indivíduos aliados da estrutura formal do governo, mas motivados a atuar

politicamente.²⁰⁹ No entanto, os homens que faziam parte do governo igualmente faziam uso da imprensa, comprovando o reconhecimento deste espaço público como um lugar político.

Ao lado da imprensa, outros espaços públicos destinavam-se ao que chamamos “fazer político”, como as diversas associações, sociedades, clubes, irmandades, até o comércio e praças. Estes espaços públicos, somados, passaram a constituir uma esfera pública de atuação política paralela ao Estado.²¹⁰ Dentre todos os espaços de fazer política, a imprensa em certa altura era tido como um dos mais importantes. Em muitos casos, as associações ou grupos, mantinham seus próprios jornais como forma de divulgar suas opiniões e ações.

Espaço de crítica à ordem estabelecida, a imprensa do século XIX possui ricos exemplos destas ações. Seja nas inflamadas denúncias de necessidade de extinção da escravidão, seja nos discursos em defesa da modernização em diversos setores, a defesa de abertura e adequação do Império do Brasil a imigração estrangeira em maior volume, ou ainda nos debates de diferentes vertentes políticas sobre qual seria o regime político mais adequado ao país. Neste ínterim, o fato é que foi nela, em sua capacidade de divulgação no período, que muitos depositaram suas expectativas de mudanças.

O engenheiro André Rebouças, fez extenso uso dos periódicos como campo de luta, principalmente no que tange a abolição do regime escravista e a democratização das terras no Brasil, afirmou: “A imprensa não pode faltar a esta santa missão, e nós esperamos que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da instrução, de seu engrandecimento e da sua prosperidade”.²¹¹

Ao refletimos a propósito do papel que a imprensa possuía nos debates políticos dos oitocentos, somos diretamente levados a acreditar que a maior parte destes debates ocorria na tribuna, durante as sessões do Parlamento. Entretanto, segundo José Murilo de Carvalho, até o início do Segundo Reinado o debate político concentrava-se mais na imprensa, uma vez que a tribuna se restringia ao período de apenas quatro meses das

²⁰⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Corte Imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

²¹⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

²¹¹ REBOUÇAS, Op. Cit., p. 359.

sessões.²¹² Tal observação nos permite afirmar que a importância que os jornais adquirem no reinado de D. Pedro II devem-se justamente ao fato de a imprensa ter se tornado o principal, e de certa forma o mais democrático, espaço de discussões política em geral e de queixas das diferentes demandas.

Nesse sentido, assim como os artigos mais elaborados e eruditos que eram publicados em diferentes jornais e outros impressos, haviam também manifestadas as opiniões de pessoas comuns, do povo. Interessante exemplo encontra-se no trabalho de Eduardo Silva, que estudou a coluna “*queixas do povo*” publicada nas páginas do *Jornal do Brasil* nas primeiras décadas da República. Neste espaço eram publicadas gratuitamente as reclamações de qualquer natureza daqueles que desejam torná-las públicas. Possibilitava ainda que não alfabetizados fizessem suas queixas, bastava que comparecessem diretamente nos escritórios do jornal.²¹³

Este exemplo nos vem confirmar que diferentes grupos sociais tiveram espaço na imprensa. Alguns jornais podem ser reconhecidos como um legítimo e efetivo lugar de participação nos negócios públicos e, mais frequentemente, como um lugar de reivindicação daquilo que seus autores julgavam ser seus direitos. Contudo, esta não era uma experiência nova na imprensa, a publicação de reclamações do “povo” já era registrada nas colunas intituladas “*a pedidos*” de diversos periódicos durante o Segundo Reinado. Embora nem todos as publicassem gratuitamente, o fato é que em alguns casos havia interesse em publicar as insatisfações do “povo”. Portanto, “a participação popular encontrou um espaço de dimensões absolutamente inéditas na imprensa brasileira”.²¹⁴

A imprensa escrita enquanto espaço de debates de denúncias nos permite igualmente perceber que, no caso especial dos periódicos dirigidos e publicados por clubes, sociedades ou associações usam a sua voz para prestar um serviço a causa a que representam. Visam, sobretudo, alterações no plano social no que refere-se seu engajamento. Nesse sentido, não são poucos os exemplos de grupos que através da imprensa externam suas opiniões e buscam apoio popular em seus planos e projetos.

²¹² CARVALHO, José Murilo de. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. Págs. 19-41. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e Cidadania no Império – Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: 2007. p.19.

²¹³ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 49.

Para citar um interessante exemplo, podemos observar o empenho de uma das instituições mais importantes do período imperial no que diz respeito ao plano socioeconômico, que foi a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN). Assim como tantas associações que foram criadas nos anos oitocentos, a SAIN destacou-se por sua atuação e tinha como meta principal a divulgação de conhecimentos úteis. A SAIN buscava, conforme consta em seus Estatutos, “promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria no Império do Brasil”, bem como expandir a sua atuação por todo o território.²¹⁵

E um dos mecanismos adotados para a execução do plano inicial dessa sociedade foi a edição e publicação do periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, de 1833 a 1892. Esta sociedade, em semelhança com a SCI, congregava nomes importantes no cenário nacional que exerciam diferentes atividades profissionais. Boa parte dos políticos mais importantes da época era filiada a SAIN. Contudo, o que nos interessa aqui é destacar que este grupo utilizou *O Auxiliador* para difundir os conhecimentos e introduzir novos costumes, preparando, deste modo, a população para instaurar a modernização do Estado brasileiro.

Compreendemos que existiam distintos lugares de debate, no entanto, em muitos casos, o que se falava nestes ficava restrito aos seus pequenos grupos formadores e não apresentava grande divulgação na imprensa. Esses e outros fatores permitiram que a imprensa assumisse papel primordial, pois ao atuar diariamente e abranger um público muito mais amplo do que as tribunas do Parlamento e mesmo os clubes e associações, alcançava ainda outras regiões do país.²¹⁶

É importante, salientar que os jornais eram a principal ferramenta de uso social naquele momento, a mais dinâmica e que atendia com maior rapidez as necessidades dos grupos inseridos no contexto social. Com isso em mente, não é difícil imaginar por qual motivo alguns assuntos que ao olhar atual podem parecer banais ganhavam destaques nas páginas dos impressos. Tudo era publicizado, de maneira que os jornais desenvolviam estratégias para que as notícias chegassem aos diferentes públicos. E, por conta disso, temos desde artigos curtos e com linguagem direta e popular, até os pronunciamentos mais elaborados e repletos de erudição. De uma

²¹⁵ PINTO DE ALMEIDA, Ignácio Alvares. *Estatutos da Sociedade Auxiliadora Nacional promovida em 1824*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de Émile Seignot-Plancher, 1831. p.3.

²¹⁶ CARVALHO, 2007. *Op. Cit.*, p. 19.

forma ou de outra, a intenção era certamente trazer o maior número de informações possível.

Ao lançarmos nosso olhar sobre o final dos oitocentos no Brasil, devemos levar em consideração os distintos embates que tomam lugar em um espaço que estava cada vez mais impulsionado por transformações, especialmente a Corte. Tais transformações estavam relacionadas com a crescente expansão do capitalismo e com o processo de urbanização.

Contudo, tais mudanças no contexto econômico acarretavam a necessidade cada vez maior de braços para o trabalho e a incipiente indústria disputava espaço com modos e estruturas arcaicas baseada no trabalho escravo. O grande contraste entre modernidade e atraso foi registrado por um dos fundadores da SCI. O jornalista alemão Karl von Koseritz descreveu de forma interessante este aspecto, ao afirmar que as abundantes “novidades europeas” expostas nas “vitrines brilhantes” das casas comerciais pareciam-lhe tão familiares quanto os escravos que perambulavam pelas ruas estreitas da Corte.²¹⁷

A capital do Império era, portanto, um espaço repleto de contrastes, onde podia ser observada a oposição entre as novidades vindas da Europa, as ideias de progresso e civilização e o regime escravista. Segundo Humberto Fernandes Machado, “essa peculiaridade da cidade favoreceu a participação da população em diversos eventos”, e até mesmo “libertos, mulatos e brancos pobres se juntavam aos abolicionistas nas ruas contra o cativoiro.”²¹⁸

A cidade do Rio de Janeiro caracterizava-se certamente como local privilegiado de debates e tal clima favorecia o surgimento de diversos grupos e movimentos com causas variadas. Alguns estudiosos do período atribuem essa característica em função do alto grau de cosmopolitismo da cidade e de sua identificação com os problemas do país.²¹⁹ Some-se a tal característica a circulação mais rápida das notícias e informações como consequência do aumento no número de publicações de jornais.

Sobre este aspecto Clara Miguel Asperti afirma, com base em suas pesquisas sobre os periódicos cariocas, que o término do século XIX ficou

²¹⁷ KOSERITZ, *Op. Cit.*, p. 31.

²¹⁸ MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro*. In: Anais ANPUH – XXI Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. p. 2.

²¹⁹ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1991, e BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vícios de Leitura, 2000.

marcado pelo surgimento de muitos e importantes jornais no cotidiano da cidade.²²⁰ Surgem periódicos que vão marcar época na história política e cultural do Brasil: *Gazeta da Tarde* (1880), *O País* (1884), *A Notícia* (1884), *Diário de Notícias* (1885), *Cidade do Rio de Janeiro* (1888) e, o mais popular dentre todos, a *Gazeta de Notícias* (1875).

Foi justamente por conta da ampliação no número de publicações, especialmente na década de 1880, que a imprensa adquiriu um fundamental papel na difusão das ideias fervilhantes naquele momento, que influenciavam não somente as elites intelectuais e os letrados, mas também a população geral, embora seu acesso aos jornais fosse restrito aos alfabetizados.²²¹ Os jornais assumem importante papel neste contexto de mudanças. Segundo Marialva Barbosa, tornaram-se verdadeiras “fábricas de notícias”, “indústrias da informação” e, juntamente com outras instituições, atuaram no sentido de formular novos valores para a sociedade ao permitir que os assuntos políticos “ganhassem as ruas”.²²²

Os discursos da imprensa e sua linguagem não ficavam restritos apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, eram capazes de desvelar o nível básico das relações sociais. As forças políticas dos grupos que compõem a sociedade expressam-se, também, através dos jornais, desse modo:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que o tomam como mero veículo neutro dos

²²⁰ ASPERTI, Clara Miguel. A vida cotidiana nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica. In: *Revista Contemporânea*. Nº 7, 2006.2, pp. 45-55.

²²¹ Conforme o primeiro Censo de 1872, a taxa de analfabetismo para o conjunto do Brasil era de 82,3%, situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo. A situação só se reverte no Censo realizado nos anos 2000, onde temos 16,7% de analfabetos para 83,3% de alfabetizados. Informações disponíveis em www.cru.educacao.mg.gov.br.

²²² BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia M. Bastos; MOREL, Marco (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 15.

acontecimentos, nível isolado da realidade político-social no qual se insere.²²³

O intuito com a fundação de um jornal é atrair o público e conquistar adeptos para as questões e problemas colocados, e os meios e artifícios utilizados para isso podem ser os mais variados, de acordo com cada época. Segundo Maria Helena Capelato “a meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política.”²²⁴ Além disso, a imprensa impôs-se como uma importante força política.

Nesse sentido, não por acaso muitos políticos atuantes no final do século XIX que buscavam apoio em seus projetos e ideias, se viam forçados a complementar a tribuna com a imprensa. O resultado de tal método é que não raro nos deparamos com a prática comum destes homens e seus partidos de manterem seus próprios periódicos, fosse para atingir um público mais amplo e diversificado ou simplesmente para cobrir o período de recesso do Congresso. Muitas vezes “o acesso a esse público era possível pela multiplicação das cópias e pelo uso de uma linguagem distinta daquela permitida na tribuna”.²²⁵

Foi com o intuito de ampliar suas ações e adeptos que o grupo da SCI passou a publicar o jornal *A Imigração* no mesmo ano de sua fundação, em 1883. A publicação das pretensões configurou-se desde as reuniões iniciais da SCI como ferramenta principal de trabalho. Além disso, é importante ter em vista que alguns de seus membros fundadores eram jornalistas e utilizavam seus jornais como ferramenta de divulgação dos projetos imigratórios que estavam sendo pensados.

Alguns dos diretores da SCI possuíam ligação ou algum tipo participação em jornais, o que pode ter facilitado a amplitude das primeiras ações do grupo na imprensa. Michael Hall destacou alguns nomes que atuavam neste setor e que “emprestaram” suas folhas para o início das publicações da Sociedade, como José Américo dos Santos, amigo de André Rebouças e membro do grupo, era também diretor da *Revista de Engenharia*. Um dos diretores da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo também foi um dos diretores da Sociedade. Era médico e jornalista e realizava muitas viagens à Europa, de onde sempre trazia

²²³ CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980. p.19.

²²⁴ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 15.

²²⁵ ASPERTI, *Op. Cit.*, p.50.

notícias e buscava estabelecer parcerias para o grupo.²²⁶ Além disso, no grupo fundador da SCI temos, Karl von Koseritz que era jornalista e deputado provincial do Rio Grande do Sul e dirigia o jornal *Deutsche Zeitung*, e Hugo Grüber era diretor do jornal *Allgemeine Deutsche Zeitung*, do Rio de Janeiro.

Como vimos no capítulo anterior, a imprensa da época foi o veículo encontrado para atrair os interessados em apoiar a intensificação do fluxo migratório para o Brasil e as demais mudanças que vinham sendo colocadas como necessárias pelo grupo. Assim, foi através de uma enérgica propaganda no principal meio de comunicação do período, que a SCI buscou ampliar o número de apoiadores e trazer à discussão pública alguns dos problemas considerados como os mais graves enfrentados pelo governo Imperial; escravidão, o atraso técnico da agricultura, a crescente necessidade de imigrantes, terras, entre outros.

O jornal *A Imigração* teve seu primeiro boletim publicado em dezembro de 1883, apresentando as informações e deliberações da primeira reunião realizada pelo grupo de membros da Sociedade Central de Imigração, bem como a ata deste encontro. Neste primeiro número prontamente entendemos de que forma o grupo almejava dar sequência aos trabalhos em prol da intensificação da imigração europeia e da democratização do espaço rural brasileiro. Assim, a construção de seus discursos e a própria linguagem possuíam uma ligação direta com o público que se pretendia alcançar, ou seja, homens influentes e interessados em aderir ao seu programa de mudanças. O importante era adquirir a simpatia daqueles que poderiam ser convencidos das vantagens da ampliação do fluxo imigratório e de todo o malefício gerado pela continuidade do sistema escravista e do sistema produtivo da grande lavoura.

A partir das informações publicadas nas três seções do exemplar inaugural, temos um panorama geral das questões que estavam na pauta social naquele momento. Estruturalmente falando, temos publicados no primeiro exemplar os *Estatutos da Sociedade*, o *Manifesto do dia 25 de Novembro*, a *Acta da 1ª reunião preparatória* e a relação dos nomes da diretoria eleita na ocasião. Nas demais seções do jornal encontram-se publicados os discursos de alguns indivíduos que compareceram na reunião preparatória e as primeiras medidas a serem tomadas para divulgação do trabalho.

Buscando especificar de modo mais direto e mostrar os fins a que desejava empenhar-se de início, conforme publicação do *Manifesto de 25*

²²⁶ HALL, Michael, *Op. Cit.*, p. 152.

de novembro registra em seu 1º ponto, a primeira ação estava em “discutir pela imprensa do paiz as causas contrárias a um movimento franco, duradouro e abundante de immigração europea, apontando ao mesmo tempo e propondo os meios de remover os obstáculos que o impedem ou, quando menos, o entorpecem.”²²⁷

O formato do jornal apresentava as mesmas características dos demais periódicos da época, possuindo letras miúdas e folhas imensas. Na primeira página encontra-se o cabeçalho do jornal: título, em letras grandes, logo abaixo vinha a identificação com letras menores: *Órgão da Sociedade Central de Immigração*. E abaixo o endereço para correspondência; *Rua General Câmara, nº63*. Não há identificação dos redatores específicos, tal atividade era desenvolvida por membros da diretoria da SCI. Os artigos em geral apresentam a autoria, especialmente quando tratavam-se de temas escritos como resultado de algum trabalho ou atividade desenvolvida por algum membro do grupo. As informações de valor do exemplar e tiragem não são informadas, o que nos leva a acreditar que se tratava de um jornal de distribuição gratuita e de pequena tiragem, quando comparado com os demais jornais comercializados na Corte. Por ser tratar de um jornal impresso pela *Typographia Nacional*, acreditamos que este seja o motivo de sua aparente gratuidade.

Outro registro de como se daria a ação da SCI ficou também publicado na *Acta da 1ª sessão preparatória*, publicada no Boletim nº1. Nesta publicação enfatizam a importância de se fazer propaganda, tanto na Europa como no Brasil. E foi com a propaganda continua em seu periódico e também em outros jornais de grande circulação na Corte, que o grupo buscou exercer pressão e adquirir cada vez mais partidários e apoiadores para as suas propostas.

Os artigos publicados eram dispostos nas três colunas existentes em cada página. Na primeira página sempre havia um sumário contendo as seções e os artigos que compunham a edição, que era chamada pelo grupo de *Boletim*. Na sequência, da primeira página, encontramos em cada boletim pequenos artigos sobre os principais assuntos relativos à imigração, a política de terras, abolição, notícias do exterior e das províncias do Império.

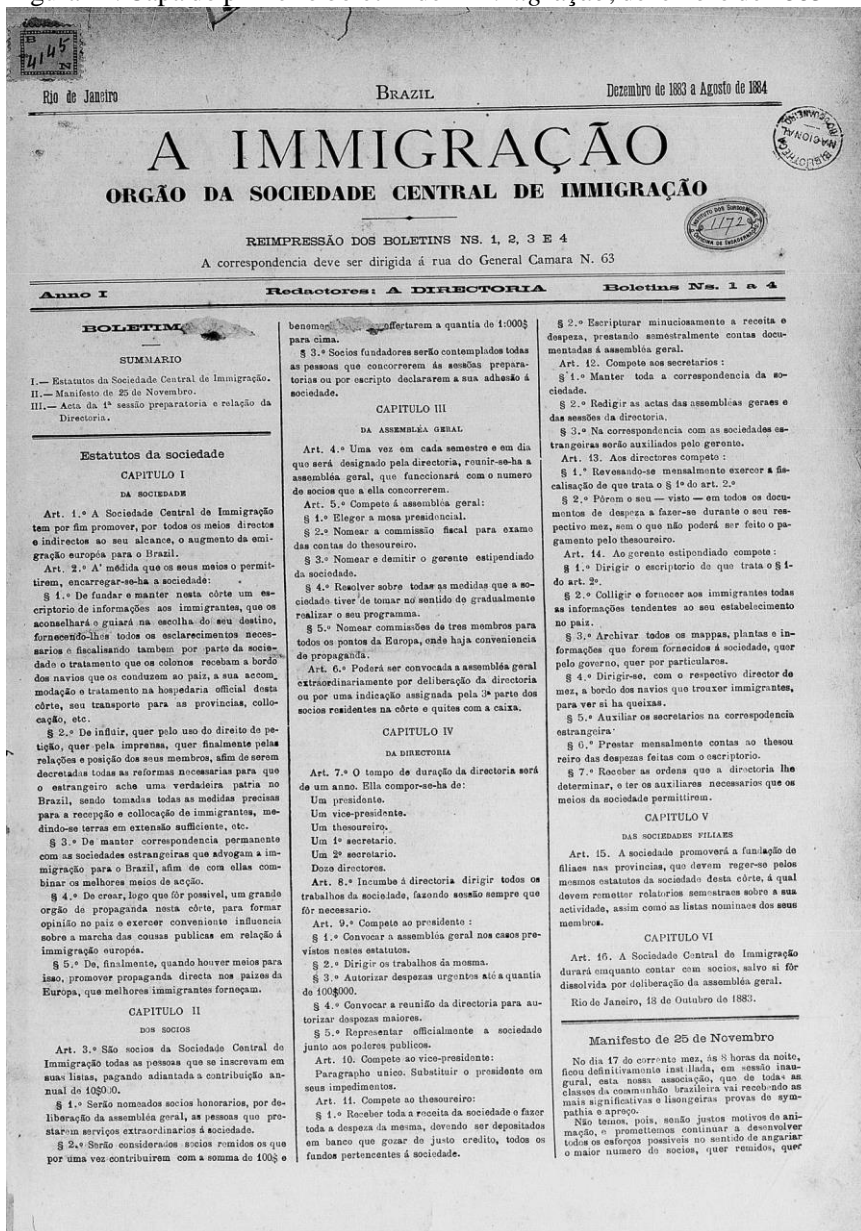
Outros aspectos estruturais do jornal nos chamam a atenção e nos levam a refletir sobre quem eram seus leitores. Um deles é o fato de que *A Immigração* apresentava, em várias ocasiões, transcrições de vários artigos em língua francesa, inglesa, italiana e alemã. Conforme a pequena introdução publicada antes de um texto do jornal francês *Le Messenger du*

²²⁷ A IMMIGRAÇÃO, *Op.Cit. Manifesto do dia 25 de novembro*, p.2.

Brésil, a inserção do texto integral no boletim da SCI e a conservação da língua original da publicação devia-se, principalmente, por causa dos leitores e delegados que possuía em diferentes pontos da Europa, e solicita ainda que estes façam publicar tal texto em folhas europeias de grande circulação.

Como percebemos até aqui, a razão principal da publicação de um jornal pelos membros da SCI era, além de buscar apoio com os simpatizantes de suas propostas, formar uma opinião pública capaz de favorecer mudanças pontuais na estrutura socioeconômica do Império. Fazia-se igualmente importante expandir a discussão relativa à imigração e mudanças na estrutura agrária a nível nacional, e para que isso ocorresse não foram poucos os esforços em prol da fundação de sociedades filiais em diversas províncias.

O trabalho de propaganda exercido com a publicação do jornal *A Imigração* é exemplo significativo da forma como os membros da SCI buscaram levar ao conhecimento público a situação em que se encontravam as províncias do Império no que tangia as mais variadas questões, mas especialmente a situação imigratória e de terras disponíveis para a formação de núcleos coloniais. Esses eram assuntos presentes em todas as edições publicadas pelo grupo.

Figura 11: Capa do primeiro boletim de *A Imigração*, dezembro de 1883

A fundação de um jornal já estava presente nas primeiras discussões do grupo e ficou muito claramente colocada quando da publicação de seus *Estatutos* em dezembro de 1883. No Art. 1º do *Estatuto* temos a afirmação de que a SCI comprometia-se a influir também pela imprensa a fim de que fossem decretadas as reformas necessárias para a melhoria do processo migratório no Império, além de “criar logo que possível, um grande órgão de propaganda na Corte, para formar opinião no país e exercer conveniente influência sobre a marcha das coisas públicas”.²²⁸

A divulgação sistemática do andamento interno das questões da imigração foi a grande proposta. Para tanto, informar números, condições das colônias já em funcionamento pareceu ser a melhor estratégia. Tudo era justificado pelo fato de:

(...) a questão da imigração e colonização exige que todos os problemas sociais sejam abordados, tratados e resolvidos convenientemente, pois que ella tem interesse ou essencial na môr parte ou ao menos immediato em todos.

A questão territorial, a questão do trabalho, a questão agrícola e industrial, a grande nacionalização, o estado civil, o direito das gentes e internacional, as garantias sociais de liberdade e propriedade, as questões econômicas, a recepção e localização dos imigrantes, as vias de comunicação, os tratados e actos internacionais, tudo, com efeito, tem sido posto em discussão.²²⁹

Sem dúvida, foi através do jornal *A Imigração* que a SCI buscou trazer ao debate as variadas informações que recebiam dos núcleos coloniais através das informações enviadas por suas Sociedades Filiais. As informações vindas de diferentes localidades davam conta de que eram incontáveis os problemas a serem resolvidos.

Outro destaque constante na folha do grupo é o detalhamento das condições das colônias que existiam naquele momento. Conforme recebia informações dos núcleos, o jornal realizava uma publicação detalhada com o intuito de atrair colonização. Através destas descrições os possíveis colonos poderiam saber exatamente como poderiam desenvolver suas

²²⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Estatutos*, Op. Cit., p.03.

²²⁹ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 7, nov. 1884, p.1

atividades. Tomando como exemplo a colônia de Urussanga, em Santa Catarina, temos as seguintes informações sobre suas terras:

O meu estabelecimento consta de 300 a 400 mil braças quadradas de terrenos férteis e apropriados para todas as espécies de lavoura do paiz: tem boas aguadas, além de serem atravessados pelo rio Armazem, boas mattas com abundantes madeiras de lei, como peroba ipê, cedro, carvalho e etc.²³⁰

O início da circulação do jornal *A Imigração*, embora tenha ocorrido no mesmo ano, não aconteceu concomitante à fundação da Sociedade Central. O espaço cedido por outros jornais para publicação dos primeiros passos foi imediato. O apoio recebido para tanto ficou registrado também na Ata da 1ª reunião do grupo, onde temos que os jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, a *Revue Commerciale et Financiere* e *Courrier International* foram algumas das folhas que publicizaram as ações do grupo.

Considerando os dados quantitativos, o jornal *A Imigração* pode ser considerado pequeno, de público direcionado. Ao analisarmos a coleção de exemplares, percebemos que o primeiro número do jornal data de dezembro de 1883, e está publicada em uma edição conjunta de 15 páginas dos quatro primeiros boletins informativos, datados de dezembro 1883 a março de 1884. O jornal era disponibilizado mensalmente, contudo algumas edições são bimestrais e com o dobro de páginas, que normalmente eram de oito.

Por não possuir um canal de publicação desde o início de sua atividade, a Sociedade Central de Imigração teve sua *Ata de Fundação*, *Manifesto* e *Estatutos* publicados inicialmente em outros periódicos da Corte, quando ainda não havia posto em circulação o seu próprio jornal. O fato era que, com a necessidade imediata em atrair membros para a SCI, a publicação de seus primeiros passos era condição importante para aumento de número de adeptos, e igualmente para mostrar a que vieram. Sendo assim, a Sociedade Central teve suas primeiras medidas de trabalho, manifesto de fundação e os discursos inaugurais publicados em alguns periódicos da Corte, como a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *O Agricultor*.

O fato de a SCI não possuir seu próprio meio de divulgação logo de sua fundação poderia nos deixar algumas lacunas com relação as suas

²³⁰ *Ibidem*, p.4

primeiras ações. Contudo, ao pesquisar em outros periódicos contemporâneos à SCI encontramos informações que perder-se-iam até que o grupo contasse com seu próprio mecanismo de imprensa. A sua primeira reunião, de fundação, foi noticiada com antecedência em diversos periódicos, que cederam grande espaço não apenas para publicar sua ata, mas também para destacar o apoio do monarca D. Pedro II às propostas do grupo, como noticiou a *Gazeta de Notícias*:

*S. M. o Imperador marcou sábado, 17 do corrente, para o dia da sessão inaugural da Sociedade Central de Imigração. A cerimonia efetuar-se há, às 7 horas da noite, em uma das salas do Lyceo de Artes e Officios e constará as instalação da mesa presidencial e directória, seguida da leitura dos discursos do digno presidente, Sr. Conselheiro Beaurepaire Rohan e do orador.*²³¹ (grifos meus)

Em seguida, o periódico deixa claro seu apoio as ações do grupo:

Inútil é dizer quanto sympathisamos com os esforços desenvolvidos pelos dignos instaladores d'essa sociedade, e quantos votos fazemos pela sua prosperidade. Bom será que o governo imperial a veja com tão bons olhos e, sem querer protege-la e matal-a portanto, a ajude eficazmente. Há tudo de esperar dos cavalheiros que se collocaram à sua frente.²³²

A SCI contou com grande apoio da *Gazeta de Notícia* durante toda a sua existência. Tratava-se de um jornal com forte cunho abolicionista e sob a direção de um de seus membros. Portanto, não raro encontramos publicados na *Gazeta de Notícias* informações de como vinham sendo discutidos e recebidas as principais ações do grupo, bem como suas propostas apresentadas no Parlamento. Ao realizarmos pesquisa nos exemplares da *Gazeta de Notícias* correspondente ao período de atuação da SCI, localizamos 520 publicações relacionadas ao grupo, em sua grande maioria com destaque nas primeiras páginas.

Foi através destes periódicos que a SCI teve suas primeiras formas de grande divulgação na Corte. Estes foram importantes para o

²³¹ GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de novembro de 1883. Rio de Janeiro, p. 1

²³² *Idem*.

estabelecimento do grupo nos círculos de discussão sobre o que era publicado na imprensa, e ganharam notoriedade por estarem periodicamente ocupando espaços nas publicações. Seu perfil ficou registrado publicamente graças aos artigos a ela dedicados e, em alguns casos, às análises realizadas por alguns importantes nomes sobre suas ações. E, embora os assuntos fossem os mesmos a serem abordados posteriormente nas publicações de *A Imigração*, o tom muitas vezes era diferenciado, um tanto mais brandos e em tom amistoso.

A necessidade de aumentar a imigração para o Brasil liderava as publicações de artigos em *A Imigração*. Inicialmente o tema permeia as justificativas de fundação da Sociedade Central, assim como os exemplos de países que já vinham colhendo os bons frutos resultantes do incentivo a imigração europeia. Nesse sentido, segundo opinião do grupo, o Império do Brasil encontrava-se em atraso especialmente no que dizia respeito a uma propaganda apontando as vantagens em se migrar para o Brasil. E neste assunto a Argentina apresentava grande vantagem. Dizia-se, no primeiro boletim publicado em dezembro de 1883, que “caminhar é bom, mas caminhar com pressa é ainda melhor. E a República Argentina, nesse ponto, marcha a passos largos. Convém não ficarmos muito distanciados”.²³³

Colocadas as questões relativas à importância em se realizar enfática propaganda, buscando especialmente mudar a imagem do Brasil quanto a imigração nos países europeus, o jornal passou então a dar ênfase nas questões relativas a terra: imposto territorial, situação e disponibilidade de terras nas províncias e informações das colônias já existentes, medição de terras para nacionais e imigrantes. Tudo como forma de incentivo e mesmo de mostrar que dar continuidade a corrente imigratória era o melhor caminho para resolver o problema da escravidão.

Com o intuito de organizar um mapeamento das terras disponíveis, a Sociedade Central de Imigração engajou-se no sentido de publicar mensalmente as informações a esse respeito que recebesse de cada província. Em novembro de 1884, quando completava um ano de atuação, enfatizou que era “de toda urgência e vantagem que as camaras minicipaes de todo o Império se dignem enviar à Sociedade de Imigração amplas notícias sobre as terras, que possuam e de que possam dispor, ou sobre terrenos devolutos, condições climatéricas e outras informações.” A proposta de organização das informações a respeito das terras disponíveis a imigração esbarrava no descaso de algumas províncias em coletar e enviar tais informações. A este respeito o jornal

²³³ A IMMIGRAÇÃO, *Op. Cit.*, Boletim nº1, p. 3.

A *Imigração* registra que “setecentas e cinquenta e tantas são as municipalidades de todo o Brazil, e, entretanto até hoje nem sequer cem contestaram os nossos officios.”²³⁴

A dificuldade em obter informações das províncias, com vistas a publicá-las no jornal, evidenciou a necessidade de a SCI possuir algum tipo de parceria, especialmente nas localidades possuidoras de terras para colonização. Era necessário obter informações claras e organizadas, tudo que fosse possível para que as informações publicadas de fato ajudassem a direcionar os imigrantes quando de sua chegada. A publicação deste tipo de informação no jornal do grupo de certa forma mostrava que nem só de retórica constituíam-se as ações do grupo.

A consistência das informações publicadas pelo grupo da SCI mantinha uma grande dependência das informações recebidas ou obtidas com as localidades que buscaram manter contato ou parceria. Nesse âmbito, tornou-se importante incentivar a criação de sociedades filiais que, além de trabalharem em conjunto com a SCI para o êxito do empreendimento migratório, seriam as responsáveis em detalhar a situação de seus respectivos núcleos. O intento consistia, entre os que já afirmamos, em envolver as filiais na divulgação externa das oportunidades oferecidas para imigrantes, conforme registrou o jornal *O Paiz* em outubro de 1885:

A Sociedade Central de Imigração, em circular a todas as sociedades filiaes recomendou a criação de pequenos periódicos, destinados a serem remetidos para a Europa, contendo as descrições dos núcleos de imigração, sua estatística, bem-estar dos imigrantes e tudo quanto puder interessar aos seus parentes, amigos e compatriotas do Velho Mundo.

Esses boletins devem começar muito modestamente, com o formato de meia folha de papel almaço. Serão semanaes, ao principiar, e impressos na língua própria do núcleo regional de imigração.

Recommendou-se muito especialmente que as descrições das propriedades dos imigrantes, das belezas naturaes do Brazil, etc., sejam acompanhadas de fotografias, colocadas no meio da folha do boletim.

²³⁴ *Ibidem*, Boletim nº 7, novembro de 1884, p. 1.

Pede-se também aos imigrantes que escrevam a suas famílias e aos seus amigos na Europa enviando-lhes seus retratos e fotografia de suas casinhas, de suas terras, de seus animais de lavoura e montaria, etc., etc., de modo a dar a mais perfeita idéia aos seus compatriotas do bem-estar de que gozam e de quanto não conseguiram pela perseverança e pelo trabalho.

A Sociedade Central de Imigração espera que essa propaganda pessoal, íntima, acompanhada de documentos tão positivos como as fotografias, acabe na Europa com todos os abusos e preconceitos, que interesses oligarchicos e retrógrados oppõem á emigração para a nossa pátria.²³⁵

As oposições nos assuntos da imigração eram combatidas com inúmeros artigos inflamados que enumeravam os seus benefícios para o país. Em alguns boletins encontramos artigos escritos especialmente para o jornal e em outros a publicação na íntegra dos discursos proferidos nas câmaras do parlamento pelos membros que exerciam funções políticas. O fato é que a SCI apresentava com regularidade projetos elaborados por seus membros. Nos diversos espaços onde as discussões e as falas mais balizadas tinham lugar, quase sempre havia um membro da SCI. Suas apostas em divulgação ganharam as ruas na forma de livros de propaganda que ampliavam algumas propostas, trazendo os seus pormenores no intuito de convencer de suas necessidades de implantação na sociedade brasileira.

3.2. OS LIVROS DE PROPAGANDA: TEMAS E PROPOSTAS

A principal ferramenta de trabalho da SCI, como vimos, baseava-se na divulgação, na propaganda em favor das correntes imigratórias para o Brasil. Tal estratégia exigia, nas diversas situações dos países europeus, um estilo de comportamento coerente com as circunstâncias. Quando bem organizados e pensados, os serviços de propaganda poderiam configurar-se como meios bastante eficientes e práticos em resposta aos problemas que se colocavam como obstáculos a vinda de mais imigrantes para o país. Assumindo variadas formas, percebe-se, por meio da leitura

²³⁵ O PAIZ, 23 de outubro de 1885, Rio de Janeiro. p. 1.

dos documentos, como a SCI empenhou-se de forma profunda em diferentes formas de fazer essa propaganda.

Para efeitos de análise, faz-se necessário considerar que naquele contexto haviam duas formas de propaganda que podemos considerar, a propaganda pública ou oficial, quando realizada pelo Estado e as suas custas; e a propaganda realizada em meio privado, quando realizada por particulares – pessoas ou grupos. Ambas poderiam ocorrer tanto no Império quanto fora do país.

No Segundo Reinado, período em que a questão imigratória ganha maior destaque nos discursos e nas políticas, o próprio governo lança mão de várias técnicas de propaganda com vistas a levar aos países europeus imagens positivas e favoráveis do Brasil. Para tanto são elaborados impressos, folhetos em várias línguas, guias aos que pretendessem imigrar, entre outros. Estes eram encaminhados para os países que, em sua opinião, oferecessem as melhores ofertas de imigração. Todo este material buscava oferecer, por meio de ilustrações e linguagem clara, as informações sobre as vantagens que o Brasil apresentava nos setores da agricultura, pecuária e indústria. Acentuam as facilidades existentes para aquisição de terras para formação de novos núcleos coloniais.

A propaganda realizada por agentes particulares, em alguns casos homens que recebiam verba do governo para que atuassem, sob o controle das embaixadas e consulados, em diversos países. A função destes indivíduos era garantir que as informações sobre o Brasil chegassem aos interessados em imigrar. A melhor ferramenta, em muitos casos, era apontar dados positivos sobre o número de imigrantes já estabelecidos nas diversas províncias e mostrar que haviam conseguido prosperar e obter autonomia financeira através de seu trabalho.

Na linha dessa política, o empenho das medidas oficiais se concretiza na Lei de 28 de setembro de 1885²³⁶, que vem responder às exigências das modificações impostas pelas novas condições do trabalho agrícola, pelos questionamentos levantados na campanha abolicionista e nas primeiras ondas de alforria concedidas. Assim, o Ministério da Agricultura determinou que a colonização deveria ser feita por meio de um “serviço regular de propaganda, da ajuda no transporte dos imigrantes da Europa até o lugar de destino, da reorganização do serviço de cadastragem, e venda de terras.”²³⁷

²³⁶ Em 28 de setembro de 1885 foi assinada a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos escravos negros que tivessem mais de sessenta anos.

²³⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p.117.

Configurava-se de grande importância para o aumento da imigração o estabelecimento de escritórios e agências de informação no exterior. Nestes locais teriam lugar toda tipologia de matérias de divulgação como: livros, cartas geográficas e topográficas, folhetos e fotografias do Brasil. Seriam expostos também produtos nacionais como café, cacau, açúcar, algodão, madeiras, amostras de minerais, entre outras. Julgava-se interessante mostrar como eram as colônias, sobretudo as casas, igrejas e outras obras das principais colônias.

Nesse sentido, a SCI buscou igualmente enviar material de propaganda a diversas associações e entidades na Europa. E a penetração do material enviado pode ser comprovada através de cartas, revistas e periódicos que eram recebidos do exterior pela Sociedade, e pela solicitação de informações vindas de vários pontos da Europa.

A aposta em propaganda ganhava cada vez mais novos esforços e estratégias, onde podemos notar o vivo interesse em aumentar a divulgação. Um importante exemplo encontra-se registrado em uma das atas da SCI, onde o secretário de uma das filiais, o Sr. Duque Estrada Meyer, anunciava que a mesma “resolveu efetuar em novembro (1888) próximo uma exposição de produtos da província para enviá-los ao grande certame de Paris em 1889, como meio de propaganda em prol da emigração para aquela província.”²³⁸

Com o propósito de diversificar seus meios de propaganda, a SCI inclui em seu programa a publicação de uma série de opúsculos. Tratava-se de uma forte propaganda interna a ser realizada no Brasil com a divulgação de obras específicas que abordariam os seguintes assuntos: necessidade de nova legislação relativa ao casamento civil, a grande naturalização, a questão da pequena propriedade e do ensino técnico. A publicação dos livros, em conjunto com os artigos do jornal *A Imigração*, adquire importância no programa da Sociedade Central por ajudarem os futuros imigrantes ao apresentarem propostas e medidas em estudo que interessavam a todos.

3.2.1. Livro I - Casamento Civil (1886), de Alfredo d’Escragnolle Taunay

A publicação de *Casamento Civil* como *I Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração*, em 1886, vincula-se ao projeto maior

²³⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 50. Ano V, nov. 1888, p.07.

do grupo em criar as condições necessárias para atrair a imigração para o Império do Brasil. Neste primeiro livro, Taunay buscou mostrar os entraves de uma legislação restrita e a cronologia das diversas tentativas ocorridas ao longo do século XIX para instituir no Brasil o casamento civil.

O casamento civil surgiu na Europa na segunda metade do século XVIII. Antes disso, somente os casamentos celebrados pela Igreja Católica eram reconhecidos como legítimos para todos os efeitos. No Brasil, a laicização do casamento demorou a contar com previsão no ordenamento jurídico, constituído a partir da outorga da Carta de 1824.

Taunay, neste *I Livro*, lembra-nos que a Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 5º, estabelecia que “a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império”. Isto é, ao mesmo tempo em que se instituiu um simulacro de liberdade religiosa, que algumas disposições posteriores tornaram ainda mais limitadas, concedia-se à religião católica o privilégio de religião oficial, a ser obrigatoriamente respeitada por todos, conforme dispunha o § 5º do artigo 179 da Constituição: “Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não “ofende a moral pública”.

Grande parte dos problemas relacionados aos registros de estrangeiros residentes no Brasil estava pautada com a não separação entre Estado e Igreja, mesmo após a emancipação política em 1822, o que permitiu a instituição eclesiástica fazer os registros civis de todo o país. Nesse sentido, o casamento era concebido exclusivamente como uma instituição religiosa que fora regulada pelo Concílio de Trento (1545-1563) e pelas constituições estabelecidas do arcebispado da Bahia, elaboradas pelo Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide e aprovadas em 1707, seguindo o decreto legislativo de 3 de novembro de 1827²³⁹. Contudo, tal prática constituía-se em um constrangimento aos estrangeiros, especialmente quando pensamos que muitos não professavam a religião católica.

²³⁹ O que a lei de 3 de novembro de 1827 fazia era considerar o casamento como um sacramento e como tal regulá-lo por regras do direito canônico, com determinação expressa da observância das disposições do Concílio Tridentino sobre o tema (*De reformatione matrimonii*). Nasquelas uniões celebradas entre pessoas de religiões diferentes da católica o matrimônio carecia de reconhecimento formal do Estado. Em muitos casos os casamentos eram feitos por escritura pública, mas não contavam com o reconhecimento do Estado, que chancelava o monopólio da Igreja sobre essa sensível área da vida privada.

Nas questões referentes à validade dos casamentos protestantes e mistos, a legislação aprovada pela Igreja Católica, religião oficial do Império, mostrou-se ambígua e intolerante. A liberdade de culto, aprovada e confirmada na Constituição do Império, conviera às necessidades espirituais e morais básicas dos protestantes. Entretanto a questão matrimonial e os problemas que surgiram pela sua invalidade, segundo as leis do direito canônico, levaram a vários debates e reivindicações dos protestantes.

A começar por certas condições impostas em caso de casamentos mistos, sacramentados pela Igreja Católica. Neste caso, o cônjuge protestante tinha de firmar um documento em que se comprometia a educar os filhos segundo os dogmas católicos. Desta forma, gradualmente, muitos protestantes e seus descendentes foram assimilados pelo catolicismo oficial. Já para os casamentos protestantes, apesar do Estado brasileiro permitir as outras comunhões cristãs, na prática seus matrimônios careciam dos efeitos civis concedidos pelo casamento católico. Com vistas a mudar tal aspecto, foi que vários protestantes, indivíduos da política imperial e da imprensa do Rio de Janeiro, começaram a fomentar discussões para tornar os casamentos acatólicos e mistos válidos aos contratos civis. Isso induziu muitos diplomatas estrangeiros a exercerem pressão política sobre o governo imperial brasileiro com vistas a resguardar os interesses de seus compatriotas.

Esses debates, em que juristas e representantes da elite política imperial identificaram a necessidade de legislação sobre o tema, ocorreram no Conselho de Estado do Império. Como órgão auxiliar do Poder Moderador que segundo o texto constitucional era atribuído ao Imperador para garantir a harmonia entre os poderes, o Conselho de Estado assumiu um papel de intérprete e produtor da doutrina jurídica nacional, suprimindo o espaço deixado por um sistema judiciário em que o órgão de cúpula — no caso brasileiro, o Supremo Tribunal de Justiça — não se desincumbia da tarefa de orientar o julgamento de casos das instâncias inferiores pela edição de precedentes quando a lei fosse causa de controvérsias.²⁴⁰ Quando não havia lei que regesse a matéria debatida pelo Conselho, o órgão indicava ao Governo Imperial a necessidade de produção legislativa sobre o assunto. Foi o que ocorreu com relação ao casamento civil.

A ausência de regulação pelo Estado, que ficava cada vez mais latente com o surgimento de situações diversas em questões matrimoniais,

²⁴⁰ LOPES, José Reinaldo de Lima. *O oráculo de Delfos. Conselho de Estado no Brasil Império*. São Paulo: Saraiva, 2010. pp. 91-185.

a falta de legislação a respeito do casamento civil ganha destaque com a chegada de imigrantes protestantes. As tentativas em resolver questões sobre casamentos não católicos e mistos renderam inúmeros debates sobre a questão da liberdade religiosa no Império. Não obstante, embora muitos projetos sobre o casamento civil tenham sido elaborados em diferentes momentos do século XIX, as resoluções para tais entraves cabiam ao poder público, as soluções jurídicas vieram em duas leis, a lei nº 1144 de 11 de setembro de 1861 e a lei nº 3069 de 17 de abril de 1863.

O desejo de aumentar a imigração para o Brasil, somado à existência de algumas minorias protestantes já estabelecidas em território nacional, serviram de pretexto para que alguns políticos apresentassem propostas de instituição do casamento civil em diferentes períodos do século XIX. Tudo isso, obviamente, utilizando a argumentação de que era necessário dar garantias legais às famílias não católicas ou mistas. Esta ideia começou a ser defendida ainda em 1829, pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro, que ressaltou a ausência de leis que legitimassem os casamentos entre os imigrantes de outras religiões, já que pelo decreto de 3 de novembro de 1827, a celebração das núpcias restringia-se somente aos que tinham condições de cumprir as formalidades exigidas pela Igreja Católica.²⁴¹

A grande influência da Igreja nas coisas públicas ainda não tem ocupado a agenda de muitos historiadores. Nesse sentido, o historiador Ítalo Santirocchi afirma que “basta tentar localizar trabalhos sobre as características e relações da união Igreja e Estado no Brasil Imperial que o pesquisador logo vai se encontrar em dificuldades”²⁴², pois são poucos aqueles que tentaram perceber como era estruturada esta união em termos legislativos, burocráticos, políticos e eclesiásticos.²⁴³ Para apreender a importância da Igreja na vida pública, talvez seja conveniente refletir sobre a definição que Santirocchi faz da instituição. Segundo Santirocchi, embora não estivesse explicado nas legislações ou nos discursos parlamentares e tenha sido em muito desconsiderado nas pesquisas históricas sobre o período, é possível perceber que durante o Império houve um quinto poder, que denominou de Espiritual/Eclesiástico, e que

²⁴¹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano IV, nº 12, Janeiro 2012.p. 21.

²⁴² *Ibidem*, p.1.

²⁴³ *Idem*.

se somaria aos demais poderes (Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário).²⁴⁴

No referido livro, Taunay enfatiza a importância do casamento civil obrigatório para todos, em sua opinião era este “o escopo verdadeiro aos olhos daqueles que desejam ver bem reguladas todas as relações sociais”. Para Taunay e a SCI, não era mais possível continuar com as disposições vigentes no que se referia a casamentos, pois estavam subordinadas ao ponto de vista meramente religioso. Tal posicionamento de Taunay, e da própria SCI, fazia-se necessário por estar aquele momento vivendo um contexto de diversidade de opiniões acerca do assunto. Dentre as correntes dominantes, destacava-se:

1º a dos que pensam que o casamento religioso de qualquer seita produza efeitos civis, desde que tivessem preenchidas as formalidades deles ou que estivessem em conformidade com as leis onde tenham sido celebrados.

2º a dos que julgam que para os católicos não se poderia reconhecer o casamento antes de terem sido celebradas as cerimônias religiosas exigidas pelo catolicismo, e que para todos os outros basta o contrato civil.

3º a daqueles que julgavam que o Estado, não tendo meios de verificar a crença religiosa dos contraentes, e não possuindo mesmo direito de inquirir qual ele seja, deve-se limitar a estatuir que para o casamento produzir efeitos civis, era necessário um contrato civil perante as autoridades civis, ficando livre a cada um a celebração da cerimônia religiosa que estivesse de acordo com as suas crenças.²⁴⁵

Na terceira opinião é que se coloca a SCI de forma bastante incisiva apresentando o Senador Taunay um projeto na sessão de 09 de maio de 1887, no Senado, onde ficaria estabelecido no Brasil o casamento civil obrigatório:

Art. 1º Fica estabelecido no Brasil o casamento civil obrigatório;

²⁴⁴ *Idem.*

²⁴⁵ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº14, 1886. p.07.

Art. 2º O governo dará em regulamento o modo prático da escrituração dos livros, como também providenciará para que se possa ter pleno conhecimento dos registros de nascimentos e casamentos, sem dependência da autoridade eclesiástica.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.²⁴⁶

O artigo segundo fora inspirado no projeto apresentado em 1847, pelo deputado João Maurício Wanderley, Barão de Cotegibe, presidente do Conselho. O Senador Alfredo Taunay lembrava em rápidas palavras em sua apresentação, as tentativas precedentes para, se não resolver, ao menos tentar contornar as dificuldades impostas pelo casamento religioso, apresentados à Câmara dos Deputados. Cita explicitamente os dois projetos sobre o casamento civil apresentados à Câmara dos Deputados pelos senhores Carvalho Moura, Barão de Penedo (Projeto 92, de 7 de agosto de 1847) e outro apresentado por João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegibe (Projeto 65, de 12 de agosto de 1848), porém não transformados em lei.

Diante de tal emergência compreende-se a linha de posições tomadas pela SCI. Enfatizando a necessidade de implantação do casamento civil, a SCI solicitava à Câmara dos Deputados a concessão do casamento civil ao menos para os não católicos e que tal medida fosse extensiva a todos os habitantes do Império, que o casamento civil fosse obrigatório, sendo facultativo o casamento religioso. Nesse sentido Taunay enfatiza em seu escrito:

Não podemos por mais tempo continuar com as disposições vigentes em matéria de casamentos, subordinadas todas ao ponto de vista meramente religioso, exclusivista e ferrenho, e firmados de um lado, em tradições que os povos cultos, se não repudiavam de todo, pelo menos modificaram notavelmente, e de outro nas leis acanhadas, e, em muitas ocasiões, inexequíveis de 11 de setembro 1861 e 17 de abril 1863.²⁴⁷

²⁴⁶ *Ibidem*, p.08.

²⁴⁷ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Casamento Civil*. Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p.6.

Além disso, Taunay chama a atenção quanto à inércia que parecia dominar as mais simples resoluções, e aponta como injustificável, por parte das Câmaras Legislativas, o atraso na discussão e aprovação do decreto de 25 de abril de 1874, que instituiu o registro de nascimentos e óbitos. Tal decreto, assinado pelo conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que, apesar de ter sido aceito com relutância, representava um largo passo no sentido da secularização dos registros do estado civil, ainda não havia sido posto em execução quando da publicação do *I Livro de Propaganda*, em 1886.

A preocupação de Taunay e dos demais membros da SCI em ver solucionadas as questões relativas aos registros civis estava inserida em seus projetos para se estabelecer a corrente imigratória que tanto precisávamos.²⁴⁸ Toda a diretoria da SCI, fazendo-se presente através de uma representação na Câmara dos Deputados, na sessão de 10 de abril de 1885, insistiu na decretação do casamento civil, ao menos para os não católicos, pois consideravam uma medida de “justiça e moralidade”²⁴⁹

A prática do casamento religioso mesmo para os não católicos continuou vigorando, embora no ano de 1863, a lei de 17 de abril dava aos estrangeiros de outras religiões meios que facilitavam o assentamento de casamentos, nascimentos e óbitos. Contudo, a lei de 1870 e o regulamento de 1874, acabando com essa facilidade de registro, colocaram os imigrantes não católicos em situação difícil, dado o embaraço na aplicação geral da lei. Por isso, esses últimos pediram ao Parlamento que fosse possível, pelo menos para o caso deles, continuar a vigorar a lei antiga (19 de abril de 1863).²⁵⁰

Na sessão de 8 de julho de 1884, Alfredo Taunay reclamava que lhe informassem onde paravam os projetos que havia apresentado. Afirmava que seus projetos eram discutidos na imprensa, contudo estranhava “que sejam recebidos no Parlamento de seu país com relativo indiferentismo”. Queria discutir ideias a respeito do casamento civil, pois o considerava imprescindível para o progresso da sociedade brasileira.²⁵¹

²⁴⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 10, 1884, p. 03

²⁴⁹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão extraordinária, 19ª Legislatura, de 6 a 30 de abril de 1885. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1885, vol. 2, p. 251.

²⁵⁰ *Ibidem*, Boletim nº 35, ano IV, julho de 1887, p. 01.

²⁵¹ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 4ª sessão, 18ª Legislatura, de 3 de julho a 2 de agosto de 1884. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, vol.3, p. 53.

A SCI através de Taunay, na sessão de 9 de maio de 1887, no Senado do Império, fez uma representação a respeito do casamento civil obrigatório. Pediu em nome da SCI fosse decretado, no decorrer do ano de 1887, o casamento civil, providência essa de caráter social para que o Estado velasse melhor pela organização da família brasileira e fiscalizasse “desde os primeiros momentos da sua constituição, todos os atos públicos que lhe são relativos, sem olhar a credos e religiões, nem impedir cerimônias e ritos de qualquer natureza”.²⁵²

Ainda na sessão de 25 de agosto de 1887, Taunay voltava a insistir no projeto do casamento civil, alegando que a ideia desse projeto era demasiada antiga no Brasil e anterior às aspirações do Barão de Cotegibe, estadista que apresentou em 1847 na Câmara dos Deputados um projeto sobre o assunto, projeto esse que Taunay aceitava em vários pontos. O projeto anterior foi apresentado pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro em 3 de julho de 1829 “quando nenhuma nação da Europa cuidava dessa medida e tão somente a França a adotara em 1804”.²⁵³

Taunay lutava pelos seus projetos tanto nas discussões feitas na Sociedade Central de Imigração como no Parlamento: Câmara dos Deputados e Senado. Contudo, como já mencionamos, outros homens da política já haviam chamado a atenção para os entraves de uma legislação limitada em tempos de imigração. Nesse sentido, o próprio Taunay cita em seu escrito a atuação de Tavares Bastos²⁵⁴, que, na sessão de 17 de julho de 1867, apresentou um projeto de lei singelo e muito bem entendido, sobre a necessidade do casamento civil.²⁵⁵ Contudo, assim como projetos anteriores, este e os demais projetos propostos por Tavares Bastos, “foram todos esquecidos e postos à margem, à espera dos decantados pareceres de comissões.”²⁵⁶

²⁵² ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. 2ª sessão, de 27 de abril a 31 de maio de 1887. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, vol. 1, p. 49.

²⁵³ ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. 2ª sessão, 20ª Legislatura, de 1º a 31 de agosto de 1887. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, v.4, p. 363.

²⁵⁴ Aureliano Cândido de Tavares Bastos foi um político, escritor e jornalista bastante participativo nos debates sociais do século XIX. Além do projeto sobre o casamento civil, elaborou outros sobre naturalizações, colônias, contratos de parceria e locação de serviços, terras devolutas, imposto territorial e escravos. Participou da fundação da Sociedade Internacional de Imigração, em 1866. Um estudo sobre suas ações pode ser encontrado em: MORAES FILHO, Evaristo de. *As ideias fundamentais de Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

²⁵⁵ TAUNAY, *Op. Cit.*, p. 75.

²⁵⁶ *Ibidem*, p.76.

Depois das análises, Taunay afirma que somente em 1883, isto é, somente 16 anos depois, foi que ele, como deputado geral e representante de Santa Catharina, conseguiu parte desses favores, isto é, a isenção do imposto, que subia a 125\$, sendo pelo Senado, rejeitada a emenda aceita pela Câmara que dava autoridade às câmaras municipais para concederem, em nome do Imperador, cartas de naturalização a quem as pedisse.²⁵⁷

No relatório apresentado em 1869 às câmaras, dizia o Sr, conselheiro Paulino José Soares de Souza, como Ministro do Império:

O salutar princípio, sempre abraçado no Brazil, da livre admissão de estrangeiros em seu território, sem limitação alguma proveniente da diversidade de crenças religiosas, traz como consequência natural a necessidade imperiosa de regular civilmente, com relação aos que professam religiões toleradas, os casamentos. E' lacuna imperdoável, na legislação do paiz, a que priva qualquer cidadão ou estrangeiro residente no Império, pela circumstancia de não professar a religião do Estado, da faculdade de contrahir uma união válida, garantida em seus effeitos pela lei civil. Assim, de acordo com a doutrina adoptada em outros paizes catholicos, convém regular civilmente o casamento daquelles que, pela divergência de crenças religiosas, não podem receber os sacramentos da igreja, admittindo-se também o acto civil nos casamentos mixtos, quando não fôr possível celebral-os de conformidade com as prescripções da mesma igreja.²⁵⁸

Mesmo com esta tentativa de Taunay e a Sociedade Central e com outras inúmeras vozes buscando levar ao debate a necessidade e a importância em se estabelecer uma legislação condizente com um país que pretendia ser um grande destino das massas imigratórias, antes de tudo foi necessária a alteração dos comportamentos²⁵⁹ e intensos debates na comunidade letrada para que a opinião pública não sentisse como abrupta uma alteração nas disposições sobre o direito de família.

²⁵⁷ *Idem.*

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 78

²⁵⁹ *Ibidem*, p.79.

A ausência de regulação sobre os casamentos civis levou homens e mulheres a contraírem união por escritura pública sem nenhuma validade legal. Quanto a legislação sobre o casamento civil, aprovada em 1861, perpetuou-se até o advento da República, quando o Estado deixou de ser confessional para ser laico. No Brasil, o casamento civil foi instituído em 1890, após a proclamação da República, como a declaração máxima da separação entre Igreja e Estado. Entretanto, a semente fora lançada, e a lei de 9 de Janeiro de 1881, em boa hora, incluiu entre os elegíveis aos cargos de deputados e senadores os não católicos.

3.2.2. Livro II – A nacionalização ou grande nacionalização e naturalização tácita (1886) por Alfredo d’Escragnolle Taunay

O Senador Taunay, como é mais comumente mencionado na documentação, ficou marcado também como autor de *Inocência* (1872), embora tenha publicado muitas outras obras. Interessa-nos aqui tratar especificamente de seus escritos relacionados às propostas da SCI. Tratava-se de incorporar plenamente os estrangeiros à nacionalidade brasileira, com a equiparação total de direitos em relação aos cidadãos nacionais. Taunay defendia que a naturalização fosse além da naturalização simples, que excluiria a elegibilidade dos naturalizados. A nacionalização, ou naturalização tácita, consistia em proporcionar a todo o estrangeiro que possuísse residência efetiva no Império por um determinado período, em cidadão brasileiro – caso este não se manifestasse explicitamente contra a sua naturalização – e salvo exceções muito específicas de indivíduos que não poderiam contar com tal prerrogativa, como bandidos, assassinos, fraudadores etc.

No livro *A nacionalização ou grande nacionalização e naturalização tácita*, os argumentos colocados por Taunay baseiam-se na proposta de um nacionalismo de cidadania, presumindo que a incorporação dos estrangeiros ao recém-constituído Estado-nação seria uma opção a ser dada, para que os nacionalizados pudessem contribuir com o desenvolvimento do Brasil, especialmente naquele momento de mudanças.

Acreditava-se que se os imigrantes e demais estrangeiros fossem nacionalizados, seguramente passariam a sentir-se como parte ativa na construção do Brasil e poderiam, a partir deste fortalecimento dos laços com a comunidade nacional, mobilizar-se com maior motivação para dar

lugar a empreendimentos mais duradouros e enraizados. Porém, Taunay buscou deixar claro a que tipo de estrangeiros se dirige a sua argumentação, e em que termos.

Seu argumento, neste sentido, defende a integração de imigrantes europeus. Ele defende que, para que estes se entreguem verdadeiramente a sua nova pátria, seria necessário conceder-lhes a nacionalização, do contrário não teriam motivos suficientes para colaborar com seu trabalho para que o Império do Brasil superasse suas dificuldades, e estariam neste solo apenas de passagem. Como um local de passagem, o Brasil poderia ser por eles abandonado, e:

A consequência é que os povos que mantêm o exagerado e inconveniente espírito de nativismo, vêm-se isolados no seu trabalho econômico e social, sendo explorados pelos estrangeiros que nelles buscam tão somente alcançar fortuna, deixando-os sem saudades nem ligações, uma vez satisfeitos os desejos que nutriam e conseguido o único objetivo que visavam.”²⁶⁰

Na opinião de Taunay, o imigrante europeu servia de grande exemplo aos brasileiros natos, especialmente por servir de exemplo aos trabalhadores brasileiros. Isto porque, ao mesmo tempo em que Taunay descreve uma imagem altamente positiva e até certo ponto idealizada dos europeus, lança mão também de um clichê anunciado como característica nata do brasileiro: o descaso, a preguiça. Tal perspectiva encontra-se bem detalhada na seguinte passagem:

Mostrei o quanto a questão de braços educados para o trabalho é grave, é instante, sendo o interior do país povoado de gente afeita aos hábitos da mais absoluta e enervante indolência, dos quais só pode ser arrancada pelo exemplo e pela educação. Com efeito, o tipo primordial do brasileiro – o índio – é a antítese perfeita da atividade. Só urgido pela fome é que sai da rede em que se embala para colher alguns dos alimentos, que a natureza lhe proporciona com mão demasiado pródiga.

²⁶⁰ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *A Nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita*. Livros de Propaganda da Sociedade Central de Imigração II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. p.25.

Quem viaja pelo interior das provincias vê fatos quase idênticos sob ligeiro verniz de civilização.

Nas horas mais quentes estão os homens deitados à sombra das árvores, ou em suas casas metidos em redes, durando tão prejudicial sesta, que estiram a gosto do dia quase inteiro, sem fazerem nada, e quando muito a tocar viola.

Sem a imigração europeia não poderemos acostumar esta gente ao trabalho, mostrando-lhe por fecundos exemplos quanto lucraria em sair de sua deletéria inércia.²⁶¹

Ao atribuir tais características aos nacionais, Taunay tão somente segue uma opinião constante na sociedade brasileira do século XIX, o diferencial aqui fica por conta do fato de que essa ideia poderia ser estendida a todos os brasileiros. A descrição de Taunay dos hábitos dos indígenas baseia-se em suas andanças pelo interior do Brasil na época em que exercia funções militares. Com grande observação, segundo ele, percebia que o progresso da nação dependia da vontade dos imigrantes que adotassem nosso solo como sua pátria.

A naturalização se revelava, e ainda é assim, como forma derivada de aquisição de nacionalidade. Por meio desse ato o cidadão de um determinado Estado abdica a sua nacionalidade de origem, para abraçar a do país onde vive. Trata-se de um ato unilateral e discricionário do Estado. Em outras palavras, um procedimento que se fundamenta essencialmente na soberania.

Conforme os estudiosos do tema, comumente pode-se distinguir dois tipos de naturalização: tácita e expressa. Na naturalização, temos como resultado a vontade do estrangeiro, que requer às autoridades competentes a nacionalidade brasileira. Por outro lado, a naturalização tácita independe de requerimento ou qualquer manifestação do indivíduo, sendo adquirida decorrente da omissão de qualquer manifestação de vontade. Sendo assim, entende-se por naturalização tácita aquela concedida de ofício pelo Estado a todos que atendessem a determinados requisitos.

Ao longo de seu livro, Alfredo Taunay destaca as tentativas anteriores de instituir as nacionalizações realizadas no Brasil. Avulta os exemplos positivos nesse assunto das nações europeias, dos Estados Unidos e de alguns países da América Latina, como Uruguai e Chile. Ao

²⁶¹ *Ibidem*, p.78-79

realizar um histórico da naturalização, Taunay destaca alguns nomes importantes do cenário político e intelectual que também haviam elaborado projetos com esta finalidade. E confere especial destaque ao Barão de Taunay, seu pai, “quem primeiro no Brazil falou em grande naturalização e advogou tão generosa idéa” e enfatiza que foi “com persistente entusiasmo que levava a todas as suas opiniões, não cessou ele, desde os primeiros tempos da organização social e política do Imperio, de falar nessa medida, buscando todos os meios de fazel-a aparecer e progredir no espirito publico”. Contudo, apesar do empenho constante, “imensos, foram, os obstáculos que encontrou sempre”, especialmente por ser um estrangeiro advogando em causa própria, segundo alguns críticos.²⁶²

O grande empenho de Alfredo Taunay em concretizar a naturalização está relacionado, também, em uma herança paterna. Tomou como missão continuar a luta iniciada pelo pai, o Barão de Taunay. Registra que “afim de fundamentar os principaes argumentos em favor da grande naturalização, reunira o Barão de Taunay variados e interessantíssimos dados que ficaram perdidos”, sem apoio. Apelou também para a imprensa, embora soubesse do indiferentismo geral nesse assunto. Assim, segundo o filho, o Barão de Taunay teria sido “o primeiro e incansável propugnador da grande naturalisação no Brazil.”

Em 1829, o Barão de Taunay apresentou a D. Pedro I um memorando cujo rascunho imperfeito ficou para o Visconde de Taunay. Sobre este memorando, intitulado de *Grande Naturalização*, o Barão de Taunay recorreu, em diferentes períodos, ao Marques de Abrantes, a Salles Torres Homem, ao Visconde de Itaborahy, a Silva Paranhos e outros vultos do Parlamento.²⁶³ Fez uso também da imprensa para ganhar apoio aos seus argumentos e indagava: Porque não tentar como meio de atrair afluência de imigrantes, de que irá cada vez mais carecendo o Brasil, porque não tentar a decretação de leis amplas, à cuja frente está a grande naturalização?

Tomando para si as propostas do pai, Taunay lançou mão de sua atuação política e na Sociedade Central de Imigração, especialmente por professar:

(...) ideias que podem parecer a alguns adiantadas, embora estejamos em um país novo, sem tradições e que indubitavelmente precisa de grandes

²⁶² *Ibidem*, p. 65.

²⁶³ *Ibidem*, p. 70.

reformas, não saio, não quero sair do partido em cujas fileiras tenho a honra de militar desde os meus primeiros anos. O que quero é desenvolver essas ideias, é averiguar e estudar a impressão que produzem no país; procurar adeptos, quer na opinião pública, quer no seio dos meus aliados políticos.²⁶⁴

Na década de 1870, Alfredo Taunay já havia iniciado tais propostas, o que confirma não tratarem estas de haverem sido cunhadas dentro do grupo da Sociedade Central de Imigração. O ponto de partida de Alfredo Taunay nesse projeto aconteceu logo que começou a frequentar a tribuna parlamentar, onde desde os primeiros ensaios não deixava passar ocasião alguma sem acentuar as suas tendências e opiniões. Na sessão parlamentar de 16 de abril de 1877, por ocasião de uma discussão de projetos relativos às terras do Império, Alfredo Taunay profere um extenso discurso onde adiantava a conveniência da adoção de várias reformas de caráter social, como a grande naturalização, o casamento civil, o imposto territorial, e outras medidas subsidiárias.²⁶⁵

Entretanto, também na década de 1880, Alfredo Taunay advertia que o tema da naturalização ou nacionalização, nomeadamente para o colono imigrante, constituía-se em um dos polos de maior interesse e de maiores preocupações, tanto na ordem jurídica como na ordem política, e inclusive em outros setores. A naturalização apresentava-se como um problema cada vez mais urgente, demandando equacionamento imediato, a fim de que a estratégia de propaganda imigrantista pudesse vencer no exterior, oposições, resistências e perseguições.

Buscando levar a compreensão a sua posição e da Sociedade Central de Imigração em relação à naturalização e a nacionalização, Alfredo Taunay aborda, com objetividade, pontos da história da legislação sobre o problema e como isso estava relacionado com a política imigratória do Império. Um de seus intentos é mostrar como a discussão vinha arrastando-se por anos sem receber uma solução efetiva. Para tanto, registra que o processo de naturalização durante o Império se fez por meio de um conjunto de leis e decretos que mostram as dificuldades encontradas para a solução do problema daqueles que vinham fixar-se em terras brasileiras. Dentro desse processo, que se apresentava por muitas vezes confuso, precisamos conhecer o conjunto de critérios dominantes na legislação a respeito.

²⁶⁴ *Ibidem*, pp. 70-71.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 72.

Recuando de seu momento de escrita, Taunay nos lembra de como configurava-se a questão de naturalização na Constituição de 25 de março de 1824, onde ficava definida no Art. 6º que são cidadãos brasileiros:

I – Os que no Brasil tiverem nascido, quer seja ingênuos, ou libertos ainda que o pai seja estrangeiros, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação;

II – Os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império;

III – Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.

IV- Todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que proclamou a Independência nas províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação de sua residência;

V – Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de Naturalização.²⁶⁶

O Imperador D. Pedro I obtinha o poder de conceder cartas de naturalização conforme o artigo 6º, acima citado. Por outro lado, para que o estrangeiro obtivesse a sua carta de naturalização, necessitava comprovar alguns critérios, conforme exigido pela lei promulgada durante o Período Regencial, em 23 de outubro de 1832. A naturalização somente seria concedida se o estrangeiro comprovasse:

1º Ser maior de 21 anos;

2º Achar-se no gozo dos direitos civis, como cidadão do país a que pertencesse, salvo se os houvesse perdido por motivo absolutamente político;

3º Haver feito declaração na Câmara Municipal de sua pátria de origem e de que pretendia fixar seu domicílio no Brasil;

4º Haver residido no Brasil por espaço de 4 anos consecutivos depois de feita a referida declaração,

²⁶⁶ *Ibidem*, p.74.

havendo o Decreto nº 291 de 30 de agosto de estabelecimento industrial, ou exercer alguma profissão útil, ou viver honestamente de seu trabalho (Art. 1º e seus §§).²⁶⁷

Contudo, aqueles estrangeiros que estivessem em matrimônio com mulheres brasileiras; os que fossem inventores ou introdutores de algum tipo de indústria; os que houvessem contraído algum tipo de ferimento em serviço no Brasil; aqueles admitidos no professorado e os declarados beneméritos pelo Parlamento, assim como os filhos de estrangeiros que já fossem naturalizados. Os que se enquadrassem nestas condições, para obter suas cartas de nacionalização, necessitavam apenas fazer a declaração perante a sua respectiva Câmara Municipal. (Art. 2º e seus §§)²⁶⁸

O senador Taunay observa que nas duas décadas seguintes a legislação que regia o processo de naturalização permaneceu sem maiores alterações. Sendo que somente a partir da década de 1850 que são retomadas as discussões e projetos que clamam por mudanças mais significativas. Algumas mudanças podem ser verificadas no decreto de 10 de janeiro de 1855, que isentava os estrangeiros do título de residência e permitia que viajassem dentro do Império sem passaporte. Outro decreto do mesmo ano, o de 23 de junho de 1855, dispensava os colonos de pagamento de taxa na obtenção da carta de naturalização, permitindo que os presidentes de província os concedessem gratuitamente. No ano de 1860, no decreto de 10 de setembro, ficavam regularizados os direitos civis e políticos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estivessem em serviço de sua nação. Em outro de decreto, de 6 de setembro de 1865, considerava brasileiros os estrangeiros que se alistassem no exército como voluntários.²⁶⁹

No ano de 1871 tem lugar o decreto legislativo nº 1950, referendado pelo Sr. João Alfredo Côrrea de Oliveira, homem de espírito elevado e que lutava sem medo pela melhoria das condições dos imigrantes. Neste decreto ficam definidas as seguintes disposições:

Art. 1º - O governo fica autorizado para conceder carta de naturalização a todo o estrangeiro maior de 21 anos que, tendo residido no Brasil ou fora dele sem serviço por mais de dois anos, requerer,

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 81.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 56.

²⁶⁹ TAUNAY, *Op. Cit.*, p.40.

declarando a intenção de continuar a residir no Brasil ou a servi-lo depois de naturalizado.

Art. 2º - O governo poderá dispensar no tempo de residência:

1º - Ao casado com mulher brasileira

2º - Ao que possuir bens de raiz no Brasil ou tiver parte em algum estabelecimento industrial;

3º - Ao que for inventor ou introdutor de um gênero de indústria qualquer;

4º - Ao que se recomendar por seus talentos e letras ou por sua aptidão profissional em qualquer ramo da indústria;

5º - Ao filho do estrangeiro naturalizado, nascido no Império antes da naturalização de seu pai.

Art.3º - Fazem prova suficiente para os efeitos desta lei as certidões extraídas dos livros de notas e repartições oficiais, bem como atestações passadas por quaisquer autoridades, e mesmo por pessoas de conceito.

Art. 4º - As cartas de naturalização serão isentas de qualquer imposto, exceto o de 25\$ de selo;

Art.5º - As ditas cartas não poderão sortir efeito algum sem que os outorgados por si ou por procurador munido de poderes especiais prestem juramento (ou promessa) de obediência e fidelidade à constituição e às leis do país, jurando ao mesmo tempo (ou prometendo) reconhecer o Brasil por sua pátria daquele dia em diante.

Art. 6º - este juramento poderá ser prestado perante o governo ou perante os presidentes de províncias. Nessa mesma ocasião o indivíduo naturalizado declarará seus princípios religiosos e sua pátria; se é casado ou solteiro, se com brasileira ou estrangeira; se tem filhos e quantos, de que nome, sexo, idade, religião, estado e naturalidade.

Com estas declarações se formará na secretaria de Estado respectiva a matrícula de todos os estrangeiros naturalizados.

Art. 7º - A naturalização dos colonos continuará a ser regulada pelo decreto nº 808ª, de 23 de junho de 1855.

Art. 8º - São revogadas as disposições em contrário.²⁷⁰

Houve pequenas mudanças, mas o fato é que as discussões iriam permanecer durante muito tempo no cenário parlamentar. Apesar restritas, mudanças como estas concernentes ao estatuto jurídico dos colonos, eram muito comemoradas pelo grupo da SCI, pois mostrava que as naturalizações ficariam mais facilitas, segundo Taunay especialmente pela isenção das cartas, registrada no Art. 4º, com exceção do selo. Neste aspecto, Taunay registra que com a Lei do Orçamento Geral do Império fixado para 1879-1880 e o regulamento de 15 de novembro de 1879 levantaram esse selo à quantia bastante alta de 120\$ (réis). O que tornava-se bastante grave e um inesperado anteposto à boas consequências oriundas das facilidades conseguidas anteriormente por meio de tantos esforços.²⁷¹

Neste aspecto, na sessão da Câmara dos Deputados de 26 de junho de 1884, foi lido e remetido à Comissão de Justiça e Câmaras Municipais o projeto nº 24, *Cartas de Naturalização*, de Alfredo Taunay.²⁷² Por meio deste projeto, a Assembleia resolveu que as Câmaras Municipais do Império estavam autorizadas a conceder castas de naturalização com assinaturas do Presidente e Secretário da Câmara. Ao lado disso, os pedidos de naturalização que fossem rejeitados poderiam ser reapresentados depois de passado um ano. Desde que o solicitante comprovasse a sua “moralidade e bom comportamento”, por meio do testemunho de 15 moradores de seu local de residência. Igualmente entre as considerações feitas nesse projeto, ficava firmado que a concessão das cartas de naturalização e sua entrega deveria ocorrer em no máximo 15 dias, sendo os documentos isentos de qualquer imposto.²⁷³

Nos *Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil* estão registrados os diversos discursos de Taunay em defesa da naturalização. Tanto é assim que, na Sessão de 21 de julho de 1884 Alfredo Taunay lastimava o que vinha ocorrendo com relação a falta de aplicabilidade da legislação de naturalização em muitos casos. Em uma das sessões planárias Taunay comenta que a SCI recebe muitas reclamações de

²⁷⁰ *Ibidem*, pp. 40-42.

²⁷¹ *Ibidem*, p.43.

²⁷² ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 4ª Sessão, de 27 de abril a 28 de junho de 1884. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, volume 1, p. 206.

²⁷³ *Idem*.

estrangeiros que, mesmo possuindo boas condições financeiras, todas as exigências e documentação, tem seus pedidos de naturalização protelados pelos presidentes de províncias.

Em sua análise destes casos, Taunay comenta que era muito compreensível o “desgosto desses cidadãos, parecendo-lhes que a autoridade brasileira duvidava que fossem dignos de fazer parte da comunidade brasileira. Estão ou não esses homens nas condições de pertencerem à nacionalidade brasileira?”, interrogava Taunay. Defendia que todos deveriam zelar para que o estrangeiro fosse recebido de “braços abertos”, e que o governo ao desejar resolver o problema do elemento servil, não poderia levantar obstáculos à naturalização dos estrangeiros.²⁷⁴

A resolução do problema de naturalização influenciava vários setores da vida pública e, segundo Taunay, um dos grandes problemas dizia respeito aos direitos políticos. Restringia-se o acesso de estrangeiros à política por meio dos dispositivos da legislação.

A solução, para Alfredo Taunay, de toda a questão colocada estaria no seu projeto da *Grande Naturalização*. Mas que, infelizmente, esse projeto ainda não havia obtido a merecida consideração não apenas pela Câmara dos Deputados do Império, como das comissões. Taunay exemplifica todo o transtorno gerado pelo descaso com as questões de naturalização. Durante uma viagem eleitoral ele impressiona-se com a grande quantidade de estrangeiros que em cidades como Joinville, Gaspar e Desterro, na província de Santa Catarina, desejavam ser considerados brasileiros, contudo sentiam-se “acanhados pela obrigatoriedade de enviar ao governo geral requerimentos e petições”.²⁷⁵

Na opinião de Taunay os políticos do Império e em especial os presidentes de província, deveriam empenhar-se para solucionar tais problemas. Exemplifica dizendo que logo que chegou ao Paraná para atuar como Presidente daquela província, cuidou atentamente de provocar o maior número possível de naturalizações. Tratou, pois, de realizar com a máxima brevidade, facilitando-lhes todos os trâmites exigidos pela lei que estava em vigência, que determinava a gratuidade de todos os papéis relativos a este serviço.²⁷⁶

Seus esforços certamente tiveram reflexos positivos, pois tornou-se notável o movimento de naturalizações, onde dos 260 pedidos

²⁷⁴ ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 4ª Sessão, 18ª Legislatura, de 3 de julho a 2 de agosto de 1884. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884, volume 3, p. 249.

²⁷⁵ TAUNAY, *Op. Cit.* p.108.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 125.

recebidos entre outubro de 1885 a abril de 1886, todos foram deferidos. Em contraste a sua boa vontade no assunto, registra que no mesmo período na Província de São Paulo em igual período, sendo uma província com grande número de imigrantes, só se haviam naturalizado 33 pedidos. Esse número era para Taunay a imagem do descaso e do desinteresse nos assuntos imigratórios. Uma vez que o próprio Taunay, não contente com os resultados das naturalizações da província em que presidia, e no intuito de facilitar ainda mais o processo habitual, em 1º de outubro de 1885, oficiou ao governo Imperial pedindo a revogação de uma formalidade que por vezes se tornava um tanto penosa, além de que requeria gastos por parte dos que desejavam naturalizar-se. Essa formalidade era a prestação do juramento perante o presidente da província, ou na secretaria do governo. Taunay solicita ao então ministro do Império, o Barão de Mamoré, para que os estrangeiros possam prestar o juramento perante as Câmaras Municipais ou juízes de paz, como prontamente achava-se estabelecido pelo aviso nº 294 de 31 de agosto de 1857.²⁷⁷ Sendo atendido em seu pedido, Taunay procura mostrar como a boa vontade poderia, em muitos casos, fazer com que o Império do Brasil fizesse valer sua legislação em benefício do avanço da imigração.

Taunay finaliza seu livro constatando que só estava faltando se conseguir no Brasil, dos poderes competentes, a Lei de Nacionalização, ou seja, uma combinação de grande naturalização e da naturalização tácita. Desejava que os poderes públicos decretassem não somente as facilidades, mas antes aceitassem a lei de nacionalização que veio a propor na Câmara do Senado em 24 de maio de 1887, dispensando ou eliminando muitos incômodos, quer por parte dos naturalizados, quer na administração.²⁷⁸

Em outubro de 1887 o Senador Taunay apresenta no Senado o seguinte Projeto de Grande Naturalização:

Art. 1º - Todo o estrangeiro que tiver residência efetiva no Brasil por espaço de três anos será considerado cidadão brasileiro;

Art. 2º - Este prazo de residência será reduzido a dois:

§ 1º - Se o estrangeiro casar com mulher brasileira;

§ 2º - Se servir no exército ou na marinha;

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 127.

²⁷⁸ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 35, p.05.

§ 3º - Se estabelecer indústria nova ou tiver alguma invenção privilegiada;

§ 4º - Se adquirir bem imóvel de valor superior a 1:000\$000;

§ 5º - Se estiver à testa de qualquer empresa industrial e de estrada de ferro ou agrícola

§ 6º - Se estabelecer nas fronteiras do Império ou se tiver vindo como imigrantes e estiver localizado em núcleos de imigrantes;

§ 7º Se for lente ou professor em estabelecimentos de instrução superior, secundária ou primária;

§ 8º - Se produzir qualquer obra científica ou literária, econômica ou artística, que tenha por objetivo o progresso e renome do Brasil, não só na sua generalidade como em relação a uma das províncias ou municípios do Império

Art. 3º - Os direitos a eleitor ficam logo garantidos uma vez satisfeitos os artigos 1º e 2º. Igualmente quanto à elegibilidade nas eleições municipais;

Art. 4º - A elegibilidade para deputados deve preceder o disposto no §2º do art. 10 da lei nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881. O prazo para a elegibilidade a senador do Império será de oito anos, bem como para a nomeação ao cargo de conselheiro de Estado.

Parágrafo único – Este prazo será contado da data de chegada do estrangeiro ao Brasil e do reconhecimento de sua residência efetiva;

Art. 5º - Os senadores e deputados nas condições do art. 4º poderão ser ministros de Estado;

Art. 6º - Da data desta lei para o futuro os bens imóveis só poderão ser adquiridos por cidadãos brasileiros, salvo a hipótese do § 4º artigo 2], os havidos por verba testamentária e os de companhias e sociedades comanditárias.

Art. 7º - Ficam exceptuados das disposições desta lei:

§ 1º - os estrangeiros que estiverem a serviço dos seus respectivos governos ou com licença deles;

§ 2º - Os que forem fazer nos consulados das suas nações ou na Câmara Municipal do lugar de sua residência declaração de que não desejam

pertencer à comunhão brasileira e tiverem disso atestado;

§ 3º - Os refugiados no Brasil por crimes de qualquer natureza;

Art.8º - Perdem a naturalização:

§ 1º - O estrangeiro naturalizado que, em país estrangeiro, não se apresentar às legações e consulados dentro de dois anos;

§ 2º - O que aceitar emprego ou condecoração de nações estrangeiras sem consentimento do governo brasileiro;

§ 3º - Os bancarroteiros fraudulentos;

§ 4º - Os criminosos de morte e sujeitos e penas infamantes;

Art. 9º - A naturalização perdida só pode ser readquirida por lei.

Art.10º - Revogadas as disposições em contrário.²⁷⁹

Este projeto, que trazia consideráveis modificações em relação aos anteriores, recebeu apoio de vários setores, mas em contrapartida novamente foi alvo de duras críticas de setores da imprensa. Algumas delas, por outro lado, davam conta do descaso que as tentativas do Senador Taunay recebia desde 1877 e pedem que “a câmara, o governo e os liberais não estrangulem o projeto de grande naturalização do Sr. Escragnolle Taunay com a mesma sem cerimônia com que estrangularam outros inocentes liberais.”²⁸⁰ Argumentava-se que o Brasil possuía uma dívida com aqueles estrangeiros que haviam dado sua grande contribuição, mas que por conta de nossa legislação não poderiam assumir cargos políticos.

A questão de elegibilidade dos estrangeiros gerava, do mesmo modo, muitas discussões na imprensa. Em um dos seus artigos o jornal *O Diário de Notícias* sustentava que a naturalização no Brasil deveria seguir o modelo estadunidense, onde o estrangeiro pode naturalizar-se após seis meses de residência no país. O jornal também se posicionava contra a espera de seis anos de residência para que o estrangeiro obtivesse a autorização de candidatar-se como deputado, segundo eles “não é o estrangeiro que precisa naturalizar-se: é o país que precisa que ele se naturalize”²⁸¹

²⁷⁹ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 38, p.03.

²⁸⁰ *Idem*.

²⁸¹ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº43, p.06.

Embora os projetos de naturalização fossem propostos por Alfredo Taunay, o grupo da Sociedade Central de Imigração também ganhava apoio em suas ações a favor da imigração e do imigrante. Sobre isso, temos na sessão de 17 de julho de 1889 a fala do Sr. Luiz de Magalhães, onde elogia todo o empenho do grupo:

(...) a prova mais brilhante do prestígio das ideias da Sociedade Central e da rapidez com que elas abrem caminho na opinião pública está na notícia que circula, de que o governo imperial cogita em propor ao parlamento uma lei conferindo amplos poderes políticos a todo o estrangeiro residente no Brasil durante dois anos e que não fizer declaração em contrário, isto é grande naturalização e naturalização tácita de acordo pleno com a propaganda feita na câmara e no senado pelo Sr. Escragnolle Taunay, sendo por ele apresentados vários projetos nesse sentido.²⁸²

A chamada *Grande Naturalização* veio com a Constituição de 1891 (a primeira Constituição da República) que, em seu artigo 64, § 4º estabelecia que seriam considerados "cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem".

O jornal *A Imigração* registra que, conforme as pretensões do grupo, o decreto de 15 de dezembro de 1889 não produziu o desejado efeito especialmente no que tange o prazo para que o estrangeiro pudesse optar pela nacionalidade. A SCI defendia, em seus projetos, a necessidade de um prazo mais longo (três anos ou em determinados casos reduzido para dois anos) para que o realizasse sua opção.

Além disso, a proposta de extensão do prazo de opção de nacionalidade certamente criava boas condições de se formarem grupos de eleitores conscientes dentro da classe média rural. Sobre este aspecto, Taunay afirmava, em tom bastante inflamado, que a nacionalização “por meio da naturalização tácita, daria ao Brasil seguramente para cima de 400.000 cidadãos do mais alto préstimo e capazes dos mais valentes rasgos de patriotismo e amor a esta terra.”

Acerca desta questão, Irina Vassilieff afirmou, utilizando um artigo que fora publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo* e transcrito

²⁸² *Idem*.

no jornal *A Imigração*, que a opinião do jornal era de que a política do governo ao conceder o prazo de seis meses para que os estrangeiros optassem pela nacionalidade brasileira visava “arranjar eleitores para si”. Entretanto, ao consultar o referido artigo do jornal *O Estado de São Paulo* constatou-se ser essa afirmação um tanto equivocada. Em seu longo artigo, o referido jornal realiza, na verdade, uma defesa da ação tomada pelo governo republicano, que podemos verificar no trecho mais alongado:

Nós, os republicanos, que durante quase vinte anos de oposição e propaganda, *pedimos a grande naturalização sem restrições*, não podemos estar satisfeitos, por maior que seja a nossa boa vontade, com essa grande (?) naturalização restricta da lei fundamental da Republica.

Por sua vez, não podem estar os estrangeiros, a quem se nega um direito que, perante a boa logica, decorre forçosa e inevitavelmente de outro direito que lhes é concedido.

Nem o mesmo Governo Provisório fica em boa posição!

Sabemos perfeitamente que o direito de votar foi concedido ao estrangeiro com fins puramente liberaes, democráticos.

Mas, não é isso o que podem dizer os inimigos da Republica.

Podem dizer – e já o disseram! – *que o governo Provisório quis apenas arranjar eleitores para si. Isto é um absurdo*, por que o governo é inteligente e forte demais para usar de expediente eleitoral tão grosseiro.

O que seria natural era que os estrangeiros desgostosos votassem contra o governo...²⁸³ (grifos meus)

O que podemos concluir, mesmo que superficialmente, é que a questão da naturalização, além de gerar expressiva discussão nas câmaras e na imprensa, causava certa confusão tanto nas posições de apoio como nas de oposição. Contudo, a leitura que podemos tirar desse fato, é que com o decreto de 15 de dezembro, o governo provisório estava tão

²⁸³ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* n°69, p.04.

somente buscando regularizar uma situação que já vinha sendo levantada e apresentada como projeto desde a década de 1870.

De modo geral, a SCI sempre esteve a frente de projetos que buscavam proporcionar garantias de boa vivência aos imigrantes que escolhessem o Império do Brasil como espaço de reterritorialização. Portanto, acreditamos que as questões de elegibilidade ou do aumento no número de eleitores configuraram-se tão somente como uma consequência natural da legislação posta em prática em 1889, assim como outras.

3.2.3. Livro III - Pequena propriedade e imigração europeia (1883-1884) por Louis Couty

Este livro foi redigido pelo jovem francês Louis Couty, considerado republicano, positivista, foi um antiescravista camuflado. Médico, pesquisador, publicista, chegou ao Brasil em 1879 para ser professor do curso de Biologia Industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e em seguida tornou-se pesquisador no Museu Nacional. Nesse contexto, o repertório crítico de Couty se direcionava as questões sobre a escravidão e seu legado histórico que para ele colocava o Brasil em crise profunda. Crise que se sanaria com projetos reformistas que propusessem a imigração do europeu como solução.

Durante seus os anos de vivência no Brasil, Louis Couty inseriu-se nos círculos políticos e intelectuais importantes da época, atuando e publicando em diversos espaços. Entendemos que Couty trouxera em sua bagagem intelectual as correntes de pensamento em voga no velho mundo, sendo a partir dessa formação que ele veio a integrar duas das mais importantes instituições científicas brasileiras – o Museu Nacional e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O espaço que compreende o Museu Nacional foi local de intensa movimentação de cientistas estrangeiros que vinham, em muitos casos, sob solicitação de D. Pedro II.

Diante disso, o contexto de Louis Couty é permeado pelo debate científico e pelas questões nacionais. Para nós, Louis Couty convergia, em seus trabalhos, a perspectiva de cientista com as questões nacionais escrevendo interpretações que visavam um Brasil moderno. A partir dessa inserção e em contato com alguns dos mais importantes quadros pensantes do campo letrado Imperial, foi também sócio da SAIN e colaborador no *Auxiliador*, impresso onde as atividades e ideias desta sociedade eram divulgadas.

Participou e viveu a crise da transição no período crucial, escrevendo outros dois livros importantes sobre a realidade brasileira da época, onde aborda as questões terminantes como abolição, crise da lavoura, imigrantismo e mestiçagem: *L'esclavage au Brésil*, (A escravidão no Brasil) publicado na França em 1881 pela Librairie de Guillaumin e *Le Brésil en 1884 - Ebauches Sociologiques*, (O Brasil em 1884 – esboços sociológicos) publicado originalmente em francês no Rio de Janeiro, em 1884, duas preciosas obras, retratos do Brasil, segundo seu imaginário, tratando dos conflitos, testemunhando e discutindo com as elites do Rio de Janeiro a emancipação, os caminhos da República, o trabalho livre.

No presente opúsculo, escrito em francês e com notas explicativas em português, traz a síntese de muitos estudos e conferências realizadas por Louis Couty no início da década de 1880. O senador Alfredo Taunay não poupou elogios a Couty na introdução biográfica que compõem esta obra publicada postumamente a morte do médico francês. Taunay expressa também sua gratidão para com este que definiu como “ilustre pensador” que “meditou sem arrastamentos e nem paixão, mas com calma e firmeza do sábio e do economista”.

As ideias e concepções de Couty sobre a imigração europeia e meios para se formar uma classe de pequenos proprietários parecem ter alcançado uma considerável repercussão entre aqueles que formaram a SCI. Torna-se difícil definir quem influenciou quem, mas o fato é que houve uma convergência de ideias entre ambas as partes, o que levou a SCI a publicar este presente estudo como um dos seus meios de propaganda. O livro ao que parece não foi concluído em tempo, visto que Couty faleceu em 1884, meses após a fundação da SCI. No entanto, o grupo acreditou serem dignas de publicação as suas observações acerca das condições em que encontravam-se as pequenas propriedades e como poderiam ser expandidas pelo Brasil.

Resultando de suas observações durante viagens que realizou por algumas províncias, Louis Couty já havia publicado algumas destas sob o título de “*Estudos da Biologia Industrial do Café*”. Havia chegado a uma conclusão, que desenvolveu melhor no opúsculo que pretendemos apresentar, de que a transformação da mão de obra pela imigração constituía a mais urgente das necessidades no Brasil no ano de 1883. Trata-se, segundo o próprio Couty, de um resumo direcionado àqueles que possuíam competência para os utilizar e promover as alterações apontadas.

Alguns historiadores, ao analisar os escritos de Couty afirmam que ele influenciou sua “*entourage*”, jornalistas, políticos, fazendeiros, com

seu olhar colonialista, positivista e evolucionista spenceriano. Dos seus escritos selecionam como evidências disso as suas posições acerca da Lei do Ventre Livre de 1871 nas quais percebe-se que repete a argumentação do “meio social” que frequentou, defendendo muitas os mesmos pontos de vista dos proprietários agrários. Afirmava que o Brasil não possuía um número suficiente de homens livres ativos, aptos para os trabalhos agrícolas e capazes de uma atividade regular.²⁸⁴

Buscou enfatizar que o tema, o da “carência de mão de obra” era caro às elites agrárias, sendo defendido por elas desesperadamente na conservação do seu capital e da prorrogação da escravidão. Tal argumento favorecia a Lei do Ventre Livre, ou seja a transição para o trabalho livre e a abolição lenta e gradual. Couty afirma que o mecanismo de “emancipação” sempre existiu no país. Nos fornece, em seus outros escritos, uma série de exemplos de alforrias individuais “porque faz parte dos costumes e dos hábitos nacionais”.²⁸⁵ Couty nos fornece ainda dados quantitativos sobre os trabalhadores nacionais livres: “há 1.500.000 negros ou mestiços no cativeiro, mas há mais de três milhões, talvez quatro, livres há muito tempo”, contudo não estavam aptos e tampouco interessados em contribuir com o progresso do país. Contudo, afirmava que não poderia “considerar escravos os pedreiros, os carpinteiros, os diversos trabalhadores que têm a liberdade de alugar seus serviços, como bem entenderem”.²⁸⁶ Estes dados fornecidos por Couty merecem ser destacados, pois reforçam a presença dos trabalhadores nacionais livres, em vários ofícios qualificados e assalariados.

Celia Maria Marinho de Azevedo dedicou algumas páginas de seu trabalho na análise dos livros de Couty. De acordo com esta autora Couty lançou alicerces profundos para amparar as imagens paradisíacas da sociedade brasileira dos Oitocentos, suas descrições do Brasil como uma sociedade multirracial serviriam de argumento para atrair imigrantes, pois evidenciariam a ausência de conflitos étnicos – principalmente se comparassem a escravidão no Brasil com as da América Central: Haiti e do Norte: Estados Unidos. Assim, tornou-se porta-voz do imigrantismo;

²⁸⁴ COUTY, Louis. *Pequena propriedade e imigração europeia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 08. Tradução livre de Antonio José Alves de Oliveira. p. 12.

²⁸⁵ COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. p. 51.

²⁸⁶ COUTY, *Op. Cit.*, p. 63.

seus livros e artigos procuravam a todo o tempo mostrar uma suposta superioridade do trabalho livre do imigrante europeu.²⁸⁷

Temos, portanto, um olhar preconceituoso de Couty, sobre os trabalhadores nacionais, escamoteado atrás do discurso liberal, que aparece ao longo de sua narrativa, afirmando que “boa parte leva uma vida pouco produtiva” e “não há um em mil que forneça um trabalho agrícola ou industrial regular”. Reforça uma visão de que “a maioria deles, é incapaz de sentimentos profundos”, pois “têm as características intelectuais e morais de uma criança, que não pode se ajustar facilmente às condições de vida”. Seu discurso assume veladamente que os trabalhadores nacionais livres e os negros seriam pouco rentáveis de imediato às necessidades colocadas pela expansão capitalista no Brasil, nem tanto pela má qualidade de sua mão de obra, mas pela sua incapacidade de se ajustar ao ritmo exigido pelo trabalho contínuo e regular.

Os problemas observados poderiam ser assim resumidos: desproporção das culturas e da utilização da mão de obra disponível. Couty observou a forma como os fazendeiros lidam com suas produções, e buscava destacar que elementos de todo esse processo geravam o mau aproveitamento das terras. Sobre este aspecto, Couty afirma que o desconhecimento adequado das etapas de produção em uma fazenda acarretava na perda de dinheiro e isso constituía-se em uma grande ameaça.

Acreditava que o crescimento de uma corrente imigratória europeia era bastante positivo, no entanto “ao invés de o Brasil receber desclassificados de toda ordem que são recrutados por agências, deveria preocupar-se seriamente para atrair seus novos habitantes entre aqueles que possuem algum capital para investir na compra de sua pequena propriedade.”²⁸⁸

O autor critica fortemente o latifúndio improdutivo e diz que os fazendeiros apresentam resistência em admitir que são incapazes de melhorar as coisas em sua propriedade agrícola. Com efeito prefere este deixar sua terra no abandono, do que vendê-la e permitir que sua divisão possa contribuir com a transformação que cada vez mais apresenta-se como necessária.²⁸⁹ Percebe-se que a sua preocupação central estava na

²⁸⁷ AZEVEDO, Célia. *Op. Cit.*, pp. 65-66.

²⁸⁸ COUTY, Louis. *Pequena propriedade e imigração europeia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884. p. 8. Tradução livre de Antonio José Alves de Oliveira.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 09.

colonização com imigração estrangeira. Isso pelo fato de que, considerando ele o Império extremamente favorecido em termos de terras agricultáveis, e com uma lavoura rentável como o café, acreditava que “dois fatores sociais, o homem e a terra, tinham no Brasil um importância desigual.”, ou seja, faltava homem à terra.

Sobre sua perspectiva de colonização diz que:

É indispensável render confiança aos imigrantes já instalados, se se quer obter centenas de milhares de habitantes que vão ser necessários; e único meio de se fazer isso, com precaução, são algumas tentativas de divisão da terra e de verdadeira colonização.

Essas tentativas permitem, no mais, resolver pela prática certas outras questões, que hoje se pode unicamente se colocar. As principais são relativas ao modo pagamento do antigo proprietário, às condições de liberação dos escravos transformados em inúteis, e enfim às relações dos cultivadores com o engenho de preparação.²⁹⁰

Em todo seu texto Couty procura, por meio de diferentes análises e explicações, que o trabalho baseado na escravidão era essencialmente improdutivo, de baixo rendimento e sem lucratividade. Além disso, em outros escritos Louis Couty apresentava fortes razões para estar preocupado com os vários focos isolados de revolta e insubordinação de escravos que observou em suas viagens ou que chegaram a seu conhecimento. De acordo com Robson L. M. Martins, a nacionalidade francesa sugere que ele Couty possuía “um profundo entendimento do que seria, na prática, uma revolução social, e por isso utilizou esse termo para se referir ao que viu.”²⁹¹ Contudo, Couty igualmente já possuía um juízo preconcebido, marcado por um racismo extremado, e é em função desse racismo que, como enfatiza Martins, “já existem razões para questionar a idoneidade deste autor como observador”.²⁹²

Louis Couty mostrou-se bastante enfático ao expor sua opinião não somente sobre os escravos, mas igualmente sobre os africanos de um

²⁹⁰ *Ibidem*, p.10.

²⁹¹ MARTINS, Robson L. M. Em louvor a Sant’Anna: notas sobre um plano de revolta escrava em São Matheus, norte do Espírito Santo, Brasil, em 1884. In: *Revista Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: n° 38, dez. 2000.

²⁹² *Idem*.

modo geral. Apesar disso, Maria Helena Machado nos lembra que suas observações nos permitem conjecturar, que, por conta do nível de inquietação que vinha sendo apresentado pelos escravos, especialmente na década de 1880 o Brasil esteve muito próximo de uma insurreição escrava de grandes proporções.²⁹³ Sobre a abolição Couty afirma:

(...) eu cria possível retirar os escravos, o quão breve uma fazenda tivesse sido partilhada entre os cultivadores livres; hoje, estou convencido, que se agissem assim comprometeriam o futuro da colonização, criando uma situação violenta e revolucionária. As libertações em massa, apressadas e isoladas, golpearia de frente com prejuízo de um grande numero de proprietários, que se deixaram aquietar, pouco a pouco, por um movimento melhor combinado, e que poderia ser levado por medidas mais simples com indenizações e expropriações, impossíveis hoje.

Suponho o caso, onde se queria decretar uma emancipação total, a mão de obra estando já abundante. Se alguns fazendeiros se recusassem a utilizar essa mão de obra livre, e quisessem manter os seus escravos, a indenização mesmo forçada poderia ser necessária para acabar com a escravidão.

Essas libertações seriam sobretudo um grande perigo provocando alhures revoltas, deserções e recusa de obediência, nas fazendas, cuja transformação seria mais tardia.²⁹⁴

Por ser a mão de obra existente visivelmente insuficiente, de modo que urgia importar braços, defendia Couty que os novos obreiros viessem para instalar-se em propriedades já existentes e nunca para regiões a desbravar, onde tudo estivesse por fazer-se. Couty considerava que isso desanimaria os recém chegados, o mesmo acontecendo com colonos com prazos rígidos e obrigações inflexíveis a serem cumpridas, sem lhes deixar nenhuma opção, pois terminado seu contrato a primeira providência é retornar ao sua terra natal.²⁹⁵ Pronunciou em diversas

²⁹³ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ-EDUSP, 1994.

²⁹⁴ COUTY, *Op. Cit.*, p. 11-12.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 15.

ocasiões, em convergência aos discursos da SCI, que “ter imigrantes e não fazer deles cidadãos, eis o problema insolúvel” do qual continuava o governo a procurar solução.²⁹⁶

A livre vinda de imigrantes para tornarem-se proprietários era perfeitamente viável na opinião de Couty, pois os fazendeiros encontravam-se cada vez mais endividados. Para resolver tal impasse dizia que bastava que os fazendeiros dividissem a sua propriedade em pequenos lotes, onde os colonos trabalhariam de início como parceiros, acumulando economias, com as quais poderiam indenizar em tempo razoável o fazendeiro no valor da área por ele utilizada, de que teriam assim a possibilidade de tornarem-se donos, única forma de fixação no país adotivo. Lembra ainda Couty das vantagens de se dar essa destinação aos terrenos marginais das estradas, quase todas deficitárias, dando-lhes essa atribuição de parcelamento, de maneira que pudessem colaborar na criação de riqueza e carga para transporte.

Lançando seu olhar europeu sobre a realidade brasileira, Couty não poupou críticas aos males do “brasileirismo”, bem como a influência negativa do negro na sociedade, que criava obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. Para ele, portanto, o desenvolvimento deveria seguir uma fórmula simples; eliminação do negro e inserção do branco europeu. Todos os aspectos de sua análise convergem para esta conclusão, eivada de racismo, é claro.

Afirma, por fim, que para tentar convencer, para impor confiança, não é bastante alguns números juntos com muito empenho; é preciso mais, é preciso uma verdadeira experiência social, que resolve pouco a pouco todas as dificuldades teóricas e práticas.²⁹⁷ Acreditava que para evitar o que definiu como um “período intermediário de ruína”, é preciso agir.

Como é possível perceber nesta pequena exposição do escrito de Couty, muito do que desenvolveu teoricamente entrou com grande significado para o programa que a SCI buscou desenvolver. Embora muitas de suas ideias tenham adquirido contrariedade dentro do próprio grupo – como é o caso de Rebouças – o fato é que o cerne de sua proposta transformou-se na principal bandeira de ação da SCI.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 26.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 31.

3.2.4. Livro IV - O Ensino Technico no Brasil (1887) por Tarquínio de Souza Filho

“O estado do ensino e o estado da sociedade são factos correlativos, são fenômenos que se reflectem.”

(Tarquínio de Souza, 1887)

As ideias e projetos de modernização aparecem com força já no período pós independência. Sob a influência das ideias liberais há muito atuantes no Brasil, a esfera da educação passa a ser compreendida como um direito do cidadão e como aliada na modernização do país, portanto um dever do Estado. Desde então, segundo Laerte Carvalho, fazia-se necessário dotar o país “com um sistema escolar de ensino que se adequasse às exigências da nova ordem política, capacitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía.”²⁹⁸ Tal pretensão liberal, “embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império.”²⁹⁹

Décadas mais tarde, o problema ainda necessitava de solução, apesar de algumas vozes terem se manifestado insistentemente para isso. Nesse sentido, não são raros os exemplos de iniciativas que visavam organizar e melhorar a situação do ensino no Brasil. As iniciativas surgiram com diferentes configurações: projetos apresentados por representantes da Câmara ou do Senado, artigos de jornais, legislações, estudos publicados, entre outros.

Entre as diversas obras que foram publicadas no período abordando o tema nos interessa mais especificamente as que buscaram tratar e propor soluções para o ensino técnico, ou ensino profissional, e sua expansão em um país que vinha procurando modernizar-se. Sendo assim, o grupo da SCI também lançou-se neste debate, e este opúsculo, redigido por Tarquínio de Souza Filho, diretor da SCI e que colaborou com valiosos trabalhos na série de propagandas em que se empenhava o grupo, insere-se neste debate.

²⁹⁸ CARVALHO, Laerte Ramos de. *Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização*. São Paulo, 1972. p.2. (Mimeografado)

²⁹⁹ *Idem*.

Em *O Ensino Technico no Brasil*, publicado em 1887 pela Imprensa Nacional, Tarquínio de Souza desenvolve interessante reflexão ao fazer uma conexão dos tipos de governos existentes e a forma como estes organizam a educação, conforme suas necessidades e interesses. Tarquínio fala acerca da educação inserindo-a nos debates sobre a abolição da escravidão no Brasil, nas questões imigratórias e especialmente sobre os tipos de ensino que acreditava serem ideais para que uma mudança social se operasse em todas as províncias do Império.

O livro é composto por oito detalhados capítulos, totalizando 242 páginas de eruditas reflexões. Logo nas primeiras páginas Tarquínio de Souza afirma que o Império, naquelas décadas finais do século, necessitava solucionar inúmeros problemas e “entre todos estes problemas, todas estas questões, há uma, porém, que se eleva acima de todas, que a todas domina e se prende por laços logicos e materiaes, é a questão do ensino, é o problema da educação.”³⁰⁰ Intelectuais e políticos argumentavam que a instrução das novas gerações, “de todas as camadas sociaes, dos que se destinam as profissões liberaes e elos que se dedicam as carreiras profissionaes, tem sido a preocupação constante dos povos e dos governos em todos os paizes de civilização occidental.”³⁰¹

Pensar e apontar os diversos entraves do sistema de ensino nos oitocentos é seu tema principal do primeiro capítulo, *O problema do ensino em nosso século*. Em suas primeiras análises, Tarquínio de Souza diz que a organização do ensino é de interesse mundial e, como forma de comprovar sua afirmativa, lembra que a questão educativa vinha ganhando notoriedade em todas as nações que buscavam criar um ambiente democrático para sua população. Em sua opinião, temos uma prova eloquente da preponderância das questões de educação e ensino nas sucessivas reuniões que tiveram lugar na década de 1880, a saber: *Congresso Internacional do Ensino* de Bruxellas em 1880; da *Exposição Internacional de Hygiene e Educação* de Londres em 1884; do *Congresso Internacional Escolar* do Havre em 1885 e do *Congresso Internacional do Ensino Technico* de Bordeaux em 1886. A discussão geral que ocorreu nesses eventos era de que as mudanças ocorridas no setor econômico clamavam por renovações e investimentos na educação, com vistas a formar pessoas competentes as atividades que vinham ganhando espaço.

³⁰⁰ SOUZA FILHO, Tarquínio de. *O Ensino Technico no Brasil*. III Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p.05.

³⁰¹ *Idem*.

Segundo Tarquínio, a sociedade moderna naquele momento encontrava-se completamente envolvida “pela luta de elementos diversos, das questões múltiplas e das tendências opostas, que de agitam e se movem em seu vasto seio”.³⁰²

Chama igualmente a atenção para o fato de que muitos países, preocupados com seu desenvolvimento, já marchavam adiantadamente nas questões de organização de seus sistemas de ensino. O autor cita vários exemplos nesse sentido, e elege como modelos a serem seguidos as medidas tomadas pela Alemanha e Holanda, sendo portanto “os archetypos que se tem offerrecido de imitação dos outros povos.” E enfatiza que até o Japão, que, tendo entrado há pouco no convívio da civilização, tem procurado iniciar novos programas de ensino penetrando assim na corrente de civilização ocidental.³⁰³

Trazendo ao debate as tendências daquele século e a atividade de outros países em face da questão do ensino, Tarquínio então lança seu olhar a situação da educação no Brasil e o questiona: “(...) o que tem feito o Brasil para acompanhar esta corrente civilizadora?”³⁰⁴ Ao tecer considerações acerca dos principais problemas enfrentados pelo Império no final do século XIX, o autor acredita que a educação e mais especialmente o ensino técnico, figuravam como questões mais urgentes a receber atenção do governo e da sociedade. Neste contexto, em seu segundo capítulo da obra, *Ensino Publico no Brasil*, buscou renovar a velha discussão de que somente a instrução da classe mais elevada recebia a atenção e investimentos, sendo os mais pobres excluídos de tal privilégio.

Afirma que havia em nossa organização escolar um forte desequilíbrio, pois todo o ensino das nossas escolas propõe-se exclusivamente a preparar as novas gerações para as funções públicas, deixando em esquecimento as funções privadas; destina-se aqueles que tem de exercer funções uteis e necessárias, sem dúvida, porém menos produtivas, economicamente falando. Completa sua opinião dizendo que o ensino, como se encontrava organizado, poderia servir para preparar o político, o funcionário público, o advogado, o militar, mas deixava em inteiro abandono os que tinham de exercer as funções de comerciante, de agricultor, e industrial.

Cumprе lembrar que não havia no Brasil do século dezenove um sistema educacional efetivo, os níveis elementar e secundário ficavam a

³⁰² *Ibidem*, p.07.

³⁰³ *Ibidem*, p.12.

³⁰⁴ *Ibidem*, p.19.

cargo das administrações provinciais, e só o superior era regulamentado pela Corte, o que contribuía para ressaltar a dualidade do ensino mencionada no parágrafo anterior. Por causa disto, praticamente todo o período, uma enorme quantidade de projetos foram elaborados, tentando melhorar e regulamentar o ensino elementar e técnico, aproximando-o mais da realidade e das necessidades nacionais

A carência de instituições de ensino técnico resultava, segundo Tarquínio de Souza, na predileção pelas chamadas carreiras liberais, cobiçadas com ardor por aqueles com formação ilustrada. Ao passo que as profissões laboriosas eram vistas com certo desprezo. Com vistas a solucionar os problemas do ensino no Brasil, Tarquínio propõe alguns caminhos e medidas a serem adotadas, que estão assim colocadas:

- a) Reforma do ensino secundário, criando-se juntamente com este e o ensino clássico literário, o ensino intermediário científico;
- b) Criação de escolas técnicas, comerciais, agrícolas e industriais.³⁰⁵

Um dos grandes problemas apontados no terceiro capítulo, *Reforma do Ensino Secundário*, é a adoção de um modelo único de ensino em todas as províncias. Não se tratava de excluir dos programas de ensino, por exemplo, o ensino de línguas e todo o cabedal literário, mas de inserir ao lado deste ensino clássico e literário o ensino científico prático, que futuramente produziria resultados benéficos para a educação e a mentalidade brasileira.

Segundo o autor, convinha não deixar de lado o fato de que haviam inteligências mais modestas e inteligências mais ambiciosas, espíritos mais idealistas e espíritos mais utilitários, e a sociedade necessitava de todos os estados e de todas as profissões, não sendo portanto conveniente lançar todos os cérebros a um só molde. O problema de nosso modelo era acentuar o interesse pelo funcionalismo, para as carreiras burocráticas. Assim, “por uma incoherencia inexplicável, não levando em conta as direcções divergentes do espírito humano, temos querido sujeitar toda a mocidade ao império de um só programma.”³⁰⁶

Neste assunto, novamente os países europeus dão o tom, e são possuidores dos mais aclamados exemplos. Neste caso, Tarquínio destaca o programa das *Realschulen* da Alemanha, onde a instrução voltada para a indústria, comércio e agricultura, possuía em seus currículos, entre outras disciplinas, o ensino de tecnologia e matérias primas, cultura e

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 28.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 37.

botânica, economia política, legislação comercial e industrial e contabilidade. E, embora fossem destinadas ao ensino técnico, não deixavam de inserir no currículo as aulas de línguas modernas, literatura e canto. Por não caracterizarem-se nem como escolas técnicas e nem como escolas especiais, as *Realschulen* possuíam um ensino geral que permitia o acesso a um número considerável de posições. No entanto, este exemplo não exclui, conforme Tarquínio propõe, a criação de escolas especificamente técnicas. Em sua concepção, a reforma do ensino secundário e a organização do ensino técnico deveriam estar e serem pensadas em conjunto.

Foi partindo desta reflexão que o autor enumerou os motivos da *Necessidade de organização do Ensino Technico no Brasil*, seu quarto capítulo. Sendo, pois, grandes as lacunas em nosso sistema de ensino naquele momento, nenhuma, porém, parecia maior do que a falta quase que absoluta de escolas técnicas e profissionais, incompatíveis com as urgências que vinham se esboçando. Especialmente no que tange a agricultura, a necessidades de conhecimentos técnicos era agravada pela falta de acesso ao ensino de seus procedimentos.

Não se tratava de negar o mérito das ciências que constituíam outros ramos do ensino, mas era inegável para Tarquínio e o grupo da Sociedade Central de Imigração que o conjunto das ciências que formavam o ensino técnico e que formavam o comerciante, o industrial e o agricultor e o simples operário era o que mais diretamente concorria para o progresso econômico do país.

Como vimos, o ilustrado político João Carlos de Meneses e Souza, o Barão de Paranapiacaba, em relatório sobre a questão imigratória, apresentado ao Ministério da Agricultura em 1875, não hesitou em apontar a insuficiência do ensino e principalmente a ausência da instrução profissional como uma das causas a que se deveria atribuir a lentidão do movimento imigratório para o Brasil.³⁰⁷ Na opinião de Tarquínio o Barão tinha razão para fazer esta afirmação, uma vez que facilmente se comprovava pela simples consideração de que o imigrante, transportando para nosso solo o seu lar e sua família, desejava aqui encontrar instituições garantidoras do futuro dos seus filhos e que ao mesmo tempo contribuíssem para a elevação moral das funções do trabalho.³⁰⁸ E nada pode ser mais interessante nesse sentido do que os estabelecimentos de ensino técnico. Outro agravante da falta de ensino técnico ficava por conta

³⁰⁷ MENESES E SOUZA, João Cardoso de. *Theses sobre a colonização do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

³⁰⁸ SOUZA FILHO, Op. Cit., p. 45.

do “inchaço” que alguns cargos e profissões apresentavam, alguns encontravam com uma massa enorme de pretendentes.³⁰⁹

Observamos neste capítulo a menção a um importante fator para o agravamento da situação, a falta de um professorado apto a distribuir o ensino técnico em algumas de suas especialidades. Em conjunto com esta observação, ainda pede que nestas instituições de ensino seja igualmente oferecido ensino às mulheres. Um grande avanço, visto que até então o objetivo do ensino para a figura feminina circundava na esfera de instrução para o casamento ou letras, francês e música, ou ainda a carreira no magistério. Entretanto, a questão, conforme Tarquínio aponta, poderia ser resolvida sem grandes dificuldades com ao recorrer-se às outras nações. Buscar no Velho Mundo professores habilitados para tais misteres, aptos a organizar o ensino técnico.³¹⁰

Em seguida, em seu texto, o autor aborda estatísticas e como anda o funcionamentos das escassas *Escolas Technicas em nosso paiz*, quinto capítulo. Ao realizar um panorama de nossas instituições, temos que, por volta dos anos 1860 o ensino técnico – agrícola, comercial e industrial – ainda ficava restrito a poucas tentativas e ensaios. O Liceu de Artes e Ofícios, de iniciativa privada, fundado no Rio de Janeiro por Bettencourt da Silva em janeiro 1856, desenvolvia-se, segundo opiniões, “como uma instituição artificial, transplantada para meio estranho e hostil, e mal compreendida de quase todos.”³¹¹ Não havia outra escola de ensino industrial, existiam somente duas de comércio, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, no qual, em 1864, se matricularam 53 alunos, e o curso comercial de Pernambuco que, na mesma data, não excedia a 25 alunos.

Quanto às escolas agrícolas, além de uma ainda em projeto, a ser criada no Rio de Janeiro, existiam duas outras, respectivamente, com 24 e 14 alunos, em 1864, nas províncias do Pará e do Maranhão. Essas escolas e outras, que depois se criaram no período imperial, não prosperaram no país por falta de recursos, de alunos e por deficiências de organização. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e os outros institutos similares, fundados na Bahia, em Pernambuco, em Sergipe, no

³⁰⁹ Sobre este problema, Tarquínio de Souza cita que havia pouco tempo a imprensa da Côrte registrava o número elevadíssimo de candidatos que se apresentaram para um concurso a um cargo de pouca significância em uma das repartições públicas. Segundo informações, tão grande era o número de pretendentes para a época, que se podia estabelecer uma proporção de mais de 10 candidatos para cada vaga a ser preenchida. SOUZA FILHO, *Op.Cit.*, p. 54.

³¹⁰ *Ibidem*, p.68.

³¹¹ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958. p. 83.

Rio Grande do Sul, eram associações que tinham como objetivo “(...) propagar teórica e praticamente os melhores sistemas de lavoura e de exploração agrária”. Entretanto, permaneciam estagnadas, “(...) sob governos apáticos e quase indiferentes”.³¹²

Pelo Regulamento 1.331A de 1854, Couto Ferraz tentou ampliar a função dos estudos secundários, colocando-os na base de especializações técnicas. O curso do Colégio Pedro II ficaria dividido em estudos de 1ª e 2ª classes: os primeiros forneceriam a cultura geral básica para as especializações técnicas, articulando-se com os cursos do Instituto Comercial e da Academia de Belas-Artes; os segundos, montados sobre os anteriores, preparariam para o ingresso nos cursos superiores. Inspirada no modelo prussiano das *Realschulen*, a medida não teve êxito, pois não havia no país desenvolvimento comercial e industrial que a sustentasse, como havia no caso dos Estados Unidos.

Em 1882, Rui Barbosa retomaria essa medida, propondo para o Colégio Pedro II, ao lado de cursos de ciências e letras, a instalação de seis cursos técnicos de nível médio – finanças, comércio, agrimensura e direção de trabalhos agrícolas, industrial, e de relojoaria e instrumentos de precisão -, sobrepostos a uma escola primária média. Essa proposta teria “(...) um caráter excessivamente antecipatório em face das nossas condições de país agrário, monocultor e ainda escravocrata”.³¹³

Para que possamos ter mais detalhes da situação do ensino no Império, podemos colocar aqui algumas das resoluções do então Ministro do Império, Conselheiro Leôncio de Carvalho, em 1879. Leôncio de Carvalho também acreditava na instrução como elemento vital das sociedades modernas e defendia a consciência dos direitos fundamentais como verdadeira liberdade. Foi em conformidade com tais ideias que reformou o ensino primário e secundário no município do Rio de Janeiro e o ensino superior em todo o Império, com o Decreto nº7247, de 19 de abril de 1879, que incentivaria as políticas nacionais posteriormente.

Certamente, trata-se naquele momento, de uma chamada pública para a resolução da questão, onde o envolvimento deveria ser de todos, intelectuais, políticos, proprietários, imigrantes, homens livres e especialmente o imperador Dom Pedro II. Neste escrito o autor ressalta que cabia ao imperador a primazia na fundação das primeiras escolas que ofereciam ensino técnico no Brasil. De fato o imperador Dom Pedro II já havia realizado alguns avanços com relação ao que chamavam de escolas

³¹² *Idem*.

³¹³ SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva, história e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969. p. 213.

oficinas. Eram assim classificados os estabelecimentos de ensino que apresentassem condições para oferecer aos seus estudantes cursos com aulas práticas direcionadas a algumas profissões, como marcenaria, fiação e tecelagem, noções de comércio, técnicas agrícolas, pecuária, entre outras.

As primeiras iniciativas no sentido de implantar uma educação técnica deram-se com o aproveitamento de duas escolas que eram mantidas pelo governo imperial, a *Imperial Quinta da Boa Vista* e a *Fazenda de Santa Cruz*. Conforme notícias do período, estas eram duas escolas que serviam de modelo em seu gênero, especialmente pelas suas boas condições higiênicas e pela sua completa organização material e pedagógica. Estas escolas foram inauguradas, uma em 17 de janeiro de 1882 e a outra em 4 de setembro de 1885.³¹⁴

Alguns órgãos ligados ao setor industrial e agrícola também se engajaram no sentido de implantar o ensino técnico no Brasil. É o caso da SAIN, que, segundo Patrícia Correa Barreto, foi fundada com a finalidade de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país. Fundada em 1831, a SAIN esteve voltada, prioritariamente, para a transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna e revigorada por insumos, pelo desenvolvimento de adaptação tecnológica e variedades de culturas, resultando na retomada da expansão agrícola. Teve como finalidade a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas resultantes do conhecimento científico.³¹⁵

Das instituições agrícolas criadas nas províncias e na capital do Império, inspiradas naquelas fundadas pelo governo, somente duas funcionavam com regularidade: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) e o Imperial Instituto Baiano de Agricultura. O IIFA contava com subsídio anual, além de ter a seu cargo a conservação e o melhoramento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O Instituto criou, modestamente, um Asilo Agrícola onde eram instruídos meninos desvalidos com aulas de agricultura prática.³¹⁶ Trataremos com mais pormenores sobre o IIFA e sobre SAIN no capítulo 4. O que podemos registrar adiantadamente é que ambos foram instituições que tiveram

³¹⁴ SOUZA FILHO, *Op. Cit.*, p. 75.

³¹⁵ BARRETO, Patrícia Correa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens*. Anais do XIII Encontro de História ANPUH: Rio de Janeiro, 2008, p. 07.

³¹⁶ SOUZA FILHO, *Op. Cit.*, p. 83

como objetivo central fomentar as práticas, procedimentos, descobertas científicas em prol do progresso brasileiro, através de uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e as conquistas científicas tecnológicas, no decorrer do século XIX, dando lugar a uma especialização crescente nos diversos campos científicos.

No sexto capítulo, ao apresentar exemplos de sistema educacional através das *Escolas Técnicas no Estrangeiro*, Tarquínio de Souza chama a atenção para que as mudanças a serem operadas no Brasil devem ocorrer conforme nossas necessidades internas, mas antes respeitando nossas condições gerais para que ocorram. Segundo sua opinião o ensino técnico fazia urgente, contudo não poderia ser homogêneo, seguindo uma grade curricular engessada.

É preciso, antes de tudo, que as escolas técnicas se conformem com os interesses locais, consultem as exigências das classes a que são destinadas, sejam distribuídas pelas diversas regiões do país, seguindo as suas necessidades e aspirações, apropriando quanto for possível o seu programma às urgências da actualidade; em sacrifício do futuro, atendendo sempre ao elemento progressivo que é a seiva de todas as instituições.³¹⁷

Os exemplos da Europa são novamente lembrados, contudo não com o intuito de desanimar, mas antes de atentar para a real necessidade de organização interna do ensino. Em sua opinião somente com o incentivo em conhecimento científico e prático sobre a agricultura e outras atividades de produção, poderíamos fazer melhor uso dos recursos naturais tão abundantes.

Nos dois últimos capítulos da obra ficam bastante claras as propostas que o grupo da SCI desejava operar no Brasil. Em *Organização do Ensino Técnico Nacional e Ação do Estado e iniciativa privada*, temos bem detalhado o programa proposto, que era amplamente baseado na junção entre interesses públicos e iniciativa particular. Ao apontar meios para as mudanças que julgava necessárias, Tarquínio de Souza reconhece igualmente que a situação econômica da monarquia não era das mais prósperas, e que portanto não comportaria ainda uma organização completa do ensino técnico “desde de seu grau mais elementar até o superior”.³¹⁸

³¹⁷ *Ibidem*, p.180.

³¹⁸ *Ibidem*, p.176.

A reforma do ensino técnico não pressupunha uma simples cópia dos países mais adiantados, mas antes uma adaptação de métodos e teorias à realidades e as necessidades do Império como um todo. Para tanto, a defesa aqui é de que as escolas técnicas em especial precisavam servir aos interesses locais, que consultem as exigências das classes a que serão destinadas nas diferentes regiões do país. Fugir do engessamento estava no horizonte de organização, a exemplo do que ocorria em algumas escolas da França, a proposta era criar um currículo que permitisse com que seus estudantes tivessem, além de algumas disciplinas obrigatórias, liberdade em selecionar algumas disciplinas que se parecessem mais úteis ao seu futuro ofício. A eficaz organização do ensino técnico consistiria igualmente, segundo Tarquínio, em aliar os interesses dos aprendizes e os das indústrias e comércios, através da criação de oficinas de prática.

Seguindo nesta linha, aponta como um excelente meio de facilitar o desenvolvimento técnico em nosso país, seria a introdução dos trabalhos manuais nas escolas primárias, embora sem caráter obrigatório. Tal prática já vinha sendo operada em países como França, Bélgica, Suíça e Alemanha com excelentes resultados. Esta proposta foi colocada na ordem das discussões no Congresso Escolar Internacional do Havre, ocorrido em 1885. Neste momento reconheceu-se que atividades manuais deveriam fazer parte integrante de um bom sistema de educação geral. Logicamente, seguiam os interesses da época, com a expansão das diversas indústrias havia a clara necessidade em se capacitar para o trabalho desde a escola primária.

Inserido no discurso modernista, percebemos haver na fala de Tarquínio de Souza uma forte ligação entre economia e educação, uma vez que em sua análise as melhorias na educação certamente trariam melhorias na ampliação da economia interna e externa. Tal pensamento vem ao encontro com o discurso geral do grupo da Sociedade Central, como vimos de ampliação de direitos especialmente no que dizia respeito a terra. Tarquínio está inserido nesse pensamento ao fazer uma analogia entre ensino e propriedade, pois segundo ele “ao antigo predomínio das grandes propriedades, à preeminência da riqueza territorial, vai sucedendo o regimen da pequena propriedade e a supremacia da riqueza movel. A condensação de hontem cede o dominio a difusão de hoje: o bem estar intellectual e economico generalisam-se.”³¹⁹

Seguindo a ideia de generalização intelectual e econômica, Tarquínio pronunciava que o ideal moderno no que tange o ensino e a instrução não deveria ser a concentração, mas antes a dispersão dos

³¹⁹ SOUZA FILHO, *Op.Cit.*, p.08.

conhecimentos intelectuais por todas as camadas sociais.³²⁰ Ao refletir sobre o papel político do ensino, pondera que uma população ignorante não possui condições de exercer seus direitos devidamente. Desse modo, acreditava que um governo, fosse ele monárquico ou republicano, não poderia funcionar sem que seu povo fosse devidamente instruído e moralizado, e tais coisas, afirma, se consegue apenas com a educação.³²¹ Apesar de muitas tentativas em aplicar a todas as províncias o ensino técnico, o fato foi que a sua organização tardou a ocorrer.

Na Fala do Trono de três de maio de 1889, na sessão solene de abertura da última sessão do Parlamento no segundo Reinado, concentraram-se as aspirações em matéria educacional. Na ocasião, o Imperador, D. Pedro II, recomendou a criação de um Ministério da Instrução Pública, a fundação de escolas técnicas, a instituição de duas universidades, bem como de faculdades de ciências e letras, em algumas províncias, e vinculadas ao sistema universitário. Contudo as amplas e ambiciosas aspirações, presentes nos *Pareceres* de Rui Barbosa (1882) e na última *Fala do Trono* (1889), “(...) não tinham para apoiar-las nenhuma mentalidade nova nem uma realidade social, maleável e plástica, nenhum surto econômico que favorecesse profundas transformações no sistema educativo.”³²²

3.3. AS SOCIEDADES FILIAIS PELO IMPERIO

A fundação na corte da Sociedade Central de Imigração, por um grupo de cidadãos beneméritos, foi um brado patriótico que ressoou por todos os ângulos do país em favor da colonização - a única fórmula possível e realizável da reorganização do trabalho.

(A Imigração – Boletim nº11, 1885)

Assim como vimos, a SCI, inicia suas atividades na Corte, no Rio de Janeiro no final do ano de 1883. Entretanto, posteriormente suas ações e propostas serviriam como inspiração para o surgimento de um significativo número de associações com objetivo comum de incentivar e organizar as correntes imigratórias para as províncias do Império do

³²⁰ *Idem.*

³²¹ *Ibidem*, p.16.

³²² AZEVEDO, Fernando de. *Op. Cit.*, p.65.

Brasil e as demais questões relacionadas. As chamadas *Sociedades Filiais* assumiram papel significativo ao engajarem-se no mesmo propósito da Central, no entanto atuavam com certa autonomia e segundo as características de sua localização.

Caracterizou-se como tarefa constante nos *Estatutos da Sociedade Central de Imigração* a fundação de filiais, conforme Capítulo V, Art. 15, publicado no primeiro exemplar do jornal *A Imigração* em dezembro de 1883: “A Sociedade promoverá a fundação de filiaes nas províncias, que devem reger-se pelos mesmos estatutos da Sociedade desta corte, á qual devem remeter relatórios semestraes sobre a sua atividade, assim como as listas nominaes dos seus membros.”³²³

Em cada uma das províncias em que foram criadas, estruturaram-se de acordo com a seguinte organização: na capital da província localizava-se uma sociedade filial que, segundo informações publicadas no jornal *A Imigração*, era denominada de “primeira classe”. As demais sociedades ou clubes localizados em outras cidades da província recebiam a denominação de “segunda classe”. As sociedades filiais das capitais eram encarregadas de realizar os contatos com a SCI, enquanto as de “segunda classe” ficavam sob a orientação das primeiras.³²⁴

As sociedades de *segunda classe* apresentavam, como atividades, obter informações detalhadas sobre as terras disponíveis em suas cidades e de que forma estava sendo realizada a localização dos imigrantes. Outras ações realizadas pelas filiais de *segunda classe* dizem respeito ao levantamento de inúmeras informações referentes aos núcleos coloniais: número e nacionalidade de imigrantes, produção agrícola e seus principais produtos, além de encaminhareм as eventuais queixas dos colonos para a Filial de *primeira classe*, que por sua vez direcionava as informações para a SCI. A maior parte das informações históricas encontradas sobre as sociedades filiais estão no jornal *A Imigração*, que com grande frequência publicava pequenos boletins tratando da situação de alguma colônia.

De igual maneira, como ocorreu com a SCI, as filiais recebem o apoio e a associação de nomes importantes nas diversas províncias. Quando analisamos mais detidamente a composição do quadro de membros das filiais, verificamos que em sua maioria trata-se de nomes que tinham participação nos diversos movimentos regionais e locais e

³²³ A IMMIGRAÇÃO. *Estatutos da Sociedade*. Boletim nº 01, Anno I. Dez./Mar. 1883, p. 01.

³²⁴ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 09, Anno II. fev./mar. 1885, p. 02.

ocupavam-se das mais variadas atividades, desde médicos e advogados até comerciantes e professores.

Segundo Irina Vassilieff, vários membros não somente atuavam nos setores estritamente imigratórios e de colonização, como também militavam ativamente nas questões políticas e administrativas das províncias e inclusive mesmo nas tarefas da SCI que eram realizadas na Corte.³²⁵ Conforme informações publicadas em *A Imigração*, os membros das Filiais estavam de acordo com grande parte das posições políticas adotadas pela Central, como, por exemplo, a contrariedade na introdução de imigrantes chineses. Também enfatizavam a necessidade de abolição do trabalho escravo, além das reformas urbanas e, em alguns casos, eram adeptos do movimento republicano.³²⁶

De modo geral, as sociedades filiais configuraram-se como as principais fornecedoras de informação à SCI, de maneira que toda a estratégia delineada a partir da entrada de imigrantes ocorresse de forma a direcionar estes aos locais mais apropriados. Isso acontecia após a coleta de dados necessários à operação de distribuição de imigrantes pelas diversas províncias e suas municipalidades.

A fundação de uma sociedade filial auxiliava significativamente nos trabalhos que a SCI buscava desenvolver, isso acontecia por que estavam em contato maior e direto com os imigrantes. Conforme o diretor Ennes de Souza registrou, das filiais dependia todo o trabalho de boa localização do imigrante, assegurando-lhe clima saudável e terras férteis, além das condições sociais de segurança e a garantia de progresso em suas atividades. Tratava-se de um projeto nacional de melhoria da imigração e ocupação das terras.

Além disso, as filiais buscavam desenvolver um trabalho de provimento de informações aos imigrantes, auxiliando-os a compreender as leis, as instituições e os costumes, estabelecendo-os o mais próximo possível das vias de comunicação e de mercado, indicando-lhes ainda as condições e locais mais apropriados para que promovessem atividade agropastoril e demais ofícios que desejassem exercer.³²⁷

A grande preocupação era constituírem-se como um centro de atração dos imigrantes, uma entidade que pudessem levar seus anseios e

³²⁵ VASSILIEFF, Irina. *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1987. p. 47.

³²⁶ *Ibidem*, p. 48.

³²⁷ A IMMIGRAÇÃO. *Relatório sobre a comissão de Diretor Ennes de Souza na Província de São Paulo*. Boletim nº 09, Anno II, fev/mar., 1885, p.01.

também compartilhar os sucessos, para servir de exemplo para o surgimento de outras mais no interior no Império. Ao lado disso, havia a preocupação em fiscalizar questões de trabalho, a ordem é que nenhuma das associações aceitasse que os imigrantes locassem seus serviços.

No *Relatório sobre a comissão de Diretor Ennes de Souza na Província de São Paulo*, publicado no Boletim nº 09 do jornal *A Imigração*, no ano de 1885, o diretor da Sociedade Central enfatiza a autonomia das Filiais em tudo quanto “refere-se à administração e a sua economia particular”, e acrescenta que não possuem obrigação de dividir seus recursos umas com as outras.

No que tange os assuntos de problemas em comum, referentes aos temas imigratórios, o diretor Ennes de Souza destacava a seriedade do bom relacionamento das sociedades filiais, não apenas entre si, mas de maneira especial com a SCI, lembrando sempre que “as relações entre as diversas associações são simplesmente morais e de mútuo auxílio em tudo quanto possa ser útil à causa da imigração”.³²⁸

Sobre o 4º ano de existência da SCI, o jornal *O Paiz*, na Coluna “Tópicos do Dia”, destacou o avanço de suas atividades pelo Império:

Solemnizou a Sociedade Central de Imigração o seu quarto aniversário. Não precisa recordar o muito que, em tão pouco tempo, tem feito a benemérita associação. Os seus serviços no interior repercutem brilhantemente no estrangeiro, e a ella devemos as melhores e mais lisonjeiras referencias que do Brazil faz ultimamente o jornalismo europeu. O seu trabalho de propaganda tem sido tão incessante como fecundo. Prompta em atender a todos os reclamos da opinião, no sentido de obviar dificuldades ao immigrante, a Sociedade Central se reproduz em todos os pontos do paiz, já por meio de associações filiaes ou congêneres, já por meio de agentes que activam o trabalho semeando as boas ideas.

Os livros de vulgarização que tem publicado; os artigos doutrinários que espalha, as notícias que encerra o seu precioso boletim, e sobretudo a correspondência official que ella mantem com ministros de Estado e presidentes de provinciaes, tudo atesta que a Sociedade Central de Imigração tomou a serio o seu programma e que vai se

³²⁸ *Ibidem*, p. 04.

desempenhando gloriosamente do patriótico encargo que constitue a sua razão de existência.

O papel salientíssimo que no parlamento tem desempenhado o illustre vice presidente da Sociedade Central, sempre no sentido de acelerar o povoamento do nosso território, ora apresentando projectos de lei de inquestionável utilidade, ora denunciando abusos e esclarecendo factos administrativos; os serviços prestados pelo digno senador Escragnolle Taunay afirmam de modo categórico a importância da associação que tão auspiciosamente entrou ontem no quinto anno de existência.

Se em todo tempo, a iniciativa da Sociedade Central de Imigração seria um testemunho de coragem cívica e de dedicação ao progresso da pátria, no momento actual os serviços daquela sociedade são da mais alta relevância.

O grande problema que hoje preocupa o espirito publico repousa principalmente no desenvolvimento da imigração; a transformação do trabalho servil é uma questão que tem o mesmo eixo que aquella para a qual convergem todos os esforços da Sociedade Central.

Como muito bem disse o Sr. Taunay, em discurso eloquente proferido na festa anniversaria: “o desaparecimento da escravidão será o início de novas éras para o Brazil, de cuja vitalidade não é licito duvidar. Desbastado o campo da sarça daminha e esterilizadora, ficará o solo aberto às admiráveis sementes que lhe trará a imigração.”

A solenidade ultima foi presidida pelo venerado abolicionista e general Rohan, nome que significa muitos serviços prestados ao paiz, tanto nas armas como na administração e na sciencia. Pela nossa parte saudamos com vivo entusiasmo a Sociedade Central de Imigração, não somente pelo muito mais que ainda se espera de tão benemérita associação.³²⁹

De fato, com a fundação de filiais a SCI conseguiu ampliar seu espaço de ação e isso passou a ser reconhecido na imprensa da época, como pudemos ver acima. Contudo, para que as filiais ganhassem

³²⁹ O PAIZ, 19 de novembro de 1887. Rio de Janeiro. p. 3.

importância em seu programa era preciso um constante contato com as províncias, que a SCI sempre buscou estabelecer, mesmo em meio as dificuldades. Por haver conseguido apoiadores, a SCI conseguiu “adentrar” em algumas províncias onde a inserção de imigrantes e a colonização vinham adquirindo importância, como foi o caso das províncias do Sul. Vejamos a seguir quais foram as províncias que organizaram as suas sociedades filiais.

3.3.1. Da distribuição geográfica das Sociedades Filiais

O objetivo de divulgação nacional da causa imigratória e a busca em democratizar o espaço rural brasileiro assumido pela SCI desde sua idealização parece ter conquistado espaço na pauta de muitas províncias do Império. Logo em seu primeiro ano de atividades a SCI buscou enfaticamente promover a fundação das *Filiais*. Estas, assim como a Central, assumem uma organização interna que seguiu a mesma lógica, elaborando estatutos e elegendo diretorias empenhadas em lutar junto aos governos provinciais para que fossem colocadas em prática medidas necessárias ao aumento do fluxo imigratório e melhor distribuição das terras públicas.³³⁰

Importante ferramenta no que refere-se a expansão da ação da SCI, as Filiais assumiram grande importância conforme foram surgindo nas províncias. A intenção do grupo, desde sua fundação, foi de contar com ações localizadas para melhoria da imigração como um todo. O levantamento feito com base nos dados publicados o jornal *A Imigração* nos revelam que as Sociedades Filiais totalizaram 27 unidades distribuídas entre 8 províncias: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso e Pará. O início da fundação das Sociedades Filiais ocorreu antes mesmo de a Sociedade Central completar um ano de existência.

³³⁰ VASSILIEFF, *Op.Cit.*, p. 50.

Figura 12: Localização atual dos municípios que no final do XIX fundaram sociedades filiais



Fonte: IBGE. Adaptado por Lincon Broering Bruno

As filiais possuíam seus próprios estatutos, sócios e comissão diretora. De maneira que atuavam junto aos governos provinciais, apresentando projetos e informações de maneira que houvesse um maior e melhor engajamento governamental para a vinda e instalação dos imigrantes. Do mesmo modo buscava garantir a medição e aquisição de terrenos. Portanto, estavam em sintonia com as ações da SCI.

Para apresentação das 27 filiais que foram fundadas no Império, iremos dividi-las em grupos regionais, de modo a melhor destacar suas

ações. Não nos foi possível localizar informações detalhadas de todas as filiais, dessa forma adiantamos aqui que, em suas descrições a seguir, encontram-se algumas com mais informações e outras ainda somente mencionadas. Iniciaremos por apresentar as filiais da Região Sul, onde temos localizados 17 Sociedades Filiais.

Filiais no Rio Grande do Sul

Sociedade de Imigração de Porto Alegre

Na província do Rio Grande do Sul foram fundadas 3 sociedades filiais, localizadas em: Porto Alegre, Pelotas e em São Borja. A Sociedade de Imigração de Porto Alegre foi fundada no dia 3 de outubro de 1884 e nessa ocasião contava com 340 membros, entre nacionais e estrangeiros.

Contava ainda com o apoio do governo geral, pelo seu representante na província, o Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros, que oficialmente declarou que “autorizava a medição e demarcação em lotes das terras devolutas n’esta província; igualmente manifestou a intenção de proporcionar meios que facilitem a vinda de parentes, amigos e patrícios dos imigrantes já estabelecidos na província”³³¹. O Conselheiro comprometeu-se ainda em adotar todas as medidas de sua competência que fossem solicitadas, indo assim ao encontro da iniciativa manifestada pela formação da Sociedade de Imigração de Porto Alegre.

O sócio fundador da SCI, Karl von Koseritz, foi nomeado como primeiro presidente da Sociedade de Imigração de Porto Alegre. Koseritz, juntamente com o 1º secretário, o Dr. Jasper Reichsteiner, defenderam a ideia básica da pequena propriedade rural. Definindo tal posição perante o país e o estrangeiro, declarou-se a diretoria na sessão de 25 de outubro, que:

A Sociedade de Imigração de Porto Alegre, tendo principalmente em vista colonizar as terras desapropriadas na província, criando pequenas propriedades rurais, base essencial de todo o progresso material e moral, condemna

³³¹ A FEDERAÇÃO. *Orgam do Partido Republicano*. Porto Alegre, 22 de novembro de 1884. Nº270, p. 2.

implicitamente o engajamento de colonos na Europa, exceptuando os contratos para introdução de operários especiais, necessários às diferentes indústrias.³³²

Estava, portanto, essa filial em pleno acordo com o programa da SCI no que refere-se a política de ampliação das pequenas propriedades rurais e, do mesmo modo, com a recusa na inserção de imigrantes para a locação de serviços. Sua opinião estava pautada na inserção de colonos possuidores de bons costumes e interessados em adquirir terras, por esse motivo lutavam para oferecer terras a preços acessíveis. Desejavam que os pequenos proprietários cultivassem o território e que explorassem de forma inteligente o espaço natural que estavam dispondo. Por uso inteligente, entenda-se o uso organizado de maneira a proporcionar o surgimento de uma indústria que, além de servir aos interesses locais e nacionais, possibilitasse a formação de um povo.³³³

A colaboração entre a Sociedade de Imigração de Porto Alegre e a SCI pode ser exemplificada através do registro de solicitação de colaboração para a recepção e pronta localização, que envolveu ambas por ocasião da vinda de um expressivo número de imigrantes italianos para a província do Rio Grande do Sul, algo em torno de 25 a 30.000 pessoas. Tratava-se de um assunto importante, uma vez que envolvia a imagem do Império do Brasil no exterior e qualquer problema com as questões imigratórias poderia fazer com que o país ficasse com a imagem comprometida. Assim, ao receber tal informação de sua filial, a SCI direcionou ofício ao Ministro da Agricultura, solicitando medidas energéticas para o recebimento dos imigrantes do Rio Grande do Sul.

A colaboração entre as sociedades pode ser também observada em um ofício, datado de 18 de novembro de 1886, onde a filial de Porto Alegre solicita a SCI sua intervenção junto ao governo para evitar uma desapropriação indevida de terras que haviam sido vendidas à colonos alemães. Visando solucionar o impasse, a SCI buscou tomar conhecimento das plantas e processos de medição e dos títulos legítimos, e comprovou que a compra havia de fato sido realizada.

Segundo Vassilieff, o ocorrido ganhou publicidade e afirmava-se que a medição realizada pelo governo compreendeu as terras dos colonos como se fossem devolutas. O resultado disso foi que houveram roubos de

³³² *Idem.*

³³³ A IMMIGRAÇÃO. *Sociedade de Imigração de Porto Alegre*. Boletim nº 8, anno II, jan. 1885, p.5.

materiais que já se encontravam nessas terras, especialmente madeiras para as primeiras construções.³³⁴

Diante de todo o sucedido, o colonizador e vendedor das ditas terras, Tristão José Monteiro, dirigiu-se à diretoria da Sociedade de Imigração de Porto Alegre assegurando que os colonos eram os legítimos donos das terras e que as tinham adquirido legalmente. Contudo houve muita tensão local neste caso, sendo o colonizador ameaçado de morte em diversas ocasiões.³³⁵

Segundo o jornal *A Imigração*, o colonizador Tristão José Monteiro solicitou que o assunto chegasse ao conhecimento do Ministro da Agricultura, pois imaginava que este não tinha noção da existência dos colonos nas terras que estava prestes a ordenar a venda. Ainda segundo o jornal, era certo que a responsabilidade jurídica cabia ao vendedor, contudo a responsabilidade moral recairia sobre o país e sobre as suas instituições envolvidas. Além disso, a possível perda material dos colonos repercutiria por todo o mundo civilizado, gerando imenso dano à causa da imigração.³³⁶

Buscando uma solução para o caso, a diretoria da Sociedade de Imigração de Porto Alegre remeteu documentos referentes às terras em discussão e também uma relação nominal dos colonos que as haviam adquirido. Tudo foi enviado ao governo para que pudessem ter melhores condições de julgar em definitivo tudo que vinha ocorrendo.

A Sociedade de Imigração de Porto Alegre, através de seu *Jornal Oficial da Sociedade de Imigração de Porto Alegre* e de outras folhas locais, publicou uma chamada para os colonos italianos:

Faço publico, para o conhecimento dos colonos italianos residentes n'esta província, que o importante jornal *Il Secolo* de Milão, publicará as cartas dos colonos estabelecidos no Brazil nas quaes façam ver o seu bem estar, o clima e a produção das colônias do império.

Assim, aquelles colonos que desejarem transmitir taes notícias a seus compatriotas, queriam dirigil-as ao abaixo-assignado, que as encaminhará ao seu destino.

³³⁴ VASSILIEFF, *Op. Cit.* p. 54.

³³⁵ *Idem.*

³³⁶ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 18, ano III, fev. 1886. p.13.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1885 – A.S.A. de Gusmão, 1º secretário interino da Sociedade de Imigração.³³⁷

A Sociedade de Imigração de Porto Alegre, de acordo com a divisão citada no início deste tópico, assumia a função de *Sociedade de Primeira Classe*, por localizar-se na capital da província. Nesse sentido, sempre realizava publicações envolvendo as demais sociedades que foram fundadas na província. Estava também em sua responsabilidade organizar ações que ocorreriam em conjunto com a SCI.

Assim, com vistas a evidenciar os bons resultados da colonização da província, a Filial de Porto Alegre realiza uma chamada pública aos interessados em participar com seus produtos da *Exposição Sul Americana em Berlim*, em 1886. A Sociedade de Imigração de Porto Alegre organizou-se com antecedência, especialmente por que buscou junto ao Ministério da Agricultura conseguir transporte gratuito dos produtos para a Alemanha.³³⁸

Sociedade de Imigração de Pelotas

Esta filial, fundada na cidade de mesmo nome, iniciou suas atividades em 13 de fevereiro de 1885, e desempenhava funções como filial de segunda classe. As funções e atividades estavam inseridas no programa da SCI, visando, sobretudo, organizar a chegada e estabelecimento dos imigrantes.

A filial de Pelotas mostrou-se bastante engajada nas ações necessárias para o bom recebimento dos imigrantes. Por conta desse comprometimento, lutou junto a SCI para que fossem organizados locais próprios para alojar os imigrantes recém chegados. Sobre este assunto, o jornal *A Imigração* registrou que, após tentativas junto ao governo provincial do Rio Grande do Sul, conseguiu a filial a autorização para orçar a construção de galpões para habitar provisoriamente os imigrantes no município de Pelotas.³³⁹

Contudo, a Sociedade de Imigração de Pelotas não batalhava exclusivamente por um espaço de alojamento inicial aos imigrantes. Juntamente com este pedido, o grupo de Pelotas solicitava que o Governo

³³⁷ A FEDERAÇÃO, *Op. Cit.*, *Declaração*, anno II, 24 de fev. 1885, nº44, p.2.

³³⁸ *Ibidem*, nº16, 20 jan. 1886, p.3.

³³⁹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº18, 1886, p.6.

Imperial auxiliasse financeiramente na alimentação dos imigrantes nos primeiros dias de sua chegada.³⁴⁰ O Governo Imperial enviou ofício à SCI dando conta de que iria estudar o pedido em conjunto com o Ministério da Agricultura.

Algum tempo depois, o Ministério da Agricultura, por meio da SCI, envia ofício a Sociedade de Imigração de Pelotas noticiando que havia autorizado a presidência da província a qual pertencia a “mandar orçar a construção de galpões que foram necessários para o alojamento provisório dos imigrantes nos diferentes nucleos colonias do referido município.”³⁴¹ Porém, quanto ao auxílio que a mesma sociedade solicita, como adiantamento para o sustento dos imigrantes nos primeiros dias de sua chegada às colônias, o Ministério declara que está fora dos planos do Governo Imperial.³⁴²

Outro episódio protagonizado pela Sociedade de Imigração de Pelotas, digno de registro, foram os impasses em torno da *Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas*. Segundo Maria Augusta Martiarena de Oliveria, em 1885, o ministro da Agricultura transferiu os recursos das obras dessa instituição para a construção da Estação Agronômica de Campinas. Alegando necessidade de redução de despesas, o ministro não só rescindira o seu contrato como mandaria leiloar todo o material existente – os animais e aparelhos agrícolas que o diretor Cr. Claude Marie Rebourgeon trouxera da Europa.³⁴³ De acordo com Sylvio Jantzen, mesmo com os apelos da Câmara Municipal à Corte e à Assembléia da Província, foi fixada a data para um leilão de todo o material que havia sido colocado na escola para a fabricação de vacinas, os animais, etc. O Visconde da Graça (João Simões Lopes Filho, pai de Ildefonso Simões Lopes e Augusto Simões Lopes) promoveu, por ordem do Estado do Rio Grande do Sul, o leilão, o qual foi boicotado por parte de alguns cidadãos locais e não foi concluído.³⁴⁴

³⁴⁰ *Idem*.

³⁴¹ *Ibidem*, p.8.

³⁴² *Idem*.

³⁴³ MAGALHAES, Mario Osório. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)*. Edição comemorativa. Pelotas: Editora da UFPe, 1983. p.19.

³⁴⁴ JANTZEN, Sylvio Arnoldo Dick. *A ilustre Pelotense: tradição e modernidade em conflito. Um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

Sociedade de Imigração de São Borja

Inicia suas atividades em 06 de dezembro de 1885. Estabelecendo como principal ação obter terras devolutas para estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais. Anteriormente à fundação da Filial, já havia o envolvimento de alguns nomes locais nas questões de demarcação de terras para imigrantes. Segundo o jornal local *Município*, já existia até uma diretoria provisória que vinha trabalhando nas demarcações. Foi esta diretoria provisória, comandada pelo Major Carlos Eugenio, que atuou junto ao Governo Municipal para obtenção dos terrenos das cercanias da vila principal para estabelecimento do primeiro núcleo colonial. Segundo *A Imigração*, os terrenos obtidos já estavam sendo medidos e demarcados e uma equipe da Sociedade de Imigração de São Borja estava concluindo a elaboração de um mapa e a planta da futura colônia.³⁴⁵

Filiais no Paraná

Entre todas as unidades do Império, a província do Paraná destacou-se em número de Filiais, contou com 12 sociedades ao todo. Sendo uma delas a principal, a da capital era a de *Primeira Classe*, as demais buscavam organizar-se conforme suas orientações e auxílios. Contudo, as filiais do interior da província tinham certa autonomia de atuação local. E, não raro, encontramos registros de interação entre elas, especialmente quando da luta pelo aumento do fluxo imigratório ou de auxílio financeiro para a província como um todo.

No ano de 1885, Alfredo Taunay é nomeado presidente da província do Paraná³⁴⁶, exercendo o cargo de 29 de setembro de 1885 a 3 de maio de 1886. Recebeu o governo da Província do Paraná das mãos de Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847–1893). Interessado em pôr em prática a eficiente política de imigração que pregava no Parlamento, fica decepcionado ao chegar e saber que o Paraná já tentara a atração de imigrantes, contudo o projeto havia fracassado.

³⁴⁵ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº18, 1886.p.9.

³⁴⁶ Além de corrigir as falhas nas relações com os imigrantes, o feito mais lembrado de Taunay quando governante do Paraná foi a inauguração do Passeio Público de Curitiba, em 2 de maio de 1886. Com 48.000 m² iniciais, o Passeio depois ganhou por desapropriação os terrenos hoje ocupados pela Casa do Estudante, Colégio Estadual do Paraná e Largo do Bittencourt, perfazendo 95.000 m². Com a doação de parte desses terrenos, a extensão do Passeio se reduziu depois a 70.000 m².

Alfredo Taunay participou ativamente da organização e fundação de Sociedades de Imigração em várias cidades do Paraná. Fundou os núcleos coloniais de Santa Gabriela, Barão de Taunay e Alice, este em terras de sua propriedade, que doou à Província. “Essas associações foram eficientes na promoção dos serviços de imigração. A intensificação da propaganda, a construção de ferrovias, a abolição da escravidão e a proclamação da República intensificaram a entrada de imigrantes no Brasil, atingindo-se quotas anuais de 200 mil por ano”.³⁴⁷

Em 31 de dezembro de 1878 chegaram ao Paraná 1.366 teuto-russos, recebendo terras imprestáveis pelas quais teriam que pagar um valor dobrado. Descontentes e amontoados em Palmeira, eles se rebelam e exigem a repatriação. “Houve necessidade de sustentar à custa do tesouro público milhares de bocas inutilmente por dois meses inteiros e fretaram-se afinal vapores para levar toda essa gente para Hamburgo”, escreveu Taunay. A imagem do Brasil ficou arranhada e coube a ele recuperá-la em seu governo.

A apresentação das atividades de cada filial da província do Paraná resultaria em um texto bastante extenso. Por conta disso, optamos por abordar os principais pontos e ações do conjunto das Sociedades de Imigração do Paraná, conforme nos informam as fontes. Alguns jornais locais do período nos auxiliam em muito nesse intuito, além dos muitos relatórios enviados pelas próprias filiais à SCI.

A *Sociedade de Imigração de Paranaguá* foi fundada por iniciativa de Alfredo Taunay em 27 de setembro de 1885. Atraindo os principais nomes da localidade, o grupo lança-se na tentativa de atrair imigrantes acreditando no alcance de suas propostas e no mais importante e frequentado porto da província. Outros aspectos são considerados no que Taunay chamou de “causas de engrandecimento”, e destaca especialmente o próspero “comercio de taboas de pinho, que esta Provincia poderia com largueza fornecer a todo o litoral atlântico da America do Sul”, além da indústria pastoril.³⁴⁸

Em relatório enviado à Sociedade Central de Imigração, a Filial de Paranaguá relata que no mesmo mês de sua fundação, já tinha “recebido e colocado em diversas localidades 59 imigrantes com os quaes despendeu” pouca verba. Além desses primeiros, foram recebidos mais 43 imigrantes, “sendo todos eles recolhidos e alimentados durante dois

³⁴⁷ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 63, 1890, p.03.

³⁴⁸ *Ibidem*, *Boletim* nº 14, out. de 1885.p.1.

dias pela mesma Sociedade”.³⁴⁹ Diversos jornais deste período atestam que o bom acolhimento dos imigrantes tornava-se a cada dia a principal característica da Sociedade de Imigração de Paranaguá.

A fundação da *Sociedade de Imigração de Curitiba*, em 18 de outubro de 1885, objetivava, entre outras coisas, configurar-se como um centro de proteção ao imigrante. A formação do conselho dessa Filial contava com membros de diferentes nacionalidades, sendo; três brasileiros, três portugueses, três alemães, um francês, um polonês, um inglês e um italiano. Estes, e outros membros envolvidos, empenharam-se em preparar uma comissão de recepção aos imigrantes, tendo já no final do mês de sua fundação adquirido um prédio próprio para abrigá-los.³⁵⁰

Organizar o fluxo migratório para os diversos núcleos que estavam sendo fundados na província do Paraná e gerir suas atividades era a principal preocupação da Sociedade de Imigração de Curitiba. Para tanto, o próprio Alfredo Taunay esteve a frente da elaboração de livretos de informação aos imigrantes que se direcionassem ao Paraná, chamadas de *Carteiras-folhetos*. Estas carteiras, com breves e importantes informações sobre o Brasil, foram distribuídas na *Exposição Sul Americana* que se realizou em Berlim, onde uma comissão desta filial fez participação com produtos da província.³⁵¹

O Ministério da Agricultura, ao saber de tal material, deu a SCI autorização para que mandasse imprimir 5.000 exemplares da *Carteira-Folheto*, já traduzida em alemão, italiano e polonês. Sobre esta iniciativa da Filial de Curitiba, o jornal *A Imigração* destaca que outras sociedades daquela província estavam organizando-se para fazer algo no mesmo sentido. E destaca ainda que, “graças aos esforços das associações de imigração, a província do Paraná será talvez a região do Brasil mais bem representada na Exposição de Berlim.” Por conta das diversas ações que tomavam lugar no Paraná, muitas entidades destacavam a importância que as sociedades filiais vinham adquirindo localmente e que “cada vez mais se evidencia que ellas são os grandes factores do progresso do Brazil.”³⁵²

A pequena localidade de Superaguay também contava com um grupo empenhado nas questões migratórias e na melhoria das atividades

³⁴⁹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 17, 1886. p.06.

³⁵⁰ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 16, 1886. p.15.

³⁵¹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 20, 1886. p.07.

³⁵² A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 23, 1885. p.15.

agrícolas. Superaguay (ou Superaguy, como aparece em alguns periódicos da época) fundou o seu Club de Imigração, em 14 de novembro de 1885 na presença de Taunay.

O núcleo colonial de Superaguay localizava-se em uma ilha, e fazia parte da municipalidade de Paranaguá. Contava, em 1886, com uma população pequena, contudo oferecia boas terras aos imigrantes que desejassem nela fixar-se. No ano da fundação de seu Club de Imigração, contava com pouco mais de 900 habitantes, que desenvolviam especialmente a cultura do café, uva, arroz, farinha de mandioca, milho, além do fornecimento de madeiras de construção e pesca.³⁵³

Segundo breve histórico publicado na *Gazeta Paranaense* em fevereiro de 1886, no núcleo colonial do Superaguay “ainda existem terrenos devolutos de matas virgens”, “esses terrenos, morros e vargens, todos extensos, admitem numerosa população e são aptos para todas as culturas.”³⁵⁴ Aliás, o Club de Imigração de Superaguay empenhava em diversificar suas cultura agrícola, tendo inclusive, em diversas ocasiões, solicitado junto ao Imperial Instituto de Fluminense de Agricultura sementes e mudas diversificadas.³⁵⁵

As localidades de Porto de Cima e Morretes tiveram suas Sociedades de Imigração fundadas em 16 de novembro de 1885, e tão logo iniciaram os trabalhos com vistas a produzir um mapa estatístico da situação imigratória em suas localidades. A organização da situação em números e seu envio a SCI e ao Ministério da Agricultura visava revigorar alguns núcleos coloniais que vinham enfrentando problemas, especialmente por conta do abandono das lides na terra por parte de alguns colonos que se lançaram nas oportunidades de ganho oferecidas pelas construções de estradas de ferro naquela província.³⁵⁶

Em relatório, o presidente da província Alfredo Taunay afirma que as duas Sociedades de Imigração organizaram tabelas estatísticas como até aquele momento o próprio Governo Imperial, apesar de ter despendido

³⁵³ GAZETA PARANAENSE, *Histórico do nucleo colonial de Superaguy*. Anno X, nº25, 02/02/1886. p.3.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 4.

³⁵⁵ GAZETA PARANAENSE, *Telegramas*. Anno XI, nº 76, 06/04/1887. p.2. Neste número, o jornal noticia que o Ministério da Agricultura, atendendo ao pedido da Sociedade Central de Imigração, remeteu em 24 de novembro de 1886 cerca de cem mudas de oliveiras, destinadas aos habitantes da povoação de Superaguay. O intuito era buscar alternativas ao plantio de café, que já vinha demonstrando significativa queda de produção.

³⁵⁶ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 18, 1886. p. 5.

de muito dinheiro, não havia conseguido. O detalhamento da situação dos núcleos colônias eram importantes especialmente que o governo, provincial e imperial, pudessem estabelecer prioridades e estratégias de melhorias e aumento do fluxo imigratório. Sendo assim, tomemos como exemplo o quadro estatístico desenvolvido pela *Sociedade de Imigração de Porto de Cima*, conforme publicação em *A Imigração*:

Figura 13: Quadro estatístico do núcleo de Porto de Cima

Quadro dos núcleos de imigrantes situados no município do Porto de Cima, a que se refere o officio da Sociedade de Imigração

NÚCLEOS	SITUAÇÕES	LOTES OCCUPADOS POU		LOTES DEVOLUTOS		TOTAL DOS LOTES DEVOLUTOS	PLANTACÕES DIVERSAS POR ALGUEM	INDUSTRIAS				EXTENSÃO DAS ESTRADAS DOS NÚCLEOS	PONTILHÕES A CONECTAR	OCCUPAMENTO DOS CONCEITOS	OBSERVAÇÕES
		Nacões	Brasileiros	Com casas	Sem casas			Agua doce	Cerveja	Fabrica de marteado	Moinho				
Ipiranga...	S. João.....	3	9	19	49	31	6	7	10	1:008\$000	Conceitos, pontilhões, reparos e escolas. Situação na estrada da Graciosa; não necessita estrada especial. Conceitos — os mesmos do Ipiranga.
Graciosa...	S. João e Antonina.....	3	6	10	49	49	2	6	8	800\$000	Situação na estrada da Graciosa; não necessita estrada especial. Conceitos — os mesmos do Ipiranga.
Zolima...	Idem.....	4	46	49	29	3	10	15	1:000\$000	Situação para no município de Moraes, por isso não podemos precisar a totalidade dos lotes devolutos; os que mencionamos são do município. Conceitos — os mesmos do Ipiranga, etc.
Semaria...	Barco e Saplauda, Caplauda.....	11	13	3	6	127	42	1	2	10	15	1:000\$000	Situação para no município de Moraes, por isso não podemos precisar a totalidade dos lotes devolutos; os que mencionamos são do município. Conceitos — os mesmos do Ipiranga, etc.
Marques...	Porto de C. Costa, Imanal e Esperança.....	4	10	25	39	8	2	1	10	15	1:000\$000	Situação para no município de Moraes, por isso não podemos precisar a totalidade dos lotes devolutos; os que mencionamos são do município. Conceitos — os mesmos do Ipiranga, etc.
Esperança...	Estrada desta villa a S. João.....	1	11	12	7	1	1	6	17	1:000\$000	Situação na estrada geral; não precisa caminho especial. Conceitos — os mesmos do Ipiranga, etc.
Entre-Rios...	Entre os Rios Ingeva e Mac Calbra.....	5	8	6	20	36	38	0	2	3	7	300\$000	Conceitos — os mesmos do Ipiranga, etc.
Gary.....	Estrada desta villa a Morais.....	7	10	1	3	4	21	5	1	8	2:000\$000	Além das estradas mencionadas, o rumal desta villa a Figueira de Braco, que serve aos núcleos de Marques e Semaria — precisa reparos, pontes e pontilhões, cujas despesas excedam em 2:00 \$000.
		37	72	10	90	109	308	49	7	1	2	50	72	7:108\$900	

Porto de Cima, 4 de Novembro de 1885. — José Ribeiro de Macedo.

(Da Gazeta Paranaense).

Porto de Cima, 4 de Novembro de 1885. — José Ribeiro de Macedo.

(Da Gazeta Paranaense).

Fonte: A IMMIGRAÇÃO, Boletim nº23, 1886. p.05.

Posteriormente a este quadro geral, o grupo de Porto de Cima publicou mapas estatísticos de cada um dos seus núcleos. E, ao registrar o trabalho desenvolvido pelos imigrantes de diferentes nacionalidades nos diferentes núcleos, o grupo de Morretes também destacou o sucesso do trabalho dos nacionais em suas terras. Este é o primeiro registro encontrado sobre o auxílio prestado por uma Sociedade de Imigração aos lavradores nacionais. Sobre este assunto, informou relatório do presidente da Sociedade de Imigração de Morretes que:

(...) os nacionais não querem ficar á retaguarda dos estrangeiros, e conquistam já muito terreno. Dizem eles: dêem-nos terra e um pequeno auxílio, que, como os estrangeiros, saberemos trabalhar e cultivar as plantas próprias do nosso paíz: pobres porém como somos, se nos faltar o apoio de um Governo protector, ficamos ociosos, porque nos faltam todos os elementos, que são as boas terras e o exemplo de que aproveitamos muito!³⁵⁷

Na continuação deste relatório, o presidente Gabriel Pinto da Silva fala do sucesso de alguns núcleos coloniais que foram abandonados por imigrantes, atribuindo seu progresso aos nacionais:

E realmente, fiquei completamente abysmado. O núcleo Sesmaria, quase todo abandonado dos estrangeiros e ocupado por intrusos nacionais, era, há mezes, coberto de matto, até por cima das estradas! Não havia um só pontilhão; era intransitável e os que ali viviam, só a pé e para irem caçar é que delas se serviam. Entretanto, hoje, depois que eles tiveram seus títulos distribuídos por ordem de V. Ex. promessas de ali ficarem, e estímulo e esperanças, transformaram tudo: a estrada já é franca, podendo até transitar carros. Nada menos de 23 pontilhões, alguns deles com 6 e 8 vigas grandes, foram feitos pelos próprios moradores, pedindo unicamente auxílio do Governo para a ponte sobre o [rio] Sapitanduva, cujo despendio, já relativamente elevado, suas forças não comportavam.³⁵⁸

³⁵⁷ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº19, anno III, mar/abril de 1886, p.2.

³⁵⁸ *Idem*.

Importante lembrar que os motivos para o abandono desses lotes pelos imigrantes podem ter sido muitos. Contudo, o que queremos aqui destacar é o fato de que membros da Sociedade de Imigração reconhecer com elogios as benfeitorias e a capacidade de progresso dos nacionais. Como vimos em algumas passagens anteriores, Taunay e outros tantos homens daquele período, argumentavam que os nacionais não seriam capazes de levar a cabo a modernização agrícola do Brasil.

A *Sociedade de Imigração de Antonina* inaugurou as atividades de sua em 17 de novembro de 1885 e tão logo enviou as estatísticas e informações sobre suas terras disponíveis à imigração. Conforme informações enviadas à SCI, havia disponibilidade de terras fecundas “já medidas para o estabelecimento de 500 famílias de imigrantes. Acrescenta, enfim, a directoria da sociedade que diversos rios navegáveis banham esses terrenos, oferecendo fácil e commoda comunicação entre Antonina e qualquer daqueles pontos coloniaes.”³⁵⁹

Essas informações foram encaminhadas ao Ministério da Agricultura, juntamente com a informação de que a Sociedade de Imigração de Antonina se propunha a receber, alimentando por até três dias, os imigrantes que fossem encaminhados para seu núcleo. O Ministério da Agricultura então repassa a informação a agentes italianos que estavam no Brasil à procura de terras para imigrantes. Os Srs. Setraghi e Perracini dirigem-se até Antonina para conhecer as terras e a estrutura que estava sendo oferecida. “Esses senhores apresentaram um relatório pelo qual se vê que a única dificuldade que se oppõe as estabelecimento de um bom nucleo de immigrants é a falta de uma estrada de rodagem até aqueles pontos.”³⁶⁰

Em 24 de dezembro de 1885, no salão do *Club Literário Campolarguense*, teve lugar a sessão inaugural de fundação da *Sociedade de Campo Largo*. Logo no início de suas atividades, o grupo adquire destaque por ter desempenhado importante papel de proteção aos imigrantes, “acudindo com a maior solícitude aos Polacos atacados de uma epidemia, que prostou de cama mais de 30 crianças, das quaes só faleceram quatro, graças as medidas tomadas.”³⁶¹

³⁵⁹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 18, anno III, jan/fev de 1886, p. 13.

³⁶⁰ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 28, anno IV, jan.1887. p. 3.

³⁶¹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 23, anno III, out/nov 1886.p.14.

A Sociedade de Imigração da Lapa, fundada em 19 de fevereiro de 1886, organizou-se no sentido de atrair para seus lotes abandonados famílias de imigrantes que pudessem dar continuidade ao trabalho que havia sido tentado anteriormente com russos, em 1878 e 1879. Contudo, era preciso realizar um estudo das condições produtivas das terras, uma vez que essa foi a principal reclamação dos antigos ocupantes.³⁶²

Em 31 de março de 1886 foi a vez da Sociedade de Imigração de Ponta Grossa inserir-se no quadro das filiais. O seu primeiro passo no sentido de atuar na melhoria nas questões imigratórias foi no processo de naturalização dos estrangeiros que residiam em seus núcleos.

A Sociedade de Imigração de Castro, inaugurada em 1º de abril de 1886, e a Sociedade de Imigração de Guarapuava, fundada em 7 de abril de 1886, não possuem mais informações no jornal da SCI, além do anúncio de suas fundações. A última Filial a ser fundada na Província do Paraná foi a Sociedade de Imigração de Guarakessava, que iniciou seus trabalhos em 19 de setembro de 1886, também sem maiores informações.

Filiais em Santa Catarina

Na Província de Santa Catarina foram fundadas apenas duas sociedades filiais, uma em Tubarão e outra em Itajaí. A Sociedade de Imigração de Tubarão foi instalada definitivamente no dia 14 de maio de 1885, como vinha sendo projetada desde fevereiro do mesmo ano. Entre seus desafios, destacam-se as diversas tentativas de conter os ataques de indígenas (bugres) aos imigrantes e assaltos às suas moradias.³⁶³

Em carta dirigida a SCI e assinada pelo presidente da filial de Tubarão, senhor Antônio Gomes de Carvalho, por Anacleto Elias de Bitencourt e outros membros, levam ao conhecimento da Central algumas das medidas, que haviam igualmente encaminhado ao Ministério da Agricultura, que faziam-se necessárias:

1ª. Construção de duas artérias principais: uma pondo em contato as sedes dos núcleos Cersciuma e Accioli de Vasconcellos com o mercado da Vila de Ararangua, outra ligando pela parte setentrional,

³⁶² *Ibidem*, p. 13.

³⁶³ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 27, anno IV, jan. 1887.p.4.

o primeiro desses núcleos com os de Urussanga, Treze de Maio e Vila de Tubarão.

2ª. Construção mais acelerada de caminhos vicinais entre as diferentes linhas dos núcleos e a respectiva artéria principal.

3ª. Discriminação das grandes extensões de território devoluta, que a Comarca afirma existir nas proximidades de Crescuma, Ararangua e outro pontos; retalhando-se em lotes coloniais e dando-lhes imediatamente viação.

4ª. Reorganização completa do serviço já existente relativo ao estabelecimento de colonos, por forma a garantir, quer a propriedade de particular, quer os interesses do Estado.³⁶⁴

A principal questão era que, conforme informações enviadas a SCI, os imigrantes de Tubarão não possuíam comunicação com os mercados consumidores. Além disso, viviam embrenhados na floresta e “ainda sob a ação das correrias dos selvícolas que certamente se afastarão desde que a construção de estradas facilite o acesso e o aumento da população nesses pontos.”³⁶⁵ Justificam, ainda, que tais medidas trariam vantagens para o país, em razão do aproveitamento dos “sertões”, adaptando-o ao plano dos caminhos pelo seu retalhamento em pequenas propriedades territoriais.³⁶⁶ Dois dias depois, a Câmara Municipal de Tubarão encaminhava outro ofício, agora, solicitava ajuda da SCI junto ao Governo para as “providências imprescindíveis à salvação, e consecutivo desenvolvimento, da colonização nesta parte da província”. O ofício concluía solicitando à SCI mais uma vez apoio, pois que “com seus relevantes serviços, o incremento e prosseguimento da colonização e o aproveitamento dos nossos extensos territórios devolutos e improdutivos”³⁶⁷

Sobre a *Sociedade de Imigração de Itajaí*, não foram apenas as informações quando de sua fundação, anunciada na sessão da diretoria da SCI ocorrida em 11 de janeiro de 1887. Nesta, Beaurepaire Rohan anunciou o criação da filial em Itajahy por iniciativa do presidente da província de Santa Catarina, senhor Francisco José da Rocha, o qual

³⁶⁴ INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. *Cartas, relatórios e ofícios*. Documento nº38.

³⁶⁵ *Idem*.

³⁶⁶ *Idem*.

³⁶⁷ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 27, 1887. p.07

“perante numeroa reunião expóz as vantagens de que tal cometimento resultariam tanto para aquella localidade, como para Blumenau e Gaspar, nomeando-se em seguida uma directoria provicoria, cuja presidência coube ao senhor Nicolao Malburg.”³⁶⁸

Na Vila de Blumenau cogitou-se a fundação de uma filial, conforme registro encontrado na revista *Blumenau em Cadernos*. Neste, temos que no ano de 1884 “realizou-se uma reunião convocada pelos senhores Sachtleben e Watson com o fim de fundarem em Blumenau uma filial da Sociedade Central de Imigrantes” (sic). Contudo, “não se tendo chegado a um acordo, foi marcada outra reunião para o dia 10 fevereiro.”³⁶⁹

Filiais em São Paulo

Depois do Paraná, São Paulo foi a Província que contou com o maior número de Sociedades Filiais, sendo 4 no total. As primeiras tentativas de inserção das ideias e ações da Sociedade Central de Imigração na Província de São Paulo foram levadas a efeito por meio de um *Manifesto*. Publicado no Boletim nº 2 do jornal *A Imigração*, este manifesto comentava as excelentes condições de que São Paulo dispunha para receber a corrente espontânea de imigração europeia. Argumentava igualmente que a província dispunha dos elementos de propulsão, sendo o local do Império mais largamente servida de estruturas. Então, portanto, congregava todas as condições precisas e desejáveis para que tornar-se o laboratório mais apropriado á consecução de um grandioso e patriótico plano, qual seja atrair imigrantes para suas terras.

A principal intenção do *Manifesto* está em chamar a atenção dos grandes fazendeiros para a proposta do grupo da Sociedade Central, de promover a vinda de europeus trabalhadores da própria terra, pois esta seria sua principal aspiração. Se a província de São Paulo adotasse este modelo e organizasse sua imigração nesse sentido, serviria de grande exemplo nacional, e em pouco tempo se espalharia os seus bons resultados.³⁷⁰

A fundação da *Sociedade de Imigração de São Paulo* ocorreu em 05 de fevereiro de 1885, tendo como pano de fundo das primeiras discussões o sucesso que a fundação das sociedades Filiais obteve no

³⁶⁸ *Ibidem*, Boletim nº 29, 1887.p.06.

³⁶⁹ BLUMENAU EM CADERNOS. Tomo I, número 3, janeiro de 1958, p.52

³⁷⁰ A IMMIGRAÇÃO, Boletim nº 1 a 4, 1883.p.4.

Paraná. Além disso, logo no primeiro encontro do grupo elegeu-se a diretoria, que tinha a sua frente o general José Vieira Couto de Magalhães e o proeminente político Antônio da Silva Prado. Nas reuniões que se seguiram, o grupo discute as estratégias para atrair a imigração e elabora um folheto para ser distribuído na Europa descrevendo sua geografia e suas linhas férreas.³⁷¹

Pensadas as questões de propaganda externa, o grupo passou a estudar como se daria a localização dos imigrantes que se dirigissem à província. Ao analisarem alguns dados estatísticos, concluem que existiam dois tipos de cultivadores: os que possuem pouco dinheiro e preferem terras próximas à capital e os que gozam de melhores condições financeiras e podem escolher terras férteis, embora fossem mais distanciadas da cidade. Com isso, em sessão, a diretoria da Sociedade de Imigração de São Paulo opta pela concessão de terras dividindo metade dos imigrantes nas proximidades da capital e metade nas terras entre Parapanema e Tiete.³⁷²

Contudo, em alguns pontos a proposta da Sociedade de Imigração de São Paulo desagradava as pretensões dos fazendeiros paulistas, pois o grupo seguia a linha de defesa da SCI de não trazer imigrantes sob a égide dos contratos de locação de serviços. Por conta disso, houve certo embate entre os que se fizeram sócios na nova Sociedade. Se de um lado muitos dos sócios insistiam em incentivar a imigração, retomando a questão de demarcação de terras públicas por meio de projetos de concessão e venda de terras devolutas por perceberem a importância de o imigrante se estabelecer como pequeno proprietário, por outro, buscava-se tão somente solucionar a escassez de braços na grande lavoura.

Foi por conta desta divergência que uma parte dos sócios que inicialmente compuseram a Sociedade de Imigração de São Paulo resolveu criar uma entidade que tinha como objetivo trazer imigrantes em grande escala com vistas a resolver a carência de mão de obra na lavoura cafeeira paulista. Sob a liderança dos irmãos Prado, Antônio Prado e Martinho Prado Júnior³⁷³, Antônio Queiroz Telles, entre outros, foi fundada em 30 de junho de 1886 a *Sociedade Promotora da Imigração*³⁷⁴.

³⁷¹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 10, 1885. p.7

³⁷² A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 18, 1885. p. 10.

³⁷³ A família Prado foi considerada, durante o século XIX, como a maior produtora de café, em área contínua, do mundo.

³⁷⁴ A *Sociedade Promotora de Imigração* firmava contratos com Companhias de Navegação para o transporte marítimo, alocava agentes em países onde era de interesse contatar os imigrantes e preparava a documentação necessária para o

A Sociedade Promotora de Imigração se difere das outras iniciativas que a antecederam no que tange a organização, promoção e contratação das estruturas necessárias para o envio dos imigrantes.³⁷⁵ No que tange a política imigratória do Império é visível a influência da Sociedade Promotora da Imigração, pois durante o período de seu funcionamento, foi ela que introduziu o maior contingente de imigrantes do Império.³⁷⁶

O foco de divergências entre a SCI e a Sociedade Promotora torna-se cada vez maior, pois o grupo do Rio de Janeiro viu seu objetivo principal sendo deixado de lado em detrimento de propostas e ações que buscavam tão somente atender a demanda dos fazendeiros. Mas, apesar da discordância entre ambas, a Sociedade Promotora contava com alguns membros que recusavam a aplicação de Lei de 15 de março de 1879 (Lei de Locação de Serviços) na sua totalidade, rejeitando os artigos referentes aos castigos e prisões. Para a Sociedade Central, as posições e ações da Sociedade Promotora nas questões imigratórias representava um grande retrocesso nas políticas do Império.³⁷⁷

Segundo o *Boletim* nº 74 do jornal *A Imigração*, as relações entre a Sociedade Centra e a Sociedade Promotora comportavam muitos pontos divergentes, dentre eles cabe-nos destacar:

1 – A política oficial ou resoluções do Parlamento tendiam a privilegiar a região paulista na captação do fluxo imigratório em benefício de suas lavouras, quando a Sociedade Central trabalhava por uma política de distribuição equitativa dos serviços dos imigrantes por todas as províncias do Império.

deslocamento, também ficava ao cargo da entidade a divulgação das condições favoráveis para migrar para o Brasil. Suas características apontam para um amadurecimento na elaboração de um projeto amplo e regional, não existia interferência direta do governo imperial nas questões relativas aos investimentos econômicos para o fomento da imigração, todo o dinheiro que permeou as relações contratuais entre os agentes públicos, a Sociedade Promotora e aqueles que intermediavam a contratação saiu dos cofres públicos paulista.

³⁷⁵ Como foi o caso da *Sociedade Auxiliadora de Imigração*, que funcionou por um curto período e promovia a intermediação entre o governo e os cafeicultores, mas não financiava o subsídio nem tampouco geraria os contratos entre fazendeiros e imigrantes.

³⁷⁶ Em 1887, entraram 32.000 imigrantes; 1888, 92.000 imigrantes e 1889 até início do XX o total foi de 750.000 imigrantes, sendo que, deste número, 58% foram subsidiados pelo Estado. Para mais detalhes ver HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³⁷⁷ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 23, 1886. p.14.

2 – A Sociedade Central não concordava com o tipo de contratos de imigração “a tanto por cabeça”, “feitos de uma forma um tanto escusa”. Os contratos “a tanto por cabeça” necessitam de reservas, pois sua divulgação provoca protestos, reações e medidas restritivas como as do *Rescrito de Von der Heydt*³⁷⁸, de 3 de novembro de 1859 e do *Decreto Crispi*³⁷⁹, de 15 de março de 1888.³⁸⁰

A *Sociedade de Imigração de Sorocaba*, fundada em 25 de janeiro de 1885, acreditava no sucesso da imigração em seu município por conta da dupla garantia que apresentava para seu desenvolvimento: os recursos agrícolas e os industriais. Sobre isso a SCI registrou que:

(...) essa garantia é tanto mais eficaz e prometedora do rápido estabelecimento de imigrantes quanto o município de Sorocaba está fora das condições tão contrárias à fundação da pequena propriedade que se encontram em alguns districtos cafeeiros da

³⁷⁸ O governo da Prússia, pelo *Rescrito de Heydt* em 1859, proibiu a propaganda a favor da emigração para o Brasil e a atividade dos agentes de emigração, proibição que atingiu toda a Alemanha em 1871. O decreto foi revogado no final do século (1896), mas só em relação aos três Estados do Sul do Brasil. A proibição prussiana foi consequência dos problemas enfrentados pelos imigrantes nas grandes fazendas paulistas, por causa do regime de parceria. Ver: KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial – Vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pp. 199-231.

³⁷⁹ Embora essa emigração constituísse desde a Unificação um fato importante da vida italiana, foram poucas as medidas legislativas tomadas para regulamentá-la. Por meio de circulares, o governo italiano se limitava a desaconselhar ou frear a emigração para tal ou qual país. Assim, viam-se fixados no Norte da Itália, em 1881, avisos oficiais dizendo que a imigração para o Brasil não mais seria permitida. Francesco Crispi, Ministro do Interior e Presidente do Conselho, depois da Lei de 30 de dezembro de 1888, sobre emigração, emitiu o Decreto de 13 de março de 1889 que “proibia continuarem as operações de emigração ou de fornecer embarque aos emigrantes para o Brasil”. (PIAZZA, 1994). De fato, na época do *Decreto Crispi*, ocorria no Rio de Janeiro e em Santos uma epidemia de febre amarela. Esse decreto, apesar de ter diminuído muito o número de emigrantes para o Brasil durante os anos de 1889 (36.124) e 1890 (31.275), nunca foi seguido à risca, e em 17 de julho de 1891, Nicotera, sucessor de Crispi, no Ministério do Interior, revogou o decreto, visto as condições no Brasil terem melhorado. Em consequência da revogação do *Decreto Crispi*, o número de imigrantes para o Brasil subiu em 1891 a 132.326.

³⁸⁰ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 74, p.01

mesma província de São Paulo, assim como em outras das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Ali podem ter, em breve tempo, plena execução as melhores ideias, atingindo-se assim ao que mira a Sociedade Central de Imigração, como fim mediato ou imediato do estabelecimento colonial: ‘o imigrante proprietário da terra que ele cultiva’³⁸¹

A *Sociedade Taubateana de Imigração* discutiu, na sessão de 14 de janeiro de 1886, a existência de três tipos principais de colocação para os imigrantes: 1º o imigrante se estabelece por conta própria, comprando terras à vista ou a prazo; 2º obtendo terras por aforamento; 3º estabelecendo-se em núcleos, o que demandava o emprego de grandes capitais. Deveriam escolher um desses modos e colocá-lo em prática. A comissão nomeada deveria entender-se não só com a Câmara, mas com particulares que queriam oferecer terras aos imigrantes em condições razoáveis.

A *Sociedade de Imigração de Santos* reuniu-se em 12 de maio de 1885 para definir a sua diretoria. Conforme relato do senhor Ennes de Souza, que sempre enviava relatórios a SCI sobre a situação imigratória da província de São Paulo, a principal função da Sociedade de Imigração de Santos era a recepção de imigrantes. Por possuir uma porto que encontrava-se em comunicação direta com a Europa e, por uma via férrea, com a capital da província paulista.³⁸² Embora houvesse descaso do governo, o jornal da SCI registra que os colonos eram bem acolhidos nesse porto.

Filiais no Espírito Santo

A *Sociedade Espírito Santense de Imigração*, fundada no dia 16 de julho de 1886, na cidade de Vitória e a *Sociedade de Imigração de Cachoeiro do Itapemirim*, que iniciou suas atividades em 10 de agosto de 1886.

Filiais na Bahia

³⁸¹ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº 76, p. 03.

³⁸² A IMMIGRAÇÃO. *Relatório sobre a comissão do Sr. Diretor Dr. Ennes de Souza*. *Boletim* nº 09, 1885. p.02.

A província da Bahia contou com o funcionamento de duas unidades filiais a SCI, uma em Salvador e outra em Ilhéus. No dia 18 de agosto de 1885 foi inaugurada a *Sociedade de Imigração de Ilheus*, com a fala do Conselheiro Antônio Carneiro da Rocha, ex-Ministro da Agricultura e membro da filial de Ilhéus. Este saiu em defesa de uma propaganda ativa na Europa com vistas a mudar a imagem que havia se difundido sobre o Brasil e, do mesmo modo, que se facilitasse a localização dos imigrantes e vendessem a prazo terras aos mesmos ou dessem “como prêmio ao possuidor que, depois de algum tempo, apresentar cultura efetiva e ânimo de permanecer no lugar”.³⁸³

A *Sociedade Bahiana de Imigração*, inaugurada no dia 15 de setembro de 1885, na presença de uma comissão enviada pela SCI para este fim. Sob a presença do senhor Ennes de Souza ficaram estipuladas algumas primeiras resoluções para a elaboração de um manifesto a ser publicado em toda província.

Filial do Mato Grosso

Na Província do Mato Grosso organizaram-se a *Sociedade Corumbaense de Imigração*, inaugurada em 20 de junho de 1886, na cidade de Santa Cruz de Corumbá. Conforme a listagem de membros e sócios, constatou-se que muitos eram militares.

Filial do Pará

No Pará, no dia 17 de novembro de 1885, instalou-se na cidade de Belém a *Sociedade Paraense de Imigração* em reunião promovida pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, então Presidente da Província. Logo na sessão inaugural são discutidos os principais problemas enfrentados pela Província, destacando-se o problema das comunicações “tanto por água como por terra” e os entraves da colonização. Em discurso o Presidente da Província destacou que era preciso desfazer a opinião errônea que há muito vinha sendo disseminada, especialmente a de um estadista que escreveu em 1843, em uma memória acerca da colonização, onde registrou que o Brasil deveria colonizar o Sul, e o Sul posteriormente colonizaria no Norte. Tais palavras teriam prejudicado a imagem da

³⁸³ A IMMIGRAÇÃO. *Sociedade de Imigração de Ilhéus*. Boletim nº 16, anno II, dez.1885, p.08.

Região Norte do Império. A ideia geral era de que aquela região não apresentava as condições climáticas para receber o colono europeu.³⁸⁴

A primeira experiência com a introdução de imigrantes na localidade de Apehu não obteve sucesso. A leva de imigrantes que foi para ali destinada se dispersou em poucos dias depois da chegada a Belém. A justificativa dava conta de que os lotes não haviam ficado prontos a tempo e que os colonos, madeirenses de Funchal, não eram agricultores e estariam pouco dispostos a lidar com a mata.³⁸⁵

A Sociedade Paraense de Imigração havia recebido da Assembleia Legislativa uma verba no valor de 100:000\$000, com a qual o presidente da Filial, o Barão de Iguarapemiry, organizou uma comissão responsável pela medição de lotes na estrada de Bragança. Ao que parece houve atraso na construção das casas, que estavam apenas cobertas, porém inacabadas. A mata não estava derrubada em sua totalidade, de forma a permitir o plantio imediato. Para ocupar essas terras vieram 20 famílias, num total de 108 pessoas. Contudo, teriam desanimado ao chegar ao local, retornando para a hospedaria e depois de três dias cada família seguiu seu destino, indo para outras províncias do Império.³⁸⁶

Esta sociedade considerava necessário acabar com a errônea ideia de que somente a região Sul seria capaz de aclimatar os imigrantes.³⁸⁷ Por isso não desanimaram logo na primeira derrota, e buscaram fazer com que as coisas ficassem mais claras nas negociações com aqueles que procurassem o Pará. Logo, ocuparam-se de organizar a chegada de cerca de 30 famílias de imigrantes que se dirigiriam para a colônia de Benevides.³⁸⁸

Como vimos, durante a existência das sociedades filiais podemos constatar por vezes um ritmo mais dinâmico e ora uma atuação mais lenta – o que talvez explique a ausência de informações de algumas delas. Como demonstração de vitalidade podemos citar o envio de informações detalhadas de núcleos coloniais e suas terras, por meio da confecção de mapas estatísticos, dados sobre as terras devolutas; também as campanhas e o empenho em arranjar hospedagem aos imigrantes e a organização em

³⁸⁴ A IMMIGRAÇÃO. *Sociedade Paraense de Imigração*. Boletim nº 17, anno III, jan. 1886, p.02.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 03.

³⁸⁶ A IMMIGRAÇÃO. *Imigração no Norte do Brasil*. Boletim nº 28, anno IV, jan. 1887, p.01-02.

³⁸⁷ *Idem*.

³⁸⁸ *Ibidem*, p.12.

conseguir cartas de naturalização e mesmo no esclarecimento e informações fornecidas aos imigrantes.

Por outro lado, em uma das últimas reuniões da diretoria da SCI foi colocado o fato de que algumas filiais não vinham apresentando o mesmo vigor nas atividades, como pode ser constatado em depoimento realizado na sessão da diretoria no dia 02 de abril de 1890:

A este respeito foram lembrados os bons serviços prestados... durante largos anos pela Sociedade Espírito-Santense de Imigração, que infelizmente, como tantas e tão esperançosas congêneres, criadas com tamanho esforço pelo influxo da Sociedade Central de Imigração e, muitos pontos do Brazil, não tem, ultimamente, dado mais sinaes de vida. Culpados deste triste resultado foram os maus governos de que se queixou, aliás com tão justa razão o Sr. D. Pedro II, pois jamais quizeram dar, espontaneamente, a mínima prova de apreço às Sociedades de Imigração, tendo-as em simples conta de grupos de homens mais ou menos utópicos, irrequietos, importunos e ávidos de mal definida glória.³⁸⁹

As observações feitas a respeito do estado de estagnação da referida sociedade suscitaram a questão do relacionamento das filiais com os governos provinciais. Este foi um fator que, segundo os membros da Central, dificultava as atividades das filiais. Não é difícil verificar que tal relacionamento variava de acordo com circunstâncias e fatores que marcavam o ritmo da política imperial, das políticas provinciais e da questão imigratória.

Em contraponto podemos destacar os casos de províncias como São Paulo e Paraná, onde o governo não relegou a segundo plano a questão imigratória, e sim procurou incentivá-las por diversos meios. No Paraná, por exemplo, observou-se um intenso envolvimento de Taunay, que era presidente daquela província, no sentido de incentivar a fundação de filiais em vários núcleos e de conectá-los com a SCI e o Governo Imperial. Em São Paulo, havia também o grande interesse dos cafeicultores para a imigração direcionada ao trabalho nas lavouras.

³⁸⁹ A IMMIGRAÇÃO. *Sessão da diretoria de 02 de abril de 1890*. Boletim nº66, anno VII, abr.1890.p.08.

Contudo, em outras províncias onde haviam interesses contrariados de políticos situacionistas, os governos pareciam lograr ou mesmo marginalizar os problemas apresentados sobre a imigração. Tais observações começaram a ser mais fortemente sentidas com o advento do regime republicano, quando de fato a convergência entre alguns membros da sociedade parece ter tomado lugar em algumas filiais.

CAPÍTULO IV- “NÓS DECLARAMOS GUERRA AO LATIFÚNDIO!”: A SITUAÇÃO AGRÍCOLA NACIONAL E A DEMOCRACIA RURAL

Neste capítulo trataremos dos diversos aspectos relacionados a agricultura nos discursos da SCI, atentando para os problemas que a agricultura nacional vinha apresentando na segunda metade do século XIX. Ao lado disso, buscaremos perceber de que maneira os membros da SCI pregavam a modernização das técnicas de cultivo, o acesso à terra pelos imigrantes e igualmente buscaram mostrar quais eram as propostas de melhoria aliadas ao discurso em defesa da pequena propriedade rural.

A proposta de democratização do espaço rural e os projetos para o crescimento em número das pequenas propriedades rurais estão presentes nas discussões realizadas na Sociedade Central e sistematizadas mais claramente nos escritos de André Rebouças. Nesta parte da dissertação faremos uso de suas propostas para verificar que possibilidades a agricultura baseada na pequena propriedade rural possuíam naquele momento. Do mesmo modo, abordaremos os planos da SCI para promover mudanças na legislação de terras do Império com vistas a promover o acesso dos imigrantes e colonos.

Os aspectos relativos aos problemas pelos quais a lavoura nacional vinha passando serão analisados em grande medida com base nas discussões dos Congressos Agrícolas que ocorreram em 1878. Entendemos ter sido este momento bastante significativo para a compreensão do que veio a ser estipulado como prioridade nas décadas seguintes dentro das ações direcionadas à agricultura brasileira. Alguns autores, como José Augusto Pádua e outros, observaram as ações dos fazendeiros nesse evento, chamando a atenção para algumas falas e posturas diante não só dos aspectos econômicos, mas também dos aspectos sociais e de um pensamento ambiental que tomava novo fôlego naquele final de século.

As questões relativas aos recursos naturais podem ser percebidas igualmente, embora com menos expressão, em alguns escritos do período. Sobre tal temática, a SCI manifestou, em várias oportunidades, uma preocupação crescente com os usos que a “população desinformada” vinha fazendo da natureza que lhes era oferecida e até então compreendida como inesgotável.

4.1. OS CONGRESSOS AGRÍCOLAS DE 1878 E OS DEBATES SOBRE A SITUAÇÃO DA AGRICULTURA NO FINAL DO XIX

E assim como o escravo tem que desaparecer da lavoura do Brasil, para dar lugar ao trabalho livre, a derrubada, o fogo, a encoivaração hão de ser substituídos pelo arado e pela grade; a incineração resultante da queima por outros meios de estrumar a terra; a lavoura extensiva pela intensiva; a grande pela pequena propriedade

(Nicolau Moreira, 1884).

Conforme a opinião dos membros da SCI, o temor oriundo da escassez de mão de obra em uma economia baseada na produção de gêneros agrícolas, somada às técnicas atrasadas em uso, era perfeitamente sentida como um dos grandes males que flagelava o país. Fazia-se necessário analisar com cuidado a situação nacional e apontar meios de melhoria que possibilitassem a modernização da agricultura. Anteriormente a fundação e atuação da SCI, tais preocupações já vinham sendo discutidas e no ano de 1874, em um levantamento feito pelo Ministério da Fazenda sobre o estado da lavoura, foram apontados alguns dos motivos do entorpecimento da agricultura. Neste documento temos destacado não apenas a questão de escassez de trabalhadores para a lavoura, mas igualmente a grande falta de conhecimentos técnicos do trabalho agrícola.

Dizia-se no levantamento que:

Entre nós o método do cultivo é ainda, na máxima parte, o de dois séculos passados, sendo muito limitado o número de cultivadores que, arrastando os preconceitos, admitem instrumentos aratórios e outras máquinas adaptadas pelos agricultores europeus e norte-americanos.³⁹⁰

Além deste documento, temos os debates dos Congressos Agrícolas, que tiveram lugar no ano de 1878: um ocorrido em julho no Rio de Janeiro, e o segundo no mês de outubro na cidade de Recife.

³⁹⁰ RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, Rio de Janeiro, 1874. p. 64.

Ambos encontros nos possibilitam compreender as condições históricas – econômicas, sociais, políticas e ambientais – deste período que antecede o nosso recorte de estudo. Do mesmo modo, esses congressos nos permitem depreender, por meio da análise de alguns textos e discursos dele resultantes, qual era a compreensão das elites agrárias acerca das mudanças que estavam em andamento e os rumos que desejavam dar a essas transformações.

Neste aspecto, os debates inseridos neste contexto nos mostram de que maneira o pensamento de seus participantes formam um quadro bastante representativo do pensamento reformista brasileiro que tomou lugar ao final do século XIX. Tratava-se, pois, de chamar a atenção nacional para um grave problema: o atraso em vários aspectos na produção agrícola. Por conta disso é que:

Os interesses da grande lavoura, a qual, na situação atual, é ainda da riqueza e prosperidade nacionais, ocupam séria e vivamente a atenção do Governo Imperial, que, reconhecendo a importância que exercem nas condições econômicas do país, está disposto a animá-lo e promove-los em tudo quanto depender da ação dos Poderes Públicos.

Com esse intuito, entende o Governo Imperial que, para bem servir a causa deste importantíssimo ramo de nossa principal indústria, antes de tudo convém obter informações seguras, esclarecimentos indispensáveis para firmar opinião que seja o móvel de suas deliberações.

A conveniência de colher estas informações de fonte insuspeita, de recebe-las diretamente daqueles que, pela prática dos negócios, e pelo interesse imediato no modo de serem resolvidas as questões atinentes a este objeto, mais competentes e autorizados são para auxiliar o Governo neste útil empenho, sugeriu a ideia de reunir nesta cidade um Congresso de Agricultores para, com assistência do Ministério da Agricultura, ocupar-se dos assuntos concernentes à grande lavoura.³⁹¹

³⁹¹“Resolução ministerial de convocação do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro”. CONGRESSO AGRÍCOLA. Edição fac-similar dos *Anais do Congresso Agrícola*, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Introdução de José Murilo de Carvalho. Fundação Casa Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988, p.1.

Por meio destes parágrafos, constantes do edital de convocação do Congresso Agrícola, podemos perceber que o Governo Imperial julgava ser de grande proveito uma reunião com lavradores, onde seria possível examinar e discutir os diversos e mais urgentes problemas apresentados pela lavoura. No entanto, como consta do próprio texto do edital:

(...) porquanto tais necessidades variam da grande para a pequena lavoura, assim como de uma para outra zona, e nem são idênticas relativamente aos seus diversos ramos, ficará o campo dos estudos limitado, por ora, à grande lavoura das províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, donde mais facilmente os agricultores poderão concorrer para o Congresso.³⁹²

Portanto, o evento restringia-se a região Sudeste do Império, pois, conforme pensamento de seus organizadores, proposta similar de proporções nacionais mostrar-se-ia inviável; argumentavam igualmente que, embora houvesse restrição às demais regiões, as províncias que se faziam participantes poderiam representar com eficácia o conjunto de problemas do Brasil. Aparentemente, o interesse do Governo Imperial centrava-se no desenvolvimento agrícola da região que proporcionava as maiores receitas para o país, ou seja, a região produtora de café.

Em protesto a esta “suposta” marginalização das demais regiões, fazendeiros nordestinos resolveram, por iniciativa particular, convocar um evento semelhante na cidade do Recife, onde participariam representantes locais. Na opinião dos organizadores nordestinos, ao contrário das províncias cafeeiras, a região enfrentava grave crise em sua agricultura e necessitava urgentemente de auxílio do governo. A convocação de um encontro em terras pernambucanas fora executado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco e revela a forma reativa dos participantes em relação ao governo imperial.³⁹³

³⁹² *Idem.*

³⁹³ O Congresso Agrícola do Recife iniciou em 06 de outubro de 1878 sob a presidência do Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, com a presença de representantes das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí. O Ceará não conseguiu enviar nenhum representante. Também participaram do Congresso muitas pessoas engajadas no movimento em defesa dos fazendeiros e também uma comissão da Associação Comercial Beneficente e da Associação Comercial Agrícola. O Congresso do Recife teve um total de 113 participantes.

André Luciano Simão, que dedicou-se a estudar os *Congressos Agrícolas*, destaca que este caráter secundário que, conforme os agricultores nordestinos, teria sido assumido pela região Nordeste, já se manifestara anteriormente na forma de construção de uma infraestrutura representada pela implantação de estradas de ferro, destinação de créditos, vias de comunicação, entre outros investimentos. Na opinião dos fazendeiros nordestinos, os investimentos em infraestruturas sempre foram direcionados aos interesses do setor cafeeiro, em detrimento dos produtores de cana de açúcar.³⁹⁴

Percebemos, até aqui, que as discussões inseridas nos congressos englobavam amplas questões que traziam à tona a forma como vinham sendo distribuídos os recursos para melhoria da agricultura de forma geral, desde a produção até o escoamento. Os barões do açúcar haviam perdido espaço para os barões do café e, nesse sentido, Gadiel Perruci afirma que:

O Congresso Agrícola do Recife parece, portanto, representar um desaguar de revoltas frustradas, de queixas, de protestos e de desespero acumulados durante longos anos. Mas igualmente, de expectativas, de esperanças, de cerimoniosas solicitações à Côrte Imperial provenientes de parte de uma classe hegemônica, como se fosse o término de um grande bailado à moda romântica – própria, aliás, de sua época, como o cisne que nos encanta com sua altivez, mas que se curva finalmente – não sem elegância – no seu último canto, seu canto de morte.³⁹⁵

Com efeito, o declínio da região açucareira resultou de vários fatores, além do favorecimento governamental à região cafeeira. A dificuldade de investir em uma nova fonte de receitas agrícolas, somada a resistência em modernizar as relações de trabalho, e não somente a sua estrutura produtiva, são fatores que, em grande medida, levaram a uma não inserção da região na nova dinâmica econômica que despontava no Império. A participação no Congresso do Recife contou não somente com

³⁹⁴ SIMÃO, André Luciano. *Congressos Agrícolas de 1878 – um retrato do reformismo ao final do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2001. p.13.

³⁹⁵ PERRUCI, Gadiel. *O canto do cisne dos barões do açúcar*. Introdução à edição dos Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife. Edição comemorativa do primeiro centenário (1878-1978). Fundação Estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco: Recife, 1978. p. 15.

proprietários rurais da região, mas igualmente com aqueles que faziam uso do mercado da cidade de Recife como zona de exportação de sua produção; representava assim, expressivamente, o setor da produção agrícola da região Nordeste congregando principalmente os produtores de açúcar e algodão.

De modo geral, o que as duas reuniões nos permitem refletir é que existiu a necessidade de discussão da situação agrícola nacional, embora cada congresso fosse voltado para sua especificidade produtiva e características regionais, a questão de braços para a lavoura e de investimentos era comum a ambas. Constituir formas de melhoria estava no horizonte daqueles que viam na terra a fundamental fonte de riqueza do país. Com a transição para o trabalho livre mostrando-se inevitável, as formas de apropriação territorial e a situação da propriedade de terras já sendo colocadas em questão neste momento, os proprietários rurais presentes aos eventos, muitos deles homens letrados, apresentaram sugestões bem práticas para o governo, notadamente no que tange a manutenção da ordem social e política.

Sendo assim, temos em seus discursos a presença de ideias que estavam na contra corrente do conjunto ideológico generalizado naquele momento. Segundo José Murilo de Carvalho, o encontro entre representantes da aristocracia rural e o governo acontecia pela primeira vez na História do Brasil independente, o que possibilitou com que ficassem frente a frente para discutir o que consideravam ser os “problemas nacionais”. Contudo, seus interesses imediatos não refletiam o contexto da instabilidade pelo qual o país atravessava. As dificuldades iam desde problemas econômicos gerados pelas dívidas, contraídas com os gastos com a Guerra do Paraguai, até sociais, como a ampla seca que ocorria no Nordeste.³⁹⁶

Durante os debates no Rio de Janeiro, os participantes privilegiaram dois temas principais; crédito para agricultura e a escassez de trabalhadores para a lavoura. Conforme opinião expressa por alguns dos fazendeiros presentes, ambos os temas caminhavam conjuntamente, necessitando de solução também conjunta, enquanto que na opinião de outros deveria haver predomínio de um sobre o outro. Tal ideia ficou explícita na opinião colocada por um lavrador da localidade de Barra Mansa, chamado José Justiniano da Silva, este acreditava que:

³⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. p. 32.

É este o ponto principal a debater, porquanto, desde que se possa obter capital, nada mais faltará: com ele obter-se-ão braços, machinas e tudo que fôr necessário (Apoiados).³⁹⁷

Temos, portanto, num universo dividido entre monarquistas, republicanos, imigrantistas e abolicionistas, discursos que seguem a linha de preservação de interesses, onde estes eram colocados como anseios nacionais. Ideias conservadoras misturavam-se a opiniões mais modernas, reflexos dos ares da *Belle époque* nacional. As mudanças radicais não ganharam espaço e nem muita defesa, pois acreditava-se que deveriam tomar lugar apenas algumas modificações conjunturais, para que a ordem das coisas não tomasse um rumo inesperado.³⁹⁸

Essas ideias, com certo teor de conservadorismo, antecederam o início dos trabalhos no congresso, podendo ser identificadas no programa recebido por cada um de seus participantes. Neste, um questionário com os problemas que conduziriam o debate trazia as seguintes indagações:

- I. Quaes as necessidades mais urgentes e immediatas da grande lavoura?
- II. É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os actuaes estabelecimentos da grande lavoura?
- III. Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir essa falta?
- IV. Poder-se-há esperar que os ingênuos, filhos de escravos, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrario, quaes os meios de organizar o trabalho agrícola?
- V. A grande lavoura sente carência de capitaes? No caso afirmativo, é devido este facto á falta absoluta deles no paiz, ou, ou á depressão do crédito agrícola?
- VI. Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convem crear estabelecimentos especiaes? Como fundal-os?

³⁹⁷ CONGRESSO AGRÍCOLA, *Op. Cit.*, p. 130.

³⁹⁸ DEZEM, *Op. Cit.*, p. 68.

VII. Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quaes? Há urgência de outros? Como realizal-os?³⁹⁹

Na esteira destas indagações, muitos participantes manifestaram oposição a forma como vinha sendo conduzida a política imigratória pelo governo. O projeto de transição para o trabalho livre será muito criticado pelos participantes do Congresso Agrícola do Recife, pois concebiam ser este um meio de favorecimento do Sudeste em detrimento das demais regiões, alegando, inclusive, que os recursos de todas as províncias estariam sendo colocados à disposição das regiões cafeeiras para um propósito desnecessário, já que na opinião geral haveria mão de obra abundante no país. Tal crítica foi apontada também no congresso carioca, com ênfase na intervenção direta do Estado na condução da imigração, acarretando gastos públicos; neste caso, embora vista como indispensável, era tida como responsabilidade dos particulares que dela precisassem.⁴⁰⁰

Embora houvesse envolvimento governamental, e igualmente de destacados indivíduos do setor agrícola, havia certa incredulidade quanto a real eficácia destes encontros para a resolução dos problemas pelos quais vinham passando a lavoura nacional. Apontando para este aspecto, e antes mesmo do início do Congresso do Rio de Janeiro, a *Revista Illustrada*, fundada em 1876 e dirigida pelo jornalista italiano Angelo Agostini, publicou sua opinião sobre o que viria a ser o Congresso Agrícola. Fazendo amplo uso de uma análise que mesclava inteligência e ironia, a revista antecipou-se ao que seriam os “principais acontecimentos” do Congresso e publicou em julho de 1878 uma espécie de *cartoon* que fazia previsões sequenciais das possíveis cenas que envolveriam os participantes, os quais denominou de “homens da roça”.

A publicação da *Revista Illustrada* serve de interessante exemplo para observarmos a forma como alguns setores da imprensa concebiam o congresso. Este, de modo geral, era tido como um espaço de muita discussão e pouca resolução. Ou ainda, buscavam ainda evidenciar que a congruência de interesses por si só não levaria a uma grande mudança na forma como vinha sendo praticada a agricultura nacional. Nos quadros que compõem a figura desenhada á pena, satirizasse as expectativas dos fazendeiros com relação ao congresso. De acordo com Rogério Dezem, essa crítica ao Congresso, realizada de forma irônica pela *Revista*

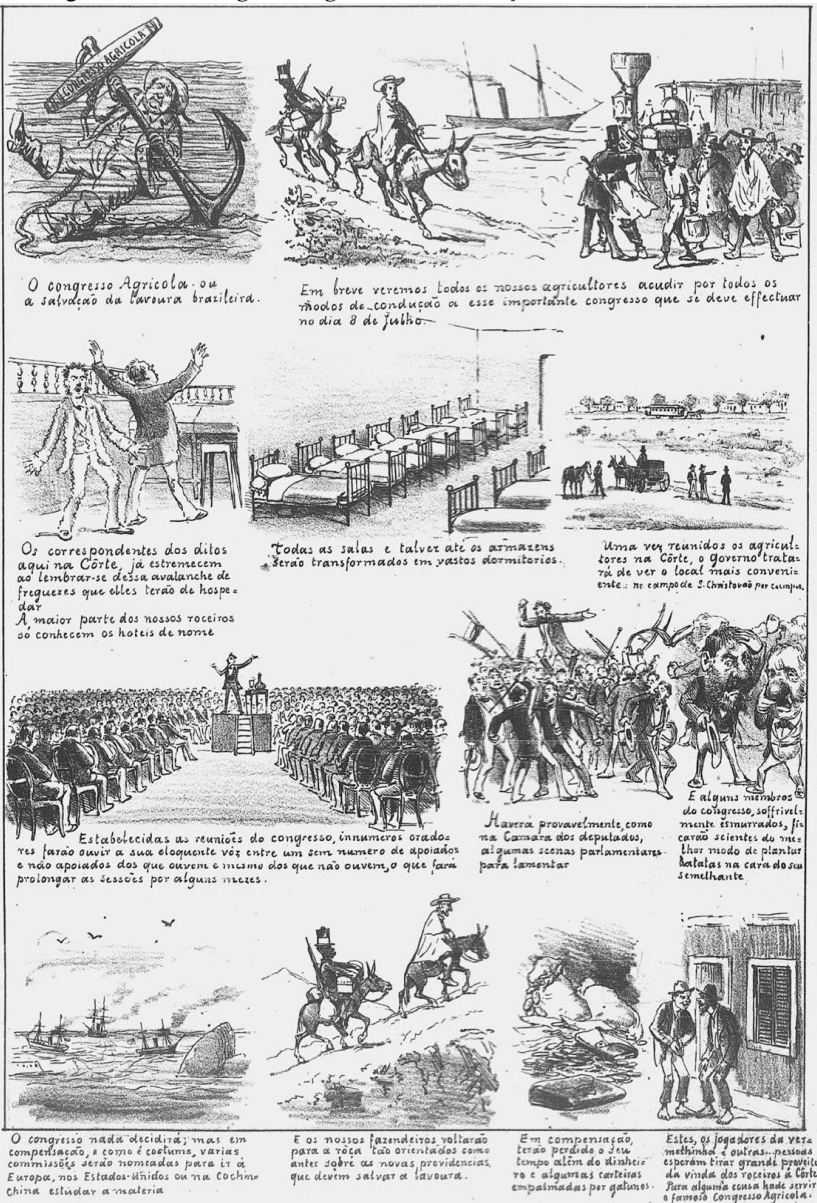
³⁹⁹ CONGRESSO AGRÍCOLA, *Op. Cit.*, p. 2.

⁴⁰⁰ SIMÃO, *Op. Cit.*, p. 64.

Ilustrada, exemplifica a forma na qual alguns dos principais problemas nacionais eram veiculados pela imprensa e o modo como o público leitor destas publicações idealizavam, mediante as imagens publicadas, o país e seus dirigentes.⁴⁰¹

⁴⁰¹ DEZEM, *Op. Cit.*, p. 71.

Figura 14: “O Congresso Agrícola ou a salvação da lavoura nacional”



Fonte: Revista Illustrada, nº 118. Rio de Janeiro, 1878, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira.

No que se refere aos números, temos nos registros deixados pelo Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, a participação de 400 delegados. Contudo, registrou-se ainda que 56 proprietários de terras não puderam comparecer, mas que enviaram suas justificativas de ausências. A maioria dos participantes⁴⁰² foi eleita em reuniões realizadas pelos fazendeiros nas diversas cidades envolvidas. Conforme as assinaturas dos encontros preliminares para a realização do evento, pelo menos seiscentas assinaturas foram colhidas das pessoas envolvidas, algumas foram indicadas pelas câmaras municipais ou pelas associações de classe. No total, mais de mil fazendeiros envolveram-se de uma maneira ou de outra no Congresso.⁴⁰³ Se levarmos em consideração as dificuldades de comunicação, de deslocamento e demais limitações relativas ao distanciamento das cidades, o número de interessados no Congresso foi bastante expressivo.

Ainda no Congresso do Rio de Janeiro, é possível perceber que havia um consenso por parte dos presentes da necessidade de instrução do povo para o trabalho agrícola, num modelo de educação monitorada pelos fazendeiros e segundo seus interesses. Assim como alguns membros da SCI enfatizaram na década seguinte, no Congresso apenas alguns poucos indivíduos manifestaram opinião de que a educação agrícola aos nacionais amenizaria significativamente os problemas da lavoura. Alguns dos participantes propuseram uma educação agrícola para os pobres, ingênuos e desvalidos, que foram apresentadas nas respostas ao questionário do Governo Imperial. Neste aspecto, o congressista Candido Barreto de Souza Faria defende que o maior problema da lavoura é a falta de braços qualificados, e em conjunto a falta de lei que regularize o trabalho a fim de aproveitar o trabalhador nacional. Com vistas a solucionar este problema, Souza Faria defende que os ingênuos, somente “(...) virão a constituir um elemento de trabalho livre e permanente, se a lei que regular o trabalho providenciar no sentido de serem essas ingênuos educados em regime diverso do que hoje entre nós voga.”⁴⁰⁴

⁴⁰² O Congresso Agrícola era composto “de lavradores nacionaes ou estrangeiros que, por convite ou expontaneamente, a elle quizerem concorrer, com tanto que oito dias do prazo marcado declarem, em carta fechada dirigida à Secretaria da Agricultura, a intenção de comparecer. Os lavradores, em seus respectivos municípios, poderão designar, d’entre si, um ou mais delegados, para represental-os no Congresso Agrícola.” In: CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1878, p. 2

⁴⁰³ CONGRESSO AGRÍCOLA, *Op. Cit.*, p. VII.

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 33.

O representante de Porto Feliz e Capivary – SP, senhor Cesario Magalhães Junior, relata que as necessidades da lavoura em sua localidade são as mesmas que em todas as outras: capital, braços e instrução. Uma de suas preocupações estava também na educação dos ingênuos e dos órfãos. Reconhece que estes receberam, até aquele momento, um trato minimizado por parte do Estado e abandonados pelos seus proprietários, só restaria educa-los em escolas agrícolas. Para isso Magalhães Junior solicita a criação de escolas para formar professores em uma fazenda modelo, para que os alunos ali aprendessem com exercícios práticos e onde os lavradores pudessem ver os progressos realizados. Solicitou ainda a criação de unidades de ensino municipais, onde estes professores ensinariam a teoria; e fazendas escola em que os alunos poderiam praticar o que aprendiam. O representante atribui às províncias e responsabilidade de custear essas escolas por meio de impostos.⁴⁰⁵

Em resposta ao questionário do congresso encaminhada pelo senhor Irenêo Francisco de Souza e Silva, comerciante e agricultor de Porto Alegre, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, manifesta que “a condição essencial a resolver é a instrução agrícola nas escolas primárias, por meio de cursos apropriados. Os ingênuos, filhos de escravas, serão sem dúvida para o futuro uma forte alavanca a agricultura, si os obrigarmos à educação agrícola especialmente.”⁴⁰⁶

Para a garantia da riqueza e da produtividade da lavoura, os agricultores e grandes fazendeiros defendiam ser preciso melhorar a relação com os conhecimentos científicos oferecidos nas escolas existentes. Neste sentido, o Ministro da Agricultura em seu discurso no Congresso Agrícola afirmou que:

Na situação actual de nossa grande lavoura, quando uma profunda evolução social se opéra; quando completamente se transformam as condições do trabalho rural; quando paizes analogos ao nosso, com produções similares, procuram progredir por todos os meios, mediante machinas e processos mais aperfeiçoados, que as sciencias - a chimica, a phisica e a mecanica - em suas variadas applicações, tem posto ao serviço da industria agricola, conservamo-nos estacionarios no meio desse grande movimento, sem ao menos empenharmos os esforços a nosso alcance para evitar que

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p.36.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 41.

enfraqueçam ou se estanquem as fontes de produção nacional, seria, senhores, permiti-me dizel-o, não sómente um erro, mas um grave crime, perante o tribunal da geração vindoura. A marcha da sociedade está, porém, sujeita a leis naturaes, que não podem ser alteradas sómente pela vontade dos homens; e, por em quanto, nas condições atuais do paiz, é força reconhecer, a grande propriedade tem sido, e continuará ainda por muitos annos a ser, a poderosa alavanca do nosso progresso em suas variadas manifestações - progresso moral, social, economico e politico.⁴⁰⁷

Segundo José Augusto Pádua, a natureza destes problemas, do modo como foi percebida pela grande maioria dos participantes, já vinha preconizada nas próprias questões estabelecidas pelo programa convocatório do congresso. Estava, portanto, resumida no binômio "braços e capitais". As alternativas em pauta, tais como o incentivo à colonização europeia, a importação de trabalhadores chineses ou indianos, a mecanização da produção rural ou a educação e qualificação da mão de obra nativa levantavam problemas e possibilidades significativamente diversos dos que podiam ser encontrados na tradicional ordem escravista.

O programa também pedia sugestões sobre os meios e instrumentos para levantar o crédito agrícola, justificados pela crise financeira. Mas ela também ecoava a existência de dilemas mais profundos, que diziam respeito ao modo de inserção do Brasil na economia capitalista do século XIX, crescentemente fundada em escalas superiores de investimento e fluxo de capitais. As perguntas do questionário também deixam claras a preocupação com os "melhoramentos" da lavoura, com as mudanças técnicas e administrativas que nela deveriam ser introduzidas. Contudo, o problema central a ser resolvido eram a tecnologia rudimentar e a baixa produtividade da agricultura escravista brasileira. Uma característica que a tornava cada vez menos competitiva diante de uma agricultura internacional que começava a incorporar com mais vigor a mecanização e a química aplicada.⁴⁰⁸

⁴⁰⁷ CONGRESSO AGRICOLA DO RIO DE JANEIRO, 1878. pp. 125 e 126.

⁴⁰⁸ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 252- 253.

Os debates efetivamente realizados em torno das questões técnicas e produtivas foram ofuscados, centrou-se nos temas principais já citados. Estes foram levantadas por uma minoria de participantes, recebendo quase sempre uma abordagem pontual e apressada, que apontava, como vimos, para a necessidade geral de desenvolver a educação dos produtores. Ao que parece a maioria dos grandes proprietários confiava no potencial de continuidade do seu sistema extensivo de produção, desde que continuasse dispondo de crédito barato e mão de obra. “As longas discussões sobre a conveniência ou não de importar trabalhadores asiáticos, ou sobre as bases para a criação de um banco de crédito real ocuparam muito mais tempo do que as reflexões sobre a maneira de aumentar a quantidade e a qualidade da produção.”⁴⁰⁹

Diante deste contexto, de certa forma confuso quanto ao caminho que deveria ser tomado, alguns discursos dissonantes tornam-se ainda mais interessantes e possibilitam o conhecimento da postura de uma minoria quanto aos usos dos recursos naturais. Assim, a fala de Manoel Ribeiro do Val, um lavrador de Paraíba do Sul, buscou privilegiar as questões relativas a produção e ainda abordou aspectos ecológicos da mesma. De acordo com este lavrador configurava-se como um grande erro grave conjecturar que a deficiência apresentada pela nossa produção fosse proveniente exclusivamente da falta de braços e verbas. Explica ainda, que apenas os que não buscavam se informar ou não acompanhavam e examinavam de perto o nosso sistema de explorar o solo sem arte e ciência, e o caminho que a lavoura tem seguido, e as revoluções meteorológicas e mudanças climatéricas que tinha passado o Brasil naquele último quarto de século, é que pode acreditavam na observação simplificada dos problemas.⁴¹⁰

Embora alguns fazendeiros destacassem, no conjunto de defesa da educação, o ensino de técnicas como a escolha das terras apropriadas a certas e determinadas “[...] culturas; a sementeira, transplantação, pódas, enxertias, colheitas, melhoramento do solo por meio de adubos, estrumes, irrigação, drenagem, etc,” uma preocupação mais ecológica era rara.⁴¹¹ Assim, em várias partes do documento do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro aparece como necessidade dos fazendeiros a utilização das máquinas na lavoura e junto o estudo dos tipos de solo, visando a maior produtividade. Mas na opinião de Manoel Ribeiro do Val era preciso atentar que a crise resultava de aspectos fundamentalmente ecológicos,

⁴⁰⁹ *Idem.*

⁴¹⁰ CONGRESSO AGRÍCOLA, *Op. Cit.*, p. 163.

⁴¹¹ *Ibidem*, p. 251.

resultantes dos "efeitos negativos da nossa plantação". A prova disso estava no fato de que "quando nos bons tempos tínhamos chuvas abundantes de princípios de agosto até fins de maio do ano seguinte, intercaladas apenas por um curto veranico, que nunca excedia 15 dias, colhíamos abundantes roças e boas safras de café". Agora os produtores tinham que se deparar com a irregularidade das estações, a falta de chuvas, o aumento das temporadas de seca, o empobrecimento biológico dos cafezais, as pragas, as formigas a "degeneração das plantas, dos animais e até da nossa própria raça".⁴¹²

No que dizia respeito a produção cafeeira, Ribeiro do Val observou que esta vinha apresentando declínio, embora tivesse sua área aumentada, assim como o número de trabalhadores empregados. Caso este sistema de exploração continuasse, de nada adiantaria o governo aumentar o fornecimento de capitais e braços à grande lavoura, pois "é fácil de prever-se que ela, com estes recursos, tratará unicamente, como até agora, de explorar o resto de suas matas, e não de melhorar sua produção, que é o essencial, adiando por mais alguns anos a sua queda, mas não evitando que ela se realize, e então ainda mais desastrosamente."⁴¹³

O que se tinha por certo era que causa principal do problema deveria ser compreendida através de uma análise do sistema de exploração em vigor. Pádua, ao analisar as falas do congresso destaca que por conta deste sistema:

(...) a natureza, que havia sido "pródiga e liberal para conosco em nossa infância", estava hoje retirando-se e negando "água e pão do Norte ao Sul". O município de Vassouras, que antes fora o mais rico produtor de café, estava agora em decadência, devido "unicamente ao exaurimento do terreno e não à falta de braços e capitais". As grandes cidades produtoras do vale do Paraíba estavam decaindo em diferentes graus de intensidade, "conforme a maior ou menor quantidade ainda existente de suas matas, e a natureza fria ou quente dos seus terrenos", sem deixar atrás de si "nem ao menos vestígios de uma outra qualquer indústria". Algumas já estavam tornando-se "centros mortos, sem atividade, sem escola, sem alunos, sem indústria". A fértil província do Rio de Janeiro, com "a rotina que vai

⁴¹² *Ibidem*, pp. 163-164.

⁴¹³ *Idem*.

seguindo", em breve ficaria "abandonada ao sapé e ao capim melado."⁴¹⁴

O método mais apropriado para implementar esta reforma seria a criação de núcleos de colonização, especialmente de colonos "anglosaxões" ou "centro europeus". Tais núcleos seriam "exposições permanentes do trabalho e da indústria", introduzindo a "ciência agrícola", o "arado", a "estrumeação", a "poda", a "criação" e outras práticas semelhantes. Esta "pequena lavoura educada" serviria de amparo, auxílio, de escola e farol" para a grande lavoura. Os núcleos de colonização, com o tempo, tenderiam a apoderar-se "de uma grande parte dos terrenos improdutivos da grande propriedade que, forçada pela necessidade, pelas heranças e pela falta de braços, e mesmo pelo abandono, irá cedendo impreterivelmente ao colono o excesso dos seus terrenos em proveito de ambos e, ainda mais, do país".

Além disso, ganhou espaço nos debates a dita bem sucedida colonização do Sul do Brasil que, acreditava-se, deveria ser introduzida na própria província do Rio de Janeiro, coração da grande lavoura nacional, de forma a "refazer suas forças produtivas". Este processo tinha que ser realizado com urgência, enquanto esta região ainda possuísse "restos de sua antiga grandeza e fertilidade" e pudesse atrair "a cobiça e o interesse imediato do colono".⁴¹⁵

É interessante observar que, no conjunto das falas do Congresso, o discurso de Ribeiro de Val, apesar de ter sido um dos mais profundos eloquentes do encontro, não provocou grande reação nos participantes. De modo que não foram registradas perguntas, interpelações ou brados de apoio ou protesto, como geralmente ocorreriam em outros pronunciamentos. A sessão do dia foi encerrada logo após o discurso, sem maiores comentários, e os oradores das sessões seguintes não o mencionaram ou o tomaram como referência. Segundo José Augusto Pádua, as críticas como a do senhor Riberio do Val:

(...) possivelmente, não faziam parte do leque de questões que os outros fazendeiros estavam interessados em discutir. Ou então, sob outra perspectiva, eram questões que eles evitavam discutir, pois seu real enfrentamento implicaria

⁴¹⁴ PÁDUA, *Op. Cit.*, p. 263.

⁴¹⁵ CONGRESSO AGRÍCOLA, *Op. Cit.*, p. 161 a 163.

mudanças profundas nas práticas e estruturas firmemente estabelecidas.

A menção ao relacionamento entre crise produtiva e degradação ambiental ocorreu de maneira apenas ocasional em alguns dos outros oradores, e mesmo assim de forma ligeira e superficial. É verdade que uma representação de lavradores de Juiz de Fora e Paraíba do Sul chegou a afirmar que "a agricultura extensiva, tal qual se pratica e se praticará por muito tempo ainda, longe de melhorar as terras e produzir incremento no valor da propriedade, tende ao assolamento e à degradação".⁴¹⁶

No quadro geral do encontro o que prevaleceu foi um modo desatento e indiferente de observar a situação da lavoura e seus aspectos ambientais. O avanço da fronteira do café era visto como algo extremamente positivo e resultado do progresso sem qualquer consideração quanto às consequências negativas dos métodos que estavam sendo utilizados, principalmente no que tange à destruição florestal. Parece correto afirmar, pelas evidências disponíveis, que esta última postura era amplamente dominante entre os senhores de café, apesar das poucas vozes que começavam a surgir, representadas no congresso por Ribeiro do Val, destacando a tecnologia predatória, a destruição das matas, os desequilíbrios climáticos e a esterilização dos solos como causas imediatas e centrais na crise geral que assolava o vale do Paraíba.

Constataram-se, ainda, intervenções de fazendeiros contrários aos saberes e teorias tecnocientíficas, e ainda mais aos seus representantes. Um dos oradores, Manoel P. de Souza Arouca, da província de São Paulo, assim iniciou sua intervenção: "Nada de sábios, nada de teorias (Apoiados, muito bem). O país é de prática; é de ação e não de inação e de frases (Muito bem). O país precisa de homens e não de ideias (Apoiados). O país precisa de realidade e não de fantasias [...]".⁴¹⁷ E elogiou o ministro que tivera a ideia de "consultar o eco do interior", diferentemente da maioria das vozes situadas na Corte.

No entanto, as concepções de que a situação da agricultura nacional merecia um olhar ecológico não devem ser vistas como um fenômeno histórico singular, pois estas se inserem, embora indiretamente,

⁴¹⁶ PÁDUA, *Op. Cit.*, p. 255.

⁴¹⁷ CONGRESSO AGRÍCOLA. *Op. Cit.*, 1988. p.135

em uma corrente de pensamento que fazia-se timidamente presente no Brasil desde o século XVIII. Muitos daqueles que partiam para estudos no continente europeu, inspirados em escritos científicos e botânicos, passaram a produzir os seus escritos e memórias chamando a atenção para a forma como os recursos naturais eram utilizados com descaso no Brasil. “Este grupo, em geral, era formado por discípulos mais diretos do naturalista ítaloportuguês Domingos Vandelli, cujas lições incluíam uma forte crítica da destruição ambiental em Portugal e suas colônias.”⁴¹⁸ Acreditavam que tratava-se de uma mentalidade herdada do período colonial, já que dilapidava de forma inconsequente um rico conjunto de formações e recursos naturais que seriam fundamentais para o desenvolvimento futuro do país. Esta tradição original de crítica ecológica brasileira, que encontrou sua formulação mais ampla e consistente nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva⁴¹⁹, influenciou toda uma linhagem posterior de intelectuais que garantiram a sua continuidade ao longo do período monárquico.

A observação do meio natural e os avanços considerados importantes para seu melhoramento ganharam fôlego a partir da segunda metade do século XIX. Segundo José Murilo de Carvalho, foi a partir de 1850 que o governo sentiu-se forte para enfrentar o problema da escravidão, da estrutura agrária e da imigração.⁴²⁰ Foi a partir daí que o Imperador passou a apresentar seus projetos com mais desenvoltura, e também do contato com os chamados sábios da Europa e dos Estados Unidos. Iniciava-se a construção da imagem símbolo de seu reinado: a do imperador mecenas, do “sábio imperador dos trópicos”.⁴²¹

Periódicos nacionais e estrangeiros chegavam ao monarca, que certamente por meio deles se atualizava sobre os avanços da ciência e da técnica. Entre as “invenções” noticiadas com destaque, as do químico

⁴¹⁸ PÁDUA, José Augusto. “Cultura esgotadora”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, outubro 1998. pp. 134-163.

⁴¹⁹ José Bonifácio escreveu em diversas ocasiões sobre as questões candentes no Brasil e, escrevendo especialmente sobre a questão ambiental, desenvolveu importante crítica sobre a natureza do Brasil. Para uma reflexão acerca de sua produção consultar a obra de José Augusto Pádua, *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

⁴²⁰ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p.236.

⁴²¹ SCHWARCZ, Lília, *Op. Cit.*, p.126.

alemão Justus Liebig,⁴²² que provocavam uma verdadeira “revolução” na agricultura, podem ter aguçado o interesse do imperador⁴²³ – que de certa forma incentivava a introdução, no Brasil, das transformações que proporcionavam o aumento da produção e a melhora da qualidade agrícola.

Na segunda metade do século XIX igualmente intensificaram-se a circulação desses conhecimentos. Muitos periódicos e revistas de divulgação científica anunciavam a possibilidade de maior produtividade e qualidade dos produtos extraídos da natureza, e agricultores de várias partes do mundo buscavam informações sobre o assunto. Observa-se do mesmo modo neste período o surgimento de muitas sociedades e institutos que viriam a atuar em torno desta temática.

De acordo com Begonha Bediaga, em seus estudos sobre o surgimento do *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, o governo imperial buscava aprimorar suas relações com os proprietários, pois era sua base de sustentação política. Dessa maneira, segundo a autora, os institutos agrícolas originaram-se como locais onde o governo buscaria agregar produtores rurais a implantar projetos “modernizadores” para a agricultura, porém sem grandes reformas do modelo agroexportador vigente naquele momento.⁴²⁴ No entanto, a extinção do regime escravista, que era um ponto de tensão entre as partes, era de modo geral sugerido

⁴²² Entre as contribuições de Justus Liebig para a agricultura, podemos destacar que uma das mais relevantes foi a identificação da função dos elementos minerais na composição do solo e na nutrição vegetal. Este renomado químico alemão demonstrou que, além dos elementos orgânicos encontrados no esterco, nas folhas secas, em restos de alimentos etc., o vegetal necessita também de elementos inorgânicos como zinco e ferro. A teoria teve grande impacto na agricultura ao conferir poderes ilimitados ao conhecimento da composição do solo e, por conseguinte, instaurar a possibilidade de recomposição do solo por meio de adubos. Para mais informações ver: BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. *Marcado pelo própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*. Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado, 2011. Especialmente o capítulo 4.

⁴²³ Uma evidência do interesse de D. Pedro II a respeito dos estudos de Justus Liebig encontra-se na carta de Capanema ao monarca informando que já escrevera ao químico alemão com a intenção de marcar um encontro entre ambos, em Munique, na primeira viagem de D. Pedro II à Europa. *Carta de Capanema a D. Pedro II* de 23/05/1871 (Museu Imperial, Arquivo Histórico, Arquivo POB, maço 160, doc. Doc. 7411). Apesar de a carta ter sido escrita uma década depois, não deixa de ser significativo o interesse do monarca em encontrar-se pessoalmente com o químico.

⁴²⁴ BEDIAGA, *Op. Cit.*, p. 24.

por estes institutos, que advogavam o uso de maquinarias agrícolas, ou ainda defendendo a fixação de imigrantes nas fazendas, ou ainda apontando os benefícios obtidos pela agricultura em outros países.

Por sua vez, a análise de Tamas Szmreczányi aponta de forma precisa, embora resumida, as motivações para a fundação dos institutos agrícolas (que o autor denomina estações agronômicas), como resposta do Estado às insatisfações dos proprietários rurais com o fim do tráfico de escravos:

Foi a partir da proibição do tráfico que se começou a cogitar mais seriamente (ao lado da imigração subsidiada de trabalhadores livres do exterior para substituir a mão de obra escrava) da implantação pelo governo de estações agronômicas para testar e introduzir no país tanto novas variedades de plantas e animais, como métodos mais modernos de cultivo e criação.⁴²⁵

Mesmo antes da criação dos institutos por todo o país, a partir da década de 1850, indivíduos do governo e homens das ciências que se ocupavam do tema vinham destacando a importância de se discutir as melhorias na agricultura. Em algumas revistas do período temos interessantes apontamentos, como por exemplo os escritos de Guilherme Schüch Capanema⁴²⁶ na *Revista Brasileira*.⁴²⁷ Partindo da análise dos acontecimentos da Exposição Universal de Paris, em 1855, Capanema traçava um diagnóstico bastante negativo do sistema agrícola no Brasil, chamando a atenção do fato de que os proprietários utilizavam o solo até

⁴²⁵ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 50.

⁴²⁶ Guilherme Schüch Capanema foi um destacado homem das ciências, com formação no Imperial Instituto Politécnico de Viena (1841-1846) como bolsista do Imperador. Professor da Escola Militar — posteriormente denominada Escola Central e, mais tarde Escola Politécnica — até a década de 1870, era amigo pessoal e uma espécie de consultor de D. Pedro II, que frequentemente lhe solicitava opiniões acerca de assuntos científicos. Além de ter ocupado cargos em instituições como Museu Nacional, SAIN, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Sociedade Vellosiana e Palestra Científica, Guilherme Capanema foi um dos idealizadores e líderes da Comissão Científica de Exploração, na década de 1850.

⁴²⁷ CAPANEMA, Guilherme. Fragmento do relatório dos comissários brasileiros à Exposição Universal de Paris de 1855, *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t.1, 1858, p.218-240.

a exaustão, sem preocupar-se com a necessária reposição de nutrientes. Ao apontar outros aspectos do atraso, Capanema igualmente enfatiza a fragilidade de uma economia exportadora que disputava espaço com países que há muito vinham se modernizando, e acrescentava que se nada fosse feito os alimentos teriam que ser importados e a nossa lavoura entraria em colapso. Conclui sua análise mostrando que o estabelecimento rural que propunha deveria vincular a silvicultura às suas atividades, e alertava sobre o risco de nossas florestas se transformarem em desertos por conta da escassez de madeira e água, que acreditava ocorrer em curto prazo.

Os institutos agrícolas foram criados no bojo de um movimento de divulgação de conhecimentos científicos e com expectativas de ampliar o conhecimento da realidade da produção agrícola e adaptar estes a experiências que objetivassem incrementar a lavoura nacional. Com atuações como a da *Comissão Científica de Exploração*, entre 1859 e 1861, os objetivos estavam em consolidar as ciências nacional e, por consequência, legitimar os pesquisadores e as instituições científicas do Império.⁴²⁸ Embora houvessem muitos entraves e mesmo incompreensões, o resultado de tudo este esforço foi um movimento em defesa do conhecimento nacional e de suas riquezas encabeçado por cientistas brasileiros. Deste modo, as discussões acerca da agricultura passaram a trazer embasamento científico e a congregar aqueles indivíduos letrados que preocuparam-se com o futuro da lavoura.

Dentro deste aspecto de “organizações em prol da lavoura” é preciso destacar a atuação de uma imprensa especializada e vinculada com algumas entidades ligadas a agricultura. Em termos de relevância histórica para aqueles que dedicam-se a estudar nossa história agrária os exemplares de *A Lavoura*, *O Auxiliador* e da *Revista Agrícola* possibilitam conhecer detalhes importantes das discussões, inovações e das políticas públicas relacionadas a agricultura. Seus principais objetivos eram divulgar os conhecimentos acerca das atividades rurais, promover o debate sobre as novas tecnologias e ciências que despontavam na Europa e nos EUA em prol da agricultura e suas adaptações à realidade brasileira, além de discutir a ‘crise’ da mão de obra e a sua substituição por colonos e propagandear o uso de máquinas e instrumentos agrícolas. A missão pedagógica destes escritos se traduzia em ensinamentos ao leitor sobre as vantagens de abandonar as práticas agrícolas tradicionais e rotineiras e

⁴²⁸ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, São Paulo, Hucitec, 2009, p.61.

incorporar novos hábitos no trato com a planta e o solo, com apresentação de exemplos advindos, principalmente, dos países chamados civilizados.

4.2. AS IDEIAS DA SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO PARA MUDANÇAS NA AGRICULTURA E ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Na conjuntura atual brasileira uma significativa parcela da mão de obra atua no setor agrícola e isso faz com que a tal temática ocupe lugar de relevância nas discussões sobre desenvolvimento econômico no país. Significativa ainda tem sido a mobilização de trabalhadores sem acesso à terra própria por todo o território, reivindicando algo que vem sendo discutido a longo tempo no Brasil: o direito à terra para os que nela trabalham. Segundo Lucília Siqueira, na fronteira entre a exclusão e a inserção social, entre o acesso e a expulsão da terra, estão estes contingentes pobres para os quais a reforma agrária nunca sobrevém.⁴²⁹

Durante sua existência, a SCI buscou aliar o discurso em defesa da imigração de europeus com as ideias de mudanças na situação da agricultura nacional. A opinião geral dos membros baseava-se na ampla sensação de que o Brasil atravessava uma grave crise de atraso técnico e falta de conhecimentos para implantar avanços na melhoria da produção. Como vimos, muitas discussões buscaram estabelecer soluções, no entanto, era preciso considerar a dimensão territorial e atentar para o fato de que as diferenças regionais, de clima, solo e mesmo de colonização, necessitavam igualmente de atenção. Embora apoiassem, em certa medida, os discursos que defendiam a adoção de maquinário para a melhoria da agricultura, o que desejam mesmo era que:

(...) a evolução verdadeira e racional, a bem da transformação com caracter pratico e generalizado deve ser a organização da *pequena propriedade* e a localização de gente laboriosa e morigerada em fazendas já de todo abandonadas, mas dotadas de terras excelentes e servidas por optimos meios de comunicação.⁴³⁰ (grifos do original)

⁴²⁹ SIQUEIRA, Lucília. Pensar o país para os que vivem entre o latifúndio e a exclusão: o projeto agrícola de Andre Rebouças. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: n° 27, dez. 2003, pp. 241-254. (p.241)

⁴³⁰ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* n° 65, março de 1890, p. 6.

Seja em escritos ou nos pronunciamentos feitos pelos membros da SCI nos diferentes espaços, a ênfase na agricultura nacional associava, em certa medida, ideias de cunho ambiental e ecológico de observação e mesmo de preservação dos recursos naturais. Como vimos até aqui, tal questão ganha fôlego especialmente nos discursos onde a escravidão é apontada como entrave a modernização agrícola, assim acreditava-se que os negros eram incapazes de refletir ou mesmo preocupar-se com a forma como vinham sendo explorados os recursos naturais como o solo, as águas, as florestas e ainda os animais.

Temos portanto um quadro que vem sendo explorado pelos historiadores ambientais, que buscam compreender de que maneira aquela sociedade dos Oitocentos lidava com seu meio natural e como algumas vozes passaram a advertir sobre a necessidade de cuidado e uso consciente da natureza. Além disso, a natureza era nosso maior atrativo, e sobre este aspecto Roberta Barros Meira destaca que:

Ao eleger tal mote para figurar como um dos principais atrativos do Brasil expressava-se uma visão fortemente ligado ao meio rural. Atribuindo ao país sua mais costumaz representação na época, não só na escrita dos estrangeiros, mas dos próprios brasileiros, fortalecia-se aquela que seria a principal bandeira da elite agrícola do país até os tempos atuais: a vocação agrícola. Bandeira esta, que como se pode facilmente notar nas descrições presentes nos relatórios, artigos de jornais, livretos, trabalhos apresentados nas exposições, dentre outros, teve uma forte consonância com as alusões à natureza.⁴³¹

Contudo, não tratava-se apenas de evocar as a natureza em descrições de beleza da paisagem para enaltecer o seu espaço privilegiado na formação da identidade nacional do Brasil. Mais importante do que isto, tal ênfase estava aliada aos benefícios econômicos que daí resultariam a partir de um uso que deveria ser cada vez mais ancorado em princípios científicos. Assim, com vistas a destacar as benesses econômicas que o imigrante poderia alcançar caso adquirisse um lote de terras no Brasil, passou-se a destacar características como a amenidade

⁴³¹ MEIRA, Roberta Barros. Entre a experiência e a fantasia: natureza, agricultura e imigração no Brasil do Império. In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n.23, p.85-98, 2014. p.87.

do clima, a pureza das águas, a fertilidade e a riqueza do solo, a abundância dos gêneros cultiváveis, entre outras.

A SCI também fez largo uso de propaganda da natureza para fins imigratórios. No entanto, a certa altura podemos perceber em seus discursos uma preocupação com o mau uso dos recursos naturais que vinha sendo exercido pela maior parte dos fazendeiros e agricultores. Na opinião que vinha se formando dentro do grupo, era preciso conscientizar sobre um provável futuro de escassez e mesmo de desastres climáticos como resultado desta exploração.

Nesse sentido, o jornal *A Imigração* publicou, em diversas oportunidades, artigos e pequenos textos apontando para alguns problemas ambientais, resultantes tanto da agricultura como do extrativismo, que o Império apresentava e que ainda nenhuma autoridade havia manifestando-se a respeito. Ao publicar tais opiniões acerca dos usos da natureza, o grupo da SCI demonstra uma clara intenção de aumentar as discussões sobre o atraso técnico e científico que o Brasil vivia naquele final de século. Além disso, esses temas reforçavam a ideia de que a grande concentração de terras nas mãos de poucos ocasionava um desconhecimento grave nos proprietários sobre as reais condições de suas propriedades, um descaso gravíssimo que levava ao esgotamento de diversos recursos.

Na opinião geral do grupo da SCI conhecimento agrícola deveria estar aliado a preservação dos recursos naturais. Aqueles que formavam a diretoria do grupo e ainda aqueles que atuavam em localidades fora da Corte, como no caso dos responsáveis pela fiscalização quando da chegada de imigrantes em Santos, possuíam largo conhecimento do funcionamento e da situação da agricultura nacional. Tal aspecto resultava da circularidade desses indivíduos por ocasião do desempenhar de suas funções profissionais. Deste modo, indivíduos como André Rebouças, Louis Couty, Alfredo Taunay e Beaurepaire Rohan, ao percorrerem diferentes localidades brasileiras do Império deixaram registradas suas impressões, aliadas ao seus conhecimentos científicos, e suas sugestões de melhoria e melhor aproveitamento de nossas riquezas.

A SCI retomou muitas das propostas realizadas nos Congressos Agrícolas, especialmente aquelas relacionadas à inserção do colono europeu e a divisão territorial em pequenas propriedades. Atentando especialmente para as questões agrícolas, as publicações buscavam trazer informações sobre os núcleos coloniais e suas culturas, mostrando as características climáticas necessárias para uma boa produção de certos gêneros, além de informações gerais da lavoura nacional. Estas informações podem ser encontradas na seção *A colonização no Brazil*, do

jornal *A Imigração*, onde a cada boletim mensal, e com informações enviadas pelos delegados das sociedades filiais, destacava-se uma localidade em todos os seus aspectos. Um exemplo desta descrição está neste trecho do *Boletim* nº 09, que trata das colônias da província do Espírito Santo:

Existem nesta província 4 colonias: Santa Izabel, Rio Novo, Castelo e Santa Leopoldina, compreendendo 10 importantes núcleos com a população total de 29,298 almas, nacionais e estrangeiros. Todas acham-se emancipadas do regimen official. (...) onde *predomina a pequena propriedade* e com correram no ultimo exercício com 4.712,500 kilogrammas de café para a produção total deste gênero exportado pela província: produção, que as estações fiscaes registram por 19.118,115 kilogramas.

A cultura do café ocupa de preferencia na província do Espírito Santo os terrenos montanhosos, os quaes, constituindo um systema de elevadas serras pertencentes à cordilheira geral que acompanha o litoral do Brazil, são cortadas por *infinidade de córregos, rios e mananciais*, formando inúmeros vales de prodigiosa fertilidade. Pôde assegurar-se, sem receio de errar, que não se acha ocupada com a lavoura do café a 30ª parte do terreno apto para tal cultura, existindo os terrenos desaproveitados e *extensas mattas virgens*. (...) os terrenos devolutos, pela *uberdade de seu sólo agrícola*, riqueza d'água nativa, altura sobre o mar, extensa linha de estabelecimentos coloniaes e finalmente pela amenidade de seu clima e proximidade do litoral, constituem incontestavelmente a província do Espírito Santo como a mais apta para a grande colonisação.⁴³² (grifos meus)

A ênfase nos aspectos naturais permeavam as notícias sobre os núcleos coloniais no jornal, além do destaque conferido a sua produtividade enquanto pequenas propriedades. Tornava-se importante mostrar aos pretensos colonos, e aos que desejavam se inserir nos trabalhos de colonização, que o Brasil possuía uma natureza a ser

⁴³² A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 9, 1885, p. 6.

transformada e melhorada para fins agrícolas e somente o bom conhecimento dos imigrantes europeus poderia conferir ao país o melhor aproveitamento de seus recursos naturais.

Contudo, como a própria notícia afirma, boa parte destes terrenos deveria ser ocupada pela cultura do café, pois haviam “terrenos desaproveitados e extensas mattas virgens” e o avanço só depende da colonização para retirar da terra tudo o que ela poderia oferecer. Havia uma grande crença por parte da SCI de que o Brasil deveria incrementar a sua produção por meio da difusão de conhecimentos técnicos relativos aos trabalhos agrícolas. A defesa de um ensino técnico voltado a lavoura, como vimos, vinha sendo cada vez mais associada as mudanças necessárias também a melhoria econômica da agricultura.

Esta última preocupação possuía um evidente vínculo com uma outra, cara às leituras e apropriações iluministas, e que se ancoravam principalmente em certa ideia de “razão”: o estado de “civilização” dos povos. Em uma leitura fisiocrata do mundo natural e da realidade social, a preocupação e a valorização de atividades ligadas à terra deveriam possuir preponderância perante outras atividades. A agricultura, então, era tida como a “mãe do Gênero Humano”.

Além disso, no bojo da defesa da SCI por um aumento na produtividade agrícola e na mudança de modelo; saindo do latifúndio para as pequenas propriedades rurais, estava a ideia de que a verdadeira vocação do Brasil era fornecer matérias primas para a Europa. Este posicionamento explica, de certo modo, o fato de que a SCI se opunha à industrialização. Taunay, por exemplo, por várias vezes argumentava que o Brasil deveria buscar cada vez mais desenvolver o seu “monopólio natural em relação ao café, ao cacau e à borracha”, e adquirir os manufaturados que necessitasse na Europa, ao invés de investir em sua própria industrialização.⁴³³ Dizia que o pensamento deveria ser o seguinte:

É preciso considerar que são os estrangeiros que consomem em maior escala os gêneros da Europa a que estão habituados, e assim fazem subir a importação. Eis o grande pensamento comercial: ligar as praças e os centros de produção americana, por meio de incessante e imprescindível permuta de produtos que não sejam similares, que sejam dissemelhantes. Dos países intertropicaes irão

⁴³³ *Ibidem*, Boletim nº 63, 1890. p.3.

muitas matérias primas para nos voltarem transformadas.⁴³⁴

Além disso:

Num país novo como o nosso, as indústrias, além da concorrência estrangeira de produtos similares, tem de lutar com o preço exagerado do salário e da matéria prima, por vezes importada de outros países. Por esse motivo só a lavoura e as indústrias que á ella mais intimamente se prendem, podem dar resultado satisfactorios. De modo que a aspiração primordial de todo e qualquer governo deve ser o aproveitamento do solo pela subdivisão das propriedades.⁴³⁵

Essa orientação de apreensão do mundo social e do mundo natural, com sua forma utilitarista e seu valor econômico fundamental advém, principalmente, de um fluxo de ideias francesas conhecida como *fisiocracia*.⁴³⁶ Um modelo de progresso que ancorava-se principalmente nas atividades rurais, distanciando-se, entretanto, nas apropriações dos letrados no Brasil, dos projetos que defendiam “a vocação agrícola com base em uma certa concepção conservadora de vantagem internacional comparativa”.

Nessa apreensão do mundo natural, como bem enfatiza José Augusto Pádua, existia uma clara hierarquia de prioridades em relação às atividades a serem postas em prática. Tal leitura do mundo natural destacava a agricultura como fonte real da riqueza e, desse modo, lançava duras críticas a um conjunto de práticas, entendidas como pouco racionais no “Antigo Regime” europeu, dentre as quais, o absenteísmo e o artificialismo, assim como, “o escravismo e as demais atividades que

⁴³⁴ *Ibidem*, Boletim nº25, 1886. p. 3.

⁴³⁵ *Ibidem*, Boletim nº 27, 1886.p. 2.

⁴³⁶ A escola econômica fisiocrata, principalmente a partir do pensamento de François Quesnay e Richard Cantillon, tinha como objetivo maior aproximar a ordem econômica do que entendiam ser a ordem da natureza. Em suas obras, as metáforas naturais serviriam para melhor compreender o funcionamento da economia. Quesnay, que era médico, se utilizava da metáfora do corpo humano, a interação funcional dos órgãos e a circulação do sangue. Por outro lado, Cantillon, comparava a sociedade a uma árvore: a agricultura seria a raiz; a população, o tronco; e as artes e comércio as suas folhagens. Ver: PÁDUA, José Augusto. “*Um sopro de destruição*”: *Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786 – 1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

promovessem a ociosidade dos proprietários rurais. O ideal da escola fisiocrata era essencialmente produtivista”.⁴³⁷

O ideal de produção agrícola, na opinião da SCI, deveria estar vinculado a um amplo conhecimento das potencialidades agrícolas de cada região do Brasil, que aliados a um bom planejamento migratório, garantiria a ocupação do espaço por indivíduos que se empenhariam em desenvolver as culturas certas, garantindo sucesso aos núcleos coloniais. Para tanto, fazia-se necessário levar tais informações aos colonos agricultores, tanto antes de sua escolha pela localização de fixação, como posteriormente quando do início dos cultivos. Em decorrência deste pensamento, observamos uma significativa publicação de guias e manuais direcionados aos agricultores e amplamente baseados nos conhecimentos científicos que vinham adquirindo espaço nas análises do mundo natural. Estes manuais continham as mais variadas informações sobre cultivo, ferramentas, clima, entre outras coisas.

O diferencial na tentativa dos membros da SCI em divulgar informações agrícolas de maneira pedagógica estava no fato de que seu público alvo eram os pequenos agricultores, os imigrantes europeus que, embora pudessem ter conhecimentos de agricultura e pecuária, necessitariam saber os condições de cultivo que encontrariam nas diversas províncias do Brasil. Isso porque, de maneira geral, os manuais e informativos que vinham sendo publicados no Brasil desde o início do século XIX eram claramente direcionados a produção da grande lavoura. Segundo Rafael Marquese:

(...) entre 1820 e 1870, a preocupação em estabelecer um padrão técnico adequado para a produção de café e de açúcar no Império do Brasil, e a defesa do aprimoramento da gestão da mão de obra com vistas ao aumento da eficiência do trabalho escravo, calcado no arcabouço conceitual da Economia Política, muitas publicações procuraram fornecer uma articulação teórica para reflexão sobre o gerenciamento da agricultura escravista brasileira.⁴³⁸

⁴³⁷ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição... Op. Cit.* p. 47.

⁴³⁸ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 157.

Dentro de tal intento foi também publicado, na primeira metade do século XIX, o *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay. Segundo Bonzatto:

O manual do agricultor brasileiro foi uma obra indispensável a todo o senhor de engenho, fazendeiro e lavrador, e aos seu especial modo de produção, pois oferecia noções exatas sobre todos os gêneros de cultura em uso, ou cuja adoção for profícua, e também um resumo de horticultura, seguindo de um epítome dos princípios da botânica e um tratado das principais doenças que atacam os negros.⁴³⁹

Seguindo esta perspectiva, a SAIN lançava a Revista “*O Auxiliador da Indústria Nacional*”, que começou a ser editada em 15 de janeiro de 1833 e permaneceu noticiando mensalmente, até 1892. Nesta publicação os interessados em agricultura poderiam encontrar, memórias, tabelas, artigos estrangeiros e nacionais, atas, relatórios, pareceres que tratavam sobre os mais variados assuntos que transcrevia artigos estrangeiros e nacionais, divulgava ensaios, memórias e guias práticos. A maioria dos textos tratava da necessidade de aperfeiçoar o preparo do solo, as técnicas de sementeiras, de colheita, de beneficiamento dos produtos agrícolas, sobretudo daqueles que tinham maior importância econômica, tais como cana-de-açúcar, café, algodão, tabaco, borracha, cacau, mandioca, feijão e arroz. A SAIN também manteve, desde 1871, uma escola noturna de instrução elementar para adultos, uma das primeiras criações deste gênero, e também uma escola industrial.

Com é possível observar, não se tratou de uma iniciativa exclusiva da SCI, mas de uma tendência inserida naquele contexto onde entendia-se que “a agricultura é a nossa máxima manufatura”. Embora houvessem aqueles que discutiram longamente a “opinião de que o rigor de nosso clima é um obstáculo ao desenvolvimento da indústria fabril” e que a uberdade da terra predestinaria o país como nação agrícola, a sua defesa era ampla e contava com fortes meios de divulgação difíceis de serem ignorados. No entanto, a visão de progresso não estava excluída do horizonte neste projeto de nação agrícola, haja vista a necessidade de sistematizar cada vez mais o trabalho sobre a natureza para a obtenção de

⁴³⁹ BONZATTO, Eduardo Antonio. *Pedagogia e Escravidão: fragmentos de espelho distante, memórias agrícolas do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999. p.70.

riquezas. A produção econômica brasileira, segundo Hermetes Araújo, “realizava-se, desde os tempos dos engenhos, em um ritmo cadenciado, utilizando o braço cativo na divisão do trabalho e as rodas d’água e a força animal como principais fornecedores de força motriz”.⁴⁴⁰ Fazia-se preciso modernizar tais atividades, com maquinário adequado e com a ajuda dos imigrantes europeus, como já vimos.

O secretário da SCI, André Rebouças buscou trazer a público, em uma perspectiva didática, os meios para se obter a melhoria produtiva na lavoura e a sua modernização por meio de seu livro *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos*, que muitos de seus estudiosos definem como “a síntese efetiva do pensamento social de André Rebouças”.⁴⁴¹ O livro divide-se em três temas principais que são desenvolvidos ao longo de 68 capítulos. Os temas são: regiões do Brasil que possuem uma agricultura baseada em procedimentos comuns; apresentação de um modelo de projeto de lei; e o retorno constante aos princípios econômicos defendidos por Rebouças. Assim, em sua análise cada província é tomada de forma particular, com suas qualidades naturais diferenciados, e por isso recebendo a indicação dos procedimentos que devem ser adotados para benefício de sua agricultura – como o Paraná que “pôde produzir no quadro da exportação geral do Império: o trigo, a cevada e a avêa (...)”.⁴⁴²

Para fundamentar sua análise Rebouças faz amplo uso de relatórios sobre os estado da lavoura nas diferentes províncias, reunidos no *Relatório do Ministério da Fazenda: Estado da Lavoura*, editado no Rio de Janeiro em 1874. Por conta dessa sua fundamentação em documentos oficiais, o livro é eivado de estatísticas. Rebouças também procura dar cientificidade ao seu trabalho apresentando argumentos baseados em estudos científicos de botânica, agronomia, química e também estudos econômicos. Deste modo podemos afirmar que todo seu livro consiste de fato em um projeto civilizador para o Brasil por meio de princípios científicos. Por haver conhecido, por conta de seu trabalho, as diferentes regiões do país, Rebouças convence-se de que o país era uma nação que precisa de reformas, este é o intuito de seu livro.

Na batalha que travou na defesa das pequenas propriedades rurais, a SCI buscou evidenciar os males causados pelo grande propriedade e o

⁴⁴⁰ ARAÚJO, Hermetes Reis. Da mecânica ao motor: ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. In: *Revista Projeto História*, nº 23, nov. 2001, pp.151-167. p. 156.

⁴⁴¹ JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

⁴⁴² REBOUÇAS, André. *Op. Cit.*, 1988. p. 83-84.

sistema de *plantation* monocultora, em muitos casos descrevendo os danos ambientais gerados por esta. O barão Frederico José de Sant'Anna Nery, um propagandista da imigração com grande prestígio e colaborador da SCI na Europa, descreveu a constituição de uma grande plantação, de forma fictícia, que visava explicar como se davam as primeiras intervenções na mata para instalar a monótona paisagem dos cafezais:

(...) nós escolhemos na floresta um bom terreno, e consideramos como tal um terreno onde crescem certas árvores que conhecemos. A área para o café, uma vez escolhida, é roçada para arrancar as ervas ruins, os arbustos e os cipós. Realizada esta limpeza, nós mandamos derrubar, isto é abater as árvores. Terminadas estas duas operações, os trabalhadores ateiam fogo, e ordinariamente não nos damos nem mesmo o trabalho de arrancar os troncos que permanecem na terra. O terreno está purificado. Eis o momento de pensar na plantação. Dividimos a área em quadrados, ou quadros, e ali traçamos ao mesmo tempo os caminhos necessários para o transporte futuro do café para a fazenda.⁴⁴³

Ao estudar o impacto da cafeicultura na Mata Atlântica brasileira, Warren Dean destaca que a imensa intervenção que esta gerou na paisagem do Sudeste é ainda dificilmente mensurável.⁴⁴⁴ Além disso, a necessidade de transporte acarretava a abertura de estradas e caminhos menores, que dificilmente poupavam a floresta. Estes e outros fatores reforçavam a defesa da pequena propriedade rural onde, acreditava-se, seria mais viável existir um uso consciente do espaço natural.

A SCI buscava, por meio de seu jornal, mostrar que a pequena propriedade era altamente positiva para a diminuição da devastação ambiental e, embora não utilizasse tais termos, buscava destacar a negatividade de tal atividade para a própria economia nacional. Em pequeno artigo intitulado “*A pequena lavoura e a derrubada das mattas*” a SCI destaca o bom desempenho de seus produtos no ano de 1890:

⁴⁴³ NERY, Frederico José Sant'Anna. *Aux Etats-Unis du Brésil. Voyages de M. T. Durand, avec illustrations*. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1891. p. 71. (Tradução livre da autora)

⁴⁴⁴ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Foi de 2.633:854\$660 o movimento dos produtos da pequena lavoura com destino ao nosso mercado, no mez de julho findo. Em igual mez de 1889 foi de 750:120\$010, havendo no corrente anno uma diferença para mais de 1.883:734\$650, concorrendo para isso a lenha e o carvão com 1.825:606\$000. Esta é a informação da imprensa, mas perguntemos: que futuro está reservado ao município do Rio de Janeiro com a Horrerosa devastação das florestas? Urge pôr um paradeiro a tão cruéis derrubadas; do contrário, graves males se farão, dentro em breve cruelmente sentir. Entretanto, poucas esperanças temos de algumas providencias. Parece, pela organização de companhias de fornecer lenha, que as cousas tendem a tomar proporções medonhas.⁴⁴⁵

Em relação a este assunto, a *Gazetilha do Jornal do Commercio* de 12 de agosto de 1890 traz o artigo “*Devastação das Mattas*”, em que se refere aos esforços da Sociedade Central e Imigração neste aspecto:

Mais de uma vez temos lamentado, e comnosco toda a imprensa desta capital, qie é falta muito sensível de legislação florestal não se haja imposto sobre a derrubada das mattas que circumdam esta cidade e que se opéra, como é notório, em escala cada vez maior á porporção que avultão as necessidades crescentes dos produtos.

A este respeito é de toda a justiça recordar que nos últimos tempos, impressionada pelos algarismos a que se tem elevado a produção das referidas mattas, a Sociedade Central de Immigração tem com frequência reclamado dos poderes públicos providencias atinentes a regular o direito de cada um nesta esfera de atividade que em nenhum paiz policiado é deixado ao arbítrio indefinido dos derrubadores, qualquer que seja o título com que se firmem para este efeito.

A semelhante necessidade procura prover o Sr. Ministro da agricultura, promulgando decreto que, no interesse as saúde pública, imponha termo a derrubada excessiva que ora é feita sem nenhuma

⁴⁴⁵ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 70, 1890, pp. 5 e 6.

responsabilidade, e ao mesmo tempo regule o uso do direito que aos proprietários assiste sobre as matas dos seus terrenos.⁴⁴⁶

A viabilidade da pequena propriedade era, na visão do grupo, condição necessária ao estímulo migratório e ganhou ênfase especial nos seus primeiros discursos e escritos. Contudo, com o passar do tempo, percebemos em seus escritos que tal defesa passa a incorporar uma certa tolerância com relação ao latifúndio. Não podemos precisar as razões para esta “tolerância”, o que percebemos é uma alteração de postura com relação a permanência dos latifúndios. Desta maneira, o brado inicial de “guerra ao latifúndio” cede lugar à propostas de complementaridade de produção, ideia especialmente desenvolvida por André Rebouças em seu livro *Agricultura Nacional*. Em sua opinião geral a fragmentação dos latifúndios, com conseqüente constituição de pequenas propriedades, estimularia o crescimento econômico através da valorização do trabalho. As terras ociosas deveriam ser taxadas de forma a desestimular sua conservação.

É verdade que esta recepção positiva da modernidade não ocorreu de forma totalmente incondicional. A modernização que se queria, com algumas exceções, estava relacionada muito mais com o progresso do mundo rural do que com uma opção pelo mundo urbano e industrial. A persistência de uma certa postura fisiocrática é bastante evidente neste caso. O mundo urbano chegou a ser percebido, em algumas passagens, como uma variante indesejável da modernidade europeia, pelo menos no que se refere ao seu estabelecimento no Brasil.

Sobre a disponibilização de terrenos a imigração, a SCI defendia que era preciso haver um olhar atento quanto aos elementos naturais ali existentes. Tais observações estavam inseridas no planejamento do imposto territorial que alguns membros da SCI, especialmente Taunay, estavam envolvidos. Em um dos tópicos ficava colocada como deveriam ser pensadas as reservas de terras:

Ficarão pertencendo ao Estado e não poderão entrar em venda como terras devolutas:

I. As florestas e cumiadas que alimentarem nascentes e correntes d’água.

⁴⁴⁶ JORNAL DO COMMERCIO, 12/08/1890, p. 04.

II. Lagos, lagoas, cascatas e quédas d'água que possam servir para abastecimento das populações ou para emprego industrial como força motriz.

III. Bellezas naturaes, como grutas...

IV. Fontes mineraes e thermaes de utilização therapéutica ou hygienica.

V. Minas, pedreiras e jazidas de mineraes.

Quando se descobrirem estas riquezas naturaes em lote já cedido e pago, far-se-ha (...) a desapropriação.

O conselho (...) de cada nucleo immigrantista fixará regras para utilização (...) dos rios, corredeiras e quédas d'água.

Aos immigrants e compradores de terras em geral será prohibido fazer derrubadas e queimadas nas mattas situadas em vertentes de seus lotes, nas divisas e em collocação que posam damnificar bens dos seus continantes."⁴⁴⁷

Algumas reuniões posteriores, os planejadores do imposto territorial enfatizaram que as terras possuidoras de recursos naturais deveriam ter taxaço diferenciada, conforme podemos observar em trecho publicado no Boletim nº10 do jornal *A Immiçração*:

Devem ser isentos do imposto os terrenos roteados e as florestas sujeitas á replantação ou á sylvicultura, á proteço de águas potáveis ou dos açudes para as irrigações e para o aproveitamento de forças hydraulicas. Neste último caso, os os seus proprietários aproveitam essas condições ou o Estado desapropria, quando seja mister, em vista do interesse publico. O peso do imposto só deve recahir sobre o terreno positivamente inculto em logares em que não deve sel-o: - taes são os terrenos baldios urbanos e suburbanos, marginaes ás ruas ou canaes, estradas de ferro, estradas de rodagem e caminhos viciaes."⁴⁴⁸

⁴⁴⁷ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº09, 1885, p.02.

⁴⁴⁸ A IMMIGRAÇÃO. *Boletim* nº10, 1885. p.04.

O reforço no discurso em prol da pequena propriedade passou a ser a demonstração de que este tipo de ocupação era mais rentável economicamente do que a derrubada das matas para obtenção de lenha, por exemplo. Vejamos este aspecto na publicação feita no *Boletim* nº69 do jornal da SCI, que traz uma comparativo de lucro entre a exploração da floresta e a produção das pequenas propriedades do entorno da cidade do Rio de Janeiro:

Figura 15: Recorte do Boletim nº 69 de *A Imigração*, 1890

Simplesmente horrivel	
Sim, é simplesmente horrivel a estatistica do que tem rendido a derrubada das mattas no primeiro semestre do anno corrente de 1890.	
« A derrubada de mattas, diz o <i>Jornal do Comercio</i> , criminosa exploração pelo molo por que é feita, que exige severas medidas de repressão o que em tanto tem concorrido para a falta de agua e para o apparecimento de molestias epidemicas, forneceu ao nosso mercado lenha, carvão, dormentes e diversas madeiras, no valor de 6,408:708\$820, como se vê pelo seguinte quadro:	
Janeiro	773:986\$300
Fevereiro.....	781:603\$200
Março.....	916:569\$300
Abril.....	1,204:702\$930
Maio....	1,319:486\$910
Junho.....	1,412:460\$150
Total.....	6,408:708\$820 »

Fonte: Jornal *A Imigração* – Hemeroteca Digital Brasileira

Considerando a derrubada das matas como algo que deveria ser considerado como um crime, pois além de baixo lucro, colaborava com uma série de males a população, como a falta de água e mesmo o aparecimento de moléstias, como destacado no trecho acima. Na sequência deste trecho, temos outro que buscava mostrar que nem tudo estaria perdido para aqueles que, conscientizando-se das limitações e da finitude dos recursos naturais, buscassem apostar nos benefícios que o cultivo de gêneros variados em pequenos propriedades já estava resultando. Como buscaram mostrar nas estatísticas publicadas no mesmo boletim do jornal:

Figura 16: sequência do recorte do Boletim nº 69 de *A Imigração*, 1890.

Consolemo-nos de tão terrível quadro, indicando o desenvolvimento da pequena lavoura em torno do Rio de Janeiro.

O movimento da lavoura, no mez de junho, comparado com os dos dous ultimos annos, foi o seguinte :

1890.....	3.180:842\$930
1889.....	663:456\$870
1888.....	174:224\$380

No 1º semestre de 1890, termino a 30 de junho, foi este o movimento da pequena lavoura:

Janeiro.....	1,278:638\$430
Fevereiro.....	1,327:298\$460
Março.....	1,599:472\$610
Abril.....	2,060:837\$900
Maió.....	2,257:397\$970
Junho	3,180:842\$930
Total.....	11,704:488\$300

Portanto, como buscamos relacionar até aqui, no que tange o estudo do pensamento em torno da política imigrantista, é preciso destacar a sua relação histórica com a agricultura e a natureza. Ao lado disso, compreender estes discursos apoiando-se na história ambiental poderá nos permitir perceber a estreita relação entre condições naturais, sejam estas cheias de ufanismo em torno da riqueza do solo brasileiro ou ainda dos discursos que buscaram mudar a realidade de esgotamento dos solos ocasionado pela prática de uma agricultura considerada arcaica. Nesse sentido, como afirma Donald Worster, a História Ambiental pode oferecer um conhecimento profundo da nossa cultura, das instituições econômicas, e das consequências das mesmas para a terra.⁴⁴⁹

Embora saibamos que a modernização agrícola não ocorrera em grande escala como desejava a SCI e tantos outros que sobre ela se debruçaram, não podemos deixar de observar que as expectativas em torno de uma agricultura mais científica, mais produtiva, e que não causasse abalos tão profundos na natureza como as práticas de cultivos até então adotadas no Brasil, fosse em parte concretizada com a adoção principalmente de inovações técnicas, como foi o arado. Ainda que, como disse Roberta Meira, quando nos detemos a observar suas consequências, percebemos que a destruição das matas em consequência das práticas agrícolas, da necessidade de combustíveis, da exploração de madeiras preciosas, também foram partes indissociáveis da história desses núcleos coloniais, com profundas implicações ambientais e socioeconômicas.⁴⁵⁰

De maneira geral, nem as queimadas nem o uso da enxada deixaram de fazer parte da realidade brasileira, fosse nos núcleos coloniais ou nas fazendas de café. No entanto, há que se considerar que esses imigrantes foram, em certa medida, responsáveis pela propagação do uso de novas técnicas agrícolas, que permitiram uma melhor exploração do solo e a reduziram a necessidade de uma agricultura itinerante. Assim, com o tempo, foi possível observar uma prática que alguns denominaram de sistema misto de cultivo, uma mistura entre o sistema intensivo e o extensivo, ou entre as antigas e as novas técnicas de cultivo.

⁴⁴⁹ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

⁴⁵⁰ MEIRA, *Op. Cit.*, p. 98.

4.3. A PEQUENA PROPRIEDADE E A DEMOCRACIA RURAL – IDEIAS SOBRE A CONCESSÃO DE TERRAS AOS IMIGRANTES E NACIONAIS

Diante de todo o contexto que pudemos observar até aqui na pesquisa, onde as reformas sociais aparecem como condição necessária a inserção do Brasil no “rol das grandes nações”, o grande objetivo da SCI estava em promover a distribuição de terras aos agricultores, o que denominavam de “democracia rural”. Contudo, para promover esta democracia faziam-se necessária uma série de mudanças. Portanto, esboçava-se neste momento diversas ideias do que poderíamos chamar hoje de “reforma agrária”. Trata-se de elencar algumas das propostas da SCI para este fim, bem como perceber como estava organizado o setor agrário nacional neste momento.

Assim, as condições dos trabalhadores, mesmo que livres, na cultura do café em meados do século XIX, ponto de inflexão do escravagismo no Brasil, estavam amplamente relacionadas à estreita mobilidade social a eles relegada pela ordem jurídica do Segundo Reinado. Foi nesse sentido que se concebeu a principal legislação do período sobre ocupação do território, a Lei de Terras geradora de efeitos de longa duração para a propriedade fundiária e o povoamento do país. A medida transformou as áreas devolutas em mercadoria comercializável pelo Estado. A obtenção de lotes agrícolas passava a se dar exclusivamente por meio de compra e venda, não mais por cessão gratuita em nome do sesmeiro ou do posseiro, como ocorria desde o tempo colonial.

A consequência do dispositivo foi impedir a maioria dos lavradores de ter acesso à propriedade da terra. E como os que imigravam para o Brasil eram geralmente europeus empobrecidos e sem recursos, não tinham como adquirir um lote de maneira legal, tornando-se propensos a fornecer sua força de trabalho para a grande lavoura, até que acumulassem meios necessários à compra de um terreno agriculturável. A nova legislação de terras sintetizava a diretriz restritiva, definidora do papel social do imigrante como mão de obra agrícola a se empregar nos latifúndios.

De acordo com André Rebouças, o modelo consolidado pela Lei de Terras constituiu obstáculo jurídico central ao desenvolvimento da pequena propriedade agrícola no Brasil, durante o século XIX, tornando-se um empecilho histórico à democratização do solo, com decorrências futuras para o país. Seus contornos formais vinham sendo delineados pela elite cafeeicultora do Centro Sul há mais de duas décadas, ou seja, desde o

final do Primeiro Reinado (1822-1831), como uma saída para a anunciada crise do escravismo. Sua promulgação, ocorrida no curso da experiência dos contratos de parceria, quando o fluxo imigrante de trabalhadores livres para a cafeicultura momentaneamente se fortaleceu, parecia confirmar o designio que estivera na base de sua concepção.

No período pós Independência, novas propostas visando a redistribuir a terra vieram à tona, inclusive por personagens de grande destaque, como José Bonifácio Andrada e Silva e o Padre Antônio Feijó. Neste grupo podemos citar ainda os liberais Ezequiel Corrêa dos Santos e o deputado Tavares Bastos. Em sua *Apresentação à Assembléia Constituinte* (1823), José Bonifácio, formulou uma série de propostas para a consolidação e a prosperidade do novo país, com vistas a transformar o Brasil numa nação integrada e civilizada ao molde europeu. Inspirando-se em ideias iluministas, Bonifácio defendeu a abolição gradual da escravidão e a concessão de terra aos libertos⁴⁵¹ e aos indígenas⁴⁵². Em determinado trecho, ele também mostrava-se favorável à desapropriação de terras de sesmarias incultas⁴⁵³, desde que seguida de redistribuição fundiária aos setores pobres, e ainda aconselhou a criação de uma espécie de Imposto Territorial.⁴⁵⁴ Contudo, para que todas essas medidas fossem de fato efetivadas, era necessário que o Estado viesse a desempenhar um papel fundamental, ideia essa do mesmo modo assumida mais tarde pelos abolicionistas liberais. Portanto, um discurso retomado, posteriormente, por vários dos envolvidos no projeto modernizador/reformador brasileiro.

Diversos autores contemporâneos ao Segundo Reinado ainda abordaram o tema da situação agrária. Citar todos tornaria a discussão um tanto ampla, mas citemos o nome de Tavares Bastos, político liberal que, na década de 1860, escreveu textos divulgando propostas reformistas, inclusive uma relativa à reforma agrária. Utilizando justamente esta expressão, Tavares Bastos defendeu a divisão das terras, (fazendo alusão a imigrantes, lavradores pobres e libertos) e a necessidade de demarcar as terras públicas das particulares. Citando como exemplo a França, o deputado também pediu a instituição do Imposto Territorial. Ele chegou

⁴⁵¹ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apresentação à Assembléia Constituinte, Projetos para o Brasil*. Organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Publifolha, 2000. p.35 e p.42.

⁴⁵² *Ibidem*, p.63-78.

⁴⁵³ *Ibidem*, p.80.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p.141.

também a admitir a doação gratuita de terras, bem como a ideia de desapropriação.⁴⁵⁵

No ano de 1888, em 20 de novembro, D. Pedro II leu, após seu retorno ao Brasil, a fala de encerramento dos trabalhos legislativos, tendo afirmado que o governo apressaria o povoamento das terras do Império.⁴⁵⁶ A última *Fala do Trono* que foi lida por Dom Pedro II em 3 de maio de 1889, é talvez aquela que mais visibilidade deu à intenção do governo em promover uma política de reforma agrária e foi citada por vários historiadores, como Manoel Correia de Andrade, Joselice Jucá e José Augusto Pádua, dentre outros. Reproduzimos, em seguida, o trecho em que se explicitou o projeto agrário do governo:

Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar de vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura de terras devolutas. Nessa ocasião resolvereis sobre a conveniência de conceder ao Governo o direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir para núcleos coloniais.⁴⁵⁷

Tal medida aconselhada buscava ir além da proposta da reforma da Lei de Terras, e foi, inclusive, anunciada sob o gabinete conservador de João Alfredo. Na oportunidade, D. Pedro II solicitou claramente a desapropriação das terras incultas, o que mostra uma convergência de pensamentos entre o monarca e alguns membros da SCI, como André Rebouças e Taunay. Além disso, não podemos perder de vista que a *Fala do Trono* espelhava-se naquilo que era discutido na política do gabinete. Por outro lado, considerando a forte influência que o Poder Moderador teve no Segundo Reinado e, as muitas demonstrações quanto à simpatia do monarca pelo modelo agrário de pequenas propriedades, talvez seja perfeitamente possível acreditamos poder atribuir a D. Pedro II uma concordância com aquilo que a SCI vinha buscando implementar, uma democratização do espaço rural.

⁴⁵⁵ FILHO, Evaristo de Moraes. *As Idéias Fundamentais de Tavares Bastos*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 261 a 266.

⁴⁵⁶ FALAS DO TRONO, *Op. Cit.*, 1888, p. 508.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 511.

Enfim, ainda sobre tal aspecto, podemos inclusive estacar a autorização pessoal dada por D. Pedro II a seu amigo Rebouças com vistas a elaboração de um aditivo à Lei de Orçamento de 1890⁴⁵⁸. Esta antevia a cobertura de gastos com o chamado “Cadastro do Território Nacional”, uma espécie de censo rural. Rebouças registrou sua alegria com este que seria o início de um movimento à divisão e venda de lotes para os camponeses e a regularização das terras do Império.⁴⁵⁹

Como é possível perceber por meio deste breve resgate, a ideia de uma reestruturação do sistema agrário brasileiro já vinha sendo apoiada por vários membros dos setores abastados da sociedade, incluindo padres, militares, políticos e juristas. Várias de suas ideias seriam retomadas pelos personagens de que nos ocupamos nesta pesquisa.

Como vimos, a SCI tinha como um dos seus objetivos fundamentais garantir as condições para que o imigrante pudesse formar uma classe de pequenos proprietários rurais no Brasil. Dentre estas condições, a terra é o elemento central, por isso colocou-se na linha de “democracia rural” elaborada por André Rebouças. Esta posição da SCI está presente nas discussões que atentam para o fato de que a pequena propriedade rural não era bem vista pelos latifundiários, por diferentes motivos. Sobre isso Louis Couty destaca que:

A Sociedade Central de Imigração dirigiu-se a um dos mais opulentos capitalistas da praça do Rio de Janeiro e pediu-lhe autorização para estabelecer a propriedade subdividida numa das muitas e grandes fazendas, situada esta, por assim dizer, nos subúrbios do Rio de Janeiro e cuja utilização era nenhuma, devendo todos os proventos do ensaio reverter para o legítimo dono. Formal e repassada quase de terror foi a recusa, firmada na razão de que naquella esplendida e imensa propriedade viviam há longos anos três ou quatro famílias de agregados.⁴⁶⁰

A SCI rebateu tal recusa, alegando que nesse local, onde viviam 20 ou trinta pessoas, poderiam viver e produzir umas 500 ou 600. Em várias

⁴⁵⁸ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ / UCAM, 1998. p.224

⁴⁵⁹ *Idem*.

⁴⁶⁰ COUTY, Louis. *Op. Cit.*, p. 81-82.

oportunidades os membros da SCI buscaram criar meios de promover uma justa distribuição de terras, pois estavam conscientes da importância desta para o imigrante. Em um dos seus artigos de propaganda o grupo afirma que:

É inútil procurar outra solução além da fórmula econômica – imigrante-proprietário, livre e independente, sem subordinação nem tutela alguma, perfeitamente senhor de seus destinos, trabalhando efetivamente para seu bem-estar e para assegurar o futuro de sua família, dos entes que lhe são mais caros. A fórmula preferida – imigrante – proprietário exige a subdivisão do solo.⁴⁶¹

Sobre este tema, certamente poderíamos, em todo caso, destacar muitos outros projetos que inclusive foram apresentados na Câmara e no Senado do Império, contudo ultrapassaríamos em muito os limites deste estudo. Mas apenas em termos de registro, podemos destacar algumas ideias que foram desenvolvidas e tomaram a forma de importantes projetos que buscaram regularizar, da melhor forma possível, o acesso à terra naquele momento.

Primeiramente destacamos ter sido a SCI quem primeiro se manifestou sobre a *Lei Torrens* no Brasil, lei essa em que a transferência de terras se daria por meio de registro, ou seja, o estabelecimento da propriedade territorial transmissível por endosso. Este projeto foi apresentado ao Senado por Alfredo Taunay em setembro de 1887, um projeto de lei que instituisse o registro voluntário de terras, no intuito de mobilizar a propriedade rural e facilitar consequentemente as respectivas hipotecas. Além desse projeto, Taunay empenhou-se pela implementação do Imposto Territorial, pelo cadastro e triangulação geodésica⁴⁶², pois via na execução destas medidas a solução do problema da terra e a aplicação da referida lei.

A *Lei Torrens*, segundo Taunay, estabeleceria o registro das terras concedidas aos imigrantes e colonos. Taunay, embora não acreditasse muito que o governo adotasse seu projeto, o encaminha ao Parlamento e solicita ao Ministro da Agricultura que observasse atentamente as

⁴⁶¹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 01 a 04, 1884. p.08.

⁴⁶² Divisão de uma superfície terrestre em uma rede triangular servindo para medir uma linha geodésica ou para montar o mapa de uma região.

vantagens da referida lei, pois ela beneficiaria os imigrantes.⁴⁶³ Contudo, apesar de todas as tentativas, a aprovação desta lei só ocorreu no regime republicano, sendo decretada pelo Governo Provisório.⁴⁶⁴ Ou seja, os estudos em torno deste projeto iniciaram-se com Taunay já em 1882, mas a lei só foi aprovada anos depois, portanto cremos ter sido válido o esforço do grupo como um todo neste sentido, muitas de suas ideias apenas vieram à prática com a República.

Como vimos, a SCI se defrontava com uma situação crítica face à realidade da política fundiária. No entanto, tinha consciência da complexidade em resolver tal questão, e buscou definir os elementos da mesma a partir dos obstáculos que encontrava. Em uma de suas declarações a respeito da situação da terra para os imigrantes destacava que “a dificuldade é obter terras medidas, demarcadas, de fácil e de imediata venda situadas nas margens das estradas de ferro”⁴⁶⁵, pois acreditava estarem aí as terras mais convenientes para se colocar os imigrantes proprietários. Acreditavam, portanto, que “as estradas de ferro brasileiras devem ter direito de desapropriação das terras marginais, para subdividi-las em lotes e vende-las aos imigrantes.”⁴⁶⁶

Ao lado disso, a SCI preocupava-se também com as dimensões que deveriam apresentar os lotes, pois, conforme destacam:

(...) inúmeras vezes aconteceu que os imigrantes e colonos ficaram meses e meses à espera de prazo para o medidor e a fazerem pesadas despesas ao Estado, quando o inverso é que deveria ter-se dado sempre, isto é, estarem os lotes à disposição de quem quisesse ir logo ocupá-los.

(...) este estado de coisas ainda mais se agravou com a péssima Lei de Terras de 1850 que, buscando ou querendo obrigar o proprietário particular a medir seus terrenos, para que o restante pertencesse ao governo, trouxe tal confusão, que hoje a discriminação dos domínios públicos é quase impossível.⁴⁶⁷

⁴⁶³ ANAIS DO SENADO DO IMPERIO DO BRASIL. 2ª sessão, 20ª Legislatura, 1º de setembro de 1887. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, vol. 5, p. 360.

⁴⁶⁴ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 70, anno 7, agosto de 1890, p.04.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, *Boletim* nº 1 a 4, p. 09.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p.05.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 07.

Com vistas a resolver tal dificuldade, a diretoria da SCI dirigiu um ofício circular com data de 08 de janeiro de 1884 aos Presidentes e membros das então 784 municipalidades existentes no Império, na qual fizeram certas observações pertinentes que favoreceriam os imigrantes, caso o município se enquadrasse nas condições previstas pelo documento. O ofício solicitava que as municipalidades levantassem as seguintes informações:

1º Se há terras devolutas nesse município, qual a sua área, situação topografia, clima, etc.

2º Se a municipalidade tem patrimônio e está disposta a cedê-lo gratuitamente, ou por modico aforamento, a imigrantes laboriosos e morigerados, que pelo seu trabalho, concorram eficazmente para a prosperidade de todo o município dando fertilidade e utilização a terrenos abandonados e incultos;

3º Se há nelle necessidade de officiaes artistas, industriaes, operários, etc., e quaes as vantagens que pelos preços correntes da localidade, lhes seriam propostas;

4º Quaes as terras particulares que poderão ser adquiridas com pouco dispêndio e vantagem para a immigração;

5º Qual a nacionalidade predominante dos estrangeiros estabelecidos já no município, e se tem merecido ou não as sympathias e o apreço da população pelos seus hábitos de ordem e índole?⁴⁶⁸

Por meio deste pequeno questionário, a SCI intentava, na medida que estas informações fossem enviadas, criar um arquivo nos livros da sociedade e que seriam oportunamente levadas ao conhecimento daqueles europeus que quisessem vir estabelecer-se neste ou naquele município.⁴⁶⁹ As municipalidades que desejassem ter seus dados enviados para as associações europeias, com o intuito de trazer para si a imigração de certas nacionalidades, poderiam contar com o apoio da SCI por meio de seus agentes fixados naquele continente.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 10.

⁴⁶⁹ *Idem*.

4.3.1. Sobre localização dos imigrantes e dimensão dos lotes

Conforme resoluções discutidas pela diretoria da SCI, a necessidade de se providenciar o lote ou loteamento para o imigrantes deveria levar em consideração algumas exigências fundamentais, que resumidamente estavam assim definidas: 1º- casa de habitação com seus acessórios, jardins, pomar, etc.; 2º- pasto para cavalos, vacas e ovelhas e etc.; 3º- superfície necessária às culturas principais, destinadas à venda ou à exportação e 4º- uma reserva em mato, para madeira, lenha etc.⁴⁷⁰

Além destes aspectos, a SCI pontuava que para a organização de um núcleo colonial configurava-se como fundamental escolher a situação mais favorável, por sua posição mais central, proximidade de confluência de um ou mais rios e riachos, fraca ondulação de terrenos. Ali faz-se a divisão de lotes, com a reserva necessária para os edifícios da administração, estabelecimento públicos, praças e vias de comunicação.⁴⁷¹

O jornal *A Imigração*, em discussão sobre o assunto, buscou rever algumas medidas preliminares concedidas à imigração espontânea que o Governo Imperial possuía e que, acreditava este, facilitariam a localização dos imigrantes:

- A recepção no Rio de Janeiro, alojamento, agasalho e a alimentação na hospedaria da Ilha das Flores, pelo tempo necessário. Transporte gratuito nas estradas de ferro ou nos caminhos de livre escolha dos imigrantes.
- A concessão de lotes de terras, apropriados, demarcados por 30 hectares (...) O imigrante poderia pagar o lote à vista ou em prestações durante cinco anos. Neste último caso teria um acréscimo de 20% a mais sobre a importância do lote. Poderiam também iniciar as prestações a partir do terceiro ano depois do seu estabelecimento, e, se pagassem antecipadamente, teriam um desconto de 6%.
- O Governo pretendia favorecer não só o transporte dos imigrantes dos seus países para o Brasil, mas criar prêmios para os melhores

⁴⁷⁰ *Idem.*

⁴⁷¹ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* n° 1 a 4, p. 12.

produtores que se apresentassem nas exposições coloniais a serem realizadas anualmente.⁴⁷²

A distribuição das propriedades aos imigrantes deveriam seguir alguns critérios, como a questão de sua dimensão. A proposta do Governo Imperial com relação às medidas da propriedade rural para o imigrante recém chegado comportava, em nível de dimensões de terras, três alternativas: 1°- lotes de 15,13 ares = 31,250 braças quadradas; 2°- lotes de 30,25 ares = 62,500 braças quadradas e 3°- lotes de 60,50 ares = 125,000 braças quadradas.⁴⁷³

As propostas da SCI neste aspectos eram um tanto diferenciadas, e foram desenvolvidas por diferentes membros. Vejamos a proposta de Joseph Hermann von Tautphoeus, Barão de Tautphoeus. Este acreditava que, sendo a abundância de terras o motivo que pode atrair imigração ao Brasil e como as terras incultas não custaram nada ao povo brasileiro, além das despesas de medição, não via muita razão para economia no tamanho dos lotes que devem ser oferecidos aos colonos. Por este motivo, propunha o Barão que “o termo regular da grandeza dos lotes de terras avulsas para cada família de colonos deve ser de 60 hectares.”⁴⁷⁴

O senhor Gustavo Trinks, por seu turno, ressaltava que pela prática se tinha demonstrado serem apropriados e suficientes para famílias grandes, e mesmo para famílias pequenas que dispõem de poucas forças produtivas o tipo de 31,5 hectares. Também pode-se utilizar 20 hectares e para os que têm condições financeiras deve-se destinar o número de 100 hectares a cada família. Por outro lado, para o senhor José Américo Santos a comissão não deveria aconselhar a concessão de grandes extensões de terrenos, ainda mesmo devolutos, a não ser a empresas de colonização que contraíssem a obrigação de retalha-las e distribui-las a imigrantes dentro do prazo certo e não longo. Em sua opinião daí resultariam as pequenas propriedades agrícolas que a SCI tanto almejava.⁴⁷⁵

Não raro, surgiam na imprensa comentários a respeito da medição de lotes para a imigração. A SCI ficava bastante atenta a esse respeito e, por diversas vezes, tecia comentários sobre uma ou outra publicação que explicitava este problema. Sobre o assunto, o *Jornal do Commercio* publicou, sob o título *Interesses da Imigração*, uma pequena nota que

⁴⁷² *Ibidem*, Boletim nº 8, p.08.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 05.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p.13.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p.12 e seguintes.

tratava da medição de lotes para imigrantes, trazendo as queixas produzidas pela imprensa da província do Rio Grande do Sul, por causa da lentidão que protelava a colocação de imigrantes recém chegados. Diante de tal impasse, a SCI sugeria a conveniência de o governo mandar fazer essas medições por meio de contrato com particulares idôneos, ao invés de incumbir desse serviço comissões, fazendo posteriormente a verificação através de engenheiros de confiança. Tal sugestão encontrou bons defensores na imprensa riograndense por conta da presteza e economia que trariam.⁴⁷⁶

O jornal do grupo destacou ainda que, pelo aviso do Ministério da Agricultura de 29 de novembro de 1889 à *Inspetoria Geral das Terras*, se deveria considerar abandonado o lote que, até seis meses depois de distribuído, não estivesse dado início aos cultivos, ou quando embora beneficiado, dele estiver ausente o dono pelo período de dois anos, sendo que em ambos os casos poderiam tais lotes serem novamente distribuídos a imigrantes recém chegados, cedendo ao anterior ocupante as benfeitorias acaso existentes.⁴⁷⁷

Neste contexto das coisas, o processo de posse de um lote ocorreria após seu pagamento integral, que acontecia por meio de prestações a prazo fixo, quando então o imigrante receberia o título da terra definitivo.⁴⁷⁸ A ideia estava em seguir os exemplos de pequenas propriedades da França, Inglaterra, Holanda, onde essa se mostrou produtiva e benéfica. Diziam os membros: “tanto mais o solo é dividido, tanto mais a satisfação é geral e sólida e a situação econômica.”⁴⁷⁹ Ao lado disso, alertava-se que a divisão em pequenas propriedades abriria uma maior perspectiva de produção em razão da variedade dos solos.

Nem a todos os solos e climas se aplica o mesmo sistema de cultura, a cada solo e cada clima oferece preferência a uma raça de animais ou a uma espécie de planta mais que a outra. Daqui se segue a diversidade nas culturas e as predileções da indústria pecuária. O Brasil não é exceção a essa lei geral.⁴⁸⁰

⁴⁷⁶ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº 10, 1884. p.04.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, *Boletim* nº 50, 1889. p.08.

⁴⁷⁸ *Ibidem*, *Boletim* nº 51, dez. 1888. p.08.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, *Boletim* nº 40, dez. 1887. p.06.

⁴⁸⁰ *Ibidem*, *Boletim* nº 29, p. 03

Portanto, a localização e a dimensão dos lotes com a sua divisão entre os imigrantes, sempre foram alvo de interesses de todos aqueles que se preocuparam com o fenômeno imigratório. As defesas em prol da pequena propriedade foram desenvolvidas dentro do programa da SCI e também individualmente por alguns de seus membros. Nesse sentido faz-se importante destacar algumas ideias defendidas por André Rebouças e Henrique Beaurepaire Rohan, que foram formuladas e colocadas em diversos espaços de discussão antes mesmo da fundação da SCI em 1883.

Nestas propostas podemos observar, além de algumas divergências, uma noção de que as terras disponíveis eram quase que infindáveis. Além disso, temos também a presença do discurso que acreditava que a natureza era o grande atrativo ao imigrante. Como vimos anteriormente, em alguns dos livretos destinados a propaganda na Europa isto poderia ser facilmente observado. De acordo com Roberta Barros Meira, “aclamar as belezas naturais do Brasil com o intuito de atrair imigrantes foi estratégia posta em prática desde o período colonial”, por isso é possível observar a “forte presença da natureza nos escritos ligados à imigração no Brasil, fossem eles produzidos pelo Estado, pelos fazendeiros ou pelos próprios imigrantes.”⁴⁸¹

4.3.2. As ideias agrárias da SCI através de André Rebouças

Muitas das questões que foram retomadas na década de 1880, especialmente pelo grupo da SCI, já vinham sido colocadas por Rebouças na década anterior. Assim, com as suas atividades junto a SCI, ele sempre apresentava ideias críticas em relação à ordem social, externando seu repúdio pelo domínio político dos grandes proprietários rurais, pela estreiteza do sistema político eleitoral, pela escravidão e por uma intensa concentração fundiária. Todos estes aspectos representavam, segundo ele, um grande entrave para o progresso econômico e social do Império do Brasil.

Considerando estes aspectos, nos é possível destacar que Rebouças optou pela defesa de uma sociedade mais ativa, com indivíduos empenhados na melhoria coletiva, na qual o eixo de modificação estaria contido na ação dos indivíduos, baseando-se numa espécie de “economia moral” e inspirando-se no exemplo dos Estados Unidos da América. Em seu livro *Agricultura Nacional* podemos observar o seu “liberalismo

⁴⁸¹ MEIRA, Roberta Barros. *Op. Cit.*, p.85.

social” e uma ampla defesa da abolição do trabalho escravo e a fragmentação das grandes propriedades. Rebouças concebia a agricultura extensiva que era praticada pelos latifundiários como muito negativa para a economia e mesmo para as tentativas de ampliação do fluxo imigratório.⁴⁸²

Embora fosse uma figura bastante presente na Corte e muito próximo do monarca brasileiro, Rebouças buscou de todo modo evitar seguir a carreira política, mesmo que compactuasse com aquela nova geração de liberais que vinha ganhando espaço na política do Império. Sobre este aspecto, Maria Alice Rezende de Carvalho afirma que Rebouças seguia prerrogativas que rompiam com o liberalismo que vinha sendo praticado até aquele contexto pelos dois partidos imperiais. O seu liberalismo reconhecia o direito à liberdade como estando acima do direito à propriedade, diferenciando-se aí radicalmente do velho liberalismo dos latifundiários e donos de escravos. Além disso, acreditava que a liberdade deveria ter por base a propriedade de terra.⁴⁸³ Segundo Inoã Ubinati analisou em seu trabalho, a propriedade da terra pelo trabalhador rural, nesse sentido, seria por ele extremamente valorizada e marcaria fortemente o teor de sua análise social.⁴⁸⁴

Os seus projetos e suas inúmeras ideias voltadas para a questão agrária, foram discutidos em pormenores no livro *Agricultura Nacional*, onde igualmente podemos localizar as suas prerrogativas para que a terra fosse acessível para um maior número de trabalhadores rurais.

De acordo com Joselice Jucá, que dedicou-se a estudar a trajetória de André Rebouças, ele pode ser considerado como um “conservador progressista”.⁴⁸⁵ Visto por alguns autores, como Andréa Pessanha e José Augusto Pádua, como um defensor de ideias avançadas para a época, a abordagem de Rebouças acerca da problemática rural foi considerada bastante inovadora e até ousada. Muitos outros historiadores que se debruçaram sobre a sua obra e suas ideias alertam para o fato de, até hoje,

⁴⁸² PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro, Belford Roxo: Quartet, 2005. p.102

⁴⁸³ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, IUPERJ- UCAM, 1998, p. 205.

⁴⁸⁴ UBINATI, Inoã Pierre C. *Idéias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008, p.33.

⁴⁸⁵ JUCÁ, Joselice. *Op. Cit.*, 1988. p. 119.

a “subdivisão do solo”, como pregavam Rebouças e outros membros da SCI, não ter sido ainda efetivada.

A proposta agrária de Rebouças amparava-se em um projeto de reformas sociais, que incluíam o apoio à educação, cujo acesso às camadas marginalizadas dos libertos, dos imigrantes e dos trabalhadores pobres do campo deveria ser franqueado. Alguns historiadores destacaram o evolucionismo social de Rebouças como um fator importante para se apreender suas ideias reformistas. Constatava-se a ideia de uma superioridade da civilização ocidental, que Rebouças, fortemente impregnado de um sentimento pró Europa, parecia endossar. Dentro desta perspectiva, as reformas sociais por ele preconizadas auxiliariam, de modo decisivo, no adiantamento da etnia africana, após séculos de escravidão e de barbárie. O acesso à propriedade rural, bem como à educação, fariam parte desse programa, em que, no final, tanto os negros como os brancos encontrar-se-iam em igualdade. A questão agrária configurava-se, portanto, no cerne da visão social desenvolvida por Rebouças. Além de abolicionista ferrenho, Rebouças congregava pensamentos e atitudes que o definiram como um “reformador social no sentido de defender a implementação de uma reforma agrária e a eliminação do antigo sistema da posse da terra associado à escravidão”.

486

No entanto, observando seus projetos, podemos nos indagar: quais são as características principais do que André Rebouças chamou de “Democracia Rural”? Rebouças vislumbrava o acesso à propriedade rural em termos não apenas econômicos e sociais, mas também morais. Era como se esta transformasse o ser humano, num sentido positivo. Conforme suas palavras: “Mas é na verdade singular: ser proprietário, e sobretudo ser proprietário de terra, é uma circunstância que quase modifica favoravelmente as condições morais do homem!”⁴⁸⁷

Conquanto mais de um ponto de ligação possa ser identificado com o pensamento esquerdista, especialmente pela ativa crítica ao monopólio da terra, seus projetos reformistas alimentavam uma forte reciprocidade com o espírito liberal e também com o espírito capitalista. Segundo Rebouças, a aquisição de um pedaço de terra configurava-se como “o limite das aspirações do escravo”⁴⁸⁸. Do mesmo modo, faz-se interessante destacarmos um pensamento do economista Joseph Garnier, que ele cita em um trecho de seu livro *Agricultura Nacional*: “O meio mais eficaz e

⁴⁸⁶ JUCÁ, Joselice. In: REBOUÇAS, *Op. Cit.*, p. XII.

⁴⁸⁷ REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional*, p. 125.

⁴⁸⁸ REBOUÇAS, André. *Op. Cit.*, p.125

mais enérgico para civilizar os bárbaros ou semi-bárbaros da Europa, África, América e Ásia, para emancipar os servos e escravos é a construção de sua propriedade individual da terra”⁴⁸⁹.

Deste modo, podemos observar em suas ideias uma clara influência do evolucionismo social, conforme analisado por Andréa Pessanha. A aquisição de um lote, nesse caso, contribuiria e muito, para a “civilização” dos povos incultos, junto com a extensão da educação. Outro ponto importante é o caráter inclusivo do seu projeto agrário, que beneficiaria tanto os libertos, como os imigrantes e os trabalhadores pobres do campo. Atuante na SCI, Rebouças foi um ardoroso defensor da imigração, mas, ao contrário de muitos dos seus colegas de sociedade, como por exemplo Louis Couty, não desvalorizava o trabalho dos libertos e dos demais brasileiros pobres. Um traço bastante forte em seus escritos que pode ser associado ao fato de ser ele mesmo mulato e possivelmente ter enfrentado preconceito durante toda sua vida.

No entanto, não bastava distribuir a terra, segundo ele, era necessária buscar formas de garantir um uso racional e produtivo do solo, por isso mesmo criticava veementemente o parasitismo de muitos dos latifundiários, que em muitos casos nem mesmo possuíam conhecimentos agrícolas. Por isso, Rebouças continuamente manifestava-se contra os grandes proprietários que deixavam grandes extensões de terra sem uso produtivo, enquanto que milhares de famílias continuavam na pobreza, desprovidas de qualquer porção de terra para sobrevivência. Este parasitismo dos latifundiários, que eram por ele comparados com os *landlords* da Irlanda, configurava-se como grande absurdo por causar um amplo prejuízo para a nação.

Contudo, a distribuição de terras deveria ser bem planejada. Isto pois Rebouças acredita mais na valorização da iniciativa individual e no trabalho. Este último traço, inclusive, ajuda a explicar a sua ideia de que os lotes, quando do parcelamento da terra, não deveriam ser simplesmente doados.⁴⁹⁰ A ideia era aliar o trabalho à posse da terra, garantindo uma melhoria geral da agricultura nacional. Sobre tal aspecto, mesmo em casos em que previu uma desapropriação, como por exemplo no caso de terrenos marginais às estradas de ferro, dizia que estes terrenos deveriam ser vendidos, neste caso aos imigrantes.

⁴⁸⁹ *Idem*. Tradução livre da autora do trecho: “*Le moyen le plus efficace et le plus énergique pour civiliser les barbares, ou semi-barbares de l’ Europe, de l’ Afrique, de l’Amérique et de l’Asie, pour émanciper les serfs et les esclaves, consiste à leur constituer une propriété foncière individuelle.*”

⁴⁹⁰ PESSANHA, *Op.Cit.*, p.112.

Rebouças acreditava que o trabalho e o esforço precisariam ser sempre condições para a obtenção do progresso, conforme esta opinião é que os lotes deveriam ser vendidos ou alugados por um preço justo. Um dos meios de se atingir tal fim seria a adoção do *Imposto Territorial*, uma antiga bandeira defendida por diversos parlamentares e tido por Rebouças e pela SCI como um complemento indispensável à abolição. O imposto sendo calculado sobre a superfície acabaria isentando as pequenas propriedades e estimularia, dentro da perspectiva do abolicionista, a subdivisão do solo, uma vez que taxaria as propriedades fundiárias.

Segundo Pessanha, no caso de que o cálculo do imposto ser baseado na superfície possuída e não em uma renda líquida tinha como premissa viabilizar a cobrança do imposto, pois havia a dificuldade de se avaliar a renda líquida, pois esta passava por variações anuais e de acordo com o tipo de produto explorado. Para se obter tal informação ficar-se-ia na dependência dos dados repassados pelos proprietários.⁴⁹¹ Na concepção de Rebouças, a adoção do imposto estimularia também o aperfeiçoamento das culturas, a drenagem e uma série de progressos técnicos para a agricultura. Como podemos perceber, Rebouças sempre demonstrou uma preocupação muito forte em relação à agricultura, observando a necessidade de ir além da exploração mais justa e racional do solo, mas de igual modo da necessidade de maior preocupação com a melhoria e o aumento da produção agrícola, que garantiria trabalho e progresso econômico aos pequenos proprietários.

A SCI engajou-se na defesa do Imposto Territorial e, assim como Rebouças, acreditava que assim que tal medida fosse posta em prática os proprietários acabariam desfazendo-se dos lotes ociosos, pois assim não precisariam ter gastos por conta das terras incultas. De acordo com Rebouças, o imposto sobre a renda favorece aos ociosos; nada produz; nada paga, ao passo que o imposto sobre a superfície anima os diligentes; quanto mais produz menos paga relativamente; um eterniza a aristocracia, o monopólio e o parasitismo; outro desenvolve a democracia rural, promove a subdivisão do solo e anima o talento, a iniciativa e o trabalho.

Rebouças, de forma minuciosa, expôs vários detalhes das suas propostas agrárias. A fim de viabilizar logo a cobrança do imposto ele sugeriu, de acordo com Pessanha, que se tomassem por base, no caso das terras marginais às estradas de ferro, as plantas utilizadas para a implantação das mesmas; para as demais, deveriam ser considerados os relatórios dos proprietários. Posteriormente, se fixaria uma carta

⁴⁹¹ *Ibidem*, p.109.

topográfica semelhante à realidade agrária.⁴⁹² No entanto, conforme lembrado pela autora, era de se esperar que, nas décadas de 1870 e 1880 já se houvesse efetuado um levantamento das terras brasileiras, seguindo as disposições da Lei de Terras de 1850. A realidade marcada pela dificuldade de se constituir tal cadastro territorial do Império vinha confirmar um fracasso da Lei de Terras, que como assinalou José Murilo de Carvalho:

(...) ficou longe de atingir todas as propriedades, além de ser pouquíssimo confiável, pela frequente incorreção das declarações. A separação e a demarcação de terras devolutas também ficaram em grande parte sem execução, continuando a ocupação legal. A legitimação e revalidação quase não progrediram, Sem sombra de dúvidas, a Lei de Terras não pegou.⁴⁹³

Para Rebouças, a opinião de estimular um parcelamento por vias distintas da simples e “radical” expropriação de terras e posterior distribuição de lotes às famílias, estaria de acordo com as transformações que acredita poderem tomar lugar sem que houvessem grande agitação ou mesmo violência. Tal crença pode se tornar ainda mais evidente se ponderarmos a sua moderada oposição ao latifúndio. Moderada no sentido de que o que tanto ele como outros membros da SCI criticavam com maior ênfase era o latifúndio improdutivo, que segundo eles eram a principal razão dos problemas agrícolas do Império.⁴⁹⁴ Com vistas a solucionar esta questão, Rebouças insere seus planos de reforma um meio de integrar as grandes propriedades com as pequenas propriedades policultoras, isso se daria com aquilo que denominou de sistema de *Engenhos Centrais* e de *Fazendas Centrais*, que serviriam para a melhoria da produção.

Segundo Hermetes Araújo, Rebouças cogitou um modelo onde em que o latifundiário poderia manter uma parte de sua propriedade e ao concomitantemente algumas áreas poderiam ser vendidas ou alugadas aos trabalhadores rurais. Ao lado disso, manteria em seu centro um engenho ou uma usina de processamento, com a função de recolher produtos como

⁴⁹² *Ibidem*, p. 111.

⁴⁹³ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial / Teatro de Sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumará, 1996. p.318.

⁴⁹⁴ Conforme PESSANHA, Andréa Santos. *Op.Cit.*, p.115-116.

o cacau, o fumo e o algodão, com vistas a prepará-los para a exportação, por meio do emprego de modernas técnicas de beneficiamento do produto.⁴⁹⁵ Naquele contexto, não raro encontramos homens como Rebouças, entusiastas progresso tecnológico e científico. Com este perfil, Rebouças foi membro da prestigiada *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), e através desses contatos era possível conhecer as novidades tecnológicas voltadas para agricultura.

No projeto de Rebouças, “as tradicionais safras de exportação continuariam sendo cultivadas nas propriedades menores” e, após o período de colheita, o produto deveria ser oferecido por um preço justo aos proprietários. Com esta atividade, nesta configuração, os proprietários se transformariam em verdadeiros “industriais rurais”. Assim, estando em consonância com o desenvolvimento científico, Rebouças acreditava na viabilidade da agricultura intensiva, que deixaria para trás o modelo extensivo que vinha até aquele momento sendo praticado pelos latifundiários. Para organizar melhor a produção, chamou de “Engenhos Centrais” as unidades onde seria beneficiado e de “Fazendas Centrais”, aquelas que se encarregariam de lidar com a produção de café.⁴⁹⁶

Dentre tantas propostas e planos, é de se perguntar quantas tentativas obtiveram sucesso, por isso registramos aqui que, nos anos finais do Império, foram estabelecidos alguns desses modelos de engenhos centrais. Contudo, não houve a adoção de todas as premissas colocadas por Rebouças, tendo o seu resultado distanciando-se e muito da ideia de “democracia rural”. Sobretudo pela manutenção da exploração da força de trabalho. Rebouças queria que a democracia rural não estivesse vinculada ao governo. Em sua opinião as autoridades deveriam fomentar e estimular essas transformações propostas, sem intervenção direta e ativa do Estado.⁴⁹⁷ Aproximando aqui do ideal da SCI, também para Rebouças as mudanças na relação de trabalho e na estrutura agrária constituíam o motor que impulsionaria o desenvolvimento econômico interno.

Nessa perspectiva, faz-se igualmente importante conjecturar acerca do significado da reforma agrária de Rebouças e considerar, por exemplo, a suposição desta estar em consonância com uma perspectiva moderada e capitalista. Se analisarmos o programa defendido pela SCI podemos perceber que de um lado haveria uma perspectiva de reforma tendo em vista, principalmente, o alcance de objetivos econômicos,

⁴⁹⁵ ARAÚJO, Hermetes Reis. *Op. Cit.*, p.161-164.

⁴⁹⁶ REBOUÇAS, André. *Op.Cit.*, p. 2.

⁴⁹⁷ *Idem.*

visando o próprio fortalecimento do capitalismo. Contudo, não podemos negar que naquele mesmo contexto muitos ansiavam por uma reforma mais radical, com elementos socialistas que resultassem na transformação do modelo econômico e da realidade social. Nos escritos da SCI, que pudemos observar até aqui, temos esboçada a ideia de uma reforma que visava promover a justiça social, onde concessões seriam direcionadas às classes marginalizadas, contudo não resultando de fato em uma mudança profunda que provocasse a queda do modelo, que vinha alinhando-se ao capitalismo de produção. Pelo que vimos até aqui, tudo nos indica ser esta a perspectiva de Rebouças.

Considerando a articulação com o nascente capitalismo, podemos conceber estes projetos de reforma de Rebouças mantinham um diálogo com tais ideias. Esta noção ganha força se atentarmos para o fato de que, entre os modelos socioeconômicos aos quais Rebouças trazia aos debates, estava o sistema de colonização desenvolvido nos Estados Unidos naquele final de século XIX, momento em que aquele país apresentava uma ascensão pujante do capitalismo que vinha promovendo a criação de um influente mercado interno e um desenvolvimento industrial, igualmente forte e promissor. Rebouças havia visitado os Estados Unidos e em diversas ocasiões mostrou-se empolgado com o que havia presenciado lá. Não raro, inclusive em diversos escritos publicados pelo jornal *A Imigração*, Rebouças deixa clara a sua admiração pelo modelo estadunidense, onde:

O liberto e o agregado passarão a ser lavradores com propriedade territorial: a vastíssima região, que hoje é esterilizada por 20.000 fazendeiros, dará riqueza e bem-estar a 3 milhões de libertos e de agregados; nascerá assim a Democracia Rural Brasileira, predestinada a reproduzir no continente Sul-Americano os prodígios, que a Democracia Yankee tem realizado na América do Norte. Ao lado dos 3.000.000 de libertos e agregados se colocarão, todos os anos, 400 a 500.000 imigrantes, como ora acontece na postensa república dos Estados Unidos.⁴⁹⁸

⁴⁹⁸ REBOUÇAS, André. Gazeta da Tarde, 1º de dezembro de 1880. In: PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravidão da miséria à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.p.108

Ao observarmos suas posturas e opiniões expressas em planos para o Brasil e, tendo em consideração as atividades capitalistas que desenvolveu, podemos perceber que existiu em Rebouças um intenso posicionamento que se colocava em favor da livre iniciativa como fator impulsionador do progresso econômico de uma nação. Sendo assim, mostrou-se contrário as formas de protecionismo e monopólios, especialmente, como vimos, naquilo que denominou como “monopólio da terra”.

Entre seus estudiosos, alguns destacaram este seu perfil empresarial, como é o caso de Maria Alice Rezende de Carvalho e Andréa Pessanha. Por outro lado, Sidney M.G. dos Santos destaca a sua crítica à ação estatal. Além disso, é importante lembrar que o reformismo de Rebouças e da SCI estavam desvinculados da incipiente indústria da época, o que, segundo Hall, devia-se ao fato de que vários líderes do grupo “estavam comprometidos com o comércio estrangeiro”.⁴⁹⁹ E, ao lado disso, acreditavam que o Brasil obteria grandes vantagens em ser um fornecedor de matérias primas à Europa.

Mesmo com tais aspectos sendo observados, não podemos afirmar que Rebouças concebesse o social como um aspectos desvinculado da dimensão capitalista. Podemos, com isso, inserir em nossa análise sobre a visão do engenheiro, que esta não se tratava apenas de uma ideologia pró capitalista. Autores como Sydney Santos destacaram que Rebouças enfatizava a caridade e o altruísmo, o que descarta a possibilidade de ter tido um perfil preocupado em primeiro lugar com os aspectos econômicos, visto que o social permeia boa parte de seu projeto reformador. Além disso, cabe destacar que Rebouças era um liberal naquele contexto conservador, e que inclusive fazia largo uso dos postulados de Adam Smith e François Quesnay. Por sua visão econômica vinculada à agricultura, percebemos uma clara apreciação dos preceitos fisiocratas.⁵⁰⁰

É preciso ainda ressaltar que os membros da SCI como um todo, André Rebouças, Taunay e outros, escreveram em um contexto nacional ainda marcado pela manutenção de estruturas coloniais arcaicas, das quais a escravidão representava o principal aspecto. Liberalismo, dentro desse quadro, não necessariamente possuía a conotação que veio a ter posteriormente, de sistema eminentemente preocupado com o florescimento do capitalismo e com o pouco interesse acordado às questões sociais. Acreditamos que essas considerações possibilitam

⁴⁹⁹ HALL, Micheal. *Op. Cit.*, p. 165.

⁵⁰⁰ SANTOS, Sidney M. G. dos. *Op. Cit.*, p. 125.

apreender as propostas sociais da SCI, e também a reforma agrária, dentro de uma lógica onde o seu liberalismo, por mais articulado que estivesse com o capitalismo ascendente, incluía uma preocupação social sincera e forte.

Rebouças afirmou, e a SCI endossava fortemente, que “a democracia rural é o mais forte tronco da democracia nacional. A democracia rural é a aspiração secular da escola liberal.”⁵⁰¹ Percebe-se claramente que tanto a SCI como Rebouças associavam diretamente a ideia de propriedade à de democracia e de liberdade. O acesso à propriedade rural por uma ampla parcela da população era vista, nessa ótica, como fator essencial de progresso de uma nação, sendo mesmo condição de afirmação da própria democracia.

José Augusto Pádua, considerando a atuação dos teóricos da crítica ambiental no período monárquico, inseriu em suas análises o pensamento e a visão de Rebouças, especialmente a sua defesa de que a ideia de reforma agrária levaria a uma transformação da agricultura. Rebouças via neste caminho a possibilidade de as atividades agrícolas abandonarem sua forma predatória e, conseqüentemente, a degradação do ambiente. Portanto, temos presente, mesmo que em pequena escala, um aspecto ambiental, que vem sendo amplamente discutido em nossos dias. A preocupação ambiental de Rebouças adquire destaque especialmente no que diz respeito ao melhor aproveitamento dos recursos oriundos das próprias atividades agropecuárias (como uso de estrumes, ideias de compostagem e etc).

Por fim, ao entrarmos em contato, mesmo que brevemente, com as propostas agrárias desenvolvidas por Rebouças, nos é possível detectar a influência de uma ideologia liberal capitalista. Entretanto, em contrapartida, está presente em suas propostas uma preocupação com o social, talvez resultante de uma identificação com aqueles cujo a lógica econômica permanecia, em grande medida, excluindo.

4.3.3. Henrique de Beaurepaire Rohan e a ideia de divisão das grandes propriedades rurais

As questões relacionadas à divisão dos latifúndios serviram de reflexão para muitos dos indivíduos que atuaram naquele contexto. Como vimos, as questões relativas a lavoura nacional foram discutidas nos

⁵⁰¹ REBOUÇAS, André. *Op. Cit.*, p. 306.

Congressos Agrícolas, no Rio de Janeiro e no Recife. Em consonância com os debates destes encontros, tomaram lugar em 1878, o futuro presidente da SCI, Henrique de Beaurepaire Rohan publicou o livro intitulado *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*. Neste texto Beaurepaire Rohan pretendia esclarecer suas ideias a respeito da questão de mão de obra levantada no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro.

Uma das grandes questões para Beaurepaire Rohan estava no fim próximo da escravidão, considerada inevitável e tendo ele inclusive afirmado profeticamente que dentro de dez anos a escravidão cessaria no Brasil, como realmente ocorreu. Com intuito de mostrar os malefícios de sua continuidade, buscou redigir o seu texto em tom de alerta direcionando sua reclamação ao Ministério da Agricultura e, em certa medida, aos que faziam uso do trabalho escravo em suas fazendas. Por estar tão seguro de que a abolição ocorreria, Rohan passou a elaborar algumas estratégias com vistas a garantir o desenvolvimento agrícola com a provisão de trabalhadores para a agricultura, mas abarcando um uso mais coerente do solo, possibilitando o acesso à terra para muitos trabalhadores.

Ao apontar as diferenças existentes entre a grande lavoura e a grande propriedade, Beaurepaire Rohan inseriu em seus planos tanto os imigrantes europeus como “a gente da terra”, ou seja, os caboclo e ainda os libertos. Sua ideia era de que todos deveriam ter acesso à terra, porém, com algumas variações importantes. Com relação aos europeus era de sua opinião que imigrassem espontaneamente. Citou as vantagens que adviriam caso se pusessem em prática os planos expostos pelo Senador Vergueiro, em que este defendeu a criação de núcleos coloniais em terrenos férteis situados em torno de estradas de ferro, nos quais os imigrantes teriam acesso a pequenas propriedades.⁵⁰²

Para Beaurepaire Rohan, com o aumento do número de pequenas propriedades haveria um “aumento, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos nossos produtos”. Assim, segundo ele, a divisão da terra estava diretamente associada ao fim da escravidão, uma ideia igualmente cara a SCI. Nas ideias de Rohan, “o retalhamento da grande propriedade territorial é com efeito uma condição indispensável ao desenvolvimento da nossa lavoura, e muito mais quando estiver de todo extinta a

⁵⁰² BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique de. *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. p.9-10.

escravidão.”⁵⁰³ Logicamente essas ideias não agradaram os latifundiários que viam na imigração estrangeira um meio de garantir a permanência de suas fazendas.

Dentro dessa concepção de divisão das grandes propriedades, foi em relação aos “nacionais” e aos libertos que a opinião de Rohan é desenvolvida com mais detalhes. Quando nos detemos em suas suposições nos é possível rapidamente perceber o significado e o sentido das mesmas. Com efeito, Beaurepaire Rohan foi favorável a subdivisão das grandes propriedades e sua imediata distribuição aos pequenos agricultores. Entretanto, não objetivava com tal proposta sugerir a amortização das grandes propriedades, uma vez que os pequenos agricultores, ou camponeses como costumava dizer, teriam acesso ao domínio útil das terras, tornando-se foreiros perpétuos. Consequentemente, os proprietários conservariam sua propriedade da terra, que por sua vez seria efetivamente agricultada por um maior contingente desses foreiros.

Rohan ponderava, assim como o fez Rebouças, que a resolução dos entraves na agricultura nacional estava na fragmentação das grandes propriedades, já que com a tranquilidade fornecida com a posse da terra o trabalhador rural livre sentir-se-ia motivado e produziria melhor. Certamente podemos perceber tratar-se de uma medida de justiça social, além de que proporcionar a aquisição de terras ao homem livre pobre era uma medida defendida por Beaurepaire Rohan como possuidora de uma conotação moral.⁵⁰⁴ Aqui também percebemos uma aproximação com as ideias de Rebouças vistas anteriormente. Rohan acreditava que a longo prazo, tal proposta resultaria em uma espécie de justiça social, com a redução da pobreza existente entre os homens da terra. Dizia que:

A divisão da grande propriedade abriria espaço ao estabelecimento de inúmeras famílias que por aí vivem dispersas. Estaria no interesse dos grandes proprietários atraí-los para esses centros agrícolas. Então se reconheceria que não há deficiência de braços no Brasil, senão que a maior parte dos nossos íncolas, em falta de terras próprias, vive na penúria, cultivando apenas o que é rigorosamente necessário para sua subsistência de cada dia.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 6.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 11.

Cumpra tirá-la desse estado de apatia pelo atrativo da propriedade, pela segurança do bem estar.⁵⁰⁵

Para além desta proposta de divisão das grandes propriedades, este presidente da SCI, do mesmo modo defendeu o estabelecimento de fábricas centrais⁵⁰⁶ Nesta proposta estava igualmente prevista a disponibilização dessas terras aos nacionais, o que Rohan concebia como um meio de estimular a imigração espontânea.⁵⁰⁷ Este foi um aspecto amplamente discutido durante todo o período de existência da SCI. Trata-se, portanto, de um aspecto bastante importante, já que com isso de poderia de fato ampliar a imigração e direcioná-la para as áreas que estavam tomadas pelos latifúndios.

Por outro lado, a importância da propostas encontra-se igualmente no fato de Rohan ter demonstrado preocupação em inserir a população escrava em um projeto de distribuição de terras. Tal perspectiva englobava a crença na possibilidade de conversão dos escravos em colonos, onde as fazendas seriam transformadas em colônias agrícolas. A ideia previa que as fazendas seriam “recortadas” e divididas entre as famílias de escravos. Outro ponto que permitiria a permanência dos ex escravos nas terras oriundas dessa divisão, seria a criação de escolas agrícolas, que teriam a função de ensinar novas técnicas de cultivo, que traria a almejada modernização dessas práticas. Com tais medidas, as fazendas não corriam o risco de ficar no abandono, como se temia.⁵⁰⁸ Tomaria lugar, portanto, uma abolição suave e sem sobressaltos. Em suas palavras, “a operação é simples: trata-se apenas de trocar a denominação de escravos pela de foreiros”.⁵⁰⁹ Além desse fator, os proprietários ainda desfrutariam de outra vantagem. Após referir-se aos ganhos a serem proporcionados aos ex escravos, Beaurepaire Rohan enumerou outra vantagem que os proprietários obteriam em caso de consecução de seu plano: “Este, além de foro anual a que é obrigado o colono, deverá ter uma quota de rendimento daqueles produtos, que tiverem de ser preparados nas fabricas centrais a seu cargo.”⁵¹⁰

Além de propor, Rohan buscou trazer em seu escrito alguns exemplos concretos do estabelecimento de medidas como as que ele

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p. 10.

⁵⁰⁶ *Idem*.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p.11.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p.12.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, p.13.

⁵¹⁰ *Ibidem*, p. 12.

sugeriu. Mencionou o caso dos monges da *Ordem de São Bento* que, de acordo com ele, por ocasião da aprovação da Lei do Ventre Livre, além de decretarem a liberdade dos seus escravos, procuraram fixá-los em suas fazendas, concedendo-lhes terras para cultivar.⁵¹¹ Rohan pondera ainda que os monges submeteram esse ato à aprovação do Governo Imperial, mas que sem obter resposta nenhuma, não pode evitar-se a dispersão dos libertos. Tal fato nos permite perceber a posição do governo do Império frente a políticas de reforma agrária. Nesse caso específico, o governo parece ter demonstrado desinteresse em instituir medidas agrárias reformistas em proveito dos ex escravos. Sendo assim, é pouco provável que tal episódio tenha ocorrido diferentemente do que registrou Rohan, sendo ele uma personalidade muito ligada à Monarquia, julgamos ser difícil afirmar que dirigiria qualquer espécie de crítica à política imperial sem a devida reflexão crítica de sua parte.

Rohan menciona, por conta deste ocorrido, a necessidade do governo preocupar-se mais diretamente com as questões da eminente abolição. Trazendo um exemplo positivo, refere-se com entusiasmo ao caso de um fazendeiro chamado João Garcez dos Santos, que, em seu testamento, conferiu a alforria aos seus escravos, conquanto que estes permanecessem em sua fazenda por um determinado número de anos, após o qual ser-lhes-ia concedido o direito de se estabelecer nas terras. Como efeito desta atitude de João Garcez, Rohan relata a formação de um núcleo colonial, que poderia servir de modelo à criação de outros do mesmo tipo.⁵¹³ Tal ideia parecia-lhe muito interessante, e bastante viável.

De certa forma, pode-se enxergar no projeto de Beaurepaire Rohan um ideal de harmonia social, uma vez que vários grupos sociais - os libertos, os homens livres pobres, os imigrantes e os grandes proprietários - teriam benefícios concretos.⁵¹⁴ Por outro lado, Joselice Jucá nos lembra, ainda que reconhecendo aspectos progressistas no projeto de Rohan, não se pode perder de vista o seu aspecto conservador, uma característica, disse ela, de outros projetos formulados naquele período. Na opinião da autora “as propostas assim apresentadas não revelavam qualquer preocupação com a divisão das grandes propriedades.” Ao contrário,

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 13.

⁵¹³ BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique de. *Op.Cit*, p.15.

⁵¹⁴ Nota-se, contudo, a ausência de referência à população indígena nacional.

Rohan sugeriu alternativas para a agricultura nacional de acordo com os interesses das classes dominantes aqui representadas pelos fazendeiros.⁵¹⁵

Para além desse traço conservador, muitas vezes encontramos na historiografia uma definição de Rohan como sendo um dos precursores da ideia geral de democracia rural. Por fim, podemos observar nas propostas de Rohan um modo de preservar a hierarquia social e a posição ocupada pela grande lavoura. Esta era, afinal uma opinião compartilhada por muitos dos que lançaram-se na tentativa de encontrar uma solução razoável para os problemas. Contudo, tal premissa não seria suficientemente explicativa como a única grande motivação das suas propostas. Com vistas a compreender melhor seus motivos, podemos ainda destacar que, como ele mesmo enfatizou em algumas passagens de seu escrito, o grande objetivo seria o desenvolvimento nacional como um todo, baseado sobretudo na ampliação da produção agrícola, finalidades que corroboram com a preocupação direcionada a todo o Império.

4.3.3.1.A herança da Condessa: uma colônia de libertos como exemplo da possibilidade de divisão da grande propriedade

Com vistas a exemplificar como a pequena propriedade poderia ser viável, o grupo da SCI por meio de seu jornal *A Imigração* publicou uma série de artigos mostrando casos de fazendeiros que tomaram a iniciativa de conceder lotes de terras aos seus escravos ou a imigrantes. Um dos mais interessantes casos relatados foi o de uma fazenda em Paraíba do Sul (RJ), palco de uma experiência de concessão de terra à libertos. O jornal trouxe à público, com base em um relatório da *Comissão da Directoria* enviada à Paraíba do Sul pela SCI, em que foi relator o sócio Ennes de Souza, detalhes da criação de uma colônia agrícola, que denominava de *Colônia de Libertos*, no âmbito da Fazenda Cantagalo, por iniciativa de sua proprietária, senhora Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa de Rio Novo.⁵¹⁶

De acordo com o que relatou Ennes de Souza, a condessa, pouco antes de falecer, concedeu a liberdade condicional aos seus escravos, ao inserir, em seu testamento, a promessa de liberdade dos mesmos após a

⁵¹⁵ JUCÁ, Joselice. *André Rebouças – Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001. p.85.

⁵¹⁶ A IMMIGRAÇÃO, *Boletim* nº1 a 4, 1884. p. 11 e 12.

sua morte. Além da liberdade, os libertos teriam acesso a 30 lotes de terra de sua fazenda de café. A fazenda compreendia uma extensa área de terras entre os rios Paraíba, Piabanha e Paraíba. A sede localizava-se na atual cidade de Três Rios. A propriedade dos mesmos, contudo, ficaria a cargo de uma irmandade “protetora” a ser criada, a *Irmandade de Nossa Senhora da Piedade*, que teria a missão de administrar a *Colônia Agrícola de Nossa Senhora da Piedade*, como ficaria sendo conhecida a área concedida aos libertos. Estes últimos teriam, portanto, o domínio útil das terras, devendo entregar metade do café produzido para a irmandade, que seria formada por pessoas de posição social abastada, devendo ser supervisionada pelo presidente da Câmara Municipal e pelo Juiz de Direito.

Observando *in loco* a situação da colônia de libertos, a comissão teceu considerações importantes sobre as motivações que levaram a condessa a criar a colônia agrícola, destacando a forma como, ao inserir tal projeto, junto com a alforria, ela teria garantido a permanência de sua mão de obra na fazenda, num contexto em que o abolicionismo já emergira como movimento de força na sociedade. De fato, por meio de uma liberdade condicional oferecida, acrescida de terras, a condessa conseguiu manter os escravos em suas terras. O jornal apresentou informações sobre as terras e dos libertos lá fixados: “consta a colônia de 30 lotes de terra, cada lote contendo um grupo natural de uma família e aderentes, perfazendo o número total de colonos de ambos os sexos e de todas as idades pouco mais de duzentas pessoas.”⁵¹⁷

Segundo opinião de Isabela Torres de Castro Innocencio, que desenvolveu estudos sobre esta colônia, é preciso destacar que existe um aspecto político bastante evidente na atitude da condessa. Segundo Innocencio coloca, o fator explicativo fundamental de tal atitude relaciona-se com o intenção de garantir a permanência de sua mão de obra e do mesmo modo de uma “paz na senzala”, evitando-se os alvoroços que a propaganda abolicionista poderia provocar na fazenda. Considerado sob esse viés, a distribuição de terras aparece claramente como vinculada a uma estratégia de controle, articulando mecanismos de dominação e de negociação. “A continuação na fazenda com acesso a lotes de terras não fez desaparecer a dependência, visto que essa era a chave da dominação dos brancos sobre os libertos”.⁵¹⁸

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. Liberdade e acesso à terra: Fazenda de Cantagalo, Paraíba do Sul (1882- 1932). Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2002. p.74.

Embora pudesse ter muitas razões para tal, o que nos interessa aqui enfatizar é o fato de a Condessa de Rio Novo estar agindo, de acordo com Innocencio, sob a influência de ideias de democratização do solo, em voga naquele momento histórico. Conforme analisamos ao longo deste trabalho, abolicionistas e personalidades eminentes do Império defendiam então abertamente a ideia de subdivisão das grandes propriedades, ideia essa defendida do mesmo modo por positivistas e adeptos do discurso republicano.

Conforme buscamos destacar deste o início desta pesquisa, tais concepções faziam parte do quadro geral de questões a serem solucionadas naqueles anos finais do século XIX. Por conta disso, muitas destas ideias ocupavam as páginas dos periódicos e estavam sendo amplamente defendidas em reuniões públicas, além de constituírem muitos dos debates parlamentares e dos relatórios oficiais. A defesa da progressiva inserção da massa escrava à sociedade poderia, então, de acordo com Isabela Innocencio, ter de fato influenciado a condessa, estimulando nela uma visão social mais ampla e renovada. Em sua opinião,

(...) a Condessa acompanhou a evolução do pensamento de emancipação e utilizou a razão ao dar a liberdade aos seus escravos, inserindo-os na sociedade, dando-lhes condições para a sua instrução, participação no mercado interno, acesso à terra, mesmo que tenha sido “acorrentando-os” a um grupo da classe dominante, a quem confiou para uma transição tão importante em suas vidas.

519

É possível detectar a influência exercida pelas propostas de alguns dos membros da SCI e igualmente de outros nove que se fizeram notar por uma postura liberal. A ação da condessa possibilitou com que os escravos permanecessem nas fazendas, evitando-se a desorganização do trabalho, tão temida pelos abolicionistas como Beaurepaire Rohan. Pelo que vimos, fica claro o modo como ideias de redistribuição de terras podiam inserir-se em projetos voltados para os interesses de grandes proprietários.

No entanto, outros exemplos da historiografia da imigração nos dão conta que tal fato se restringiu exclusivamente ao trabalho dos escravos. Assim, temos a possibilidade de verificar que existiram

⁵¹⁹ *Ibidem*, p.68.

concessões de terras também a imigrantes, com a clara intenção de manter o controle da mão de obra. Acerca deste aspecto, destacamos a pesquisa desenvolvida por José Carlos Barreiro, que buscou trazer a análise as iniciativas e discursos em prol de pequenas propriedades localizadas no oeste paulista, entre 1880 e 1910, apresentando os casos de fazendas que foram divididas em lotes por grandes proprietários.⁵²⁰ Certamente tratam-se de iniciativas que, em certa medida, vão ao encontro das premissas defendidas pela SCI.

Contudo, tais exemplos não entram em total consonância com o projetos da SCI de promover a ampliação das pequenas propriedades rurais em todo Brasil. Mesmo que tais exemplos de divisão de terras sejam bastante relevantes, não podemos nos furtar de observar que foram iniciativas operadas do alto, por uma burguesia rural. Sabemos que a discussão sobre estes exemplos abarcam a análise de muitos aspectos que não foi possível aprofundar aqui. O que cabe destacar é que, na opinião geral da SCI sobre exemplos como estes, importava mostrar que era possível executa-los, a partir daí bastaria um pouco mais de empenho para que assumissem a configuração da pequena propriedade enquanto unidade autônoma, nos moldes daquela idealizada por Rebouças.

Contudo, embora naqueles anos finais do Império, em que tomaram lugar todos estes debates de acesso à terra, aqueles que elaboraram propostas e projetos de melhor uso do solo não conseguiram ver instituída a sua tão almejada política nacional de reforma agrária, ou ainda as alterações que julgavam necessárias a Lei de Terras. No entanto, não se pode negar, e a própria SCI buscou trazer à público, podemos verificar que muitas ações favoráveis ao surgimento ou mesmo ampliação das pequenas propriedades rurais, ainda que em escala regional, em sua maioria. Deste modo, segundo Ubinati, presidentes de província, ministros da agricultura, presidentes do conselho e o próprio Imperador D. Pedro II deram mostras de apoiar a expansão desse regime econômico.⁵²¹ Como vimos, os maiores defensores de uma reforma agrária estavam em consonância com a Monarquia, como Beaurepaire Rohan, e André Rebouças, que desejavam ver esta operar uma “reforma social”.

A SCI, durante sua trajetória, sempre enfatizou os benefícios da pequena propriedade, no entanto, embora tivesse declarado-se contra o

⁵²⁰ Para mais informações ver: BARREIRO, José Carlos. “Lutas sociais e questão agrária no limiar da República: a ideia de autonomia e a utopia da riqueza”. In: *História, número especial 100 anos de República*. São Paulo: UNESP, 1989.

⁵²¹ UBINATI, *Op. Cit.*, p. 162.

latifúndio, observamos também, em alguns de seus escritos, a existência de posições que acreditavam ser possível um “acordo” de funcionamento conjunto entre ambas. Como registrou Koseritz, nos primeiros ensaios para fundação da SCI, observou que a presença se duas correntes de pensamento com relação a vinda de imigrantes (para a grande lavoura e para a colonização em pequenas propriedades) deveria ser equacionada:

Existe assim uma oposição decisiva entre duas direções, mas, apesar de tudo ainda é possível uma saída, porque todo plantador esclarecido deve compreender que chegou o tempo em que o parcelamento dos grandes latifúndios se tornou uma necessidade. Poderia o plantador reservar a terra ocupada pelo café e outras terras necessárias à alimentação dos seus trabalhadores, parcelando e entregando o resto aos colonos, que ali poderiam plantar o que lhes aprouvesse.⁵²²

A esperança da SCI estava igualmente ancorada na expectativa de que o Governo Monárquico pudesse rever seu conservadorismo e a forte ligação que mantinha com as elites agrárias. Mas, embora esta aproximação aparentasse ser intransponível, algumas falas e atitudes registradas nos documentos do governo, tal posicionamento não configurou-se em impedimento para a emergência de monarquistas de discursos e ações reformistas, como buscamos trazer ao longo desta pesquisa.

⁵²² KOSERITZ, *Op.Cit.*, 1980. p.220.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, mais de um século após as discussões que apresentamos nesta pesquisa, o fenômeno migratório ainda se faz presente. Contudo, temos observado que o ato de migrar tem provocado intensos debates, especialmente entre aqueles grupos que não concebem como positiva a inserção de estrangeiros na sociedade em que vivem. Sobre este aspecto, países como a Alemanha – de onde vieram um expressivo número de imigrantes para as Américas – tem sido palco de manifestações contra a entrada de árabes e muçulmanos, temendo uma suposta “islamização do Ocidente”. Logicamente existem aqueles que não concebem haver problemas nesta “mistura de etnias”, credos e culturas.

Sobre este aspecto, o Departamento Federal de Migração e Refugiados da Alemanha divulgou recentemente um denso relatório de 312 páginas que enumera detalhadamente as estatísticas sobre a migração que para lá se dirigiu nos últimos anos. O departamento alegou que esses números são incorruptíveis, e refutam o preconceito existente entre alguns grupos. Ficou estabelecido nesses números que o maior contingente nacional vem da Polônia – e isso desde 1996. Embora seja o maior grupo, até agora nunca ninguém ouviu falar em problemas de integração ou segregação dos poloneses. O certo é que de cada quatro imigrantes que vêm para a Alemanha, três são provenientes da Europa. Isso coloca em cheque as atuais manifestações e abre espaço para muitas outras questões do cenário migratório mundial.

Conhecendo um pouco da história da imigração para o Brasil, torna-se interessante observar os grupos que atualmente organizam-se na Alemanha com intuito de conter a entrada de certas etnias ou

nacionalidades, quando no passado seus habitantes precisaram emigrar, também em busca de melhores condições de vida. Como podemos ver, trata-se de um problema atual, o que difere a situação contemporânea daquela do século XIX é que hoje não é preciso empreender grandes esforços de propaganda para atrair os estrangeiros. A dinâmica é outra, e tampouco necessita-se do oferecimento de vantagens aos que decidem se deslocar para esta ou aquela nação.

Ao lado da atualidade das discussões sobre imigrantes encontra-se a questão, ainda muito candente, da reforma agrária. Esta, como conceito geral, é o sistema que regula e promove a "justa" divisão de terras em um estado. No caso do Brasil, especificamente, ela deveria atuar com intuito de reparar séculos de uma distribuição fundiária injusta, que perdura até os dias de hoje, causando uma disparidade muito grande.

Atualmente, a reforma agrária no Brasil se dá basicamente da seguinte forma: a União realiza a compra ou a desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos em diversas áreas da federação, e sob a figura do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), distribui e loteia essas terras às famílias que recebem esses lotes, como também presta uma assistência financeira, de consultoria e de insumos para que possam produzir nessas terras. Existe, especificamente para fins de reforma agrária, a lei de desapropriação, garantida pela Constituição de 1988, instituída pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, sob o decreto de lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, reformulado pela Constituição, o qual assegura o direito da União à desapropriação de terras ditas particulares, consideradas improdutivas, em decorrência da utilidade pública, especialmente para fins de reforma

agrária, podendo haver também outras prioridades de utilidade por parte da União.

Com vimos em parte nesta pesquisa, houve no Brasil, diversas configurações do sistema de reforma agrária ao longo do tempo. Há muitas divergências no que diz respeito a sua execução no Brasil. Existe a proposta institucional para o problema de terras, também como uma proposta de revolução agrária, resultando num movimento pela força das classes interessadas e afetadas pela má distribuição de terras. Com vistas a equacionar de maneira positiva o problema da divisão agrária no Brasil, o governo tem desenvolvido durante décadas um sistema de reforma que, embora tenha caminhado lentamente, tem dado resultados em longo prazo, guardadas as divergências com grupos que lutam pela terra como o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), e problemas identificados, conforme pesquisas realizadas e atualizadas.

Ou seja, novos problemas identificados, resultam em novas demandas de estratégias e sistemas governamentais para solucioná-los. Para muitos, essa talvez seja a razão principal da reforma agrária no Brasil caminhar a passos tão curtos. São problemas que, apesar de comuns a todas as regiões no que diz respeito à distribuição de terras, demandam planos de ação diferenciados de acordo com a região e a situação temporal do país. Sobre a situação agrária em terras rurais, conforme dados do ano de 2009 do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. Conclui-se, com isso, que os grandes fazendeiros ainda permanecem com a maioria das terras, ainda que sem produzir em muitas delas, enquanto que milhares de famílias ainda não têm onde morar e produzir.

São dados atuais que nos fazem pensar quando tal situação começou a despertar preocupação. Na historiografia brasileira não raro encontramos autores que se lançam sobre o “sentido” do Brasil, elaborando trabalhos e análises que refletem sobre o passado e o presente, mas cuja principal preocupação é com o futuro, ancorado na ideia de modernização - da cultura, da economia, da sociedade, da política. Em fins do século XIX a modernização era então entendida num sentido amplo, considerada como fundamento para construção de uma nação independente, autônoma e, sobretudo, moderna. Neste projeto de nação a ser alcançada, o fim do trabalho escravo se colocava em pauta, visto que esta forma de trabalho se contrapunha aos preceitos do liberalismo, que se tornou a ideologia dominante no Brasil Império.

Com intuito de discutir e solucionar os problemas do Brasil, a Sociedade Central de Imigração buscou, ao longo de sua existência, mostrar que a imigração de estrangeiros aliada a uma nova configuração fundiária era o melhor caminho. Atuaram em diversas frentes para ver transformada a lógica imigratória que se operava naquele momento. Assim, nas discussões do Parlamento e da Câmara poder-se-ia observar duas posições quanto à imigração e que apesar de atenderem a interesses diferentes, não divergiam, quais sejam: a posição do governo (oficial), que seria a de promover e incentivar a imigração com o objetivo de povoar e desenvolver áreas ainda improdutivas ou pouco desenvolvidas tanto no interior quanto no litoral, posição essa que se definia por meio do projeto de colonização através da formação de núcleos coloniais, que seriam o incentivo maior para se obter uma corrente imigratória espontânea, e a posição dos grandes proprietários, apreensivos diante da crise de mão de obra após a abolição do tráfico negreiro, os quais viam na importação de

trabalhadores europeus, a substituição do braço escravo na lavoura de café em franco processo de expansão.

A maneira encontrada para tanto baseou-se fortemente na divulgação de informações recebidas de colaboradores de diversas localidades do Império e da Europa. Através da publicação de números referentes ao fluxo imigratório e das medidas de trabalho que eram delineadas a cada nova informação recebida e estudada, o grupo da SCI buscava fortalecer seu programa. Ao lado disso, buscaram implantar um modelo de organização interna para o recebimento dos imigrantes, auxiliando em suas primeiras necessidades.

Contudo, mesmo o empenho em transformar tal realidade, a SCI foi, em diversas ocasiões, acusada de permanecer apenas no campo teórico e alienada dos problemas concretos e vazia de programações práticas. Quaisquer que tenham sido as denúncias ou as acusações contra o estilo de atividades desenvolvido pela SCI, não deixou ela de ser fiel à sua natureza aos propósitos estabelecidos nos seus Estatutos. Pois como afirmou, mais de uma vez, como instituição não configurava-se como uma associação comercial que se ocupava com a introdução de imigrantes, e sim como uma corporação que, tomando para si a propaganda da imigração, buscou resolver as questões que se ligavam aos direitos e vantagens dos imigrantes na nova pátria. Afirmava ainda que, se seus serviços e esforços não foram reconhecidos naquele momento, o seriam no futuro, sobretudo pela insistência de suas discussões e sua luta.

De fato, talvez entre suas atividades, as que foram mais lembradas pela escassa historiografia existente ao seu respeito, apresentam uma maior ênfase no nível teórico de suas ações; sejam elaborações de projetos, de estatísticas, de propaganda imigratória, mapas e livros, como

vimos ao longo desta pesquisa. Contudo, em nossa opinião não se pode negar o fato de que a SCI foi responsável por uma série de ações que ocorreram nas localidades e núcleos para onde encaminharam-se uma parte dos imigrantes que chegavam aos portos do Império. Seja na preocupação em indicar lotes, colônias, ou mesmo no empenho em garantir abrigo e alimento nos primeiros dias aos recém chegados, ou ainda, de simplesmente disponibilizar-se a receber e encaminhar as reclamações e anseios destes aos diversos órgãos do governo, a SCI assumiu uma papel importante no cenário imigratório do final do século XIX. Reforçamos nossa opinião, lembrando que este grupo empenhou-se, ao retomar projetos e temas que já vinham sendo colocados como imprescindíveis em décadas anteriores, em procurar de fato tirá-los do papel.

A SCI teve uma existência efêmera quando comparada a outras associações similares. Não localizamos registros oficializando o encerrar de suas atividades, nem mesmo no jornal *A Imigração*, cujo último boletim fora publicado em abril de 1891. Neste, de nº 76, podemos encontrar os últimos assuntos discutidos na reunião da diretoria ocorrida no dia 12 de janeiro de 1890, onde tomou espaço no debate a questão da imigração de portugueses para o Brasil. Além deste último boletim, nada mais fora localizado como sendo publicação do grupo. Sobre o encerramento das atividades da SCI nem Hall e nem Vassilieff trouxeram informações precisas. Especula-se, que dado o fim da Monarquia, os membros declaradamente republicanos tenham deixado o grupo. Outros permaneceram até o fim das atividades, como Taunay e Rohan.

Com a queda da Monarquia, muitas das ambicionadas mudanças pregadas pela SCI e tantos outros, efetivamente não saíram do papel. Os

engenhos centrais que se desenvolveram nos últimos anos do Império e ao longo da República não corresponderam nem de longe àqueles idealizados por Rebouças, mantendo-se um padrão de exploração dos trabalhadores rurais que, infelizmente, segue existente ainda atualmente. Quanto aos reformadores, a queda da Monarquia provocou sua dispersão e afastamento da vida pública.

O fim do regime monárquico teve, portanto, um impacto negativo para os projetos agrários. Alguns autores, mesmo tendo sempre se mostrado descrentes quanto às possibilidades do Império haver instituído as reformas esperadas, consideram que instauração da República provocou a dispersão do movimento reformista, reconhecendo o apoio dos latifundiários à derrubada do regime, cuja consequência foi a derrota da “reforma social monárquica” pregada pela SCI e tantos outros. André Rebouças, que acompanhara o imperador no exílio, estava firmemente convencido de que a República havia sido um golpe produzido pelos ressentimentos das antigas oligarquias escravocratas, especialmente por seu temor de verem implementadas reformas que levassem à “democracia rural”, que em seu modo de ver deveria golpear o latifúndio e complementar a obra da abolição.

De maneira geral, ao observarmos as propostas da SCI nos foi possível perceber alguns aspectos que eram comuns a outros programas reformistas que vinham sendo colocados no final do século XIX. A convergência aparece sobretudo no fato de que todos procuravam estabelecer meios de aproveitar as terras ociosas, incentivando-se um uso racional e produtivo do solo. Procurava-se desenvolver, com a subdivisão da terra em proveito de milhares de famílias camponesas, um aumento da produção de alimentos. Esses fatores inspiraram a política de criação de

núcleos coloniais, sobretudo no Sul do Brasil, onde, de fato, a pequena propriedade agrária encontrou incentivos concretos por parte dos poderes públicos. Observamos do mesmo modo uma referência constante, nos projetos agrários que foram pensados, tanto aos imigrantes quanto aos nacionais. Embora tenham sido poucas as propostas nesse sentido, é preciso registrar que tais ideias nos despertaram a atenção, uma vez que, segundo ideia vastamente divulgada, os imigrantes europeus constituíram o foco fundamental da política de colonização naquele Brasil Imperial de final de século.

Por fim, o que permanece de toda esta discussão, é o fato de que ainda estamos as voltas com questões de imigração e de distribuição e uso da terra. Portanto, muitos dos aspectos aqui discutidos futuramente necessitarão de novos olhares e muitos, do mesmo modo, necessitam de maior aprofundamento. O que se tem por certo é que a SCI, além de preocupar-se em atender da melhor forma aqueles que por aqui desembarcaram em busca de melhores condições de vida, igualmente intensificou os debates acerca da imigração e da necessidade de revisão da estrutura fundiária do Brasil, tendo para isso, desde a sua fundação, declarado guerra ao latifúndio.

FONTES

Jornais

A FEDERAÇÃO. Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre.

A GAZETA DE NOTICIAS – Rio de Janeiro – Fundação Biblioteca Nacional.

A IMMIGRAÇÃO – Jornal da Sociedade Central de Imigração (1883-1891).

GAZETA PARANAENSE.

O PAIZ – Rio de Janeiro.

JORNAL DO COMMERCIO – Rio de Janeiro

Revistas

A LAVOURA – Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura Brasileira.

BLUMENAU EM CADERNOS. Tomo I, número 3, janeiro de 1958.

REVISTA AGRÍCOLA – Fundação Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

REVISTA DO IMPERIAL INSTITUTO FLUMINENSE DE AGRICULTURA – Rio de Janeiro.

REVISTA ILLUSTRADA – Rio de Janeiro

Anais da Câmara

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 4ª Sessão, de 27 de abril a 28 de junho de 1884. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, vol. 1.

ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 4ª sessão, 18ª Legislatura, de 3 de julho a 2 de agosto de 1884. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884, vol.3.

ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Sessão extraordinária, 19ª Legislatura, de 6 a 30 de abril de 1885. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1885, vol. 2

Anais do Senado

ANAIIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. 2ª sessão, de 27 de abril a 31 de maio de 1887. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, vol. 1.

ANAIIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL. 2ª sessão, 20ª Legislatura, de 1º a 31 de agosto de 1887. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, vol.4.

Cartas

CARTAS DE UM LAVRADOR a Sua Majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, Maximino & Co., 1884.

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO. Cartas, relatórios e ofícios. Documento nº38.

Coleção de Leis do Brasil

COLEÇÃO LEIS DO BRASIL. Tomo XXX. Parte I. Decreto nº 4547 de 9 de julho de 1870.

COLEÇÃO LEIS DO BRASIL. Tomo XXV. Parte II. Decreto nº 5099 de 2 de outubro de 1872 e Tomo II. Parte II. Decreto nº 5791 de 11 de novembro de 1874

Congressos Agrícolas

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO: collecção de documentos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco (1978). Edição Fac-similar Comemorativa ao Primeiro Centenário. Recife. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco.

Falas do Trono

FALAS DO TRONO: desde os anos de 1823 até o ano de 1889, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados; prefácio de Pedro Calmon. Brasília; Instituto Nacional do Livro, 1977. 544 p.

Relatórios do Ministério da Agricultura

RELATÓRIOS DOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, Rio de Janeiro. Décadas de 1870 e 1880.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, Rio de Janeiro. 1872.

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PÚBLICAS de 1891, apresentado pelo ministro Antão Gonçalves de Faria em maio de 1892.

Relatórios do Ministério da Justiça

BRASIL. *Relatório do Chefe de Polícia da corte*, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça de 1870.

BRASIL. *Relatório do Chefe de Polícia da Corte*, anexo ao Relatório do Ministério da Justiça de 1870: 20 e 23, apresentado pelo ministro Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

Fontes primárias bibliográficas

ACCIOLI DE VASCONCELLOS, Francisco de B. *Guia do Emigrante para o Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

AGUIAR, Antonio Augusto da Costa. *Crise da Lavoura*. Rio de Janeiro: Typographia de H. Schroeder, 1868.

ALVES DE LIMA, José Custódio. *Estados Unidos e norte-americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Império do Brasil*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1886.

BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique de. *Confederação Abolicionista. Abolição Immediata e sem indenização*. Pamphleto nº 1. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1883.

_____. *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BOCAYUVA, Quintino. *A Crise da Lavoura – Succinta Exposição*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança 1868.

BLUMENAU, Hermann. Guia de Instruções aos Imigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Organização de Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry. Tradução de Curt Willy Hennings e Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

CAPANEMA, Guilherme. Fragmento do relatório dos comissários brasileiros à Exposição Universal de Paris de 1855. In: *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t.1, 1858, p.218-240.

CARVALHO, Elysio de. *A luta technica contra o crime*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Biblioteca do Boletim Policial, XXXII, 1914.

COUTY, Louis. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

_____. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Brasília; FCRB/Senado Federal, 1984.

_____. *Pequena propriedade e imigração europeia*. Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração IV. Obra póstuma, anotada e precedida de uma introdução biografada por Alfredo d’Escragnolle Taunay. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

GONÇALVES, Domingos Maria. *Instrução agrícola e Trabalho livre*. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1880.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *Geschichte von Brasilien*. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1860.

JAGUARIBE FILHO, Domingos José Nogueira. *Reflexões sobre a colonização no Brazil*. São Paulo: A.L. Garraux e Cia, 1878

KOSERITZ, Karl von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1980.

_____. *Alfredo d'Escragnolle Taunay - esboço característico*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1886.

LANGE, Henry. *Südbrasilien – Die Provinzen São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina und Paraná mit Rüdlicht auf wie Deutsche Kolonisation*. Leipzig: Verlag Von Eduard Valbamus, 1888.

LIMA, José Custódio Alves de. *Imigração chinesa no Imperio do Brasil*. São Paulo: Typographia Jorge Seckler, 1886.

MELLO, Barão Homem de. Biographia do Visconde de Beaurepaire Rohan. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol LXII, 1900.

MENESES SOUZA, João Cardoso de Meneses e. *Theses sobre a colonisação do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Pathologia Social, vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Londres: Typographia de Abraham Kingdon, 1883.

NERY, Frederico José Sant'Anna. *Aux Etats-Unis du Brésil*. Voyages de M. T. Durand, avec illustrations. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1891.

PEREIRA, Paulo José. *Imigração e Colonização – Proposta apresentada ao governo imperial*. Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1872.

PINTO DE ALMEIDA, Ignácio Alvares. *Estatutos da Sociedade Auxiliadora Nacional promovida em 1824*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial de Émile Seignot-Plancher, 1831.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

_____. *Diário de Notas Autobiográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

ROZWADOWSKI, Conde de. *O governo e a colonização: considerações sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia do Autor, 1857.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Mahlerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie, 1835.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apresentação à Assembléia Constituinte, Projetos para o Brasil*. Organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Publifolha, 2000

SOUZA FILHO, Tarquínio de. *O Ensino Technico no Brasil*. Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Casamento Civil*. Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

_____. *A Nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita*. Livro de Propaganda da Sociedade Central de Imigração II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

_____. *Discurso proferido no IHGB em 15/12/1888*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1889.

_____. *Questões Políticas e Sociaes – Discursos proferidos na Primeira Sessão da 20ª legislatura da Assembléia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1880.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. A apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ALVES, Fábio Lopes. GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: Diálogos contemporâneos. In: *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. Brasília: Vol. I, nº 2, pp. 30-53, ago/nov. 2007.

ARAÚJO, Hermetes Reis. Da mecânica ao motor: ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. In: *Revista Projeto História*, nº 23, nov. 2001, pp.151-167.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida cotidiana nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica. In: *Revista Contemporânea*. Nº 7, 2006.2, pp. 45-55.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Editora Annablume. 3ª edição. São Paulo. 2008.

_____. Maçonaria: História e Historiografia. In: *Revista USP*, nº 32, pp.179-189. São Paulo, 1996/1997.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia M. Bastos; MOREL, Marco (orgs.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BARREIRO, José Carlos. “Lutas sociais e questão agrária no limiar da República: a ideia de autonomia e a utopia da riqueza”. In: *História, número especial 100 anos de República*. São Paulo: UNESP, 1989.

BARRETO, Patrícia Correa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: *Anais do XIII Encontro de História ANPUH*: Rio de Janeiro, 2008.

BEDIAGA, Begonha Eliza Hickman. *Marcado pelo própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891*. Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutorado, 2011.

BENDOCCHI ALVES, Débora. *Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2000.

_____. Jürgen Hell e a produção historiográfica sobre o Brasil na ex-República Democrática Alemã. In: *Revista de História Locus*. Juiz de Fora, vol.12, nº 1, pp.161-179, 2006.

BONZATTO, Eduardo Antonio. *Pedagogia e Escravidão: fragmentos de espelho distante, memórias agrícolas do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980. Vol. II

CARVALHO, José Murilo de. “Modernização Frustrada: A Política de Terras no Império”. In. *Revista Brasileira de História*, março 1981.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.

_____. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. Págs. 19-41. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e Cidadania no Império – Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: 2007. p.19.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização*. São Paulo, 1972. p.2. (Mimeografado)

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ / UCAM, 1998.

CESCO, Susana. A questão agrícola na Ilha de Santa Catarina no século XIX. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. v.18, n.2, outubro de 2010. p.434-465.

CHANG-SHENG, Shu. Imigrantes e Imigração Chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990). In: *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, Nº07, Rio de Janeiro, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CORREA, Sílvio Marcos de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CRUZ, Heloiza de Faria. *São Paulo de papel e tinta: Periodismo e vida urbana (1890- 1915)*. São Paulo: Ed. PUC, 2000.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 2009.

DEZEM, Rogério. *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientas no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma História Não Contada - Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição*. Editoria SENAC, 2003.

ELIAS, Maria J. Introdução ao estudo da imigração chinesa. In: *Anais do Museu Paulista*, vol.24. São Paulo, 1970.

ENNES, Marcelo Alario. "Imigração e Direitos na Região Noroeste Paulista". In: *Estudos de Sociologia*. Recife: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, vol. 12, n. 1.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: *Cadernos de Debate*, nº 1, 1976, pp.61-64.

GILLIES, Ana Maria Rufino. *Políticas públicas e utensilagem mental: uma análise das reformas propostas por Henrique de Beaurepaire Rohan em 1856 e 1878*. Universidade Federal do Paraná, Dissertação de Mestrado. 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Michel. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. In: *Revista de História*. Universidade de São Paulo: nº 107.

HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbraziiliens in ein Überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Doctoratarbeit. Universität Rostock, 1966.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. 3ª Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Etnia e nacionalismo na Europa. In: *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre. In: *História Geral da Civilização Brasileira – II O Brasil Monárquico – Reações e Transações*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

IOTTI, Luiza Horn (org). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS: Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

INNOCENCIO, Isabela Torres de Castro. *Liberdade e acesso à terra: Fazenda de Cantagalo, Paraíba do Sul (1882- 1932)*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2002.

JANTZEN, Sylvio Arnaldo Dick. *A ilustre Pelotense: tradição e modernidade em conflito. Um estudo histórico da Universidade Federal de Pelotas e suas tentativas de racionalização*. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

JUCÁ, Joselice. Estudo Introdutório. In: REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional e Estudos Econômicos: Propaganda Abolicionista e Democrática*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

_____. *André Rebouças - Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a Terra possui o Homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRIMBERG, Keila e SALES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial – volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. O Trabalho sob Contrato: a Lei de 1879. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Vol.6, nº 12, pp.101-124, mar/ago. 1986.

LEITE, José R. Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileira*. Campinas: Unicamp, 1999.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *O oráculo de Delfos. Conselho de Estado no Brasil Império*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro. In: *Anais ANPUH – XXI Simpósio Nacional de História – João Pessoa*, 2003.

_____. *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1991, e BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, Vícios de Leitura, 2000.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ-EDUSP, 1994.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de Colonização no Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MAGALHAES, Mario Osório. *Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (1883-1983)*. Edição comemorativa. Pelotas: Editora da UFPE, 1983.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & Escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEIRA, Roberta Barros. Entre a experiência e a fantasia: natureza, agricultura e imigração no Brasil do Império. In: *Fronteiras: Revista Catarinense de História* [on-line], Florianópolis, n.23, p.85-98, 2014.

MENDES, José Sanchetta R. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. In: *Caderno Centro de Recursos Humanos*. Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, vol.22 no.55 Salvador jan./abr. 2009.

MENEZES, Lena M. de. “A imigração europeia como passaporte para o progresso e a civilização no Brasil do século XIX” In: ANCINO, Hugo; DE LA MORA, Rogelio (coord.), *Ideas, intelectuales y paradigmas en*

América Latina (1850-2000), VeraCruz/México, Universidad Veracruzana Lomas del Estadio, 2007, pp. 396-414.

_____. *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MORAES FILHO, Evaristo. *As ideias fundamentais de Tavares Bastos*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Corte Imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOTTA, Márcia M. M. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público de Estado do Rio de Janeiro. 1998.

MOTTA, Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz A.; OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.) *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 2002.

NEDER, Gizlene. *O liberalismo conservador brasileiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NERY, Frederico José Sant'Anna. *Aux Etats-Unis du Brésil. Voyages de M. T. Durand*, avec illustrations. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1891.

NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – O Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

OBERACKER, Carlos H. *Carlos von Koseritz*. São Paulo, 1961.

PÁDUA, José Augusto. “Cultura esgotada”: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, outubro de 1998. p.134-163.

_____. *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786 -1888)* 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Imigrantes portugueses: anarquistas e comunistas sob o olhar do DEOPS. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, setembro de 2008.

PERRUCI, Gadiel. *O canto do cisne dos barões do açúcar. Introdução à edição dos Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*. Edição comemorativa do primeiro centenário (1878-1978). Fundação Estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco: Recife, 1978.

PESSANHA, Andréa Santos. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. Artífices do Prospero Mundo Novo: Colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará, 1868-1889. São Paulo: USP, 2005. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.

RAMOS, Jair de Souza. *O Poder de domar do fraco: construção de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional*. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROLOFF, Ernst August. *Hermann Blumenau – Ein deutscher Koloniegründer*. Osnabrück: Verlag Fromm, 1941.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. Tradução Antônio Penalves Rocha. SP: EDUSC, 2002.

ROVINA, Melina Roberto. *Fogo cruzado: os imigrantes italianos entre o barrete frígio e o saco de coar café*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara. 1871: Crise da Escravidão e o ocaso saquarema. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial – Vol.III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANCHES, M.G. O poder e a organização do espaço: A corte imperial do Rio de Janeiro. In: *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 15, p. 29-35, 1998.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, ano IV, nº 12, Janeiro 2012.

SANTOS, Sidney M.G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Robert. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva, história e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969.

SILVA, Ligia Osorio. Tavares bastos e a questão agrária no Império. In: *História econômica e História das empresas*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SIMÃO, André Luciano. *Congressos Agrícolas de 1878: em retrato do reformismo ao final o século XIX*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

SIQUEIRA, Lucília. Pensar o país para os que vivem entre o latifúndio e a exclusão: o projeto agrícola de André Rebouças. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: nº 27, dez. 2003, pp. 241-254.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René. (org.) *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2ª edição. Tradução Dora Rocha. 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

UBINATI, Inoã Pierre C. *Idéias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VASSILIEFF, Irina. *A Sociedade Central de Imigração nos fins do século XIX e a democracia rural*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 1987.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2002.